

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

TRABALHO E SOCIABILIDADE EM ESPAÇOS RURAIS

Os Trabalhadores da Fruticultura do Platô de Neópolis

Dalva Maria da Mota

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, sob a orientação da professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

Recife, março de 2003

Para Heri e Salete
que de formas tão diferentes e
essenciais, estão presentes nesta tese
e na minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, referência central nos debates sobre a globalização da agricultura e dos alimentos no Brasil, pela forma competente e afetiva com que orientou este trabalho; estimulando a minha reflexão para além do local e partilhando oportunidades, literaturas e vivências.

Ao Dr. Lafayette Franco Sobral, Chefe da Embrapa Tabuleiros Costeiros que, de maneira incondicional, apoiou todas as etapas deste trabalho.

Ao Professor Dr. Alessandro Bonanno, membro do grupo Globalização e Agricultura, que orientou meu doutorado “sanduíche” na Sam Houston State University, não medindo esforços para que a minha estada fosse a mais proveitosa e agradável.

A Heribert Schmitz, amor e companheiro de todos os momentos, pelas discussões constantes, apoio e paciência.

Aos professores do doutorado de Sociologia, especialmente a Maria Nazaré Wanderley, interlocutora incansável e estimulante, Silke Weber, Russell Parry Scott, Terry Mulhall e Heraldo Souto Maior, pelos empréstimos de livros, sugestões de leitura e críticas.

À Diretoria e funcionários da ASCONDIR, especialmente a Aguinaldo, pela disponibilidade em prestar informações e colocar toda a infra-estrutura à minha disposição.

Aos atores do Platô de Neópolis: trabalhadores, gerentes, homens e mulheres, clandestinos e registrados, anfitriões impecáveis e curiosos, pela predisposição em prestar informações e permitir a minha presença como observadora durante o trabalho e o lazer. Sem eles, este trabalho não teria sido possível.

Aos colegas e amigos do doutorado: a Andréa pelo site que nunca vai deixar de existir nas nossas cabeças; a Rose pelas tapiocas apalavradas, a Carla (Óio) pela salvação, a Jean pelo convívio divertido, a Lígia pelas trocas, a Jorge pelos encontros casuais, a Ratton pela solidariedade, a Dora pelas dicas fundamentais e Jovanka pela convivência em sala de aula.

A Andréa, que tão carinhosamente soube se fazer presente na minha estadia em Recife e, particularmente na finalização desta tese.

Aos funcionários do PPGS da UFPE, Lucinha, Albenise, Sr. Tiburtino, Cléa e Zuleica, pela carinhosa atenção.

Aos funcionários da Sam Houston State University, que me receberam tão calorosamente quanto o sol texano, particularmente a Ronda Harris e Diane Bates, pela boa recepção e grande amizade.

A minha família, pelo estímulo constante, especialmente a Olga que partilhou comigo desde cedo o sabor da leitura; além de leitora ávida dos trabalhos dos outros para descobrir histórias, mas também excessos de *assim como, num contexto e por outro lado*. À Fátima, Helena, Aissa e Juliana, pelo apoio na transcrição de fitas, leitura e preenchimento de planilhas.

Aos amigos, uma das principais razões da nossa existência. De modo especial a Dione pela boa leitura da versão preliminar, a Marilda pelas sugestões sobre trajetórias sociais, a Luciana, pela garimpagem do material sobre sociabilidade nas bibliotecas francesas e Babau nas paulistas, a Taminha, pelas respostas-relâmpagos e resumé, a Delma Pessanha pelas leituras e dicas diversas, a Clarissa pela bibliografia e betepernas, a Fátima Carneiro, pelos livros, a Lourdes pela leitura minuciosa, a Verônica pelo Kit completo, a Lúcia, Nó & Cia pela recepção em Recife, a Aninha e Lu pelo Recife dos frevos e dos maracatus, a Quim e Fernando pelo convívio, a Telmo e Fábio pelos gráficos, a Marcondes pela biblioteca ambulante e pelos bons papos, a Davi e Jica pela rápida correção e a Remo pela simplicidade da sabedoria.

Aos meus eternos e queridos professores Tânia e Rosemiro que iluminam trevas dos perdidos nos labirintos do saber.

A Sebastião de Oliveira e Silva, que mesmo sem me conhecer foi um prestimoso informante sobre todas as coisas que dizem respeito ao cultivo da banana.

Aos amigos e colegas de trabalho: Humberto, Fernando Cintra, Ana Alexandrina, Cuenca, Marcelo, Cida, Nelson e Leane, companheiros carinhosos e disponíveis para o que der e vier.

Aos colegas de trabalho da Embrapa Tabuleiros Costeiros, que me fazem reforçar a convicção de que o trabalho é lugar por excelência de agradável e fundamental interação.

A Margot e a Telmo, meus procuradores em Aracaju para assuntos de céu, terra e mar, pelo carinho e por terem me ensinado ao longo da vida qual é o valor de uma grande amizade.

Ao CNPq pela concessão da bolsa.

À Embrapa Tabuleiros Costeiros, pela oportunidade de realização do curso.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ASCONDIR	Associação dos Concessionários do Projeto Platô de Neópolis.
CEASA/SE	Central de Abastecimento do Estado de Sergipe.
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas.
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba.
CPATC	Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
MEB	Movimento de Educação de Base.
OMS	Organização Mundial de Saúde.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

SUMÁRIO

Lista de figuras, quadros e boxes

Resumo

Abstract

Résumé

Introdução.....	01
Estrutura da tese.....	05
Capítulo 1- Tessituras Metodológicas.....	09
1.1- Seleção do tema de estudo.....	10
1.2- Objetivos e hipótese.....	13
1.3- Referencial conceitual.....	14
1.4- Contexto de pesquisa.....	19
1.5- Procedimentos metodológicos.....	21
1.5.1- Levantamento de dados secundários.....	23
1.5.2- Levantamento anual do número e tipos de ocupação.....	24
1.5.3- Estudos de caso.....	25
1.5.4- Acompanhamento mensal dos trabalhadores.....	30
1.5.5- Acompanhamento mensal das empresas.....	31
1.5.6- Observação.....	32
1.6- Reflexões sobre o papel da pesquisadora.....	33
Capítulo 2- Trabalho e Sociabilidade.....	38
2.1- Entre a teoria social clássica e os novos paradigmas.....	39
2.2- Trabalho: categoria central no contexto global?	42
2.3- Trabalho agrícola e sociabilidade.....	46
Capítulo 3- A Construção Social da Agricultura no Contexto da Globalização.....	62
3.1- Tendências recentes no debate sobre o setor agroalimentar.....	63
3.2- A “nova” agricultura: heterogeneidades na relação produção-consumo.	69
3.2.1- Agricultura e flexibilidade: a nova velha relação.....	71
3.2.2- A (re)construção dos produtos na moderna agricultura.....	79
Capítulo 4- A Agricultura em Sergipe: Transformando Territórios e (Re)Organizando o Trabalho.....	85
4.1- Estudos de caso: formas de gestão, organização do trabalho e mercados	88
4.1.1- Banana: cultura de empresários de “fora”	89
4.1.2- Coco: fruta da moda.....	99
4.2- Geração de ocupações no Platô: as novas tendências.....	108
4.2.1- Ocupações no Platô de Neópolis.....	109
4.2.2- Dados gerais sobre ocupação nos estudos de caso.....	112

Capítulo 5-	O Sistema de Inserção dos Atores no Trabalho: Elementos Constitutivos.....	119
5.1-	Os perfis dos trabalhadores da agricultura moderna: homem, jovem, competente e pontual.....	119
5.2-	Estratégias individuais e coletivas de inserção e regularização do trabalho.....	131
5.2.1-	Redes locais de inserção no trabalho.....	131
5.2.2-	Polivalência e desregulamentação viabilizando a inserção.....	136
5.2.3-	A luta pelos direitos dos trabalhadores ausentes da luta.....	141
5.3-	Identities e divisões sociais: o paradoxo de uma relação.....	146
5.3.1-	Origem e gênero como identidade e distintivos	149
Capítulo 6-	(Re)Construindo as Trajetórias dos Trabalhadores da Fruticultura Irrigada.....	157
6.1-	De agricultor a assalariado: desencaixes e reencaixes na agricultura.....	160
6.2-	Trajetórias individuais: elos entre a agricultura familiar e o assalariamento.....	163
6.2.1-	Os filhos pródigos da agricultura.....	164
6.2.2-	Os filhos da agricultura assalariada.....	166
6.2.3-	Os que preferem a agricultura.....	166
6.2.4-	A agricultura como escolha.....	167
6.3-	Assalariamento na agricultura: rupturas e continuidades.....	168
6.3.1-	O saber-fazer.....	170
6.3.2-	O saber-ser.....	173
6.4-	Morador porém assalariado: isolamento social e garantia de ocupação...	179
6.5-	Aspectos da reprodução social da força de trabalho.....	185
Capítulo 7-	Histórias de Trabalhadores e de Trabalho.....	194
7.1-	Por que as pessoas se assalariam?.....	194
7.2-	Trabalhos e trajetórias dos trabalhadores.....	203
7.2.1-	Da indústria para a agricultura.....	204
7.2.2-	Da agricultura de abastecimento para o assalariamento.....	210
7.2.3-	“Um serviço aqui, outro acolá”.....	217
Capítulo 8-	Trabalho e Sociabilidade: Tempos, Lugares e Pertencimentos	224
8.1-	Da sociabilidade dos moradores à dos assalariados.....	225
8.2-	Cooperação e satisfação: base da sociabilidade no trabalho.....	231
8.3-	Interações cotidianas nos lugares de residência.....	246
	Conclusões.....	253
	Referências Bibliográficas.....	267

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E BOXES

Lista de Figuras

Figura 1-	Localização do Platô de Neópolis.....	20
Figura 2-	Lotes pertinentes à amostra de pesquisa.....	26
Figura 3-	Localização dos projetos de irrigação na bacia do Rio São Francisco.....	87
Figura 4-	Área implantada e total de empregos no Platô de Neópolis em 1992-2002.....	110
Figura 5-	Evolução da área implantada no Platô de Neópolis em 1995-2002.....	110
Figura 6-	Número de ocupações registradas e clandestinas no Platô de Neópolis em 1994-2002.....	111
Figura 7-	Tipo de relação de trabalho no sistema de produção banana.....	115
Figura 8-	Tipo de relação de trabalho no sistema de produção coco.....	115
Figura 9-	Origem dos trabalhadores do Platô de Neópolis.....	120
Figura 10-	Idade dos trabalhadores do Platô de Neópolis.....	121
Figura 11-	Estado civil dos trabalhadores do Platô de Neópolis.....	123
Figura 12-	Escolaridade dos trabalhadores do Platô de Neópolis.....	124
Figura 13-	Trabalhadores registrados e clandestinos no Platô de Neópolis.....	125
Figura 14-	Tempo e vínculos de trabalho no Platô de Neópolis.....	126
Figura 15-	Salários dos trabalhadores do Platô de Neópolis.....	128
Figura 16-	Participação associativa.....	143
Figura 17-	Divertimentos preferidos.....	251
Figura 18-	Companhias preferidas para o divertimento.....	252

Lista de Quadros

Quadro 1-	Sistemas de produção no Platô de Neópolis em 2001.....	21
Quadro 2-	Organização do trabalho na produção de banana no Platô de Neópolis em 2001.....	96
Quadro 3-	Organização do trabalho na produção de coco no Platô de Neópolis em 2001.....	105
Quadro 4-	Número de ocupações nos lotes de coco e banana no Platô de Neópolis em 1998/2002.....	113
Quadro 5-	Tipos de ocupação no Platô de Neópolis em 2001.....	129
Quadro 6-	Serviços de homem e mulher no cultivo de coco e banana no Platô de Neópolis em 2001.....	153

Lista de Boxes

Box 1-	Um dia no bananal ...	98
Box 2-	Um dia no coqueiral ...	103
Box 3-	Ioiô Pequeno da Várzea Nova.....	161

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre trabalho e sociabilidade no Platô de Neópolis, uma das regiões agroindustriais de produção de frutas do Nordeste brasileiro. A tese revela que os processos de produção de frutas no Platô estão estruturados em sistemas modernos de produção que se viabilizam com base nas relações que combinam elementos da estrutura anterior - trabalhadores de origem local, provenientes da agricultura familiar e participantes de redes de interconhecimento preexistentes - com modernas formas de gestão. As estratégias das empresas e dos trabalhadores influenciam na permanência dos trabalhadores oriundos da agricultura familiar nos novos espaços de produção, sendo ilustrativas da diversidade de situações vivenciadas na produção de frutas. Os procedimentos metodológicos utilizados inserem-se na abordagem qualitativa, através do acompanhamento mensal dos trabalhadores e das empresas, estudo de caso, análise de trajetórias, histórias de vida e observação de situações de trabalho e do dia-a-dia nos povoados. A pesquisa foi realizada no período de 1998 a 2002. Os dados foram analisados a luz do debate sobre o trabalho e a sociabilidade na teoria sociológica clássica e contemporânea no contexto da globalização dos sistemas agro-alimentares. As conclusões confirmam que as relações preexistentes permeiam os novos processos de produção de frutas, evidenciadas pelas relações de parentesco, vizinhança e amizade, que perpassam as esferas do trabalho e da vida local e por noções de pertencimento em torno dos povoados e da agricultura. As estratégias locais de recrutamento têm privilegiado a ocupação de trabalhadores da região reforçando as suas redes de sociabilidade. A relevância do estudo é inserir o tema do trabalho e da sociabilidade na agricultura na pauta dos debates sobre os sistemas agroalimentares, mostrando como as relações preexistentes são acionadas em modernos processos de produção e no dia-a-dia dos trabalhadores para enfrentar as dificuldades de uma sociedade em que o assalariamento regular e as condições do bem-estar, características do auge do fordismo, nada mais são que um sonho.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyse the relationship between work and sociability in Platô de Neópolis, one of the agroindustrial fruit-growing regions of Northeastern Brazil. The thesis reveals that the processes of fruit production in Platô are structured through modern systems of production (*agricultura empresarial*) which make them viable because they are based on relations which bring together elements of the former structure - workers of local origin, who come from peasant agriculture (*agricultura familiar*) and who participate in the pre-existing knowledge-sharing networks - with modern forms of management. The strategies of these firms and of the workers influenced the predominance of labor, coming from peasant agriculture, in the new production spaces. This demonstrates the diversity of situations experienced in fruit production. The methodological procedures used are incorporated in a qualitative approach, by means of monthly surveys of the workers and the firms, case studies, the analysis of profiles, life stories and observations of work situations and of the everyday life of the people. The research was carried out during the period 1998 to 2002. The data were analysed in the light of the debate on work and sociability in classical and contemporary sociological theory and in the context of the globalization of agrofood systems. The conclusions confirm that past relations permeated the new processes of fruit production, as shown by family relations, neighborliness and friendships, which occur within the spheres of work and life, and by a sense of belonging linked to the villages and to agriculture. The local recruitment strategies tended to favour the contracting of workers from the region, thereby reinforcing their sociability networks. The relevance of the study is to include the issue of work and sociability in agriculture on the agenda of debates on agrifood systems, showing how pre-existing relations are activated in modern production processes in a society in which regular remuneration and welfare conditions, characteristics in the heyday of Fordism, are nothing more than a dream.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est d'analyser la relation entre travail et sociabilité sur le Plateau de Neópolis – l'une des régions agro-industrielles de production de fruits du Nord-Est brésilien. La thèse révèle que les processus de production de fruits sur le Plateau de Neópolis sont structurés en systèmes de production modernes qui sont viables, puisque basés sur les relations qui combinent des éléments de structure antérieure – travailleurs d'origine locale, provenant de l'agriculture familiale et participant de réseaux d'interconnaissance pré-existants – à des formes de gestion moderne. Les stratégies des entreprises et des travailleurs ont une influence sur le maintien des travailleurs originaires de l'agriculture familiale dans les nouveaux espaces de production, montrant la diversité des situations vécues dans la production de fruits. Les démarches méthodologiques utilisées s'insèrent dans une approche qualitative, à partir de l'accompagnement mensuel des travailleurs et des entreprises, d'une étude de cas, analyses des trajectoires, des histoires de vie et de l'observation des situations de travail et du quotidien des villages. La recherche fut réalisée dans une période allant de 1998 à 2002. Les données ont été analysées à partir du débat sur le travail et sur la sociabilité dans la théorie sociologique classique et contemporaine, dans le contexte de la mondialisation des systèmes agro-alimentaires. Les conclusions confirment que les relations pré-existantes traversent les nouveaux processus de production de fruits, ce qui a été mis en évidence aussi bien par les relations de parenté, de voisinage et d'amitié qui traversent les sphères du travail et de la vie locale, que par la notion d'appartenance aux villages et à l'agriculture. Ainsi, en opposition aux tendances d'un prolétariat mobile, les stratégies locales sont en train de privilégier l'occupation de la région par les travailleurs, renforçant les réseaux de sociabilité. La pertinence de cette étude permet d'insérer la thématique du travail et de la sociabilité dans l'agriculture dans l'ordre du jour des débats sur les systèmes agro-alimentaires, mettant en évidence comment des relations sociales pré-existantes peuvent être mobilisées par des processus modernes de production et dans le quotidien des travailleurs, pour affronter les difficultés d'une société où le salariat régulier et les conditions du bien-être, caractéristiques du fordisme à son apogée, ne sont plus qu'un rêve.

INTRODUÇÃO

Mudanças na organização da sociedade têm chamado a atenção dos estudiosos em todas as épocas e lugares. Nos tempos atuais, os debates se concentram na intensificação da globalização e nas suas desiguais conseqüências num contexto crescentemente dominado pelas corporações transnacionais, cujas conseqüências mais visíveis são as desigualdades entre regiões e entre grupos sociais locais, não obstante oposições que se orquestram localmente.

Apesar das evidências quanto às conseqüências negativas da globalização para grande parte da população mundial, principalmente pelos impactos nas condições de trabalho – que têm criado uma pluralidade de situações de perda de conquistas, de individualização das relações e de super-exploração da força de trabalho –, Bonanno (2003), em trabalho recente, evidencia grupos sociais minoritários que têm se beneficiado da mesma.

Nesses termos, não se pode pensar na globalização como um processo homogeneizante, finito e consensual, mas, pelo contrário, como um processo em construção que conjuga homogeneização e acirramento de diferenças e disparidades. Assim, não se pode falar de globalização, mas de globalizações (Santos, 1995).

Em se tratando dos alimentos esse processo se dá também a partir da expansão das cadeias de fast-food e de supermercados em diferentes partes do planeta. Mercadorias, símbolos e informações circulam velozmente e sob o poder crescente das grandes corporações que têm influenciado na (re)organização do trabalho, na

(re)construção dos produtos e dos desejos, num contexto em que as identidades estão influenciadas pelo o quê, quanto e como se consome. Produtos tropicais e exóticos atravessam oceanos e chegam aos supermercados do Norte¹ para diferentes estratos de consumidores de bens, e mesmo “às características exóticas dos locais de produção funcionam como valor agregado pelo qual consumidores são atraídos” (Cavalcanti, 1999b, p. 129). Mas pesam também os componentes estéticos e a qualidade dos produtos para atender à demanda do que Lash e Urry (1996, p. 309) denominam de “consumidor cidadão”, com crescente capacidade de exigir mais em relação aos bens e serviços. Segundo a concepção dos autores, a cidadania tende a mudar de natureza ao ser associada ao poder de consumo e não mais ao acesso e à defesa de direitos providos pelo estado em territórios demarcados.

Assim, os consumidores têm um papel fundamental na emissão de respostas quanto ao quê e como desejam consumir. A produção está crescentemente fragmentada – com partes do produto ou dos processos sendo realizadas em lugares que não são os de finalização ou consumo –, dispersa globalmente e administrada segundo arranjos múltiplos do trabalho e das finanças, dentre outros traços, que marcam as mudanças sociais neste início do milênio.

O poder das grandes corporações e as suas conseqüências sobre as condições de vida das pessoas, do meio ambiente e do exercício da democracia tem preenchido a pauta dos debates e definido uma agenda mundial para a sociologia da agricultura, principalmente nos países do Norte.

Não obstante a abrangência e importância da agenda para a compreensão de processos sociais globais e de suas repercussões locais, as vozes críticas que analisam

¹ Nas palavras de Santos (1995, p. 286) refere-se aos países centrais e periféricos, respectivamente.

os sistemas agroalimentares e suas evidências nos diferentes contextos ainda requerem mais análises sobre as condições de trabalho, repercussões na qualidade de vida e na transformação das posições diferenciais dos membros da família dos trabalhadores, elementos importantes na constituição de identidades e nos comportamentos relacionais e interativos, dentro e fora do trabalho.

Essa lacuna analítica coexiste, no entanto, com a compreensão de que “apesar da importante abertura da economia global para a circulação de capitais e de mercadorias, o trabalho continua sendo uma das mercadorias com maior controle” (Bonanno, 1999, p. 59). Controle esse que se faz, principalmente, através das normas e de padrões de qualidade. Isso porque a organização espacial da produção considera não apenas os baixos níveis salariais para a implantação de um investimento, neste ou naquele país, mas também a capacidade de a mão-de-obra ser controlada e treinada para garantir as vantagens competitivas. Portanto, trabalhar bem, muito e barato constituem elementos centrais, mas não suficientes para a seleção de um espaço para localizar uma empresa. A estabilidade política do país e outras vantagens como incentivos fiscais são essenciais.

Nestes termos, reconheço a importância das reflexões engendradas no Norte sobre esses aspectos para a análise da agricultura dos países do Sul, particularmente no que concerne às estratégias dos atores globais nas suas relações no tempo e no espaço (Bonanno e Constance, 2001; McMichael, 1996; Friedland, 1994; Arce, 1997; Cavalcanti e Marsden, 2001). No entanto, reivindico o enriquecimento desta agenda de pesquisa, já aberta pelos estudos de Cavalcanti, (1997, 1999a, 1999b) Bendini et al. (1999) e Gómez (1999) que, sem descuidar das interconexões entre o global e o local, têm analisado a agricultura a partir da produção de frutas para exportação, destacando pontos de contato com as teorias geradas no Norte, mas evidenciando particularidades

do Sul, a exemplo da reestruturação do trabalho e suas conseqüentes modificações em relação às formas de controle e resistência dos trabalhadores.

É exatamente na interface entre a sociologia da agricultura e do trabalho que proponho enriquecer essa agenda, enfocando, sob o ponto de vista dos países do Sul, particularmente do Nordeste brasileiro, a interconexão entre o trabalho e a sociabilidade dos trabalhadores inseridos no Projeto de Irrigação Platô de Neópolis, construído nos anos 90 do Século XX, como parte das políticas públicas para o desenvolvimento regional e destinado à produção de frutas frescas para os mercados nacional e internacional.

Com esta tese, evidenciarei como processos globais estão mediatizados localmente, dando voz e destacando o ponto de vista dos trabalhadores numa sociedade com grandes desigualdades sociais.

Analisar a relação entre a sociabilidade e o trabalho enseja o questionamento da tradicional matriz da sociologia do trabalho em que o trabalho assalariado estava no centro, chamando a atenção para as múltiplas redes que são fontes de informação e usuais formas de controle da força de trabalho nos modernos sistemas de produção que se utilizam de sistemas sociais preexistentes, demonstrando que nem só do “novo” vive a agricultura na globalização.

Diferentemente do trabalho assalariado regular ou da agricultura familiar toda a vida, os trabalhadores da agricultura moderna vivenciam uma mescla de fases de formalidade e informalidade do trabalho num contexto de menor intervenção do Estado na economia, procurando através das interações entre parentes, vizinhos e amigos garantir a reprodução de um estilo de vida. Em consequência, como aqui

analisados, muitos dos elementos da sociabilidade² vivida num passado recente são valorizados para obtenção e manutenção da ocupação pelos trabalhadores e controle social dos trabalhadores pelos empresários. Com isto, demonstro como aspectos de processos sociais globais estão sendo mediatizados e interpretados localmente.

A particularidade deste estudo é oferecer perguntas e respostas de como os trabalhadores se inserem ou não nos novos espaços de trabalho e quais são as conseqüências disso na configuração das sociabilidades vivenciadas localmente, assim como compreender como essas sociabilidades influenciam na organização do trabalho. Estas respostas aportarão subsídios de particular importância num momento em que se discute as transformações dos contratos de trabalho e a reformulação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no Brasil, na qual os trabalhadores são pensados com base em um modelo de assalariamento regular.

Com esta tese, oferecerei um conhecimento relativo a estudo realizado em um país do Sul, mais especificamente sobre atores que, apesar de constituírem parte dos sistemas globais, não estão [suficientemente] hábeis para conquistar o mundo (Arce, 1997).

Estrutura da tese

A tese está constituída por introdução, oito capítulos, conclusões e referências bibliográficas.

No **Capítulo 1**, intitulado Tessituras Metodológicas, trato dos porquês da escolha do tema, dos objetivos, hipótese e dos pressupostos metodológicos da

² Compreendida como uma sociabilidade específica (Wanderley, 1997, p. 15-26), caracterizada pelo interconhecimento em circuitos de relacionamento em torno da amizade e da atividade profissional, a agricultura; pelo sentimento expresso de pertencimento a uma localidade em oposição aos grandes centros e pela participação na vida social local como festas, cultos religiosos etc.

pesquisa. Detalho ainda os instrumentos para coleta de dados e informações, o contexto do estudo e como se deram as interações com os diferentes atores envolvidos na pesquisa.

No **Capítulo 2**, cujo título é Trabalho e Sociabilidade, exploro a discussão teórica dessas duas categorias na teoria social clássica e contemporânea, enfatizando os novos paradigmas que têm questionado o lugar do trabalho e examinado aspectos da reestruturação produtiva. Discuto também o conceito de sociabilidade, buscando torná-lo operacionalizável para compreender situações empíricas particulares.

No **Capítulo 3**, denominado A Construção Social da Agricultura no Contexto da Globalização, analiso as características e tendências recentes do debate sobre o setor agroalimentar, no âmbito do qual a agricultura é social e culturalmente construída (Cavalcanti e Marsden, 2001), destacando as interfaces desse debate com a situação da agricultura brasileira e a necessidade de ampliação da agenda de pesquisa com estudos sobre as transformações no mundo do trabalho. Analiso ainda a (re)configuração da relação entre flexibilidade do trabalho e agricultura e a (re)construção das frutas no Platô de Neópolis em atendimento a exigências externas.

No **Capítulo 4**, nominado A Agricultura em Sergipe: Transformando Territórios e (Re)Organizando o Trabalho, analiso os processos sociais que resultaram na (re)construção do território e, conseqüentemente, na (re)organização do trabalho e constituição de sistemas de produção implantados no Platô, nos casos do coco e da banana, ambos integrados aos mercados nacionais. Destaco as formas de gestão, organização do trabalho e as tendências de geração de ocupações registradas e clandestinas.

No **Capítulo 5**, intitulado O Sistema de Inserção dos Atores no Trabalho: Elementos Constitutivos, reflito sobre a inserção dos atores no trabalho da agricultura

irrigada moderna, destacando o perfil dos trabalhadores, o caráter do trabalho registrado e clandestino, as estratégias individuais e coletivas de inserção, bem como as identidades que se constituem num contexto de flexibilidade em que origem, gênero e qualificação são distintivos importantes.

No **Capítulo 6**, intitulado (Re)Construindo as Trajetórias dos Trabalhadores da Fruticultura Irrigada, examino a passagem do sistema da morada no interior das grandes propriedades para o assalariamento, evidenciando as trajetórias sociais expressivas da ligação entre o passado e um presente de assalariamento e os condicionamentos sociais que fazem com que esses trabalhadores sejam os preferidos para o assalariamento. Analiso ainda as rupturas e continuidades entre as duas condições, além de destacar as novas características da reprodução da força de trabalho na produção de frutas.

No **Capítulo 7**, denominado Histórias de Trabalhadores e de Trabalho, apresento e discuto histórias individuais e familiares de trabalho pelo estudo da trajetória de dez trabalhadores. Analiso as diferentes inserções no mercado de trabalho (registrado, clandestino e autônomo), traçando um paralelo com situações vivenciadas nas gerações de seus pais e avós. Destaco as diferentes estratégias utilizadas para garantir a sobrevivência e qual a importância atribuída ao trabalho pelos mesmos.

No **Capítulo 8**, intitulado Trabalho e Sociabilidade: Tempos, Lugares e Pertencimentos, trato das sociabilidades no passado e no presente, evidenciando as relações preexistentes e suas influências nas interações no trabalho e no dia-a-dia, assim como as interações intra e interclasses, destacando as especificidades da sociabilidade dos trabalhadores e dos técnicos. Analiso ainda as interações em outros espaços, povoados e vizinhança e a importância da rua e da casa como espaços de sociabilidade.

Por fim, apresento as conclusões quanto à relação entre trabalho e sociabilidade nos novos espaços produtivos, evidenciando as principais contribuições do estudo realizado.

Capítulo 1

TESSITURAS METODOLÓGICAS

Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído (Gaston Bachelard).

A inquietação que povoa todos os expressos e recônditos desta tese diz respeito à compreensão da relação entre trabalho e sociabilidade na agricultura nos novos espaços nordestinos de produção de frutas, abordados aqui como elementos da “questão social”³.

Investigo em que medida o trabalho e a sociabilidade se constroem, relacionam e influenciam na constituição de um tecido social eivado pelas relações de trabalho, camaradagem e amizade. Transitar analiticamente por essas duas esferas implicou certa tensão quanto ao maior privilegiamento de uma ou de outra, ambas categorias teóricas pertinentes ao domínio da sociologia clássica e contemporânea.

A importância da articulação desses dois domínios da vida social é reafirmar a ligação entre as relações que os atores colocam em prática na vida cotidiana e, apesar de estarem assim imbricadas, são seguidamente separados nos estudos (Bidart, 1988, p. 623).

³ “A questão social pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade” (Castel, 1998a, p. 41).

1.1- Seleção do tema de estudo

Em 1998 tomei a iniciativa de ir conhecer o projeto empresarial de irrigação Platô de Neópolis, localizado na região do Baixo São Francisco sergipano. Na ocasião, conversei com a gerência do projeto sobre temas diversos, principalmente sobre a geração de ocupações. Para minha surpresa, até aquele momento, não existia nenhuma informação precisa quanto ao tema. Então, lancei a idéia de fazer um levantamento, visando identificar a quantidade e os tipos de ocupações. A idéia foi aceita e o levantamento foi realizada em julho de 1998 (Mota, 1998).

O levantamento foi uma excelente “porta de entrada” para obter informações sobre o mercado local de trabalho, entretanto o mais instigante foram as conversas paralelas com os empresários sobre o “jeito de ser e de viver” dos trabalhadores, e isto provocou a minha curiosidade quanto a conhecer o discurso dos outros atores. Qual o discurso dos trabalhadores sobre o mesmo tema?

A questão colocada foi estímulo para contatos informais nos povoados circunvizinhos ao projeto. Acompanhada por um técnico agrícola que ocasionalmente prestava serviços para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), visitamos povoados e conversamos com conhecidos dele sobre as ocupações no Platô e o “jeito de ser” dos empresários e dos trabalhadores.

A sistematização das conversas nesses primeiros contatos variaram do registro em diário de campo à gravação de depoimentos, posteriormente transcritos e lidos. Discursos confrontados, percebi que compreensões diferentes estavam em oposição e se desclassificavam.

Os temas recorrentes nos depoimentos valorizavam sobremaneira as relações passado/presente nas histórias individuais e familiares de trabalho. As interpretações dos trabalhadores, confrontadas com as minhas próprias interpretações, orientaram a

delimitação de temas a serem priorizados nas próximas idas ao campo, bem como na seleção de uma literatura que orientasse as interpretações.

Novas idas ao campo garantiram-me o acercamento de um tema desafiante mas inibidor. Novos contatos com os trabalhadores do Platô evidenciaram que a grande maioria dos assalariados na fruticultura eram originários da agricultura familiar e inseridos em redes de parentesco, camaradagem e amizade, exercitadas tanto nos lugares de trabalho como nos de residência, o que lhes possibilitavam facilidades na obtenção de uma vaga. Vi nessa evidência a necessidade de me debruçar sobre temas que impunham desafios novos, mas aproveitando minhas experiências e preferências. Daí até a definição do tema desta tese foi outro percurso que me impôs mudanças na definição do objeto de estudo e algumas escolhas teórico-metodológicas.

O quadro geral de análise está delineado por um processo de mudanças sociais que, grosso modo, pode ser caracterizado como de desencaixe (Giddens, 1991; Domingues, 1999, 2001), isto é, passagem dos atores de uma ordem social constituída por formas tradicionais de produção e autoridade nas grandes propriedades pecuaristas e rizicultoras, até os anos 70, e pelo reencaixe em estruturas produtivas da cana-de-açúcar e fruticultura irrigada, regidas pelas leis de mercado.

O desenraizamento dos atores de um mundo social de condições específicas de existência enfraqueceram os laços sociais atados em torno da terra, mas não extinguiram as marcas das relações que anteriormente os ligavam uns aos outros, por vínculos interpessoais e/ou de grupos, relações estas constitutivas das formas de sociabilidade por eles vivenciadas.

A modernização da agricultura local recriou relações sociais, provocando um reordenamento temporal e espacial pelas rupturas entre produção e consumo, estação do ano e plantio, lugar de morar e de trabalhar e locais de produção e venda. Rupturas

e continuidades se entrelaçam, provocando o surgimento de novos espaços com atores cujas identidades individuais e coletivas estão organizadas fora e dentro do mundo do trabalho assalariado.

Nesse contexto, o local é (re)criado pela apropriação simbólica e econômica do território, do meio ambiente, das políticas públicas e pelas transformações das relações de trabalho, orientadas por estratégias para atendimento a padrões de qualidade e eficiência exigidos externamente. Essa (re)criação decorre da capacidade dos atores envolvidos, empresários principalmente, em utilizar recursos públicos para estruturar o projeto, assim como da conservação e (re)criação de relações sociais próprias do modelo produtivo anterior, intensificando vinculações com o mercado nacional de frutas frescas e reforçadas pelo interesse dos trabalhadores locais em permanecerem na região. Contrariamente às estratégias de migração exercitadas no passado, permanecer na região indica a possibilidade de sociabilidades que reforçam os vínculos comunitários, familiares e de maior inserção social, dentro e fora do trabalho, embora diferenciados pela tendência de maior ocupação fora de casa para os homens e maior permanência na esfera doméstica para as mulheres (Russell, 1999) ou em outras ocupação em atividades e setores específicos.

As “novas” características dos processos de construção social dos produtos frescos na agricultura têm reordenado a estrutura ocupacional do mercado de trabalho em diferentes partes do mundo, apontando para a redução do número de ocupações, mas também para a ampliação das oportunidades de trabalho para as mulheres (Cavalcanti, 1997, 1999b; Cavalcanti et al., 1998; Bendini, 1997; Lara, 1998). No Nordeste do Brasil, essas tendências podem ser reforçadas, a exemplo do que ocorre no Vale do São Francisco, ou negadas como ocorre no Platô de Neópolis. Aí, as primeiras observações permitem contestar tendências observadas na agricultura em

geral, vez que o trabalho registrado de trabalhadores rurais se sobrepõe ao clandestino, como meio de atrair uma mão-de-obra que valorizar o trabalho em paralelo com outras esferas da vida cotidiana.

1.2- Objetivos e hipótese

Esta tese tem como objetivo analisar a relação entre trabalho e sociabilidade nas regiões agroindustriais do Nordeste, por meio do estudo de uma região de fruticultura irrigada: o Platô de Neópolis, SE. Analiso como e porque os trabalhadores vivenciam mudanças, recriações e continuidades que mesclam relações de trabalho com as redes de sociabilidade preexistentes: parentesco, vizinhança e amizade. Com isso, evidenciarei como processos sociais globais estão sendo mediatizados e interpretados localmente.

Tendo em vista esse quadro, a minha hipótese é que a sociabilidade tem influenciado sobremaneira nos processos de trabalho, seja pela utilização da experiência e relações preestabelecidas entre os trabalhadores que têm contribuído para o controle da força de trabalho, seja para dotar os ambientes de trabalho de uma descontração, no sentido de que o importante é a satisfação decorrente do sentimento de interação (Simmel, 1983).

A hipótese será analisada criticamente a partir de cinco questões/objetivos de pesquisa:

- i) Qual o perfil dos trabalhadores, segundo uma noção de gênero, naturalidade e trajetória de trabalho?

- ii) Quais as rupturas e continuidades entre a agricultura tradicional e a moderna; entre um passado com acesso à terra e um presente de assalariamento; e entre a sociabilidade do passado e a do presente?

iii) Como a sociabilidade é um elemento constituinte da organização dos processos de trabalho na produção de frutas?

iv) Como o trabalho está incorporado na construção da sociabilidade dos trabalhadores nos novos espaços da fruticultura irrigada?

v) Por que as pessoas se assalariam?

1.3- Referencial conceitual

O maior desafio que enfrentei foi o da viabilidade de construir as articulações entre estes dois domínios (trabalho e sociabilidade) a partir das evidências dos pequenos eventos da vida cotidiana individual e coletiva, assim como do contexto social, que tem realidade na configuração de situações locais de trabalho em resposta a condições externas. Para superar o desafio, mediações teóricas e metodológicas foram adotadas com base na premissa de que a ação individual e a estrutura são elementos indissociáveis para a interpretação dos fenômenos sociais.

Comecei pela visita à literatura clássica (Marx, Weber e Durkheim), para a qual o trabalho é uma categoria central nas suas contribuições teóricas, continuando pela revisão da literatura da sociologia do trabalho (Friedmann, 1972; Rifkin, 1995; Castel, 1998a; Offe, 1998; Larangeira, 1999; Antunes, 1999, 2000; De la Garza, 2000; Sennet, 2000; Abramo e Montero, 2000; dentre outros).

Entre os contemporâneos, a questão matriz para todas as análises é a centralidade ou não do trabalho, polêmica polarizada por Offe (1998, p. 7), para quem o paradigma centrado no trabalho vem sendo drasticamente retirado da pauta da pesquisa social pela substituição por estudos sobre a vida cotidiana, comportamento eleitoral, dentre outros temas. Em oposição, Castel (1998a) considera o trabalho como

um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, portanto, ponto de pauta da pesquisa social:

“Existe, de fato, como se verificará a longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que cobrem um indivíduo diante dos acasos da existência” (Castel, 1998a, p. 24).

Ciente da oposição e já travando um diálogo entre sujeito e objeto, parti do pressuposto de que o trabalho é fonte de constituição de identidades e inserção social, muito embora a pluralidade de situações de trabalho na virada do século seja um dado a ser considerado. A partir dessa perspectiva, tracei um quadro geral dos paradigmas da sociologia do trabalho⁴ no último século, correlacionando-os aos processos sociais na agricultura. A priorização da indústria na construção dos paradigmas e a crescente ausência da discussão do trabalho na agricultura culminaram com a quase extinção dessa temática nas pautas de discussão sobre o trabalho nos anos 90.

Diante do contexto, optei por analisar a agricultura através de três olhares: as particularidades do trabalho na agricultura em processos que tratam da reprodução de seres vivos, crescentemente (re)construídos e adaptados aos diferentes mercados; a noção de flexibilidade das relações de trabalho como um componente anterior à crise do assalariamento, mas revestido de novas qualificações no contexto de intensificação da competitividade; e a importância do trabalho para os trabalhadores. Enfocar a última questão exigiu contatos com obras de economistas, geógrafos e historiadores da agricultura brasileira, particularmente Prado Júnior (1963), Andrade (1986), Furtado (1987), Holanda (1988), Szmrecsányi (1998) e Albuquerque Júnior (1999), para entender representações e práticas que expressam múltiplas compreensões do lugar do

⁴ Utilizada como sinônimo da sociologia industrial ou vice-versa.

trabalho na vida cotidiana numa sociedade marcada pela ruptura entre o trabalho manual e intelectual e por uma histórica subordinação da agricultura à indústria e do campo à cidade.

Assim, abordei a questão, mas sem descuidar que a construção social da agricultura tem se dado num contexto de crescente preocupação com o consumo de produtos naturais e com as formas saudáveis de produção em cadeias alimentares distribuídas pelo mundo, segundo a possibilidade de ampliação das vantagens comparativas, que repercutem, também, na diminuição das ocupações. A visita à literatura pertinente ao domínio da sociologia da agricultura deu-se através da consulta a estudos que discutem os conceitos de flexibilidade, pós-fordismo, global/local, construção social da agricultura e globalização dos sistemas agroalimentares (Friedland, 1997; Bonnano, 1999; Cavalcanti, 1999a; Marsden, 1999; Larangeira, 1999; Silva, 2001). Ocorreu, também, através da análise desses conceitos em situações particulares de pesquisa no Brasil e em outros países da América Latina (Lara, 1998; Cavalcanti, 1995, 1997; Cavalcanti e Silva, 1999; Gomes da Silva, 1999; Gómez, 1999; Graziano da Silva, 1999; dentre outros).

Apesar da definição a respeito destas abordagens para a análise da agricultura, continuava a perceber lacunas quanto à inserção dos trabalhadores no trabalho, segundo redes sociais previamente existentes, e quanto às experiências de cada um. As evidências empíricas eram claras em relação à preferência dos empresários pelos trabalhadores originários da agricultura familiar para o assalariamento, e para compreender isso necessitava eu de categorias que possibilitassem a mediação entre um passado camponês e um presente de assalariamento. Cheguei a cogitar essa abordagem sob a ótica da solidariedade e dádiva (Mauss, 2001; Godelier, 1999). No entanto, embora estas fossem elucidativas das redes de ajuda mútua que se constituem,

não pareceram adequadas para dissecar as formas e os modos de relacionamento dos trabalhadores nas interações face a face que queria privilegiar. Após contato com uma literatura sobre as relações primárias entre grupos específicos (Carneiro, 1998; D'Incao, 1999; Peixoto, 2000; Martins, 2000), optei pela sociabilidade como uma categoria teórica central para o estudo das diferentes formas de sociação⁵, inclusive as ajudas mútuas.

Assim, revisei a literatura que trata da sociabilidade, predominantemente a partir das variáveis demográficas (Forsé, 1981; Pinçon, 1986; Héran, 1988), das associações formais (Carneiro, 1998; Setton, 1996) e das relações interpessoais, interativas (Paradeise, 1980; Agulhon, 1977; Bidart, 1988; Novaes, 1999; Costa, 1999). Porém, uma dificuldade se impunha: a abrangência do conceito para um conteúdo que cruza os diferentes domínios da vida social e que está sempre abordado por meio de outros objetos. Para superar esta dificuldade, busquei a obra de Simmel, particularmente um texto produzido em 1917, denominado “Die Geselligkeit (Beispiel der reinen oder formalen Soziologie)”⁶. Uma primeira leitura desmontou a minha convicção de que a sociabilidade seria a categoria que me possibilitaria entender as conexões entre domínios tão diferenciados da vida social. No entanto, pouco a pouco, fui me rendendo à riqueza conceitual do texto de Simmel e compreendendo que, mesmo que as evidências empíricas não tivessem total ressonância na sua teoria, o tipo ideal de sociabilidade por ele construído permitia a formulação de outras referências. Isso foi o que se passou com a questão dos interesses, motivação, personalidade, que

⁵ Traduzida por outros autores, como por exemplo, Baechler (1995, p. 95) como socialização. Adoto sociação, definida a partir do próprio Simmel, como a forma pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. A socialização implicaria na aprendizagem de padrões cognitivos, expressivos, morais e afetivos (Domingues, 1999, p. 27).

⁶ Artigo traduzido para o português por "Sociabilidade - um exemplo de sociologia pura ou formal".

para Simmel (1983) não têm importância para a sociabilidade, vez que a forma independe dos laços com os conteúdos.

A alternativa que adotei foi, a partir da teoria de Simmel, ampliar o campo de análise, considerando os interesses e adicionando a noção de experiência humana, conforme definida por Thompson (1981), como um elo entre um passado camponês e um presente de assalariamento, mas também como possibilidade de tratar os trabalhadores

“(…) como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e, em seguida, tratam essa experiência em suas consciências e sua cultura das mais complexas maneiras” (Thompson, 1981, p. 182).

Concordo com o autor que a experiência é um conceito que vincula sujeito e estrutura pela ligação entre a história e as experiências particulares experimentadas pelos sujeitos e que permite destacar as trajetórias individuais e coletivas de inserção, bem como as histórias de trabalho dos trabalhadores e de suas famílias, simultaneamente, como eventos particulares e sociais.

O que considero como manifestação da sociabilidade é a evidência de quem convive com quem⁷. Como essas convivências têm transitado entre os espaços de residência e de trabalho? A resposta considera como condições preexistentes a naturalidade, o gênero, a atividade econômica da família, os lugares de residência, os pertencimentos a grupos e/ou associações.

1.4- Contexto de pesquisa

A pesquisa se realizou na região do Baixo São Francisco Sergipano, aqui composto por povoados e sedes municipais circunvizinhas ao Projeto Platô de Neópolis. A unidade central de análise é o projeto e os seus diferentes atores que transitam entre o espaço de trabalho no Platô e aqueles dos seus povoados.

A região do Baixo São Francisco caracteriza-se pelo entrelaçamento de atividades econômicas (agricultura, indústria, artesanato, pesca e comércio) e pela incidência de políticas públicas para modernização da agricultura nas últimas décadas, que culminaram com a substituição de uma ordem social constituída por formas tradicionais de produção e autoridade nas grandes propriedades pecuaristas e rizicultoras, por uma ordem calcada na agricultura irrigada para agricultores familiares nos anos 70 e, mais recentemente, para empresários por meio do Platô.

O Platô de Neópolis⁸ foi construído como parte de políticas estratégicas, apoiadas em projetos hidroagrícolas e sistemas automatizados de irrigação, que têm transformado regiões do Semi-Árido e dos Tabuleiros Costeiros nordestinos num espaço para produção de frutas frescas com fortes vínculos aos mercados nacional e internacional, tanto pelo aumento da demanda por produtos naturais e exóticos, como pelo significado que representa a conquista de novos mercados em um contexto globalizado. É resultado de uma intervenção seletiva do Estado para o estabelecimento de “ilhas” de modernização via empreendimentos empresariais sustentados no trabalho assalariado e em altos níveis tecnológicos.

⁷ A originalidade desta pergunta é mérito de Baechler (1995, p. 77).

⁸ Tem a denominação “Platô de Neópolis” devido a sua constituição geomorfológica apresentar um relevo plano e pouco ondulado, circundado por encostas, constituindo-se parte dos Tabuleiros Costeiros de Sergipe (Santos, 1996, p. 25).

O Platô de Neópolis se localiza na margem direita do rio São Francisco em Sergipe, alcançando parte dos municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco (Figura 1).

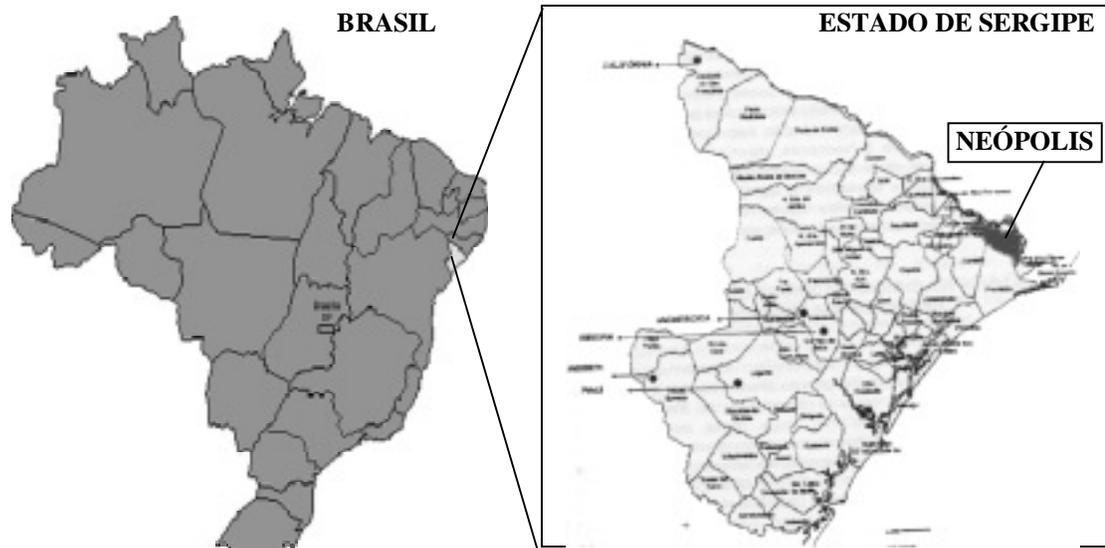


Figura 1- Localização do Platô de Neópolis.

O projeto tem 38 lotes cujos tamanhos variam de 20 a 600 hectares. Até dezembro de 2002, apenas 4.267 hectares (60% da área total) estavam ocupados com seis tipos de sistemas de produção⁹ de frutas, conforme o quadro abaixo:

⁹ “Sistema de produção, combinação, dentro do estabelecimento agrícola, (no espaço e no tempo), da força-de-trabalho e dos diversos meios de produção (terra, equipamentos, material, insumos, animais e plantações, estoques e tesouraria) visando à satisfação dos objetivos sócio-econômicos e culturais do produtor e de sua família” (Castellonet, 1997, p. 16).

Quadro 1- Sistemas de produção no Platô de Neópolis em 2001.

Sistemas de produção	Área implantada (ha)	Quantidade de empresas
Coco	754	5
Banana	164	2
Manga	58	1
Citros	559	4
Diversificado sem coco	1.149	5
Diversificado com coco	1.583	14
A implantar	-	7
TOTAL	4.267	38

Fonte: ASCONDIR.

Diferentemente dos demais projetos de fruticultura do Nordeste, o Platô sustenta-se no modelo que apresenta a inovação da parceria entre o Estado e a iniciativa privada, no qual competiu ao primeiro o planejamento e a instalação da infra-estrutura de irrigação fora dos lotes. Ao segundo, os investimentos nas parcelas e a implementação da produção e da comercialização por meio de uma cooperativa que se encontra em fase de criação. A manutenção dos sistema de irrigação fora dos lotes é de responsabilidade de um condomínio denominado Associação dos Concessionários do Projeto Platô de Neópolis (ASCONDIR).

1.5- Procedimentos metodológicos

Considerando o tema e os objetivos do estudo, priorizei o enfoque qualitativo, por meio do qual os conteúdos subjacentes às relações entre o trabalho e a sociabilidade podem ser analisados como parte de um processo social que se viabiliza na esfera local, mas no contexto mais amplo da reestruturação produtiva. Esse enfoque permite observar a realidade como um processo em construção e permeável às ações dos diferentes atores porque possibilita a flexibilização dos procedimentos

metodológicos e das reflexões teóricas no curso mesmo da pesquisa, além da consideração das representações que as pessoas têm sobre esses processos.

O tema eleito implicou decisões quanto às formas de abordagem e aproximação do conhecimento preexistente e, também, quanto à organização e discussão do material coletado. A característica central da construção metodológica é a diversidade de procedimentos, buscando, através de histórias singulares, apreender como as relações entre trabalho e sociabilidade têm se dado. Para isso, foram privilegiados instrumentos para gerar dados quantitativos, seqüenciados a partir de 1998, e qualitativos, que favorecessem evidenciar narrativas pessoais e depoimentos de acontecimentos alusivos ao presente, mas também ao passado, recorte que privilegio neste estudo.

Assim, um dos recursos que adotei para a construção e registro das histórias de trabalho foi a narração de trajetórias individuais e familiares detalhadas pelos trabalhadores em seqüências pessoais e variáveis. Em todos os casos, entretanto, foram evidenciadas situações que mesclavam trabalho e relações pessoais na agricultura, vivenciadas num contexto em que os grandes proprietários pecuaristas ou produtores de arroz tinham poder de “vida e morte” sobre os seus subordinados. Assim, foi comum, nas narrativas, a alusão a um senhor¹⁰ “naquele tempo eu era de Zeca Pereira” ou “nós vivíamos em Geraldo”, e a uma organização social específica. Desta forma, optei por visualizar a dimensão tempo pela composição passado/presente.

O passado, representado por um tempo de “filiação” a senhores proprietários, como também de indivisibilidade entre lugares de residência e trabalho. Está demarcado na memória social como referente ao vivido até os anos 70. O presente, associado ao assalariamento e à ruptura, predominante, entre residência e trabalho.

¹⁰ Grande proprietário que mantinha moradores nas suas propriedades.

Essa ruptura, no entanto, não atinge drasticamente a esfera das relações de dependência, que, apesar de enfraquecidas, ainda persistem em muitas práticas sociais. O tempo presente é também associado a um tempo de migração e de retorno para trabalhar no Platô de Neópolis, *locus* desta pesquisa.

Levando em conta a pretensão de estabelecer as conexões entre o particular e o geral, diferentes estratégias de investigação foram utilizadas visando analisar o projeto de irrigação sob a ótica das transformações que vêm ocorrendo na agricultura, como parte de um movimento mais amplo das cadeias agroalimentares, que caracteriza os mercados de alimentos nos tempos recentes de globalização. Assim, diferentes escalas e métodos de investigação foram adotadas, cujos objetivos e formas de procedimentos detalho a seguir.

1.5.1- Levantamento de dados secundários

O levantamento de dados secundários se deu através da consulta aos documentos históricos, demográficos, literários, cartográficos e estatísticas sobre a ocupação do espaço, os atores sociais, os sistemas produtivos e os mercados de trabalho e produtos, antes e depois do Platô de Neópolis. Buscou demarcar continuidade e discontinuidades provocadas pelas transformações de uma ordem social e pela ingerência das políticas públicas, mas também as suas conseqüências sobre as trajetórias individuais e coletivas, expressas pelos relatos que contam das pessoas, do lugar e do rio, em tempos de hoje, mas, principalmente, em tempos de ontem.

Por ser uma região em que a intervenção governamental foi intensa nas últimas décadas, existem dados sistematizados no que se refere à estrutura fundiária. No

entanto, análises de cunho qualitativo são raras e só começam a aparecer nos anos 90, particularmente através das teses de mestrado que versam sobre a ocupação do espaço, mas que não trazem ainda informação quanto aos impactos da implantação do Platô no mercado de trabalho e na vida local.

1.5.2- Levantamento anual do número e tipos de ocupação

O levantamento de informações primárias se deu, inicialmente, por ocasião da pesquisa sobre a quantidade e tipos de ocupações realizada em julho de 1998. Na ocasião, realizei a aplicação de um questionário semi-aberto com todos os empresários e/ou seus representantes¹¹, derivando daí cálculos quanto ao número de ocupações registradas e clandestinas, área implantada e tipos de sistemas de produção no período 1994/1998 (Mota, 1999a).

Após o primeiro ano, realizei sistematicamente levantamentos anuais no período de 1999 a 2002, efetuando visitas a todas as empresas em funcionamento, para, a partir das mesmas variáveis consideradas em 1998, dar continuidade à elaboração de uma série histórica sobre o número e tipos de ocupações, considerando que essa informação inexistia nas estatísticas oficiais e na administração do próprio projeto. Após as visitas, invariavelmente, estive nos povoados circunvizinhos e conversei informalmente com trabalhadores, líderes sindicais e antigos proprietários sobre as suas impressões quanto às transformações da agricultura local e a geração de empregos no Platô. As conversas foram registradas em diários de campo ou gravadas e transcritas.

¹¹ Na ocasião, o número de empresários era 21 em decorrência de o projeto estar iniciando o seu funcionamento.

Após cada levantamento anual, no decorrer dos cinco anos, os dados foram sistematizados para contabilizar o número e tipos de ocupações geradas segundo o recorte de gênero. Com os resultados pude identificar as tendências do mercado de trabalho local e confrontá-las com as interpretações dos diferentes atores.

Se as informações permitiram formar uma base de dados seqüenciados, não favoreciam, no entanto, correlacioná-los ao dia-a-dia do trabalho nas empresas. Com esse intuito, foram realizados estudos de caso em sete diferentes empresas.

1.5.3- Estudos de caso

Conforme sugerido por André (2000)¹², os estudos de caso permitem explicar situações particulares em profundidade. Assim, o objetivo da adoção desse procedimento foi identificar e analisar o funcionamento interno das empresas, o perfil dos trabalhadores e as interações existentes no ambiente de trabalho.

Com os estudos de caso não tenho a pretensão de ter uma representatividade das regiões de fruticultura do Nordeste, mas que os dados e análises sejam significativos em relação aos temas que contemplam no estudo específico no Platô. Para tanto, selecionei dois grupos de empresas: duas que produzem exclusivamente banana e cinco que produzem somente coco, como pode ser observado na Figura 2.

¹² Estudo de caso, via de regra, é o estudo em profundidade de uma unidade de análise que pode ser um sujeito particular, uma instituição ou uma situação específica. Os seus resultados não pretendem ser generalizantes, mas explicativos em profundidade de situações particulares (André, 2000).

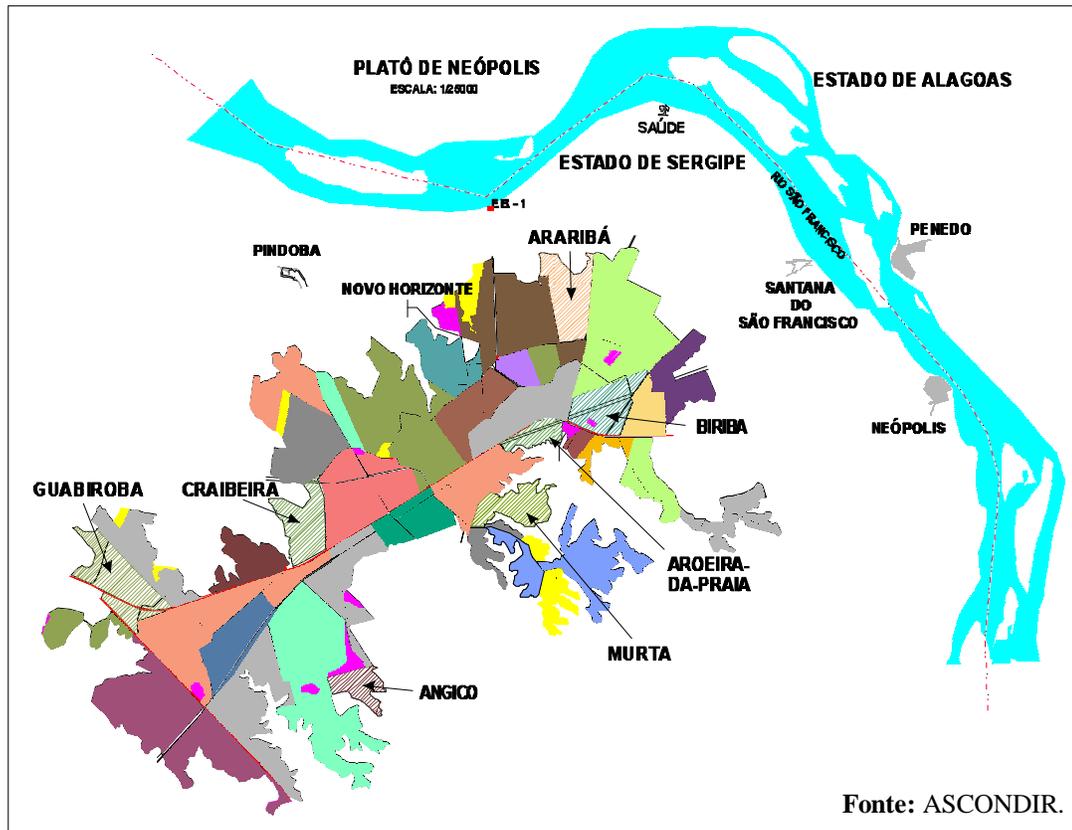


Figura 2- Lotes pertinentes à amostra de pesquisa.

A seleção dos estudos de caso não foi aleatória, mas motivada pelas diferenças e semelhanças existentes entre as mesmas na escala local. Dentre as semelhanças destacam-se:

- i)* são lotes que estão totalmente implantados, ou seja, todas as etapas de produção podem ser observadas;
- ii)* ambas as culturas estão classificadas como permanentes ou de ciclo longo, com integração a mercados que extrapolam o limite estadual;
- iii)* a exploração empresarial valorizou, sob argumentos de força física masculina, a dimensão gênero, restringindo-se à contratação de trabalhadores homens. As culturas são gerenciadas, produzidas e comercializadas exclusivamente por homens; e
- iv)* a diversidade de formas de gestão, reflexo da origem dos empresários e das suas relações ou não com outras atividades e lugares.

As diferenças são de três ordens:

i) localmente, a cultura do coco nas grandes propriedades tem finalidade industrial ou o mercado de frutas frescas em diferentes regiões do Brasil. Quanto à banana, restringe-se aos pomares, portanto, plantada predominantemente para consumo, em áreas próximas às residências e sob cuidados da família, principalmente da mulher;

ii) vários agentes no Estado de Sergipe acumulam uma experiência de mais de 50 anos na produção de conhecimento, industrialização e condução de experiências com a cultura do coqueiro e nenhuma tradição no cultivo da banana; e

iii) a cultura do coco é exclusivamente explorada por empresários locais, enquanto que a da banana é exclusiva de empresários de fora.

A identificação de cada uma das empresas é feita pela utilização de nomes de árvores nativas da Mata Atlântica. Esta medida evitará identificações desnecessárias, preservando o anonimato dos informantes.

Nas sete empresas pertinentes aos estudos de caso, o universo pesquisado foi a totalidade das pessoas que aí trabalhavam, cerca de 15% dos trabalhadores do Platô em 1999. São trabalhadores rurais, técnicos agrícolas, gerentes, consultores, auxiliares de escritório, dentre outros profissionais, independentemente do lugar que cada um ocupa na hierarquia e do tipo de relação de trabalho (registrado ou clandestino).

Inicialmente apliquei questionário com questões fechadas visando obter dados quantitativos. Ao todo, foram aplicados 183 questionários, sendo 58 nas empresas de banana e 125 nas de coco. As principais variáveis pesquisadas foram origem, idade, estado civil, lugar de residência, escolaridade, atividade da família, trajetória ocupacional, lazer preferido, participação associativa, dentre outros temas.

O levantamento realizou-se no período de novembro a dezembro de 1999, necessitando de entradas diversas nos lotes para a aplicação dos questionários. Em

uma das empresas, o acesso foi por demais facilitado e a tarefa dos trabalhadores interrompida (para a alegria dos mesmos) para que a pesquisa fosse realizada. Em outras, foram montados esquemas de substituição de trabalhadores para que as atividades não parassem. Em somente uma a entrada foi permitida, mas apenas para contatar com os trabalhadores nos horários de não-trabalho, ou seja, antes do expediente, em torno de seis horas até às sete da manhã e no intervalo do almoço, durante uma hora.

Apesar da não interrupção do trabalho e da invasão do horário de descanso, os trabalhadores foram incansáveis e amistosos nas conversas entabuladas, indo muito além do fornecimento das informações solicitadas, desaguando muitas vezes em convites para festas de família, passeio de barco e outros temas que revelavam a curiosidade dos mesmos quanto ao objeto de pesquisa e à minha vida pessoal. Esses adendos foram fundamentais à compreensão do conteúdo das sociabilidades dos trabalhadores.

Por ocasião da aplicação dos questionários, privilegiei contatos no interior das empresas pelo fato de aí estarem todos os trabalhadores, independentemente da posição hierárquica que ocupavam. No entanto nessa mesma ocasião foram articulados encontros para continuação da pesquisa nos lugares de residência de alguns dos trabalhadores. O critério central para a marcação dos encontros foi a predisposição do trabalhador diante de uma proposta minha de continuação da conversa. Um dos critérios que considerei na proposta foi certa mescla entre idade, sexo e tipo de vínculo empregatício¹³.

¹³ Fez parte da amostra um técnico agrícola, seis trabalhadores clandestinos, uma trabalhadora clandestina, nove trabalhadores registrados, duas trabalhadoras registradas.

Com os técnicos, agrônomos, gerentes, vendedores e trabalhadores moradores das empresas a continuação da pesquisa deu-se sempre nos próprios lugares de trabalho sob a justificativa de que os horários de saída são incertos¹⁴. Em ambos os casos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas que versavam principalmente sobre as histórias de trabalho de cada um e das suas famílias, assim como das suas inserções no Platô.

Como pode ser visto, muitos foram os atores envolvidos na pesquisa, independentemente da ocupação que tinham. Esses atores estão aqui classificados em clandestinos e registrados, termos adotados tanto pela conotação simbólica que têm, como pelo fato de ser a nomenclatura utilizada pelos entrevistados. Clandestino traz a idéia de escondido, à margem da lei, situação real do trabalhador que espera uma legalização trabalhista. Já o trabalhador registrado é o que mantém uma relação de trabalho regularizada por meio de um contrato de trabalho por prazo indeterminado, dispondo de uma carteira de trabalho que já estava assinada no momento da pesquisa.

Conforme explicitado, a amostra foi constituída por todos os trabalhadores das sete empresas que compõem os estudos de caso, num universo de 38 empresas. Neste sentido, concordo com a afirmação de Saltalamacchia (1992, p. 145) de que cada indivíduo é portador de relações sociais específicas. Assim, não se buscou, com os testemunhos, uma representatividade numérica, mas as evidências e compreensões que têm sobre a sua inserção no mundo do trabalho e da sociabilidade. O objetivo central desse procedimento foi traçar a trajetória de diferentes trabalhadores cuja existência atual é caracterizada pela venda da força de trabalho.

¹⁴ Dois gerentes de vendas, um vendedor de coco, seis gerentes de empresas, três trabalhadores registrados moradores, três técnicos agrícolas registrados.

O procedimento praticado nas entrevistas é aquele classificado por Saltalamacchia (1992, p. 20), isto é, como informes e testemunhos orais que são realizados verbalmente e oferecem ao investigador a peculiar maneira de como o entrevistado vê e pensa os acontecimentos em determinada circunstância social e temporal.

1.5.4- Acompanhamento mensal dos trabalhadores

Após a realização da pesquisa com todos os trabalhadores das empresas pertinentes aos estudos de caso, ficou claro que os objetivos haviam sido alcançados quanto à elaboração de um perfil dos trabalhadores, as suas impressões quanto ao funcionamento do projeto, as formas de inserção no trabalho e as trajetórias de trabalho e de vida. No entanto, não possibilitou apreender a dinâmica de entradas e saídas no trabalho e o dia-a-dia na vida local.

Por esse motivo, decidi montar um acompanhamento mensal de um grupo de trabalhadores como forma de complementar esse conjunto de informações. A seleção dos trabalhadores se deu a partir de contatos que já haviam sido realizados por ocasião das visitas anuais, mas explicando os objetivos da pesquisa e considerando a predisposição do trabalhador em participar. Os critérios para seleção foram a aceitação do trabalhador, o lugar de residência, os diferentes tipos de origem (local ou migrante) e a inserção (clandestino ou registrado) em qualquer empresa do Platô, além das diferenças em termos de idade, gênero e naturalidade.

Antes da realização do acompanhamento, os objetivos da pesquisa foram discutidos e histórias de vida foram realizadas para apreender diferentes aspectos da vida individual e familiar de cada um e, mais tarde, poder traçar as trajetórias

respectivas. O acompanhamento mensal¹⁵ tratava de registrar entradas e saídas no trabalho e outras atividades na vida comunitária local, como lazer, ajudas prestadas e recebidas e pessoas de convívio e foi realizado durante um ano, tempo importante na vida social local, tanto pela passagem pelas principais datas comemorativas, como também por outras associações simbólicas, significativas para os trabalhadores.

Esse acompanhamento foi importante para identificar as estratégias dos trabalhadores, principalmente daqueles que sem trabalho regular dependem da atividade autônoma e, freqüentemente, estão mudando de trabalho. Também foi significativo quanto ao levantamento de dados relativos à participação na vida social local, principalmente no lazer. No entanto não contribuía para entender as estratégias das empresas.

1.5.5- Acompanhamento mensal das empresas

Paralelamente ao acompanhamento dos trabalhadores, outro sistema de acompanhamento mensal foi montado para as empresas da amostra durante um ano. Objetivava apreender a dinâmica dos processos de trabalho, explícitas pelo remanejamento de trabalhadores, pela configuração e reconfiguração de equipes, pela entrada e saída de trabalhadores, pela heterogeneidade das etapas. Todas essas atividades, facilmente escamoteadas em contatos rápidos, mas visíveis em acompanhamentos seqüenciais.

A idéia foi de um acompanhamento servir de controle de outro, considerando que seria ingenuidade ignorar a questão da ocupação clandestina e pensar que as

¹⁵ No primeiro e quinto mês fiz este acompanhamento junto com um técnico agrícola residente em um dos municípios do Platô, o qual, seria o responsável pela continuidade do trabalho. Mensalmente ele visitava os trabalhadores, preenchia o formulário e me enviava.

empresas declarariam tão facilmente a utilização de uma mão-de-obra contratada dessa forma. A seguinte constatação serve de exemplo: num determinado mês, um dos trabalhadores acompanhados declarou que trabalhou por uma semana em uma das empresas, mas no acompanhamento feito na empresa esse dado não aparecia. Da mesma forma, um trabalhador declarou que saiu do trabalho por iniciativa própria e a empresa afirmou que foi dispensado por acúmulo de faltas. Na realidade, o sentido do acompanhamento foi o de me aproximar da diversidade de situações e das dinâmicas nem sempre reveladas.

O acompanhamento das empresas teve que ser feito por mim em decorrência de os gerentes e técnicos não fornecerem esse tipo de informação facilmente a qualquer pesquisador. Assim, por três vezes, visitei pessoalmente cada empresa. As demais vezes foram via telefone quando falava com pessoas que já me conheciam e confiavam de que este não era um controle do Ministério do Trabalho.

1.5.6- Observação

Independentemente dos objetivos da ida ao campo a observação foi uma atividade constante. Se nas primeiras visitas ao interior das empresas estava atenta ao que ocorresse, durante a aplicação dos questionários me detive no comportamento interativo entre técnicos e trabalhadores, assim como dos trabalhadores entre si e em relação a mim.

Durante os cinco anos de frequência ao Platô, realizei observações que privilegiavam quem conversava seriamente ou descontraidamente com quem, sobre o quê conversavam e que agrupamentos se constituíam nos horários de almoço nos galpões em que ficávamos. Logicamente que a minha presença pareceu ser uma fonte de inibição que só após algum tempo era relativamente vencida. Isso porque, se no

início do contato estavam todos me observando, após determinado tempo alguns membros de pequenos grupos riam descontraidamente e até arriscavam umas piadas.

Com as mulheres, dada a sua restrita presença no Platô, as minhas interações foram mais freqüentes nos povoados em que elas habitavam, quando conversávamos em casa, andávamos juntas pela rua ou íamos a algum bar. Nessas ocasiões também pude observar como os convívios são fragmentados entre os sexos, ou seja, mulheres saem com mulheres e homens com homens.

As formas de registro nesses encontros variaram da observação com registro posterior, ao uso do diário ou à gravação de entrevistas ou depoimentos. Normalmente, os primeiros encontros se davam sem nenhuma forma de registro escrito. Daí surgiram muitos acertos para próximos encontros com gravação ou anotações escritas.

As observações sem interação se deram nos momentos em que me concentrava nos movimentos de chegada e de saída dos trabalhadores nos galpões de pós-colheita de banana ou nos campos de coco. Em todos os casos o objetivo foi observar quem se relaciona com quem, inclusive entre trabalhadores com ocupações diferentes na hierarquia. Nesses eventos usei o diário de campo para registrar impressões.

1.6- Reflexões sobre o papel da pesquisadora

O contato com representantes diversos dos sistemas de poder instituídos nas empresas e nos sindicatos dos trabalhadores pode ter causado desconfiança de alguns dos atores, desconfiança válida para qualquer um dos dois lados, mas necessário ser enfrentada pelo imperativo de tecer e cruzar as informações prestadas pelos diferentes tipos de atores. Se por um lado, pode ter oportunizado o levantamento de suspeitas quanto aos meus reais interesses, por outro, garantiu voz a cada um dos envolvidos nos

processos de modernização, mostrando encontros e desencontros entre as visões de cada um.

Já com os trabalhadores acompanhados mensalmente durante um ano (de junho de 2000 a junho de 2001), o investimento na confiança foi reforçado em todas as visitas ao campo pelo esclarecimento constante dos objetivos do trabalho e do tipo de utilização das informações.

Já o contato com os empresários foi facilitado pela ASCONDIR, que, em um momento, chegou a convocar os empresários e/ou seus representantes a comparecerem no escritório em dia e hora predeterminados, onde eu estaria esperando para apurar o número de empregos gerados. Estava claro neste procedimento a quem pertencia o controle da situação. Na ocasião, recebi convites para visitar algumas empresas, que foram prontamente aceitos e colocados em prática após o término das entrevistas; fui recebida pela gerência e levada ao campo para observar os pomares e os trabalhadores.

O fato de estar no projeto legitimada pela ASCONDIR e pertencer aos quadros funcionais de uma instituição federal de pesquisa muito presente no Platô, contribuíram para que uma suposta lógica de reciprocidade fosse insinuada, ou seja, o acesso aos dados pode ser compensado com um acesso futuro a serviços da EMBRAPA, por exemplo.

Passados os anos, constato que aquelas visitas foram fundamentais à continuidade da pesquisa e que o acesso às empresas foi muito mais facilitado pelo relacionamento que estabeleci com alguns atores-chave, mais do que pelo fato de ser da EMBRAPA. As identificações pessoais nesta situação particular foi o elemento central de acesso a qualquer tipo de informação.

Com os sindicatos dos trabalhadores rurais os contatos foram facilitados pelo meu conhecimento com as principais lideranças, pelo fato de já ter trabalhado na

região e estar identificada como alguém que tinha afinidade com a linha política de orientação do sindicato. Ao explicar o que estava fazendo na área e quais as minhas pretensões de pesquisa, ouvi de um sindicalista “é muito importante saber urgentemente o que se passa lá dentro (do Platô) e sendo da EMBRAPA você vai ter todas as portas abertas”. Estava clara a demarcação entre nós (o sindicato e os trabalhadores) e o outro (o Platô e a EMBRAPA). E eu? Parecia estar numa interface propícia à geração da desconfiança. Mesmo assim, fui convidada do sindicato para observar a negociação de um dissídio coletivo.

A porta de acesso aos trabalhadores, no entanto, foi completamente diferente; contei continuamente com o apoio de uma das trabalhadoras que fazia parte do grupo que era acompanhado mensalmente e do técnico agrícola já mencionado.

Os encontros se deram sempre nos locais de residência dos trabalhadores e ganharam status de visita com conversa na sala e certa formalidade, quebrada algumas vezes, mas outras não, pela desconfiança do que dizer ao outro que surge do desconhecido. Explicações iniciais, vizinhos curiosos, a própria família ao redor. Conversas gravadas ou não, a depender do clima que se instalava, anotações ou não. Novo quadro se instalou com as informações coletadas e com as situações vividas. A partir daqueles contatos foram definidos os trabalhadores a serem acompanhados mensalmente, dentre os quais, uma mulher. Com ela, por uma identificação de gênero, a conversa ultrapassou para a esfera da vida pessoal. Novos convites para visitá-la foram prontamente atendidos, não sem antes ser questionada quanto ao meu tempo de permanência na região, dia de partida e prováveis retornos.

Juntas¹⁶, caminhamos pelas ruas do povoado, visitamos bares, casas de amigos e parentes dela. A todos ela me apresentava como “uma mulher da EMBRAPA que está fazendo uma pesquisa sobre a vida dos trabalhadores”. A substituição de pesquisadora por “mulher da EMBRAPA” estabelecia a minha condição de alguém que tem vida particular e também profissional e com pontos de contato com a dela, mas que é de fora. Mesmo assim, para as caminhadas pelo povoado em que ela residia fomos a pé, mas para os povoados vizinhos, que dependia de carro, ela convidou uma vizinha. A saída de um raio onde prevalecia o interconhecimento demandou uma segurança, buscada na figura de uma mulher e vizinha. Em três, fizemos visitas a amigos delas nos povoados vizinhos. Conversas informais, uma cerveja no bar e retorno para casa antes das 22 horas. As conversas oscilaram entre vida doméstica, trabalho na agricultura e maridos. Terminada essa etapa, fui questionada quanto a prováveis retornos, ficando claro que poderia contar com a companhia das duas, desde que previamente anunciada. Sem marcar, poderia chegar apenas para uma festa ou para um fim-de-semana, ou seja, para uma atividade de lazer. Estava também delimitado o que é considerado trabalho e lazer e a (in) formalidade de uma ou outra situação.

Chamo a atenção para essas questões cotidianas que estabeleceram as regras da relação entre os atores da pesquisa. Para observar e conversar há regras específicas. Para o lazer, estas regras são outras, mais flexíveis, em função do papel constituído em torno da “visita”¹⁷.

¹⁶ Não foi sem fazer um investimento no convencimento do marido dela que consegui esta proeza. Combinamos previamente que sairíamos para caminhar no dia seguinte e quando eu cheguei ela já estava pronta. Mas o marido estava em casa e por ele fui convidada a explicar o que nós duas iríamos fazer na rua. Expliquei do que se tratava e ele deixou claro que já sabia. Estava em jogo a delimitação de papéis, ou seja, mesmo que já estivesse certo que ela sairia, era importante que ficasse claro que a autorização do marido era essencial.

¹⁷ Alguém que é convidado e recebido com atenção especial para partilhar uma situação.

Outra forma de contato indireto se deu com os trabalhadores acompanhados mensalmente. As visitas que o técnico agrícola fazia a cada mês para preenchimento da ficha de acompanhamento foram ocasiões de envio de notícias, pergunta quanto à próxima visita ou de convites para festas. Mas também ocasião de um pedido de emprego na EMBRAPA por escrito. Estava claro que um contato continuado com um mesmo grupo impunha uma expectativa quanto ao que se vai ganhar para prestar todas as informações. Neste ganho, estão implícitos a possibilidade de emprego, convivência, atenção, prestígio, prazer.

Assim, a presença do pesquisador em campo é resultante de acertos e negociações, implícitas ou explícitas, inseridas numa determinada lógica de relação entre os atores da pesquisa (Alonso, 2001). A pesquisa, portanto, é fruto das negociações que se refletem na forma de como o conhecimento social é construído.

Capítulo 2

TRABALHO E SOCIABILIDADE

“Contra a idéia do ‘fim do trabalho’ argumento que o trabalho, na pluralidade de formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas (...). Sua presença tem invadido de tal forma diferentes esferas da vida que temos, hoje, grandes dificuldades em estabelecer as fronteiras que separam o âmbito do trabalho do não-trabalho” (Bila Sorj, 2000).

O trabalho constitui elemento central da sociologia desde os seus primórdios, como atestam os estudos clássicos de Durkheim (1984a, 1984b, 1984c), Weber (1994, 1976) e Marx (1984a, 1984b, 1985, 1986). Muito embora se reconheça a importância desses teóricos para o estudo do tema, as suas análises já não são suficientes para explicar as transformações do mundo do trabalho no contexto global em que a sociedade industrial, base das suas reflexões, entra em crise. Mas, importa reter que, apesar dos limites empíricos de suas teorias, as questões discutidas por estes teóricos continuam a iluminar e influenciar as discussões atuais.

O objetivo deste capítulo é discutir teoricamente o trabalho e a sociabilidade, considerando que as evidências empíricas na moderna agricultura apontam para o entrelaçamento dessas categorias nas estratégias individuais e coletivas dos trabalhadores.

2.1- Entre a teoria social clássica e os novos paradigmas

As abordagens sobre o trabalho tiveram destaque na construção da sociologia clássica, revelando a importância e o impacto dos processos de industrialização na constituição de atores, assim como das suas relações na sociedade contemporânea.

Para Domingues (1999):

“As sociedades modernas se constituíram eminentemente baseadas no trabalho, como assumido por muitas das principais teorias sociológicas, seja a de Marx, com a industrialização, a formação das classes modernas - burguesia e operariado -, e o desenvolvimento de suas lutas; seja a de Weber, que apontava para a importância do trabalho burocrático e racionalmente organizado na modernidade; ou a de Durkheim, com o desenvolvimento da divisão do trabalho social, o desabrochar da solidariedade orgânica e da anomia endêmica” (Domingues, 1999, p. 77).

O trabalho como elemento central de integração do indivíduo à sociedade foi objeto de análise de Durkheim (1984a, p. 49), para quem a antinomia entre individualismo e solidariedade na sociedade moderna se equacionaria através da divisão social do trabalho, e o sentimento de solidariedade orgânica produziria efeitos morais que seriam mais significativos do que os econômicos para o alcance do equilíbrio social. Sob essa perspectiva, o trabalho é um meio de manutenção da ordem social pela intercomplementaridade entre os que pensam, os que fazem e entre os produtores de diferentes mercadorias.

A divisão social do trabalho seria um fenômeno de solidariedade, sistematicamente organizado e coordenado para garantia da ordem social. Mas não foi alheia a Durkheim (1984b, p. 64) a premissa de que a divisão do trabalho nas sociedades industriais diminuía a coesão social, em vez de aumentá-la, pelo excesso de especialização e pelo fato de as pessoas não escolherem livremente as suas ocupações.

Nos tempos atuais de reestruturação produtiva, as categorias durkheimianas não são suficientes para explicar situações em que a interdependência de atividades é

comandada pela organização técnica da produção, da racionalização e dos modos de fragmentação das tarefas (Friedmann, 1972, p. 123). O sentido da solidariedade que supõe que os trabalhadores estejam vinculados aos demais e informados do que fazem e das mudanças de suas tarefas não corresponde aos contextos atuais, nos quais predominam formas de inserção irregulares no trabalho. As relações entre trabalhadores mudam nos seus conteúdos (origem, parentesco, tipo de ocupação, importância atribuída ao trabalho) e outras formas de controle.

Para uma segunda abordagem na sociologia clássica, o trabalho “é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (Marx, 1984a, p. 202). É a condição de objetivação de classes para constituição das bases de transformação da exploração capitalista. Marx (1984a, 1984b, 1985, 1986) centra a sua análise na compreensão do trabalho como uma constante necessidade natural da vida social e nos antagonismos construídos nos processos de trabalho na esfera da produção. Ponto de destaque da análise marxista é a distinção entre força de trabalho e trabalho, entre a capacidade de criar valor e a quantidade de valor incorporado na mercadoria no processo de produção, chave central da oposição estruturada entre capital e trabalho.

Para Marx, diferentemente de Durkheim, o trabalho é fonte de alienação em que os indivíduos são personificações das categorias econômicas, suportes em que se cristalizam relações de classes e de interesses de classe particulares, mas também fonte de “cooperação de vários indivíduos, quaisquer que sejam as condições, o modo e a finalidade” (Marx, 1985, p. 42).

Sob a ótica dos aspectos significativos da ação social dos atores individuais, Weber (1976) buscou compreender a forma particular de racionalização vivida no

ocidente. Com esse intuito elaborou um quadro tipicamente ideal do capitalismo, afirmando que o seu sucesso tinha estreita vinculação com o protestantismo, a partir de dois fatores: a separação da empresa da economia doméstica e a criação de uma contabilidade racional. O seu estudo é uma análise memorável da organização racional do trabalho, no esforço para adequar meios afins, associados, em primeira instância, ao fator religioso e, secundariamente, ao desenvolvimento da ciência e da técnica no mundo ocidental. Na obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, Weber (1976) construiu o conceito de trabalho a partir de uma ruptura com a doutrina cristã, que separava a vida espiritual do mercado, destacando que a ética protestante significou o surgimento de um tipo de comportamento que influenciou na constituição da moderna racionalidade capitalista.

Mesmo que reconheça a atualidade da noção de racionalidade, presente no substrato da constituição da sociedade moderna, a multiplicidade de relações para efetivação da mesma, no contexto de intensificação da globalização, supera em muito as associações entre religião e capitalismo sugeridas pelo autor. O capital tem conquistado novos espaços cujas condições climáticas, geográficas, sociais e políticas têm significado vantagens comparativas importantes.

Enquanto Durkheim e Marx concentram suas análises nos processos de produção, como relações de solidariedade ou de conflito na sociedade industrial, Weber centra sua análise na influência da ética calvinista sobre as condutas práticas dos atores. Apesar da diferença das contribuições, é comum a Max e Weber a compreensão de que a racionalidade estratégica constitui a principal força da racionalização formal da sociedade capitalista. É particularidade de Durkheim considerar que o processo de acumulação do capital provoca o surgimento da solidariedade orgânica na qual a divisão do trabalho é fonte de solidariedade social.

Em todos os casos, são análises da sociedade de uma época e compartilham o pressuposto de que o trabalho constitui a matriz fundamental da sociedade moderna.

2.2- Trabalho: categoria central no contexto global?

O questionamento da centralidade do trabalho nas últimas décadas, em virtude da transferência de mão-de-obra e de capital de atividades em declínio (setor secundário) para atividades em expansão (setor terciário), bem como o precoce e tendencial esgotamento destas últimas (Paiva et al., 1998, p. 31), provocou a redução do número de trabalhadores estáveis nos empreendimentos e, conseqüentemente, interferiu na constituição das novas identidades dos atores envolvidos e de suas repercussões simbólicas.

Nos novos tempos do trabalho, argumentos se confrontam e ultrapassam fronteiras num desafio teórico que, por um lado, advoga o fim da categoria trabalho como conceito sociológico e, por outro, coloca-o no centro das atenções pelo estudo dos tipos de trabalho e das suas relações. Considerando a experiência francesa, Gorz (1998) afirma que o trabalho nunca foi e jamais será fonte de coesão social e de integração e que os homens, particularmente os jovens, rejeitam cada vez mais o trabalho em tempo integral, regular.

Para ele, a questão que se impõe na contemporaneidade é a desproporcionalidade entre a política e a evolução das mentalidades e vice-versa. Mesmo no auge da sociedade assalariada, as fraturas entre classes sociais antagônicas eram visíveis e, contra a coesão de classe, a precarização do mercado de trabalho se impôs. Nessa mesma linha de raciocínio, mas refletindo sobre o contexto americano, Rifkin (1995) afirma que o trabalho humano vem sendo sistematicamente eliminado do processo de produção, diante das inovações tecnológicas, embora alguns novos

empregos temporários e com remunerações inferiores estejam sendo criados mas com variações conjunturais.

Dejours (1998) contesta que haja diminuição do volume de trabalho e sugere que o conceito de trabalho vá além de trabalho assalariado. Para ele, a identidade social está intimamente associada ao trabalho. Castel (1998a) diagnostica a crise da sociedade salarial e do sistema de proteção social, reconhecendo que é necessário reconstruir a sua articulação com a proteção social, inclusive do trabalho não-assalariado. Ao contrário, se permite que a hegemonia do mercado se auto-regule e transforme as relações sociais. Alinhada com as idéias dos dois últimos autores, mas refletindo sobre o contexto inglês, Russell (1999, p. 220) constatou que um grupo de desempregados preferiria trabalhar mesmo que não tivesse necessidade de dinheiro, pela possibilidade de uma vida mais interessante e atraente.

Para esses autores, não passam despercebidas as implicações individuais das mudanças no trabalho, cujas conseqüências podem chegar a afetar o caráter dos indivíduos (Sennett, 2000) e estimular um exacerbado grau de competitividade e individualidade. Talvez por isso, se renove o interesse pelos estudos da dádiva, a obrigação de dar, receber e retribuir, como um fenômeno universal, observável entre parentes, amigos e vizinhos, mas também, entre desconhecidos (Caillé, 1998, p. 21).

No contexto latino-americano, De la Garza (2000) busca conciliar as diferentes posições, reconhecendo que transformações econômicas e sociais impactaram o mundo do trabalho, mas:

“El trabajo, aunque no tuviese la centralidad que imaginaron los clásicos del marxismo, sigue siendo suficientemente importante para la mayoría de los habitantes del mundo capitalista como para sostener que es un espacio de experiencias que, junto a otros, contribuye a la rutinización o reconstitución de subjetividades e identidades. Hay nuevas heterogeneidades en los mundos de vida de los trabajadores, aunque las

hubo también en otras épocas, pero con diferentes características” (De la Garza, 2000, p. 31).

Em contribuição recente no Brasil, Antunes (2000), preservando o viés marxista, insiste na tese da centralidade do trabalho, reconhecendo o encolhimento da classe operária e um incremento da subproletarização. Alguns autores, entretanto, questionam a centralidade e discutem outros elementos como constituidores das novas identidades, como hábitos de consumo e estilos de vida (Sorj, Bernard, 2000; Potengy et al., 1999). Resta questionar até que ponto esses elementos são influenciados pela renda, resultante de atividades assalariadas ou não.

Não obstante todas as divergências, reconhece-se a constituição de um paradigma científico instituído em torno da sociologia do trabalho nos últimos dez anos, conforme Abramo e Montero (2000, p. 87), composto por duas vertentes. A primeira, que busca investigar até que ponto os modelos produtivos estão sendo implantados nos diferentes contextos e que características adquirem localmente. Um dos riscos desses estudos é o desaparecimento dos sujeitos individuais e coletivos e a emergência do empresariado como o novo e vitorioso ator que se apropria dos mecanismos de inserção dos trabalhadores na economia mundial, sem apontar para a vulnerabilidade dessa inserção. Além do mais, a consideração de modelos como marco de referência escamoteia particularidades locais, muitas vezes alternativas de convivência com os processos de modernização. A segunda vertente visibiliza o espaço de produção como espaço de conflitos, os processos de mudança tecnológica e a reorganização do trabalho como processo social e historicamente determinado em que as ações do sujeito e suas interações são elementos centrais para definição de sua natureza, seus ritmos e efeitos sociais. É uma abordagem que questiona a validade dos modelos de desenvolvimento para diferentes contextos e busca destacar as

particularidades locais como alternativas que podem provocar efeitos distintos na atualização dos modelos.

É consenso que o trabalho mudou, mas há discordâncias quanto ao seu lugar na constituição de identidades individuais e coletivas. A redução de carreiras estáveis e a proliferação do trabalho precário, muito embora atípicos nos países desenvolvidos, estão presentes nos países em vias de desenvolvimento e têm uma longa trajetória, que se renova recentemente (De la Garza, 2000, p. 767).

Na agricultura, essas características do trabalho são mais visíveis, seja pela heterogeneidade das etapas de produção, seja pelas estratégias usadas pelos atores para responder às distintas combinações de propriedade dos meios de produção com a tecnologia, ou mesmo, pela história da constituição do trabalho livre que associou relações de trabalho com dependência pessoal.

As particularidades apontadas, observadas em situações empíricas (Mota, 1998, 1999a, 1999b, 2001) questionam os impactos da reestruturação produtiva nas trajetórias individuais¹⁸, particularmente para trabalhadores que, oriundos da agricultura familiar, atribuem um valor ao trabalho que se articula com a valorização de outras esferas da vida cotidiana¹⁹. Trabalhadores com essas características são os preferidos pelos empresários para o assalariamento nos novos contextos produtivos que privilegiam traços adquiridos na agricultura local, como a relação específica com a natureza baseada na observação dos fenômenos naturais, respeito à hierarquia, disciplina familiar e maior adaptação ao trabalho a céu aberto .

¹⁸Entendidas como uma combinação de estratégias individuais e familiares que incluem as histórias associadas ao trabalho como o meio de socialização, permanências e preferências, aceitos ou contingenciais.

¹⁹ Segundo Heller (1985, p. 18) são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.

Não é sem razão que a literatura chama a atenção para a relação local/global no contexto da globalização na agricultura, quando características locais são reconhecidas como diferenciais importantes para atender demandas externas. Nesses processos, seria contraproducente desconhecer o poder dos mercados globais. No entanto, esse poder não tem eliminado particularidades locais, pelo contrário, tem significado um adicional importante na diferenciação de produtos que atendem aos novos padrões de consumo (Cavalcanti, 1999a), incorporados pelas grandes corporações.

Esse adicional se dá pela “apropriação” das sociabilidades vividas pelos trabalhadores em suas comunidades, questionando as abordagens que se centravam, exclusivamente, nas conseqüências da modernização e na constituição de um proletariado volante, sem atentar para as situações de trabalho e vida, que se recriam na esfera local, ainda que sob a influência dos ajustes estruturais. Mesmo que expropriados da terra e dependentes do assalariamento, as análises sobre os trabalhadores dificilmente poderão dissociar as relações de trabalho de outras esferas da vida cotidiana.

2.3- Trabalho agrícola e sociabilidade

No Brasil, a produção voltada para o mercado de produtos de qualidade passa a exigir, cada vez mais, novas tecnologias, mão-de-obra qualificada e serviços especializados, tanto no processo produtivo, quanto nas atividades pós-colheita, abrindo espaço para a participação das mulheres e dando origem a diversas relações contratuais. Os serviços tornaram-se uma parte inextricável do complexo frutícola, envolvendo trabalhadores qualificados, um número significativo de técnicos e firmas, entre outros profissionais especializados, vinculados a empresas ou autônomos.

Nesse contexto, o uso do trabalho, em geral precário, é flexibilizado segundo estratégias de adequação precisa da força de trabalho às necessidades de uma produção *just in time*, evitando-se a manutenção de contingentes fixos de trabalhadores. Uma massa de trabalhadores multifuncionais convive com profissionais altamente especializados em processos produtivos que substituem crescentemente o trabalho manual pelo mecanizado e informacional (Castells, 1999).

A diminuição do trabalho humano na agricultura mundial e brasileira é um fenômeno incontestável que ocorre por diversas razões como: a substituição do trabalho humano pela tecnologia para ampliação das vantagens comparativas; a transferência de dentro para fora das propriedades; o aumento da produção e da produtividade; o apelo da indústria urbana com melhores salários no período da industrialização; a maior facilidade de acesso aos serviços na cidade; uma prevalecente cultura de consumo que valoriza o mundo urbano; o apoio governamental a outros setores da economia; as pretensões das pessoas em seguirem carreiras alheias à agricultura, seja como parte de estratégias familiares, seja como projeto individual – são algumas das razões para esta diminuição.

Conseqüentemente, os olhares analíticos se concentraram nos “chãos de fábrica”, na nascente/moribunda classe operária, nas relações de trabalho flexibilizadas e nas novas evidências dos sucessivos modelos de produção que nascem e fenecem sem direito à maioria. Não é sem propósito que essas escolhas se deram, como também não se trata de inovação na seleção do objeto se lembrarmos que a própria sociologia nasceu como uma possibilidade de análise científica da sociedade industrial, outrora intimamente associada ao urbano, à cidade, aos bens manufaturados; em oposição ao rural, sinônimo de tradicional, atrasado e bucólico (Mendras, 1984, p. 8).

Aliás, as adjetivações acima já não se aplicam indiscriminadamente, considerando que é extremamente diversificada a composição da paisagem e a organização das atividades econômicas no espaço rural no Século XXI.

Na agricultura brasileira existem inúmeras estratégias, polarizadas ou mescladas entre diferentes graus de dependência da natureza e da atividade manual e automática; do trabalho familiar e assalariado; da produção de alimentos e de matéria-prima; do mercado local e global. Uma verdadeira multiplicidade de formas produtivas revela a contínua construção de territórios, produtos e relações entre diferentes atores.

Na agricultura brasileira, as análises sobre o trabalho rural podem ser, genericamente, classificados em dois tipos: aquelas sobre o “último ato de proletarização do trabalhador”, cuja imagem mais forte são os bóias-frias da cana-de-açúcar; e as que versam sobre o trabalho na agricultura familiar, particularmente, no Nordeste brasileiro no contexto da “modernização conservadora”.

Essas contribuições, contrapostas à diversidade de situações de trabalho em voga, particularmente nas áreas de agricultura irrigada, chamam a atenção para os significados do trabalho rural no contexto de “contínua modernização desigual”, particularmente, nos últimos anos, em que vem se dando um processo de busca do rural como lugar de trabalho e de uma segunda habitação ou de atividades não-agrícolas como hotel-fazenda, pesque-pague, restaurantes, dentre outros (Graziano da Silva e Del Grossi, 2000).

Os processos de trabalho na agricultura se dão, predominantemente, a partir da relação homem/natureza em que recursos naturais vão ser utilizados para a produção e reprodução biológica dos vegetais e animais, também sujeitos a mutações. Mesmo que algumas etapas sejam automatizadas, como é o caso da irrigação no Platô de Neópolis,

a agricultura é uma atividade que depende dos ciclos de reprodução das culturas, quer seja a céu aberto ou em estufas, sendo o risco uma condição inerente à atividade.

A maioria dos processos de trabalho se estruturam a partir de um recurso não reproduzível: a terra. A composição e o uso desse recurso é altamente diversificado no território, segundo as condições naturais e as estratégias de seu manejo. Independentemente de quaisquer condições, a exploração da terra para fins agrícolas depende da rotatividade de equipamentos e insumos, variável segundo os sistemas de manejo que se estabelecem. As espécies vegetais (culturas perenes ou temporárias) permanecem num dado espaço e ao seu redor os processos de trabalho se desenrolam, mais ou menos controlados, mas também sujeitos às adversidades climáticas, como geadas, secas, doenças, pragas, dentre outros, mas sem transformar radicalmente os ciclos de reprodução dos produtos. A indução floral da manga, por exemplo, abrevia o tempo de floração, mas não exclui essa etapa na produção da fruta. O progresso da química e da fitopatologia permite acelerar ritmos, obstar doenças, regularizar e aumentar o tamanho dos frutos, e com isso, o tempo de produção e maturação dos produtos, muito embora a colheita seja uma atividade exclusivamente manual em alguns casos das frutas frescas, apesar de as etapas de produção serem automatizadas.

Nas condições em que a agricultura brasileira se modernizou e, ainda, se moderniza, a tecnificação atingiu apenas algumas das etapas do ciclo produtivo, acentuando ainda mais as variações da utilização do trabalho, o que faz com que a utilização temporária da força de trabalho seja variada. A irregularidade de utilização da força de trabalho é vantajosa para os empresários que contratam apenas temporariamente, potencializando o trabalho, evitando a permanência do trabalhador sem atividade contínua e, conseqüentemente, ampliando a geração de mais-valia (Graziano da Silva, 1981, p. 31). Apesar de reconhecer que é a tendência geral, não

desconsidero que as estratégias de gestão são variadas e que contratendências podem acontecer na diversidade que caracteriza a agricultura brasileira.

Assim, em face dos novos papéis da agricultura, que tanto produz em escala quanto em nichos, o debate sobre o trabalho rural em situações empíricas deve ser repensado. O meio rural não é mais exclusivamente agrícola nem tampouco lugar de viver da maior parte do povo brasileiro, mas ele ainda comporta 20% da população (IBGE, 1997, p. 52), conforme discutido por Cavalcanti e Mota (2002)²⁰ e tem particularidades que extrapolam as atividades econômicas (Wanderley, 2000a e 2000b).

Apesar desse contingente, a tendência geral é de flexibilização das relações de trabalho e da maior utilização da tecnologia, particularmente nas áreas irrigadas de produção de frutas, onde as práticas agrônômicas obedecem a um cronograma que tem pouca relação com as estações e que são menos vulneráveis às condições ambientais na construção de produtos que já não preservam as suas características originais. Cor,

²⁰ No Brasil, existe um debate sobre a relação urbano/rural, cujas posições estão polarizadas entre Graziano da Silva (1997) e Wanderley (1994, 1997, 2000a, 2000b, 2001). Para o primeiro, o meio rural brasileiro urbanizou-se nas duas últimas décadas, como resultante do processo de industrialização da agricultura, de um lado; e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Chama a atenção para as novas funções e tipos de ocupação, a exemplo do turismo, da opção de residência e do abrigo de um conjunto de profissionais, antes só existentes no meio urbano. Apesar desta constatação, Del Grossi & Silva (1998), em pesquisa sobre a relevância dos cortes urbano/rural e agrícola/não-agrícola no desenvolvimento brasileiro recente, constataram que as atividades agrícolas constituem a mais significativa forma de ocupação das famílias residentes no meio rural. Wanderley (2000b) chama a atenção para os “olhares” que se lançam sobre o rural brasileiro, a diversidade dos espaços e das dinâmicas locais e para a herança colonial que valorizou as cidades como lugar do poder e das decisões para conceituar o rural. Para ela, “o meio rural é entendido como um espaço suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam como um singular espaço de vida” (Wanderley, 2000a). Para a autora, “o espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto, tanto ao nível da vida cotidiana, quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como, nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa” (Wanderley, 2000a). Apesar de particularizar o espaço rural, a autora não descuida da consideração da existência de diferentes dinâmicas sociais internas, assim como da dinâmica social externa que as influenciam. O reconhecimento do rural como espaço particular é reforçado por Veiga (2002), para quem o Brasil é menos urbano do que se pensa.

tamanho e sabor são resultantes de exigências do mercado, como também durabilidade e facilidade para transporte, muito embora, algumas vezes, as condições ambientais ou de manejo contrariem esses requerimentos²¹. As variedades são precoces e plantadas em escala que favorece colheitas diárias, totalmente dissociadas das estações climáticas e capazes de ocupar um contingente significativo de trabalhadores.

As características tecnológicas e a organização do trabalho nos novos processos de produção de frutas têm transformado ritmos e tempos de trabalho. Atividades encadeadas seqüencialmente e procedimentos técnicos, minuciosamente colocados em prática, garantem produtos em tempo e qualidade não habituais na região. Como conseqüência, os tempos de assalariamento e os ritmos de trabalho dos trabalhadores também se transformam, puxados pelas novas exigências de produção em tempos precisos.

Mesmo que sujeito a todas essas transformações, o trabalho na agricultura continua sendo uma atividade predominantemente diurna porque os ciclos de reprodução não seriam antecipados pela intensificação da jornada, muito embora os serviços de pós-colheita sejam mais independentes, particularmente porque tendem a realizar-se em *packing house* e não nos lugares de produção²². O trabalho noturno, por sua vez, implica maiores custos com salários e encargos.

A demarcação de um expediente de trabalho agrícola, espelhado na indústria, de quatro horas matutinas e quatro vespertinas, começando e terminando em horas precisas, está estruturado “em função de uma organização social diferenciada, que

²¹ Em visita a uma empresa que produz banana, no Platô de Neópolis, fui informada que cerca de 20% da produção não era comercializada para o mercado de produtos frescos, mas para fábricas de doce e a preços bem menores em decorrência de não atenderem as especificações. Isso mostra que atender as exigências dos mercados é mais complexo do que parece. Demanda capital, competências técnica e de gerenciamento.

²² Tendência observada no Vale do São Francisco. No Platô de Neópolis é realizado no interior do próprio lote.

obriga os homens a se disciplinarem, até certo ponto, pautando seu relógio fisiológico num relógio social” (Elias, 1998, p. 42). Na agricultura patronal ou em grande escala, a separação entre trabalhadores e meios de produção implica redefinição dos mesmos com a determinação do tempo, o que “equivale a decidir se tal ou qual transformação, recorrente ou não, produz-se antes, depois ou simultaneamente a uma outra” (Elias, 1998, p. 43) pelos controladores dos processos de trabalho.

Para um trabalhador assalariado, a determinação de tempo foge completamente do seu controle em função da eficiência e produtividade em processos de trabalho organizados por terceiros, mas que demandam os seus conhecimentos e experiências. A experiência passada na agricultura está valorizada, mas desatrelada do poder de utilização do tempo, valor essencial na tradição da agricultura camponesa em que o calendário não está jamais completamente sincronizado com o tempo vivido (Mendras, 1984, p. 73).

Mesmo que se reconheçam as particularidades da produção na agricultura, é inquestionável que:

“O trabalho passa a assumir um conteúdo crescentemente intelectual, em contraposição ao conceito de trabalho físico, manual. Aumenta a importância da informação, do trabalho imaterial, em contraposição ao conceito convencional de trabalho, centrado na idéia de transformação da natureza” (Liedke, 2000, p. 273).

Parece haver concordância quanto à idéia da autora e suas conseqüências. A assertiva é tanto mais válida quanto maior seja o grau de tecnificação e de menor dependência das condições naturais. Para o caso das atividades que dependem da natureza, particularmente quando o universo de análise é atividade desenvolvida por inúmeros arranjos (saber autóctone, conjuntura, estratégias de reprodução social,

dentre outros) que vão além do estrito senso econômico, o conteúdo do trabalho deve ser relativizado.

Nas condições de produção do Platô, se constata, paralelamente ao processo de intelectualização do trabalho, uma valorização das qualificações obtidas no dia-a-dia da agricultura familiar. No entanto, face às particularidades do trabalho, a maior intelectualização do trabalho manual existe apenas para uma minoria de trabalhadores que lida com os sistemas automatizados de fertirrigação. As atividades são desenvolvidas por trabalhadores²³ que, apesar de terem experiências práticas na agricultura, nas novas funções as utilizam cada vez menos. No entanto, têm aprendido outros saberes, como o manuseio de equipamentos em tempos não convencionais. Assim, a “desqualificação” é parte de um processo mais amplo de divisão do trabalho, inerente à separação do trabalhador dos seus meios de produção, significado da transformação da força de trabalho em mercadoria, não obstante a valorização de muitas das características das suas sociabilidades.

O pressuposto que orienta a análise da relação entre trabalho e sociabilidade é a íntima vinculação existente entre essas duas esferas, aqui separadas com fim estritamente analítico. A sociabilidade é abordada por ser uma condição de interação vivenciada por todos os trabalhadores, dentro e fora dos lugares de trabalho, particularmente no atual contexto de reestruturação produtiva em que as fronteiras que separavam o âmbito do trabalho do não-trabalho estão difusas. Em consequência, as interações vivenciadas nos lugares de habitação tendem a se estender a outras esferas da vida cotidiana, como o trabalho.

²³ Do total dos trabalhadores pertinentes ao universo pesquisado, apenas 6% desempenham atividades relativas ao controle informatizado da irrigação. Mesmo assim, são contratados como trabalhadores rurais sem nenhum tipo de qualificação formal. A assistência técnica para os sistemas de irrigação é prestada pelas empresas fabricantes.

Isso não significa dizer que todos convivem entre si com a mesma intensidade, ainda mais se considero que a sociabilidade no trabalho é compulsória, enquanto que nos lugares de residência e de lazer é eletiva. Os processos de atração e de repulsão também se farão por escolhas (Maffesoli, 1998, p. 121).

A integração do trabalho e da sociabilidade como meio de entendimento das condições empíricas da mediatização do global no local propõe uma ruptura com olhares analíticos realizados sobre a sociedade salariada no auge do fordismo, quando os enfoques que norteavam a produção teórico-metodológica (décadas de 50 e 60) eram os estudos sobre a adequação da classe trabalhadora aos requisitos da indústria e às exigências tecnológicas inexoráveis. Os papéis²⁴ desempenhados no trabalho estavam no centro das análises em um momento histórico em que os frutos do progresso técnico eram repassados para os trabalhadores e o estado de bem-estar social para uma grande parcela da população.

A relação das ciências sociais com os processos ditos de modernização, no auge da industrialização americana, se deu pela via do estudo dos comportamentos dos trabalhadores para adaptá-los, o mais funcionalmente possível, às exigências da indústria, originando-se o enfoque da empresa como sistema social “constituído pela interação direta ou indireta de seres humanos entre si” (Parsons, 1976, p. 49), logo generalizado para a sociedade como um todo.

Segundo essa tradição, no trabalho, a interação de atores individuais ocorre em circunstâncias tais que é plausível tratar esse processo de interação como um sistema (Parsons, 1976, p. 56) no qual a unidade mais significativa de análise é o papel social,

²⁴ O estudo dos papéis forneceu a visibilidade necessária da maneira como as pessoas se comportavam nas situações de trabalho segundo a perspectiva individual para orientar na adequação aos reclamos da industrialização.

setor organizado da orientação de um ator que constitui e define sua participação num processo de interação (Parsons, 1976, p. 63).

Segundo Castillo (2000, p. 41), foi exatamente a investigação de problemas psicossociológicos que orientou a sociologia norte-americana no momento de estruturação dessa área de investigação, compreensão partilhada por Bottomore (1987, p. 121), para quem o estudo dos papéis facilita a cooperação necessária entre a sociologia e a psicologia no estudo do comportamento social. Tal orientação

“Tende a provocar uma concepção demasiado individualista do comportamento social, na qual a sociedade é vista como um agregado de indivíduos relacionados apenas através do complexo sistema de papéis da sociedade como um todo, enquanto os grupos sociais dentro da sociedade são negligenciados” (Bottomore, 1987, p. 121).

A influência desse enfoque extremamente individualizado ao mesmo tempo em que revelou comportamentos encobriu sociabilidades, ou seja, as relações entre indivíduos e grupos no trabalho, e, também, nos seus grupos de pertencimento. Essa talvez seja a provável causa do vazio existente sobre a sociabilidade nos estudos sobre o mundo do trabalho, apesar de estudos sobre a sociabilidade terem tido impulso a partir da sociologia de Simmel (1967) no início do Século XX²⁵.

Como afirmado, foi Georg Simmel quem inicialmente desenvolveu com maior profundidade o estudo da sociabilidade como um fenômeno da era moderna. Para Simmel (1983), a sociabilidade é analisada e definida como “a forma lúdica de sociação. Sua relação com a sociação concreta, determinada pelo conteúdo, é semelhante à relação do trabalho de arte com a realidade” (Simmel, 1967, p. 169), ou

²⁵ A abordagem Simmeliana centrada na ação do indivíduo se faz enunciar desde os seus primeiros escritos, muito embora se reconheça que esse foco adquire particular importância no Século XX, através das contribuições de diferentes autores, dentre os quais, Mead, Weber, Giddens, Parsons e outros (Ianni, 1995, p. 53).

seja, mostra em um objeto concreto o mais bonito que o olhar do artista consegue focar, mesmo que na realidade não seja propriamente bonito ou agradável o conteúdo expresso na obra artisticamente produzida. A analogia utilizada pressupõe que, nos processos de interação cotidianos, é o prazer da reunião que comanda. O que importa é que os indivíduos tenham a sensação de que interagem. Cada indivíduo está imbuído de ter a satisfação equivalente à que proporciona aos outros.

Mas, para isso, os atributos objetivos (riqueza, posição social, cultura, fama) e subjetivos (caráter, disposição, humores) dos indivíduos são eliminados como fatores de sociabilidade. As qualidades pessoais do fino trato (amabilidade, gentileza, atenção, dentre outras) são ressaltadas sem permitir uma exposição demasiada da sua própria personalidade, “(...) aqueles traços mais genuína e profundamente pessoais da vida de alguém, o caráter, a disposição e o destino, devem igualmente ser eliminados como fatores de sociabilidade” (Simmel, 1967, p. 170). Mesmo diante do despojamento do inteiramente pessoal quanto do inteiramente objetivo, a sociabilidade entre indivíduos de classes sociais muito diferentes é problemática, mesmo que se reconheça que a sociabilidade é um jogo de “faz de conta” que todos são iguais.

A sociabilidade é uma categoria que possibilita compreender a relação entre esferas da vida cotidiana e do trabalho, simultaneamente, tanto no que se refere às suas formas (redes de indicação, equipes de convivência no trabalho e na rua, por exemplo) quanto ao conteúdo (interesses, finalidades, desejos dos indivíduos). Mas para Simmel (1983), a sociabilidade é abordada pela ótica do prazer que a sociação proporciona entre membros de uma mesma classe social. Ele a define como uma forma de existência social liberada de todos os laços com o conteúdo, livre das motivações individuais.

É precisamente essa condição de interação que, segundo Simmel, representa a melhor solução de um dos maiores problemas da sociedade: a mensuração do peso e da importância que, na vida total do indivíduo, são dele propriamente e os que são provenientes da sua esfera social. Isso porque os dados objetivos e subjetivos individuais são submersos em um “mundo comum de valores, códigos e conhecimento compartilhado com o resto da sociedade” (Sorj, Bernard, 2000, p. 28).

No pensamento de Simmel, em sociação, como forma lúdica, os indivíduos se sociabilizam pelo prazer de se reunir, sem propósitos definidos ou interesses, sem conteúdo que não o sucesso do momento. Talvez por isso o fenômeno mais típico da sociabilidade seja a conversação, legítima em si mesma, forma das mais puras de reciprocidade. “Isto não implica que o conteúdo de uma conversação seja indiferente. Ao contrário, deve ser interessante, atraente e mesmo importante. Mas não pode se transformar no propósito da conversação, que nunca deve estar atrás de um resultado objetivo; este possui uma vida independente, fora, por assim dizer, da conversação” (Simmel, 1967, p. 176).

Quando contraponho os elementos teóricos aportados por Simmel para estabelecimento da sociabilidade como categoria sociológica, em relação ao objeto de estudo que cruza sociabilidade e trabalho, reconheço que apesar da base existente, é próprio dos objetos sociológicos o movimento contínuo, tornando-se mais complexo e provocando a recriação das configurações conhecidas (Ianni, 1995, p. 51).

Assim, ao mesmo tempo em que agrego a esta análise os elementos simmelianos, acrescento aqueles pertinentes à ordem das relações efetivamente vividas pelos indivíduos e que se revelam no conteúdo mesmo das relações tecidas entre um e outro indivíduo e entre indivíduos e grupos, cujos conteúdos se referem a conversas sobre o trabalho, procura por vagas, jogos, brincadeiras, divertimentos. Estes últimos

elementos remontam a Simmel, que aborda a sociabilidade pela ótica do prazer que a socialização proporciona.

As análises mais recentes sobre a sociabilidade na realidade brasileira tratam dos conteúdos das relações e dos limites das interações. Bernard Sorj (2000) e Domingues (1999) a abordam como elemento constitutivo das interações na sociedade nacional, supondo a existência de sociabilidades que, só genericamente, podem ser subsumidas num tipo comum. Para isso, a relacionam ao reconhecimento da desintegração das formas tradicionais de autoridade e da reflexividade que passam a ser mais requisitada diante das incertezas do mundo moderno. Na mesma direção, mas enfocando as relações locais, Peixoto (2000) analisa a sociabilidade dos idosos no Rio de Janeiro, Frehse (1996) e Setton (1996) estudam respectivamente os transeuntes e os rotarianos em São Paulo e D'Incao (1992) classifica tipos de sociabilidades nas grandes metrópoles, destacando a segregação dos diferentes estratos sociais.

Os diferentes olhares e enfoques sobre a sociabilidade trazem em comum dois aspectos. O primeiro é que o cerne da sociabilidade é o “tipo de atitude manifestada pelos sujeitos uns em relação aos outros no curso das interações sociais” (Domingues, 1999, p. 21). Atitude, no sentido genérico, tanto “lúdica”, como propugnada por Simmel (1967, p. 169), quanto não-lúdica. Nesta última acepção, a sociabilidade é um fenômeno que ultrapassa as fronteiras dos círculos de indivíduos que se conhecem, que se reúnem e que pertencem a um mesmo mundo social, conforme concebida por Simmel, que chega mesmo a afirmar que “(...) a sociabilidade entre membros de classes sociais muito diferentes é amiúde inconsistente e dolorosa” (Simmel, 1983, p. 172). O segundo aspecto é que os espaços metropolitanos constituem-se no cenário preferencial das análises para todos os casos. Para além das análises da sociabilidade na realidade brasileira e metropolitana, diga-se de passagem, Carneiro (1998) analisa a

sociabilidade em uma aldeia francesa através das associações que promovem encontros variados para lazer ou discussão de interesses específicos. “Eles (os encontros) são um sinal de vida da aldeia” (Carneiro, 1998, p. 180). E a sociabilidade externa às associações? Do ir e vir nas ruas da aldeia ou de um povoado? Das relações interpessoais ou de grupo nos espaços em que trabalham e vivem? Estes questionamentos foram feitos por Bidart (1988, p. 621) no cenário da produção acadêmica francesa sobre a sociabilidade.

A última autora parte da constatação de que a sociabilidade para Simmel é uma forma de existência social liberada de todo conteúdo social, livre das motivações individuais. A sociabilidade é forma, ou seja, são interações sociais concretas que se constituem a partir de conteúdos determinados. Concordo em parte com a constatação, mas considero que as motivações individuais são consideradas por Simmel como a alavanca da sociabilidade, já que o prazer de interagir é a mola propulsora da sociabilidade, muito embora o conteúdo social da motivação só tenha se sobressaído a partir das abordagens mais empíricas dos trabalhos da Escola de Chicago sobre as relações de vizinhança, familiares, dentre outras (Bidart, 1988, p. 621).

No geral, o conceito de sociabilidade está construído como um conjunto de relações tecidas pelos indivíduos e as formas como estas relações são estabelecidas:

“O termo sociabilidade tomou tal vulto que foi preciso distinguir as relações estabelecidas entre dois indivíduos - ditas primárias ou informais - das relações coletivas, designadas como secundárias ou formais. Se estas sociabilidades diferem na forma, seu traço comum é sempre a relação face a face, a interação com o outro ou os outros” (Peixoto, 2000, p. 46).

Cabe fazer uma distinção entre as diferentes compreensões acerca da sociabilidade primária e secundária. Grosso modo, a classificação aplica-se em escalas diferentes. Castel (1998b) a utiliza para a totalidade das relações correntes na

sociedade. Para ele sociabilidades primárias são “sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas” (Castel, 1998b, p. 48). Seria datada e própria das sociedades denominadas de camponesas. A sociabilidade secundária, no entanto, vem preencher as lacunas abertas pela complexidade da sociedade na sociabilidade primária. É uma intervenção orquestrada com função protetora, integradora e preventiva. É uma intervenção da sociedade sobre si mesma, diferentemente das instituições que existem em nome da tradição e do costume (Castel, 1998b, p. 57).

A essas classificações, adiciona-se a de Bidart (1988) que, através das categorias formal/informal, elucida o que entende por sociabilidade primária e secundária para um contexto específico, destacando que a forma é a condição imprescindível à análise da sociabilidade. Forma aqui entendida como interações sociais concretas que se constituem a partir de conteúdos determinados, seja na moda, na conquista, no uso do adorno (Souza, 1998, p. 17).

O que há de comum nas três abordagens é que a sociabilidade primária é fruto das interações face a face, enquanto a secundária é intermediada por instituições que são variáveis no tempo e no espaço, podendo se dar de forma voluntária (adesão a um time de futebol ou associação de moradores, por exemplo) ou não (pertencimento ao conjunto de moradores de um povoado que são incluídos em um programa de melhoria de renda).

Mesmo que o conceito de sociabilidade seja muito utilizado em estudos recentes, a maioria dos autores o emprega de uma forma ampla, que pode ser aplicado a qualquer situação. Para Peixoto (2000, p. 45) a sociabilidade é o “conjunto de relações sociais tecidas pelos indivíduos e as formas como estas são estabelecidas”.

Dessa forma, o recurso de associação do conceito às dimensões territorial, familiar, identitária, dentre outras, tem se mostrado fértil como atestam diferentes estudos (D'Incao, 1992, 1999; Costa, 1999; Novaes, 1999; Peixoto, 2000; Whitaker e Antunes, 1999; dentre outros autores).

Neste estudo, utilizo esse conceito para analisar as práticas que se efetivam a partir da dimensão territorial (trabalhadores residentes em municípios circundantes do Platô de Neópolis), da relação com o trabalho (inserção contínua ou descontínua e exclusão) e das redes de interações interindividuais ou grupais tecidas nos lugares de residência e no trabalho ou em ambos (quem convive com quem, onde e em que situações). Considero que essas dimensões são elucidativas das relações entre trabalho e sociabilidade porque revelam as interações entre trabalhadores residentes nos mesmos espaços e círculos de interconhecimento.

O quadro geral de análise da relação entre trabalho e sociabilidade é a agricultura no contexto da globalização do setor agroalimentar em que a flexibilidade e a construção dos produtos se dão segundo estratégias locais de construção de espaços específicos e de implantação dos processos de produção para atender demandas externas, como analiso no capítulo a seguir.

Capítulo 3

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

“Nos primeiros tempos, a história do mundo consistiu, por assim dizer, numa série de episódios desconexos, cujas origens e conseqüências eram tão distantes entre si quanto suas localidades, mas deste momento em diante a história se torna uma totalidade orgânica: assuntos da Itália e África estão ligados aos da Ásia e da Grécia, e todos os acontecimentos têm relação e contribuem para um fim único” (Políbio, morto 118 a. C., sobre a ascensão de Roma).

O foco de análise neste capítulo é o cenário global do setor agroalimentar, no âmbito do qual a agricultura é social e culturalmente construída (Cavalcanti e Marsden, 2001), como parte de um meio não somente agrícola, mas de múltiplas atividades, formas de organização da produção, do uso do trabalho e da tecnologia, onde objetiva e subjetivamente se efetivam as relações entre o trabalho e a sociabilidade.

O pressuposto que orienta a análise é que o meio rural vem passando por transformações cujas conseqüências mais visíveis são: as migrações de retorno (das grandes cidades para o campo ou pequenas cidades), a diversificação das atividades econômicas (sofisticação das atividades agrícolas e intensificação das atividades não-agrícolas, principalmente serviços) e a revalorização da natureza, que têm estimulado o surgimento de novos atores e movimentos sociais.

Embora as transformações se concretizem na esfera local, elas são afetadas por outros eventos que extrapolam essa esfera, conforme discutido por Giddens (1991) nas

noções de lugar (espaço físico) e espaço (onde as relações sociais se dão) na contemporaneidade. No contexto atual, isso não seria diferente para a agricultura, influenciando para que decisões locais sejam tomadas em atendimento a demandas globais, mas segundo estratégias particulares que maximizam vantagens comparativas.

Neste capítulo, traço as tendências gerais que vêm se delineando nos debates sobre o setor agroalimentar, delimitando qual é o lugar do trabalho nessa discussão, para depois focar este tema sob a ótica da flexibilização das relações e da construção dos produtos da agricultura, evidências empíricas de como processos globais se mediatizam localmente.

3.1- Tendências recentes no debate sobre o setor agroalimentar

Os estudos na sociologia da agricultura vêm se constituindo em uma referência importante à compreensão das relações entre o local e o global e têm se dado predominantemente nos denominados países do Norte.

Segundo um agrupamento proposto por Bonanno e Constance (2001), o debate está delineado em quatro posições distintas. A primeira, representada pelos trabalhos de Bonanno e associados (1995, 1996, 2001), a partir do qual as novas condições que surgem no fordismo podem ser agrupadas sob o conceito pós-fordismo global, no qual os aspectos mais decisivos têm sido o aumento da flexibilidade em escala global, a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas da economia, destruindo as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando-se uma descentralização da produção (Bonanno, 1999, p. 52).

Uma aparente desorganização da estrutura produtiva anterior parece ser remontada a partir de uma diversidade de formas de trabalho e controle dos processos e dos trabalhadores que se dispersam pelo mundo segundo as condições mais

adequadas à potencialização do lucro geral. É o refinamento da racionalização que, paradoxalmente, descentraliza a produção e centraliza as finanças, pesquisas e informações (Bonanno, 1999, p. 53). Uma aparente desorganização do mundo econômico parece entrar em cena, mas esta aparência é completamente ilusória considerando a capacidade de mobilidade, de seleção e de potencialização do consumo que as corporações têm.

Alessandro Bonanno e seus pares reconhecem o pós-fordismo como a fase atual do capitalismo global, cujos arranjos significam crescimento econômico e polarização espacial, aumentando o poder das corporações transnacionais, a crise do estado-nação e a limitação nas práticas da democracia. Em essência, pós-fordismo global não é o sistema globalizado, mas um sistema de mobilidade global e ações globais as quais operam em reação para condutas que manifestam elas mesmas em territórios locais e regionais.

O ponto de contato desse debate com o estudo de situações que têm realidade na produção de frutas de um país do terceiro mundo é a localização da agricultura num cenário em que as ações locais estão crescentemente influenciadas por ações externas, seja da indústria a montante ou a jusante, seja das próprias exigências dos consumidores de produtos frescos para quem uma dieta saudável e natural tem nos produtos agrícolas um suporte importante. Além do mais, é extremamente relevante a abordagem da globalização sob o ponto de vista da flexibilidade e da mobilidade não apenas econômica, mas sob o ponto de vista cultural e político, ou seja, do exercício da democracia para o cenário mundial, enfatizando o papel dos movimentos sociais.

Sob o foco de um olhar estrutural, McMichael e co-autores (1994, 1996) comungam a idéia de que o projeto de globalização é a mais recente tentativa de estabilização do capitalismo. Portanto, a característica central é o significativo

abandono de velhas estratégias de modernização que, anteriormente, estavam baseadas no desenvolvimento de projetos nacionais que visavam repetir as experiências das sociedades avançadas no Terceiro Mundo. Os tradicionais modelos de desenvolvimento foram substituídos pela estratégia de especialização que alavanca processos de diferenciação e integração em regiões em torno do mundo, intensificados nas últimas décadas do Século XX. Partilha também com outros autores a idéia do fim do fordismo e que os anos 70 representam um crítico período de reorganização da ordem sócio-econômica mundial em decorrência dos movimentos sociais e protestos de estudantes, crise do petróleo, aumento da competitividade nos mercados internacionais, dentre outros motivos.

Para o autor, a globalização é um processo de integração econômica mundial, muito embora ele mesmo reconheça que grande parte da população está excluída dos circuitos globais e, como tal, sofre as conseqüências da exclusão, mas não é capaz de reagir, pois as determinações são externas. Dessa forma, o papel dos atores sociais está relegado, em detrimento da gênese da economia.

A grande contribuição de McMichael é traçar o perfil da estrutura de relações econômicas e políticas internacionais que deram suporte ao surgimento e à evolução do sistema global. No entanto, a supervalorização da “orquestra” financeira, assim como do papel dos agentes financeiros, escamoteia completamente o papel dos atores sociais, organizados ou não, em reação a essa orquestração. Em conseqüência, os agentes macroeconômicos parecem por si só conduzirem os processos.

Em contraste com esta supervalorização dos agentes econômicos e reconhecendo a ação das diferentes classes sociais, mas sem perder de vista as características globais do novo sistema de produção de alimentos, Friedland (1994) afirma que a globalização afeta de maneira desigual regiões, setores e mercadorias.

Critica os autores que abordam a especialização flexível e o pós-fordismo e defende a tese da produção padronizada de massa dos produtos frescos ou pseudo-frescos, mas dentro de uma variedade de produtos especializados para extratos privilegiados dos diferentes continentes nas sociedades avançadas. Nestas, segundo o autor, as dietas se caracterizam pela substituição de alimentos duráveis por frescos ou pseudo-frescos vindos de diferentes partes do planeta por meio de sofisticados sistemas de conservação, redes de produção e de padronização. Segundo Friedland, isso responde à crise de homogeneização do mercado de massa e introduz uma variedade de produtos para abastecer a nova e diversificada demanda dos consumidores globais.

A teoria dos nichos de mercado é a chave para entender a noção de uma produção que atende tanto a diferenciação dos produtos já disponíveis, quanto a novos produtos como os exóticos e as hortaliças. É um fenômeno que refere-se ao padronizado mercado de massa dentro de uma gama de produtos especializados. A fragmentação do mercado encoraja a expansão do consumo pela introdução de novas variedades e produtos oriundos de unidades de produção que, apesar de parecerem independentes, são completamente controladas por grandes corporações, como ocorre em outros setores da economia.

As corporações utilizam as ferramentas técnicas e legais para fragmentar unidades porque seus grandes tamanhos e estruturas não permitiriam o atendimento às novas e variadas demandas de mercado. No entanto, a produção não se caracteriza pela produção artesanal e não denuncia o fim da produção de massa e a concomitante emergência de uma base artesanal de manufatura. Integradas verticalmente, ao contrário, demonstram maior sofisticação do sistema de produção de massa, que se baseia apenas formalmente nas pequenas unidades, mas são controlados por grandes corporações.

A abordagem de Friedland tem o grande mérito de reconhecer que a globalização afeta diferentemente setores e atores da economia, mas ao se concentrar na produção e destacar as classes sociais segundo os locais que elas ocupam na matriz produtiva, o autor reduz a sua análise à complexidade do sistema econômico, social e político que, segundo Bonanno (1999), foi reconhecido por vários autores como parte constituinte do fordismo e do pós-fordismo.

Partilho com Bonanno e Constance (2001) a crítica de que a análise de Friedland tem na produção o seu centro de análise e, por isso, outras esferas da vida social estão relegadas, como os arranjos que são feitos, institucionalmente ou não, nos sistemas de relações nas esferas local e global. Mesmo que na esfera da produção o modelo de análise utilizado tenha validade para os países do Norte. Ali, as redes de comercialização dos produtos estão controladas pelas corporações, e o poder de controle dos consumidores, do movimento ambientalista e dos trabalhadores organizados exercem pressão sobre a qualidade dos produtos e das relações de trabalho.

Diferentemente das três discussões arroladas acima, Arce e Marsden (1993) e Arce (1997) colocam o ator no centro das interpretações sobre a globalização, reivindicando uma abordagem que analise como a globalização está sendo mediatizada, adaptada ou manejada pelas diferentes experiências dos indivíduos ou grupo de indivíduos em cada lugar. Ele julga complexo conceituar as diferentes versões das teorias sobre a globalização, mas rejeita a dicotomia fordismo/pós-fordismo e sugere que o fordismo pode ser interpretado a partir do diálogo entre macro e microabordagens, possibilidade plausível de compreensão do papel dos atores nos eventos globais. Isso porque as macroanálises negligenciam esses aspectos, razão pela qual fornecem apenas limitadas versões dos processos globais que são fragmentados e

re-interpretados sob enfoque local. Em outras palavras, os fenômenos globais são mediatizados e reconfigurados pelos atores locais e estas ações só podem ser ressaltadas pelas microanálises.

No conjunto de abordagens e de proposições metodológicas, a originalidade de Arce reside no fato de propor que seja tomada em consideração a dimensão micro dos processos e as diversidades que essas dimensões ensejam nas esferas locais, considerando que os atores fazem sentido da sua vida cotidiana através das interpretações das situações nas quais eles usam para favorecer suas existências.

Confrontando as diferentes tendências, constato que para todos os autores considerados a agricultura é analisada num sistema de interconexões com outros setores da economia no contexto da globalização, que é considerada como um fenômeno em construção com impactos diferenciados em regiões, locais, setores e produtos.

Os autores têm em comum o fato de pautarem suas análises nas economias dos países do Norte onde as corporações monopolizam a construção e distribuição dos produtos da agricultura como objetos de consumo e desejo. A grande maioria da população participa dos diferentes circuitos de consumo e as preocupações centrais giram em torno da qualidade de vida e, mais recentemente, da preservação do meio ambiente.

As principais diferenças nas análises verificam-se na reivindicação do enfoque para além da economia, para a oposição entre as classes ou ainda para a consideração do ator no centro do debate. Apesar das diferenças, a problemática do trabalho e da sociabilidade dos atores não tem visibilidade, provavelmente pela questão da exclusão social não ser um problema tão grave como no Brasil e, conseqüentemente, não constar na pauta de preocupação dos analistas. Além do mais, a paradoxal relação entre

uma agricultura moderna e a intensificação da precarização do trabalho constitui tema dos mais atuais no debate brasileiro, particularmente em um momento em que se discute no Congresso Nacional mudanças na CLT, com tendências à flexibilização das relações de trabalho com perdas de direitos para os trabalhadores.

3.2- A “nova” agricultura: heterogeneidades na relação produção-consumo

Mesmo que as conseqüências recentes da globalização do sistema agroalimentar nos modos de viver e de trabalhar das pessoas não constem na pauta de discussão da sociologia da agricultura, esses temas constituem objeto privilegiado da sociologia do trabalho. As discussões são marcadas pelo destaque à especialização flexível, pela incorporação da tecnologia da informação à atividade produtiva e a adaptação da força de trabalho às novas circunstâncias (Fridman, 2000, p. 1), assim como pelas recentes transformações nas relações de trabalho, agora também analisadas pela ótica de gênero e pelo questionamento dos limites entre trabalho e não-trabalho.

Não restam dúvidas de que a substituição freqüente de padrões de consumo, devido à “colonização” do inconsciente e aos investimentos libidinais nas mercadorias, solicita a produção urgente e ininterrupta de novos produtos para satisfazer novos desejos (Fridman, 2000, p. 1). A propaganda, a mídia, o novo padrão estético dos corpos e os freqüentes resultados de pesquisa sobre as conseqüências do consumo, de hábitos e costumes, são determinantes na criação de novas necessidades. Padrões alimentares são modificados, privilegiando o consumo de produtos frescos, não-duráveis, para um estrato privilegiado da população. “Multiplicam-se as variedades de alimentos frescos, disponíveis durante todo o ano. A dieta desindustrializa-se, naturaliza-se. Há maior demanda por alimentos frescos, exóticos, produzidos de

acordo com certos requerimentos ecológicos e fitossanitários” (Cavalcanti e Ferreira Irmão, 1994, p. 60).

Paralelamente à sofisticação da produção para estratos privilegiados da população, constata-se também tendências de estagnação ou redução do consumo de leguminosas, verduras, legumes, frutas e sucos naturais e a ascensão do já excessivo consumo de açúcar refinado e refrigerantes nas áreas metropolitanas do Brasil. Essa realidade foi constatada por Monteiro et al. (2000, p. 251) em pesquisa realizada sobre as mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar em 11 capitais brasileiras²⁶. Para os autores “a contribuição calórica do açúcar refinado excede o limite máximo recomendado de 10%, enquanto o consumo relativo de legumes, verduras e frutas fica bem abaixo do limite mínimo”²⁷. No entanto, cereais e derivados à base de farinha de trigo (pão, biscoito, macarrão etc.) tenderam a se estabilizar ou a se elevar ligeiramente.

As duas tendências evidenciadas chamam a atenção para a reconfiguração do papel da agricultura no atendimento à demanda de produtos não só de luxo, também de massa. Demandas externas provenientes de setores alheios à agricultura e em escalas regional, nacional ou internacional são realizadas localmente de acordo com estratégias do quê, quando, como e onde produzir segundo intercâmbios entre os mercados de produtos, insumos, conhecimento e trabalho. Grupos sociais específicos estão orientados por padrões e regulações para atender consumidores que evidenciam dois movimentos paradoxais: *i*) os que tendem a substituir os produtos da agricultura pelos produtos industrializados (Monteiro et al., 2000) e *ii*) os que privilegiam os produtos

²⁶ Um dos principais resultados desta pesquisa é que a desnutrição em crianças e adultos diminuiu em todas as regiões do País. No entanto, houve um aumento da obesidade nos adultos.

²⁷ Os limites recomendados são determinados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com base nas evidências que associam características da dieta ao estado de saúde dos indivíduos.

diretamente da agricultura e estão dispostos a pagar a conta por produtos saudáveis e produzidos de forma ecologicamente correta (Neves et al., 1997, p. 855).

Nesse sentido, “os usos do meio ambiente, da tecnologia e do trabalho para atender a essas demandas repercutem na produção e no emprego local” (Cavalcanti, 1999a, p. 130).

3.2.1- Agricultura e flexibilidade: a nova velha relação

Na agricultura, como em outros setores da economia, o uso do trabalho é flexibilizado, segundo estratégias que substituem uma solução uniforme por soluções alternativas (Larangeira, 1999, p. 128). Paradoxalmente, essas estratégias permitem a satisfação das demandas de grupos de consumidores, cada vez mais segmentados no âmbito do mercado de massa, e a fragmentação da força de trabalho, submersa em processos seletivos que suprimem empregos e carreiras estáveis, exigindo a readaptação contínua aos novos sistemas produtivos.

Para as empresas, as estratégias de flexibilização se constituem em respostas às pressões exercidas pelos mercados sobre os produtores, mas, também, como oportunidade para ampliar ganhos em face da grande demanda por vagas. Para os trabalhadores, as estratégias têm dupla face: possibilita acumular atividades para uma minoria mas provocam uma insegurança quanto ao ter trabalho por longo tempo para a maioria. Em uma ou outra face, a reflexividade é constantemente acionada.

A acirrada concorrência dos produtos agrícolas nos mercados nacional e internacional repercutiu na busca de vantagens comparativas (clima, solo, água, preços da mão-de-obra, estabilidade política e econômica etc.), reestruturando os espaços produtivos na agricultura brasileira nas últimas décadas. Uma nova divisão espacial pode ser considerada (grãos nos cerrados, fruticultura irrigada no semi-árido

pernambucano, por exemplo), comportando antigos e novos modelos de produção (empresariais, agricultura familiar, parceria etc.) de produtos de massa e de luxo em quantidade, qualidade e tempo requeridos externamente. Características semelhantes a essa reestruturação foram apontadas por Lara (1998) para analisar a agricultura mexicana, a partir de cinco aspectos:

“Cinco elementos esenciales caracterizan la flexibilidad en la agricultura. En primer lugar, encontramos una gran diversificación productiva, principalmente en los cultivos de exportación no tradicionales; en segundo lugar, la orientación de la producción hacia nuevos nichos de mercado que incluyen el mercado nacional, sin abandonar los masivos; en tercer lugar, la incorporación de nuevas tecnologías, principalmente las que sirven para ahorrar agua y energía; en cuarto lugar, la descentralización de las estructuras de las empresas hacia formas de operación más flexibles, lo que supone una importante concentración de capitales con una gran movilidad en torno a regiones especializadas en cierto tipo de productos, y su reubicación en nuevas regiones del país; y en quinto lugar, la puesta en marcha de nuevas formas de organización del trabajo que afectan al mercado de trabajo rural y en ocasiones conducen a la adaptación o refuncionalización de formas de producción tradicionales” (Lara, 1998, p. 87).

Em ambos os casos (brasileiro e mexicano), a flexibilização da produção e do trabalho na agricultura é a marca central. Lara (1998, p. 121) reconhece que o aproveitamento de uma força de trabalho de origem camponesa, com potencial de combinação de técnicas modernas e artesanais, revela-se como um aspecto diferencial importante, mas afirma que é uma força de trabalho que se comporta diferentemente daquela que é exclusivamente assalariada pelo fato de não poder se dispor da mesma a qualquer momento. Esta afirmativa deve ser relativizada, considerando que os “filhos da agricultura familiar” têm-se revelado no Platô de Neópolis, em Sergipe, como a mão-de-obra preferencial a ser contratada, tanto pelo peso do “saber-fazer” (experiência, domínio de técnicas agrícolas) como do “saber-ser” (disciplina para o trabalho a céu aberto, maior respeito à hierarquia).

Contrariamente ao constatado por Lara (1998) para o contexto mexicano, muitos dos trabalhadores do Platô são jovens disponíveis que buscaram outros caminhos, tanto pela dificuldade de acesso a terras próprias, que não a da família, como pelo sonho de ter um ganho certo, independentemente dos imprevistos de uma agricultura com pouco capital em solos de tabuleiros, reconhecidamente com baixa fertilidade.

Se pelo lado da produção (tipos de produtos, preço, qualidade e época) a agricultura brasileira se insere no mercado mundial e se revela como um setor competitivo, por outro, conserva relações de trabalho crescentemente precarizadas, sob a justificativa de que os altos encargos sociais poriam em risco os empreendimentos. Segundo Santos e Pochmann (1999, p. 288), nessa discussão se sobressaem duas posições:

- A primeira, advoga a redução de encargos sociais e a adoção de medidas de flexibilização das relações de trabalho para aumentar a competitividade e, conseqüentemente, elevar o nível de emprego, a redução da informalidade e até permitir a elevação salarial;
- A segunda, aponta a ineficácia dessas medidas, demonstrando que os encargos sociais no Brasil não são elevados, que o custo do trabalho²⁸ é menor do que em muitos países e que as medidas de flexibilização não reduzem a informalidade das relações de trabalho e muito menos reduziriam o elevado nível de desemprego.

A conclusão dos autores é que a flexibilização dos contratos e a redução do custo de trabalho tendem a ter efeitos inexpressivos sobre a competitividade empresarial. Quanto aos empregos, a experiência recente demonstra que, paralelamente à implementação de novos tipos de contratos de trabalho, ocorre a elevação do desemprego (Santos e Pochmann, 1999, p. 288).

²⁸ Santos e Pochmann (1999, p. 280) apresentam uma tabela sobre o custo da mão-de-obra no setor manufatureiro em alguns países em 1993, demonstrando que o Brasil ocupa a 24ª posição.

Historicamente, a desregulamentação das relações de trabalho é a situação mais freqüente no mercado de trabalho rural brasileiro. Além disso, a diminuição do número de vagas e o desemprego estrutural criaram uma pressão permanente por empregos que favorecem os empregadores no sentido de imporem as condições que lhes são mais lucrativas²⁹, caracterizadas pela precariedade da remuneração, desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas, e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais. Tudo isto configura uma tendência à individualização extrema da relação salarial, que dificulta a organização dos trabalhadores no contexto nacional.

No entanto, a relação direta e inquestionável entre flexibilização e desregulamentação é questionada por Sônia Larangeira no seu estudo sobre a realidade do trabalho em tempos de globalização, ao afirmar que a flexibilização:

“... em princípio, consistiria em uma estratégia gerencial que substitui uma solução uniforme por uma série de soluções alternativas, tendo em vista elevar o grau de adaptação aos novos parâmetros técnicos e econômicos. Flexibilização do trabalho não se confunde necessariamente com desregulamentação (abandono da legislação trabalhista) ou precarização do trabalho, mas pode apresentar tais características, quando assume caráter puramente defensivo” (Larangeira, 1999, p 128).

A flexibilidade no uso da força de trabalho na agricultura é usualmente explicada pela instabilidade dos processos agropecuários que dependem de recursos naturais em diferentes etapas de produção, o que torna mais difícil planejar com exatidão os requerimentos de mão-de-obra (Lara, 1998, p. 120). A explicação apela para o determinismo da natureza sem considerar que a estrutura fundiária, o nível

²⁹ Em estudo sobre o mercado de trabalho brasileiro, Amadeo (1999, p. 51) afirma que o setor agrícola emprega um número considerável de pessoas, especialmente no Sudeste e no Nordeste, respectivamente 39% e 36% de um total de 4,5 milhões de pessoas, que corresponde a 7% da população economicamente ativa. No Nordeste, o percentual de pessoas ocupadas na agricultura com carteira assinada é de apenas 17% do total, o que demonstra o alto grau de precariedade nesse setor.

tecnológico e as estratégias dos empresários e dos trabalhadores influenciam nos jogos de maior ou menor utilização do trabalho na agricultura.

No Platô, a estrutura fundiária (lotes empresariais), o nível tecnológico e trabalhadores com diferentes experiências na agricultura permitem um maior controle das condições naturais e, conseqüentemente, a previsão da quantidade de mão-de-obra para as diferentes etapas do processo produtivo. As estratégias dos empresários são também condicionadas pelas suas capacidades econômicas, culturais e tecnológicas³⁰, tornando-se cada vez menos sujeitos às adversidades para ampliar ganhos.

Assim, questiono os argumentos da imprevisibilidade da mão-de-obra, compreendendo que as heterogeneidades dos ciclos e o conteúdo do trabalho que é o desenvolvimento de um ser vivo em “condições ambientais”, portanto mais sujeito a interferências de outros seres vivos (pragas, doenças), demandam quantidades de trabalho diferenciadas, só que de forma previsível ou com diminutas oscilações que podem ser contornadas com o remanejamento de trabalhadores. Assim, vejo a flexibilização como uma estratégia mais vantajosa para os empresários do que para os trabalhadores pela possibilidade de ampliação de ganhos.

Por essas e outras constatações, a flexibilidade no uso da força de trabalho não é uma questão unívoca. Alguns autores a associam à precarização, enquanto outros vêem a possibilidade até de ampliação do poder dos trabalhadores. Martin (1997, p. 9-10), analisando os sistemas flexíveis no setor industrial, discute que, se por um lado, observam-se maiores possibilidades de exploração, por outro, nota-se pelo menos uma chance potencial de maior participação e autonomia dos trabalhadores no processo de trabalho por meio da organização de tarefas mais variadas, o que lhes permite maior

³⁰ Exemplar é o caso do melão que, diante da maior quantidade de chuvas na região do que previsto, foi coberto com grandes lonas plásticas e assim, controlada a quantidade de água que a cultura receberia.

responsabilidade nas tomadas de decisões imediatas e uma participação mais ativa no trabalho.

O ponto crítico dessa afirmativa é a desconsideração da segmentação dos trabalhadores nos denominados núcleos central e periférico³¹, com conseqüências sobre o nível de autonomia dos mesmos nos processos produtivos; embora essa maior autonomia potencial seja para os trabalhadores qualificados do núcleo central, responsáveis pela execução e continuidade dos processos.

A flexibilidade no sentido apontado por Martin (1997), como meio de aumentar a participação e autonomia dos trabalhadores, não é um acontecimento na agricultura, a não ser no diminuto porcentual de gerentes que concentram as responsabilidades nas tomadas de decisões e uma participação mais ativa nas diretrizes das empresas. Pelo contrário, a grande mobilidade das equipes e/ou de indivíduos para se alternarem entre tarefas e, assim, evitarem que os processos sejam interrompidos, exige organização e controle do trabalho pelos técnicos, em detrimento da iniciativa dos trabalhadores.

Apesar do reconhecimento da ampliação da precarização da relação de trabalho, a qualificação³² é um diferencial no sentido de abrir novas e melhores oportunidades (Neves e Leite, 1998, p. 10), inclusive de inserção no núcleo central da força de trabalho (Bendini, 1999, p. 33). Entretanto, é preciso reconhecer que a qualidade da ocupação não tem mais uma relação direta com a qualificação.

³¹ Em termos de segmentação geral no mundo do trabalho são indicados dois núcleos agregadores dos trabalhadores: central, relativo a um pequeno grupo mais qualificado, estável; e periférico, menos qualificados e sujeitos a situações conjunturais (Bendini et al., 1999, p. 35).

³² Entendida como um conjunto de saberes escolares, técnicos e sociais, que tornam o trabalhador capacitado profissionalmente (Neves et al., 1998, p. 11). Também é utilizada como nível de complexidade do processo de trabalho desenvolvido segundo sejam as tarefas e os instrumentos utilizados (Elizalde et al., 1999, p. 149).

Na agricultura, existe um consenso de que a busca de competitividade gerou mecanismos de redução de mão-de-obra e maiores investimentos em tecnologia (Cavalcanti, 1997, p. 5), afetando, conseqüentemente, a estrutura ocupacional. Novos perfis se formam a partir de diferentes aportes (gênero, naturalidade, experiência, formação, dentre outros). Ocupações de homens e de mulheres, de nativos ou de migrantes, de quem estudou ou não, são ressaltadas segundo a ótica das diferenças naturais construídas socialmente e sob influências contextuais que escamoteiam a qualificação adquirida no fazer cotidiano e se refletem nos salários.

A concorrência por postos de trabalho e a progressiva tecnificação têm reordenado subprocessos de produção, tendendo à redução do uso da mão-de-obra e ao requerimento de trabalhadores que realizem múltiplas tarefas (Cavalcanti, 1997, p. 86), paralelamente à existência de um grupo mínimo de trabalhadores altamente qualificados, responsáveis por tecnologias de ponta (por exemplo, informatização dos sistemas de irrigação e indução de floração) e por processos de organização e gestão dos empreendimentos. A tendência geral é de co-existência de diferentes níveis de qualificação de trabalhadores inseridos em um mesmo processo, gestado segundo as condições locais.

A reestruturação das atividades na agricultura leva a uma dinâmica cujos resultados mais visíveis são a perda de postos de trabalho, a maior exigência de qualificação e a institucionalização das discriminações, baseadas em diferenças que têm como fundamento elementos naturais, sociais e culturais, como naturalidade, gênero e idade. Essas discriminações se sedimentam no grupo dos sujeitos pertencentes a uma mesma classe social, reatualizando esse conceito como um grande delineador de diferenças entre sujeitos portadores de uma quantidade desigual de bens

econômicos e culturais em uma das sociedades mais desiguais do mundo, como é o caso da brasileira:

“Em sociedade desse tipo, a natureza das lutas sociais, assim como a constituição dos agentes históricos, é ainda grandemente influenciada pela esfera econômica e pelos lugares que os indivíduos ocupam nas relações de produção. Aceitar essa evidência não significaria desconhecer a relevância de outras dimensões do social, assim como não implica desconhecer que o social é o espaço não das certezas, mas de contingências históricas” (Larangeira, 1999, p. 92).

Apesar da crescente integração dos mercados de trabalho rural e urbano no contexto de flexibilização na agricultura, os empregadores não ignoram as inserções sociais dos sujeitos, com suas respectivas vantagens ou vulnerabilidades e, nesse sentido, os trabalhadores originários da agricultura familiar são predominantes no assalariamento rural do Platô de Neópolis. Constatação semelhante foi feita por Gomes da Silva (1999, p. 324) em áreas irrigadas no Rio Grande do Norte, onde os trabalhadores provenientes da agricultura são preferidos em relação àqueles com experiência no trabalho industrial ou semi-industrial. Contratar trabalhadores originários da agricultura familiar significa dispor de uma força de trabalho que tem qualificações para o trabalho agrícola, diferentemente de trabalhadores que têm histórias de trabalho em outros setores da economia.

Parece um paradoxo afirmar que trabalhadores originários da agricultura familiar são mais adequados ao assalariamento em decorrência de uma história de maior autonomia no interior dos espaços produtivos e de uma disciplina de trabalho ditada por uma conjugação entre tempo e atividades e não pelo estrito cumprimento de tarefas em horários e locais determinados por terceiros. O fato é que são aqueles que não quiseram ou puderam permanecer no trabalho com a família, mas que foram socializados no universo da agricultura familiar.

A flexibilização também pode ser analisada pela ótica das transformações nas relações entre a agricultura e outros setores da economia. Os serviços se tornam parte imprescindível do complexo frutícola através de prestadoras dedicadas à embalagem, apresentação, acondicionamento, transporte e *marketing*. Novos serviços são constantemente incorporados aos produtos ou à sua apresentação em esferas que transcendem os lugares de produção.

A relação com setores geradores de conhecimento e tecnologia (empresas públicas ou privadas, profissionais *free-lance*, dentre outros) também é flexibilizada pela demanda específica de produtos, conhecimento e tecnologias na guerra da competitividade. Tudo isso concorre, paradoxalmente, para a elaboração de produtos que cada vez mais se afastam das suas versões originais, mas que se apresentam aos olhos do consumidor como mais saudável e natural possível.

3.2.2- A (re)construção dos produtos na moderna agricultura

A idéia de que os produtos da agricultura são “originais”, nas formas em que são apresentados, e “naturais” dos lugares onde eles florescem e compõem a paisagem vem sendo constantemente revisada. Ao longo do tempo, as características dos produtos foram transformadas tanto pela intervenção dos agricultores, como dos cientistas que, em muitos aspectos, se cruzam e se alimentam. Assim, todos os alimentos que são consumidos na sociedade moderna são resultantes de muitos anos de intervenção humana (Friedland, 1994, p. 211).

Muito antes de se falar na globalização dos sistemas agroalimentares, a circulação de sementes e plantas entre diferentes continentes era um acontecimento corriqueiro nas mãos de conquistadores ou de conquistados, que as adaptavam a regiões outras que não aquelas de origem. A ação de conquista de novos territórios

teve na agricultura um importante meio de difusão e preservação de hábitos e costumes.

O coco, maior símbolo de praia natural e preservada no litoral nordestino, é originário da Índia. Ou seja, só foi possível disseminar-se nas praias nordestinas pelo plantio e pelas estratégias dos diferentes atores que aqui chegaram (Mota et al., 1995). No entanto, a imagem construída é de que o coqueiro é nativo das praias brasileiras e que já estava ali muito antes da chegada dos portugueses e dos africanos. O mesmo se passa com a bananeira, cuja origem é a Ásia.

O que se apresenta como novo na reconfiguração da relação consumo-produção é a facilidade de circulação de produtos frescos que fazem com que mangas do Vale do São Francisco façam parte do conjunto de ofertas das frutas dos supermercados da Europa ou dos Estados Unidos.

Os produtos e processos de trabalho na agricultura são conseqüências de arranjos que se constituem, temporal e espacialmente, segundo estratégias de diferentes atores que têm como intuito a produção de alimentos e matérias-primas e a conquista de novos mercados.

Genericamente, classificam-se os produtos em naturais e processados. Ao “pé da letra”, utiliza-se o adjetivo natural para os alimentos que são servidos como foram colhidos, sem qualquer alteração (Ferreira, 1986). Logicamente essa definição não leva em conta as adaptações genéticas que os produtos sofreram e sofrem continuamente, para que sejam mais adequados e atrativos para os consumidores e compensadores para os produtores.

As noções de adequabilidade e atração estão intimamente associadas à qualidade (cor, sabor e tamanho) dos produtos e são variáveis segundo a tradição cultural das populações. Assim, um atributo considerado positivo num determinado

contexto, pode ser negativo em outro. Nesses termos, a qualidade está relacionada a um sistema de classificação resultante de diferentes influências.

Friedland (1994, p. 228) aborda a questão dos produtos da agricultura através do adjetivo fresco, afirmando que, qualquer que seja o alimento consumido fresco, ele é resultante de uma série de operações (colheita, acondicionamento, classificação, dentre outros serviços). Ou seja, entre a produção e o consumidor final há um conjunto de mediações, inclusive de alteração das características naturais.

Para o autor, os alimentos frescos estão definidos em oposição aos transformados, mesmo que se considere que para chegar à mesa do consumidor estes produtos passem por um percurso que vai da colheita à exibição. Aí, têm curta duração pelo fato de serem perecíveis, em oposição aos produtos de longa duração, mesmo que sejam originários da agricultura, como é o caso de carnes, leites, grãos, hortaliças e frutas desidratadas. É o caráter perecível ou não que vai diferenciar os produtos de longa vida dos denominados frescos, porquanto estes se tratam de organismos vivos que continuam seus processos biológicos mesmo depois de colhidos (Silva, 2001, p. 30).

Os diferentes processos tecnológicos de transformação das características desses produtos, apesar de adicionarem qualidades que cada vez mais se afastam da versão natural dos mesmos, não são determinantes para incluí-los na condição de artificial, mesmo que estejam em curso processos em que determinados estratos dos consumidores se preocupam com a forma como os alimentos foram produzidos e distribuídos. Exemplo disto são os movimentos de rejeição aos transgênicos, observados em diferentes partes do planeta. Tais reações têm pressionado os distintos setores produtivos, que começam a sinalizar para novas formas de produção, de distribuição, de relação com o meio ambiente e com os consumidores.

Apesar do reconhecimento dessas transformações, o seu nível de ocorrência está relacionado ao grau de cidadania nas diferentes sociedades. Frutas que seriam rejeitadas para exportação compõem a oferta de supermercados da chamada “classe A” nas diferentes capitais nordestinas, sem falar da baixa qualidade dos produtos das feiras livres segundo a minha compreensão do que seria qualidade³³.

Em que pesem os dados gerais quanto ao limitado consumo de frutas pela população em geral nas principais metrópoles brasileiras, grupos específicos da população altamente preocupados com a qualidade de vida impulsionaram o complexo de frutas frescas, cuja cadeia produtiva se estende para além da produção em direção ao consumo e para além dos limites do mercado nacional (Silva, 2001, p. 9). As fronteiras entre a produção e a distribuição foram quebradas com a ampliação das redes de serviço. Conseqüentemente, as atividades internas concernentes à propriedade agrícola foram reduzidas, com implicações na quantidade e qualidade das ocupações.

Os processos de trabalho nos diferentes sistemas de produção dos produtos da agricultura, mesmo que estejam inseridos no mesmo ecossistema e utilizando tecnologias similares, mas sujeitas a diferentes utilizações, têm especificidades que os particularizam, a depender do estágio das culturas, dos itinerários técnicos, da organização dos processos de trabalho, das estratégias dos trabalhadores e das compreensões que têm os diferentes atores responsáveis pelos processos produtivos.

Apesar desses atores (técnicos, trabalhadores, empresários e agrônomos) estarem envolvidos nos mesmos processos, os mundos sociais a que originalmente pertencem têm condicionantes econômicos, culturais e sociais diferentes. O lugar de trabalho se transforma em arena de contatos entre os atores desses mundos,

³³ Sabor, uniformidade no tamanho e na maturação.

superpondo e confrontando tais condicionamentos sociais, altamente vulneráveis à hierarquia que se institui, para que processos de trabalho fluam em atendimento a requisições externas.

Além das origens diversas, existe uma grande distância entre a versão original dos produtos e as atuais, resultado das transformações tecnológicas operadas por diferentes estratégias dos produtores e da pesquisa. A cor uniforme da banana (sem manchas pretas ou amadurecimento irregular) exposta nas gôndolas dos supermercados é resultante da colheita num exato momento, do uso de câmaras frias e da aplicação de etileno, procedimentos usuais no tratamento pós-colheita. No passado, ou para o consumo doméstico, uma das alternativas para um amadurecimento regular era “abafar” a banana envolvendo-a em folhas de plantas nativas como o velame³⁴.

A discussão da construção dos produtos da agricultura no Platô de Neópolis chama a atenção para a diversidade de situações existentes. O coco não passa por nenhum sistema de beneficiamento, mas apenas de classificação direcionada para os diferentes públicos. A banana sofre tratamento pós-colheita no interior dos próprios lotes. Ou seja, o alongamento da cadeia produtiva ainda não tem realidade no atual contexto. Conseqüentemente, os processos de trabalho estão estruturados tendo em vista essas condições, o que repercute no número e qualidade das ocupações.

Com as discussões realizadas neste capítulo, constato que a matriz de análise que tem liderado o debate sobre a globalização da agricultura e dos alimentos tem privilegiado o poder das corporações e as suas conseqüências para a vida das pessoas, do meio-ambiente e do exercício da democracia. Apesar da importância desta agenda, ela não é suficiente para a compreensão dos processos no Platô, considerando as

³⁴ Velame-cheiroso: *Croton floribundus*.

particularidades da organização do trabalho, formas de gestão dos empreendimentos e características dos produtos e dos mercados que refletem na quantidade e qualidade das ocupações, como analiso no capítulo seguinte.

Capítulo 4

A AGRICULTURA EM SERGIPE: TRANSFORMANDO TERRITÓRIOS E (RE)ORGANIZANDO O TRABALHO

“O ‘ambiente’ soa como um contexto externo à ação humana. Porém as questões ecológicas só vieram à tona porque o ‘ambiente’ na verdade não se encontra mais alheio à vida social humana, mas é completamente penetrado e reordenado por ela. Se houve um dia em que os seres humanos souberam o que era a ‘natureza’, agora não o sabem mais. Atualmente, o que é natural está tão intrincadamente confundido com o que é ‘social’, que nada mais pode ser afirmado como tal, com certeza” (Beck, Giddens e Lash, 1997).

A política de estímulo à fruticultura no Nordeste do Brasil teve impulso a partir da década de 80, quando dois pólos principais de fruticultura irrigada se constituíram: um no Vale do São Francisco, na região dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, e outro no Vale do Açu no município de Mossoró-RN. O primeiro, orientado para a produção de mangas e uvas, o segundo, para a produção de melão. Essas regiões foram delineadas por meio de políticas públicas que visavam ao aproveitamento das águas das barragens construídas para a produção de energia elétrica e irrigação. Criaram-se oportunidades para o cultivo de legumes e frutas tropicais com possibilidade de integração aos mercados nacional e internacional (Cavalcanti, 1997).

O forte apoio estatal por meio de fartos incentivos fiscais e financeiros e o suporte das instituições públicas como EMBRAPA e CODEVASF³⁵ foram fundamentais à consolidação de uma base produtora de frutas frescas nos anos 80 (Silva, 2001). A opção pela fruticultura está definida no Plano para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Brasil, 1995), que delimita o desenvolvimento da região com base em mudanças nos mercados globais. Todas as políticas para o Vale, a partir de 1987, concorreram para o fortalecimento do pólo frutícola. A partir de então, a atividade conhece uma rápida expansão.

Mais recentemente, na década de 90, foi implantado o Platô de Neópolis-SE (Mota, 1999a, 1999b, 2001) na região dos tabuleiros costeiros sergipanos, privilegiando o cultivo de coco irrigado como um produto de larga aceitação nacional.

É importante ressaltar que embora surgidas em tempos diferentes, a região do Vale do São Francisco, a mais antiga, e o Platô de Neópolis, a mais recente, ambas têm suas fontes de captação de água no Rio São Francisco (Figura 3).

³⁵ Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba.

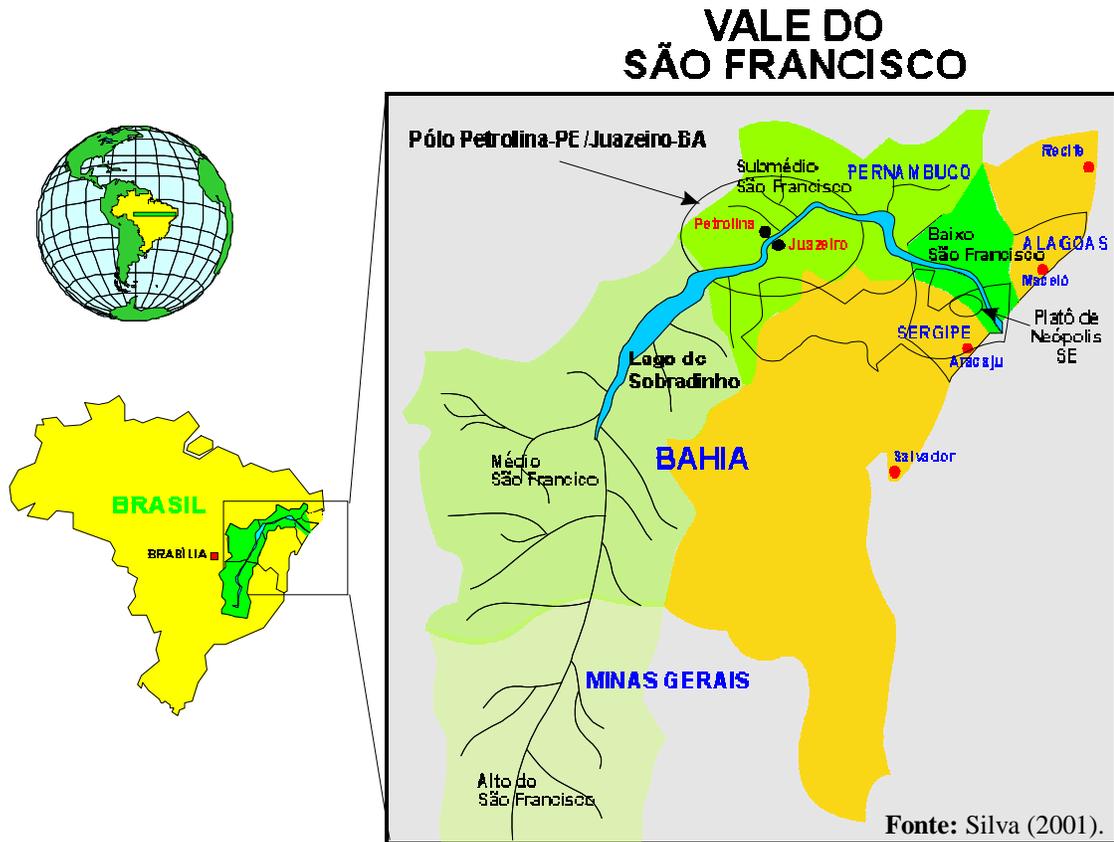


Figura 3- Localização dos projetos de irrigação na bacia do Rio São Francisco.

Essas regiões foram “construídas” para serem parte dos sistemas agroalimentares, apresentando semelhanças no que diz respeito: às formas de delimitar o território; de definir a infra-estrutura técnica e organizacional e características de sua instalação em substituição à tradicional agricultura de sequeiro; e de instalação de novas áreas de produção para consumidores diferenciados.

O projeto de modernização dessas regiões está pautado em modelo de gestão que assegura às empresas privadas um lugar privilegiado na condução da transformação dos espaços locais, visando estabelecer elos com novas cadeias agroalimentares (McMichael, 1994; Bonanno, 1999) com base em produtos frescos (Friedland, 1997).

Igualmente relevante é a externalização desse tipo de produção (Marsden et al., 1996) que, apesar de não ser totalmente absorvida pelos novos mercados, é construída segundo as suas determinações.

Este capítulo tem como objetivo analisar processos sociais que resultaram na (re)construção do território e na (re)organização do trabalho no projeto de irrigação empresarial Platô de Neópolis, uma das regiões dedicadas à produção de frutas irrigadas, a partir da análise de dois sistemas de produção: banana e coco.

4.1- Estudos de caso: formas de gestão, organização do trabalho e mercados

No Platô de Neópolis a cultura da banana está presente em apenas quatro diferentes empresas, ocupando 7,47% da área total do projeto. De forma exclusiva, ou seja, monocultura, encontra-se nas duas empresas que constituem objeto de investigação deste estudo e totaliza 184 hectares. As variedades cultivadas são Pacovan, Grand nine e Prata-anã.

O Brasil é o maior consumidor e o segundo maior produtor de banana do mundo. Produz 12% do total mundial, sendo que quase toda a produção é consumida no próprio país (Alves et al., 1995, p. 8). É cultivada em muitos dos estados brasileiros, desde a faixa litorânea até os planaltos do interior, principalmente na Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Pará e Minas Gerais.

A cultura do coqueiro é tradicionalmente cultivada no litoral brasileiro, mas recentemente tem se expandido para as regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste. A Bahia é o estado líder na produção, seguido pelo Ceará, Pará e Sergipe. O coco ocupa 31,91% da área plantada do Platô de Neópolis, em 18 dos 35 lotes implantados, sendo

que o sistema de monocultura encontra-se em 5 lotes, somando 16% da área total, predominantemente na variedade Anão.

4.1.1- Banana: cultura de empresários de “fora”

O cultivo da banana inicia-se em escala empresarial, no Estado de Sergipe, apenas com o funcionamento do Platô de Neópolis e, assim mesmo, por iniciativa de empresários originários de Pernambuco, que para lá acorreram, atraídos pelas vantagens comparativas, como: localização do projeto próximo a grandes centros consumidores nordestinos, disponibilidade e preço da mão-de-obra e possibilidade de produção em épocas de entressafra no Sul e Sudeste do país.

A avaliação do cenário nacional quanto à ocupação de “janelas” de mercado em períodos de entressafra tem sido um dos principais pressupostos para o estabelecimento de negócios agrícolas. Essa é uma das dimensões das interconexões que se estabelecem entre as esferas local e global, mediadas pela produção de frutas frescas.

Para os empresários locais, a chegada do “outro”, produtor e portador de uma cultura alheia à região, transcende aspectos econômicos, instituindo outras formas de gestão, produção e relacionamento com empresários e trabalhadores locais. São conhecimentos, tecnologias, modos de ser e de viver que transitam entre regiões como parte da dinâmica das relações que se estabelecem entre diferentes espaços geográficos e sociais nos “novos” tempos da agricultura.

Grosso modo, os empresários atuantes no Platô de Neópolis podem ser classificados entre os da região e os de “fora”. O critério central de classificação que os opõe é o tipo de produto predominante no empreendimento. A divisão dos empresários em diferentes grupos é também decorrente do reconhecimento de características

individuais que têm sintonia com às coletivas do grupo de pertencimento. São identidades que se constroem nos símbolos e nas práticas que cada um porta individual e coletivamente, mas que só ganham visibilidade em relação com outros atores e suas coletividades.

Utilizando esse sistema de classificação para os estudos de caso dos sistemas de produção de coco e banana, constato que todos os empresários que produzem exclusivamente banana são provenientes de outros estados do Brasil, enquanto aqueles que produzem exclusivamente coco são do Estado de Sergipe.

Apesar de a banana ser um produto de consumo extremamente popular, vendido em lugares de fácil acesso como feiras, bancas avulsas, supermercados e a preços que influenciaram até no dito popular “barato que nem banana”, Sergipe não tinha nenhuma tradição no seu cultivo em escala empresarial. A banana, como outras frutas (goiaba, manga, laranja, limão), tinha e tem lugar garantido nos pomares domésticos ou nos arredores da casa dos agricultores familiares. Neste último caso, quando havia um excedente, era comercializado mas esporadicamente. Sergipe mantém há longos anos a dependência da importação de bananas de estados vizinhos, principalmente da Bahia. Em termos de frutíferas, a tradição de Sergipe é com citros e coco (respectivamente 2º e 4º maior produtor nacional), sendo que os principais produtores são os agricultores familiares residentes no Centro-Sul e no litoral.

A produção de banana no Platô destina-se ao mercado local, dividido entre as Central de Abastecimento do Estado de Sergipe (CEASA/SE) e as redes de supermercados Bom Preço e G Barbosa, e as cidades de Natal, Recife e Salvador. Em todos os casos, no entanto, o elo entre as empresas produtoras e compradoras são os comerciantes autônomos que adquirem os produtos segundo as exigências exatas dos seus clientes, como variedade, tamanho, estágio de maturação e padronização,

considerando que é um produto que não se estoca, mas que chega diretamente do campo para as prateleiras de venda.

Teoricamente, as exigências³⁶ dos compradores em grosso são todas consideradas na produção das bananas. Na prática, no entanto, o que observei é que a totalidade da produção ainda não está dentro das especificações exigidas, acarretando perdas ou a utilização de canais de comercialização para compradores menos exigentes, a exemplo de vendedores nas feiras livres dos municípios vizinhos.

No estudo de caso em análise, os canais de comercialização da banana que conectam produção-consumo são múltiplos e dependentes da demanda, prevalecendo um sem-número de arranjos que garantem a banana na mesa dos consumidores segundo o que eles podem pagar.

As bananas estão classificadas em três tipos, que têm preços diferentes e que atendem a segmentações de mercado. A classificação é feita segundo o tamanho e a apresentação do fruto, como se constata na explicação de um técnico:

“O cacho da banana é o seguinte: as primeiras pencas são as menores e as últimas as maiores, aí eles conseguem classificar assim. Você classifica como se ela fosse um leque, vem diminuindo e depois vai crescendo” (T. E. R., 28 anos, gerente comercial, registrado).

A nomenclatura da classificação pode variar de empresa para empresa, mas tem um padrão que está reconhecido no mercado como frutos de 1ª, 2ª ou 3ª. No entanto, entre as empresas, o padrão de qualidade nem sempre é atingido, podendo mesmo ter alguma empresa que não consegue ultrapassar o tipo considerado de 2ª. A concorrência se acirra para atingir ao máximo às especificações dos clientes. A organização dos

³⁶ As exigências são tais que uma carga completa de bananas pode ser rejeitada se for constatado que 5% está fora da padronização especificada. No entanto, em épocas de menor oferta do produto esta exigência se abranda.

processos de trabalho, a qualificação e controle da mão-de-obra e a tecnologia utilizada são elementos que vão influenciar decisivamente na diferenciação dos produtos e, conseqüentemente, na sua aceitação no mercado. A instalação do pomar, o manejo da irrigação e os tratos culturais, assim como os imprevistos (pragas e doenças) e a forma de lidar com eles, são determinantes na qualidade do produto.

Os processos de trabalho se diferenciam em cada empreendimento, identificando-se dois tipos de gestão que podem ser observados nos estudos de caso aqui analisados:

- 1- Técnico agrícola ⇔ trabalhadores rurais (Angico);
- 2- Gerente administrativo ⇔ gerente de vendas ⇔ técnico agrícola ⇔ trabalhador rural responsável pela irrigação ⇔ trabalhadores rurais (Araribá).

A primeira empresa centraliza o poder da administração nas mãos de um técnico, de quem os trabalhadores dependem diariamente para iniciar os trabalhos, conforme depoimento do mesmo:

“A rotina de trabalho aqui se inicia 7 horas da manhã, a gente se reúne e passa para o pessoal os serviços. Divido as equipes em numeração: equipe um, dois, três. Eu tenho um total de 14 pessoas aqui e divido de maneira que elas fiquem bem distribuídas para que o serviço ande, porque não adianta colocar duas pessoas fazendo o mesmo serviço que você sabe que não vai aparecer” (R. G. E., 29 anos, técnico agrícola, registrado).

Além da determinação das tarefas diárias, o técnico está incumbido de administrar as atividades de irrigação, pós-colheita e venda de produtos. São inúmeras responsabilidades em áreas diferentes, que exigem conhecimentos específicos, como em fertirrigação, pós-colheita e funcionamento do mercado de produtos e insumos.

Outro aspecto importante é quanto à orientação dos trabalhadores, que, concentrada nas mãos de uma pessoa, gera momentos de incertezas e de esperas que repercutem no ritmo de trabalho e no menor controle dos mesmos, distanciando-se do constatado em outras áreas frutícolas onde a sociabilidade está sob intervenção, sendo exemplo a proibição da conversa no momento de trabalho (Cavalcanti, 1999a, p. 152).

Ora, na perspectiva Simmeliana,

“a sociabilidade apresenta talvez o único caso em que a conversa é o legítimo propósito de si mesma. Conversar pressupõe duas partes: é um caminho de ida e volta (...), é a forma mais pura e elevada de reciprocidade” (Simmel, 1983, p. 177).

Se a conversa no ambiente de trabalho está sob a mira dos controladores, como elemento “nocivo” ao processo, é a própria sociabilidade que entra em questionamento. Assim, as estratégias dos trabalhadores serão reelaboradas para burlar os controles ou pelo próprio deslocamento da conversa para outros momentos (intervalos, chegadas, saídas etc.).

O administrador do empreendimento, apesar de natural da região Nordeste, não é sergipano, conseqüentemente desconhece muitas das características da sociabilidade local, e reconhece que isso traz algum tipo de dificuldade na administração do pessoal, como ele mesmo expressa:

“Eles têm um relacionamento bom, tem aquela regra de que um não pode entregar o outro, isso acontece em todo canto, mas se torna até cúmplice um dos outros. Mas a gente tem que saber administrar senão não consegue fazer nada, porque aqui é um pessoal difícil de lidar” (R. G. E., 29 anos, técnico agrícola, registrado).

Na segunda forma, a coordenação geral é de responsabilidade do próprio empresário que reside no lote e o trabalho está organizado de modo que cada trabalhador sabe com antecedência qual será a atividade do próximo dia. O controle do trabalho se dá pela iniciativa dos responsáveis pelas diferentes áreas, que controlam os

trabalhadores quanto aos horários de entrada e de saída e que mantêm um controle estrito do trabalho.

Apesar do controle para cumprimento dos horários e das tarefas, não constatei nenhum tipo de coibição da sociabilidade, pelo contrário, as brincadeiras, os jogos e as piadas permeiam o cotidiano e fazem desses ambientes de trabalho lugares de agradáveis relações de amizade e camaradagem.

Dentre os responsáveis pelas diferentes atividades, a maioria é de origem local, unânimes em afirmar que não têm nenhum tipo de dificuldade para lidar com os trabalhadores, já que conhecem os seus comportamentos pelo fato de serem da mesma região. Os técnicos, ao mesmo tempo que se identificam e se aproximam dos trabalhadores por partilharem de hábitos e costumes, se reconhecem como diferentes dos trabalhadores pelas atribuições adquiridas em um posto hierarquicamente superior, que influencia na adoção de comportamentos alheios àqueles de origem, nuances características da margem de liberdade dos atores segundo a noção de *habitus*³⁷ (Bourdieu, 1992; Domingues, 1999, p. 145).

Apesar das especificidades dos processos de produção nos casos da Angico e da Araribá, três aspectos os identificam: a predominância de trabalhadores registrados, uma flexibilidade para remanejamento de equipes e/ou trabalhadores de uma atividade para outra e a utilização eventual de clandestinos para atividades menos especializadas. As diferenças se ressaltam pela constância ou não das equipes em uma mesma atividade.

³⁷ “ (...) que faz o criador participar de sua coletividade, de sua época e, sem que este tenha consciência, orienta e dirige seus atos de criação aparentemente mais singulares” (Bourdieu, 1992, p. 342).

Como o quadro seguinte demonstra, enquanto na Araribá o remanejamento de trabalhadores da equipe fixa³⁸ para a móvel³⁹ se dá apenas para a aplicação de herbicida, na Angico se dá para todas as atividades, com exceção apenas da adubação orgânica. Existe um núcleo central de trabalhadores que permanece sempre na mesma atividade como forma de garantir o controle de qualidade dos produtos. São atividades diárias durante o ano todo, como a colheita (Quadro 2). No entanto, existem outras atividades que são temporárias, como a manutenção dos equipamentos de irrigação detalhadas no Box 2. Em um caso ou em outro, o “saber-fazer” é um critério para a permanência do trabalhador, seja ele capaz de realizar uma ou mais tarefas. A polivalência como negação da especialização aqui não faz sentido. Pode-se falar de um trabalhador mais generalista, mas não sem especialidade.

³⁸ Equipe fixa refere-se a um grupo de trabalhadores cuja atividade é realizada todos os dias, com um número de trabalhadores que pode variar em função da demanda por outras atividades no lote, mas sem deixar de realizar os serviços sob a responsabilidade diária da equipe. O remanejamento de membros de uma equipe fixa para outra ou mesmo para uma equipe móvel é comum. Exemplo válido para todos os lotes observados é a questão da colheita, que, dependendo da demanda, pode ocupar apenas os trabalhadores da equipe fixa ou também de outras equipes, ou em outra ocasião de menor pressão pode emprestar trabalhadores. O principal distintivo da equipe fixa é que, independentemente do dia ou do número de trabalhadores, ela desempenha a sua função, com maior ou menor número de trabalhadores. Fixa, neste caso, significa que tem trabalhadores realizando aquela atividade todos os dias úteis do ano. É uma atividade desenvolvida predominantemente por trabalhadores registrados, podendo ser complementada eventualmente por clandestinos, mas o ritmo do trabalho é impresso pelos registrados, guardiões do *know-how*. Tanto nas equipes fixas como nas móveis existem sempre os "guardiões" do saber-fazer. São trabalhadores mais experientes que asseguram o conteúdo técnico e empírico da atividade. Uma espécie de memória, organizador.

³⁹ Equipe móvel refere-se a um grupo que realiza atividades temporariamente, mas pertinentes aos itinerários técnicos das culturas. É uma atividade indispensável, mas que não demanda trabalho o ano todo (adubação de cobertura). Pode ser também uma atividade eventual, que ocorre apenas esporadicamente (cata manual da barata-do-coqueiro). A equipe é móvel porque utilizada para solucionar uma demanda ou um problema específico por tempo determinado. Qualquer trabalhador pode sair da equipe de colheita ou irrigação para fazer uma limpa. No entanto, o contrário não é verdadeiro. Existe uma gradação dos trabalhos que cada um pode fazer ou que todos podem. Irrigação e colheita estão entre os mais especializados.

Quadro 2- Organização do trabalho na produção de banana no Platô de Neópolis em 2001.

Empresa	Equipe de trabalho			
	Fixa		Móvel	
	Registrados	Clandestinos	Registrados	Clandestinos
Angico	1-Adubação orgânica-	-	1-Desfolha 2-Colheita 3- Irrigação 4-Adubação química 5- Pós-colheita 6-Aplicação de defensivos e pulverização	1- Capina
Araribá	1- Marcação de cachos 2-Colheita 3- Aplicação mecanizada de calcário e matéria orgânica 4- Irrigação 5- Pós-colheita	-	1- Aplicação de herbicida	1-Desfolha

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em 2001.

No caso da Angico, a colheita é considerada prioridade da empresa. Assim, no dia em que há colheita, praticamente todos os trabalhadores são deslocados para esta atividade, permanecendo apenas a equipe de adubação orgânica. Dentre as equipes móveis é a demanda que vai determinar os remanejamentos. Apenas para o manuseio de produtos tóxicos a equipe é fixa, porque implica treinamento específico e salário diferenciado, mas o trabalhador responsável por esta atividade se insere continuamente em outras equipes.

No caso da Araribá a equipe de marcação está constituída por um contingente fixo de seis homens que, munidos de fitas de diferentes cores e seguindo uma planilha técnica e a observação da planta, marcam os cachos em seqüências que indicam que daí a 105 dias estarão em ponto de corte. É uma atividade seqüenciada, em que a cor da fita indica a semana de corte. Cachos mais jovens, cores mais claras, e cores mais

escuras para os que estão prestes a serem colhidos. A equipe dos colhedores está formada por seis trabalhadores que cortam cachos e dez que transportam para o lugar por onde passa o trator. Os carregadores também são em número de seis. Os números apresentados, apesar de serem fiéis aos dados coletados em campo, são apenas indicativos, considerando que são muito variáveis no dia-a-dia.

As rotinas de trabalho nas empresas pesquisadas são conseqüências das diretrizes dos responsáveis pelos processos de produção e diferem completamente no ritmo e no encadeamento das diferentes atividades. No Box 1 reproduzo observações de campo que destacam as atividades cotidianas, os tempos de trabalho e as diferentes ocupações.

Box 1- Um dia no bananal ...**“A fita da vez”: colheita da banana**

6:00 h da manhã. Trabalhadores de bicicleta e a pé chegam no lote da ARARIBÁ. Se dividem entre as mesas do galpão e em outro espaço na lateral do lote que tem outra mesa de madeira rústica. Buscam assento em bancos ou nas próprias mesas. Conversam, sorriem e fazem gozação uns dos outros. Pouco a pouco as marmitas vão surgindo de sacolas plásticas e também tomando lugar. Feijão, farinha, macarrão, carne, peixe ou ovo, em combinações variadas, compõem a dieta. Colheres e marmitas na mão não impedem a algazarra. Marmitas se fecham e um movimento intenso de trabalhadores que vão para o banheiro e para o bebedor. Garrafas térmicas e de refrigerantes se enchem de água para matar a sede de uma manhã quente de trabalho. Outros vestimentos surgem nos corpos dos trabalhadores, com a cor original quase imperceptível: as nódoas de banana se amontoam dando um aspecto de cinza sobre marrom cobrindo o branco. Conversas rápidas com o técnico agrícola, fação na cintura a caminho do bananal. Três grupos de três trabalhadores se dividem para o lado que tem a “fita da vez” da semana. Amarrada no alto do tronco da bananeira, pelos marcadores, ela tremula branca, sem nódoa. É o dia de colheita nas bananeiras que estão amarradas pela fita branca, uma cor dentre as nove que marcam a maturação dos frutos das diferentes árvores. Amarrada depois da emissão do cacho, indica que passaram 105 dias e é hora de colher. Três a três, sempre conversando, os trabalhadores cortadores assumem uma fileira de bananeiras e caminham olhando pra cima, guiados pela cor. Fita branca, fação em punho, golpe certo na parte de baixo do tronco da bananeira. Um trabalhador apara o tronco, que cai lentamente, para evitar que a queda despenque ou fira o cacho e o outro se aproxima e com um golpe certo separa tronco e cacho, segurando-o rapidamente, colocando-o nas costas e conduzindo-o para um amontoado de palhas feito pelos outros dois na lateral da planta. Seguem conversando e olhando para “a fita da vez”, até que cortam cerca de 250 cachos por dia. Nos seus encaixos vêm os carregadores que transportam os cachos nas costas até a estrada onde passará o trator. Minutos depois o trator se aproxima, puxadores em cima da carroceria e embaixo interação de modo a fazer uma carga que não machuque os frutos. O destino é o *packing house*.

Pós-colheita da banana

8:30 h da manhã. O trator se aproxima do *packing house*. O barulho do motor encobre as risadas e conversas dos trabalhadores. Todos se aproximam rapidamente e iniciam a descarga. Quatro trabalhadores em cima da carreta entregam cachos de banana aos oito que estão embaixo. A sintonia entre entregar e receber permite que em 15 minutos o trator parta para buscar outra carga. Os cachos são colocados em cima de uma lona e os despencadores assumem seus postos. Faca afiada na mão, enfiam a haste do cacho em quatro canos grossos de metal, de modo que o cacho fique ao alcance das mãos do trabalhador de pé, sem necessitar abaixar ou levantar os braços demasiadamente. Gestos rápidos e os cachos são despencados em um ou três cortes, a depender do estilo do trabalhador. Pencas pequenas no início do cacho, médias no meio e grandes no final. As pencas cortadas são jogadas em um tanque cheio de água com cloro, localizado além dos canos. Aí são retiradas as manchas pardas das bananas. Cinco minutos depois, os selecionadores pescam estas pencas e a depender da classificação que fazem (primeira, segunda e terceira) as depositam em caixas ao lado. Os arrumadores organizam os frutos nas caixas, pesam-na e as transportam para um ponto de embarque próximo onde os caminhões estacionam. As conversas não são interrompidas pelos trabalhos e o grupo estabelece uma sintonia em que todos agem podendo até mudar de função se a sua tarefa estiver concluída.

O trabalho é realizado em pequenos grupos de tal modo que as conversas se dão entre os que permanecem juntos enquanto executam o trabalho. São mais intensas no grupo dos cortadores e inexistentes no dos carregadores, que têm uma atividade

solitária, e no dos puxadores, que atuam em cadeia, o que exige certa concentração para que um elo da cadeia não seja quebrado.

4.1.2- Coco: fruta da moda

A predominância do coco no Platô de Neópolis vem em atendimento ao aumento do consumo da sua água em todas as regiões do país e reside na preocupação das pessoas em consumirem cada vez mais produtos naturais, especialmente em se tratando de um líquido que, por suas propriedades e composição, substitui as bebidas isotônicas e energéticas artificiais. O consumo da água-de-coco cresceu cerca de 330% nos últimos cinco anos, representando 4% do mercado total de refrigerantes (Mirizola Filho, 2000, p. F3).

Estão implícitas nessa preferência do consumidor a representação do produto como sinônimo de uma região em que “as características exóticas dos locais de produção funcionam também como valor agregado pelo qual consumidores são atraídos” (Cavalcanti, 1999a, p. 129).

O rápido crescimento observado no mercado de água-de-coco no Brasil estimulou uma grande expansão das áreas cultivadas com coqueiros da variedade Anã, atualmente estimada em 57 mil ha, dos quais grande parte ainda não entrou em fase de produção. Os novos plantios, explorados empresarialmente, estão sendo realizados em espaços não-tradicionais de cultivo, como as regiões Sudeste (Espírito Santo lidera com 25 mil hectares), Centro-Oeste, Norte e Semi-Árido do Nordeste. Nesta última região utilizam-se sistemas intensivos de exploração, com irrigação localizada.

O incremento da produção de coco no Platô de Neópolis vem influenciando na reestruturação da base produtiva estadual da cultura e provocando uma segmentação crescente entre os processos, os produtores e os trabalhadores como resultado do

“novo” papel da agricultura que se diversifica no atendimento a demandas nacionais. A segmentação tem relação direta com o nível de tecnologia adotado, que influencia significativamente na qualidades de frutos, mais ou menos aceitos pelos consumidores. Esse fenômeno chama a atenção para como a exigência do “consumidor cidadão” transforma padrões de produção. A escolha do consumidor, mediada por inúmeras fontes de informação e apelos comerciais persuasivos, repercute nos diferentes segmentos das cadeias produtivas, com conseqüências nas opções e estratégias dos produtores.

Na agricultura, as estratégias mais freqüentes são a intensificação do uso de tecnologia para garantir a melhor qualidade possível do produto via utilização de sistemas de irrigação de alta tecnologia – microaspersão e gotejamento⁴⁰ – e a expansão de áreas de cultivo para obtenção de produtos na qualidade e quantidade requeridas pelos mercados. Essas estratégias, no entanto, não são acessíveis a todos os produtores, gerando uma segmentação que reflete na quantidade e qualidade dos produtos e na capacidade de alcance dos mercados.

A base produtiva da cultura é dinâmica em um contexto de acirrada competição, no qual minimizar crescentemente os custos de produção e aumentar a qualidade se torna a condição de permanência no mercado.

Os sistemas de produção constituídos exclusivamente pela cultura do coco no Platô de Neópolis, que totalizam cinco empresas, têm uma particularidade em comum: quase todos (80%) são de empresários sergipanos. Os motivos da opção remontam à tradição que o Estado de Sergipe tem com a produção e beneficiamento dessa cultura,

⁴⁰ Caracterizados por sua alta eficiência na aplicação de água, de forma localizada na região das raízes mais efetivas, com economia de energia, por necessitarem de baixa pressão. Esses sistemas permitem diversos graus de automação, inclusive automação total, além de permitir aplicações de fertilizantes via água, a fertirrigação, melhorando a disponibilidade de nutrientes para as culturas irrigadas.

ocupando o 4º lugar na produção nacional e liderando a geração de conhecimentos técnicos e científicos através de pesquisas direcionadas ao coco por mais de 30 anos. Essas condições reforçaram a confiança no investimento no produto, especialmente para ser enviado para mercados consumidores não-tradicionais, como Paraná, Minas Gerais e São Paulo, pelos motivos já apresentados.

Apesar da coincidência da opção da produção de coco pelos empresários locais, a condução dos itinerários técnicos difere a depender do estágio de cultivo, da área plantada, da disponibilidade de capital, do nível técnico dos gerentes e da estratégia interna adotada para a produção e comercialização. A partir desses aspectos, foram identificadas quatro diferentes formas de gestão dos empreendimentos segundo a hierarquia:

- 1- Técnico agrícola ⇨ trabalhadores rurais (Aroeira-da-Praia);
- 2- Gerente de produção ⇨ gerente de comercialização ⇨ chefes de turmas ⇨ trabalhadores rurais (Guabiroba e Murta);
- 3- Gerente ⇨ técnico agrícola ⇨ chefes de turma ⇨ trabalhadores rurais (Craibeira); e
- 4- Técnico agrícola ⇨ trabalhador rural responsável pela irrigação ⇨ trabalhadores rurais (Biriba).

Sob o ponto de vista da organização do trabalho, a empresa Aroeira-da-Praia e Biriba têm a centralização das atividades nas mãos de um técnico agrícola, incorrendo na indefinição dos trabalhadores quanto ao que fazer para começar o dia de trabalho. Em ambos os casos, a colheita ainda não foi iniciada e há uma grande permeabilidade entre as diferentes atividades.

As empresas que estão em produção são Guabiroba, Murta e Craibeira. Sendo que Guabiroba e Murta, por pertencerem ao mesmo grupo econômico, têm

administrações que separam as atividades de produção e comercialização, mas concentram as atividades de produção em um profissional com chefes de turma no campo⁴¹. Em ambos os casos, as atividades são determinadas no início do dia, gerando momentos de espera e de não saber o que fazer para começar. Uma vez orientados, os chefes de turma assumem o controle. Aliás, um tipo de controle que evita que as brincadeiras e conversas paralelas se dêem no processo de trabalho, não pela proibição, mas pelo encadeamento de atividades que dificultam a conversação.

Pode-se confirmar essa situação no Box 2, em que descrevo os processos de colheita e manutenção dos equipamentos de irrigação. A forma como está organizado o trabalho, em cadeia, faz com que todos tenham que se empenhar o máximo para evitar que os elos da cadeia sejam rompidos. A conversa é um elemento praticamente ausente nos momentos de trabalho, ficando restrita aos intervalos de chegada, almoço e saída.

Na empresa Craibeira há mais um nível hierárquico entre o gerente e os cabos de turma: o técnico agrícola, que distribui o serviço e supervisiona todas as atividades, deixando o gerente mais livre para contatos de compra e venda.

⁴¹ Em Guabiroba os chefes de turmas são trabalhadores de “confiança”, denominados moradores, sitiantes ou encarregados.

Box 2- Um dia no coqueiral ...**Chegando no trabalho**

6:15 h da manhã. Os trabalhadores com fardas cor de laranja começam a chegar. Uns trajam o uniforme completo, outros a calça e outros só a camisa, apesar da obrigatoriedade do uso do traje completo. Uma bicicleta atrás da outra e logo o galpão está cheio. Se acomodam em cima de sacos de adubos ou no que encontrar. A conversa e as risadas enchem o ambiente. Cada um pega a sua marmitta enrolada em saco plástico, abre e come. Se conversa e se faz piadas sobre tudo: jogo, novela, passagens engraçadas do dia anterior. Os apelidos são as principais palavras ouvidas. Os chefes de turma também chegam e se juntam ao grupo. O encontro no galpão dura mais ou menos 30 minutos. O técnico agrícola chega e conversa com os chefes de campo. Todo mundo de farda completa. Se dividem em dois grupos. Um sai de caminhão e o outro a pé, cada encarregado acompanha o seu grupo.

Colheita e transporte do coco

O grupo da colheita se dirige para onde havia sido encerrado o trabalho no dia anterior para dar sequência ao corte dos frutos. O chefe de turma observa e dá diretrizes sobre o quanto deve ser colhido naquela área, calcula rapidamente área, número de frutos e de árvores. Cada cortador, a partir do limite da estrada, entra em uma fila diferente de plantio. Facão na mão, olhar atento, se aproxima da árvore. Observa os cachos, escolhe e com um golpe certo de facão atinge a haste que liga o cacho à árvore. Com a outra mão ampara o cacho para evitar que os frutos sofram fermento e o transporta até a lateral por onde passará o trator. Se dirige a outra árvore e assim sucessivamente até o final da fila. Nova fila para o retorno, novos golpes. No rastro dos cortadores vêm os contadores, que de cacho em cacho contam de dois em dois frutos. De 50 em 50 pares ele faz uma dobra em um folíolo de coqueiro que é guardada no bolso da camisa. Quando se aproxima da quantidade requisitada pelo comprador, chefe de turma e contador coordenam o encerramento do corte. Cachos cortados, cortador se transforma em transportador, dois trabalhadores em cima da carroceria do trator, sendo um de cada lado. No chão, dois trabalhadores do lado direito e dois do esquerdo. Todos retornam para a primeira fila cujos cachos foram cortados e iniciam o transporte. Um cacho pequeno um trabalhador pega sozinho e eleva até a carroceria para ser recebido e arrumado em uma carga que cresce rapidamente. Um cacho grande, os dois trabalhadores pegam e repetem a entrega. A velocidade do trator estabelece o ritmo do trabalho, de forma que há um movimento de pegar e entregar contínuo, como em uma engrenagem mecânica. Carga completa, todos dirigem-se ao caminhão como arrumadores e começa a arrumação da carga que será transportada. A depender da demanda, o grupo é dividido em dois, permanecendo um no corte e o outro na carga. Estas ações são repetidas até que se chegue às quantidades requeridas. O ato de cortar coco compreende uma sequência de olhares, gestos, manejo do facão, flexibilidade do corpo, rapidez, força e decisão.

Manutenção dos equipamentos de irrigação

Um grupo de oito trabalhadores se dirige a pé para uma área próxima ao galpão. Cada um leva uma espécie de embornal com os equipamentos de reposição dos sistemas de irrigação (mangueirinhas e bicos). No campo, o encarregado indica qual a área, faz a distribuição das filas e cada um se veste com uma espécie de calça de plástico (feita com sacos de adubos) que tem apenas as pernas e longas alças que são atadas no cinto. Estas calças evitam que as fardas sejam molhadas já que o serviço é realizado com os aspersores ligados. Uma vez na sua fila, cada trabalhador se aproxima da árvore, se abaixa, faz uma poda rápida de facão para visualizar bem a localização dos dois aspersores, observa se estão funcionando normalmente e os muda para um lugar um pouquinho mais afastado do caule do coqueiro para que haja uma melhor distribuição de água na área radicular⁴². Em caso de equipamento danificado é feita a troca e os procedimentos citados. Em poucos minutos os trabalhadores se distanciam um dos outros, perfazendo até 700 plantas por dia. O grupo da manutenção dos equipamentos tem atividade de cerca de três meses por ano neste serviço, sendo remanejados para outras atividades.

⁴² Na irrigação é aplicado um volume de aproximadamente 150 litros de água/planta/dia para coqueiros com idade a partir do 5º ano, portanto em plena fase de produção.

Nos dois exemplos acima, as diferentes tarefas se sobressaem mas também se mesclam. Cortadores viram arrumadores, contadores viram transportadores e, assim, ninguém fica aguardando o outro, os elos da cadeia se alternam mas não se rompem.

Em todos os lotes (de coco e banana) a polivalência, no discurso dos entrevistados, é a condição essencial à organização do trabalho. Está associada, *a priori*, à capacidade dos trabalhadores em realizarem diferentes atividades, evitando a paralisação de uma engrenagem de produção que atende a demandas externas diárias. Essa noção, no entanto, é relativizada, quando se observa mais apuradamente as dinâmicas internas do trabalho e constata-se que existem equipes responsáveis pelas diferentes atividades (aplicação de defensivos, manutenção dos equipamentos de irrigação, colheita e transporte de frutos) e que a mudança de um trabalhador de uma equipe para outra se dá ou em situações emergenciais ou naquelas situações em que realmente as tarefas são temporárias e há um remanejamento da equipe completa. Os que aplicam defensivos podem ser remanejados para a manutenção dos equipamentos de irrigação porque não há atividade o ano todo, mas o contrário não acontece porque existe a questão da insalubridade. Em todos os casos, os remanejamentos são coordenados pelos responsáveis e a organização do trabalho, como na banana, apela para a flexibilidade qualitativa em detrimento da quantitativa⁴³, como pode ser visto no Quadro 3:

⁴³ A flexibilização quantitativa refere-se à capacidade de contratar e despedir trabalhadores, de adaptar seus horários às necessidades da empresa e dos requerimentos do mercado ou de instaurar formas salariais menos rígidas. A flexibilidade qualitativa é o conteúdo das qualificações dos trabalhadores e as novas formas de organizar o trabalho que supõe o envolvimento e polivalência da força de trabalho (Lara, 1998, p. 21).

Quadro 3- Organização do trabalho na produção de coco no Platô de Neópolis em 2001.

Empresa	Equipe de trabalho			
	Fixa		Móvel	
	Registrados	Clandestinos	Registrados	Clandestinos
Aroeira-da-Praia	1-Serviços gerais 2- Manutenção da irrigação		1- Tratos culturais 2- Plantio e replantio.	
Biriba	1-Serviços gerais 2- Manutenção da irrigação		1- Tratos culturais 2- Plantio e replantio.	
Craibeira	1- Colheita 2- Roço mecanizado, transporte de produtos		1-Manutenção da irrigação 2- Combate a pragas 3- Aplicação de defensivos	1- Combate a pragas 2- Adubação manual (cerca de seis mulheres durante 15 dias/ ano) 3- Cata manual da barata-do- coqueiro. 4- Colheita de leguminosas
Guabiroba	1- Colheita 3- Manutenção da irrigação 4- Roço mecanizado, transporte de produtos.		1- Coroamento	1- Adubação manual (cerca de 20 mulheres durante 20 dias/ano)
Murta	1- Colheita		1- Replante 2- Combate à formiga 3-Aplicação mecanizada de herbicida, limpeza, aplicação de inseticida. 4- Irrigação 5- Limpa e roça 6- Colheita	1- Limpa e roça

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em 2001.

Tal como observado no estudo de caso da banana, no do coco os trabalhadores também transitam entre as equipes fixas e móveis. No entanto existem atividades que só são desempenhadas pelas equipes fixas, como a colheita e o serviço mecanizado, seja roço tratorizado ou aplicação de defensivos. As atividades dos trabalhadores clandestinos, principalmente das mulheres, estão integralmente nas equipes móveis e são numericamente pouco representativas.

Todas as atividades das equipes fixas são realizadas por trabalhadores do sexo masculino, contratados de forma registrada. Aliás, para estas atividades, não se utiliza o trabalho feminino. Em apenas uma, das cinco empresas pesquisadas, constatou-se a presença de uma mulher contratada legalmente, assim mesmo, para serviços administrativos. Em quase todos os casos, as mulheres são contratadas temporariamente para a adubação manual e para a cata da barata-do-coqueiro, atividades que demandam pequena quantidade de mão-de-obra e que são caracterizadas como leves e temporárias e consideradas como mais adequadas às características femininas, conforme registra a literatura (Melo, 1999, Cavalcanti e Silva, 1997).

No caso do coco, no entanto, outros fatores contribuem para a quase exclusão das mulheres do trabalho, muito embora o determinismo biológico (a questão da força física) esteja sendo colocado pelos técnicos como o principal empecilho. Neste particular, concordo com a afirmação de que:

“A espécie humana se diferencia anatômica e fisiologicamente através do dimorfismo sexual, mas é falso que as diferenças de comportamento existentes entre pessoas de sexo diferentes sejam determinadas biologicamente. A antropologia tem demonstrado que muitas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura podem ser atribuídas aos homens em outra. A verificação de qualquer sistema de divisão sexual do trabalho mostra que ele é determinado culturalmente e não em função de uma racionalidade biológica” (Laraia, 1997, p. 19).

Os primeiros plantios de coco do Brasil e, particularmente, do Estado de Sergipe tinham como principal objetivo a ocupação pelos pobres de áreas marginais às grandes propriedades (Mota et al., 1995, p. 12). Era uma produção de fundo de quintal para o consumo familiar e para a garantia de conquista de um território. A variedade predominante era a Gigante-do-Brasil, cujas árvores têm até 20 metros de altura e exigem habilidade e força física para a colheita, que é realizada com a utilização de um equipamento de couro denominado de peia ou “aparelho”. Temporariamente, o agricultor ou um filho escalava o tronco para colher os frutos. A tradição, aliada às condições edafoclimáticas do litoral nordestino, estimularam os produtores de coco de diferentes segmentos (empresarial, agricultura familiar) a se estabelecerem, colocando a região como a principal área produtora no país.

Tanto nas áreas familiares como nas grandes propriedades, a colheita de coco é uma atividade masculina, socialmente justificada no discurso, pela necessidade de força física. O conteúdo oculto do discurso, no entanto, parece revelar outras dimensões associadas ao poder e ao pudor. Ao poder, pelo domínio masculino sobre uma atividade que representava uma reserva de valor importante na agricultura familiar, sem ter que fazer grande investimento em trabalho, dado o caráter extrativista da cultura. Ao pudor, pela não-exposição das partes íntimas femininas, em um momento histórico em que as mulheres usavam, predominantemente, vestidos. Ou seja, condicionantes culturais dividiram socialmente o trabalho, atendendo aos interesses de quem organizava a produção.

A exploração empresarial do coco, hoje, se organiza a partir de outro referencial técnico. No entanto, a socialização dos que detêm a responsabilidade pelos processos de produção associa a colheita a uma atividade masculina sob o argumento

da força física⁴⁴. Exemplos históricos ilustram que a força física também é uma produção cultural. Em muitos povos nômades, as mulheres são quem transportam as crianças e os bens móveis, enquanto os homens vão à frente, abrindo caminhos.

De maneira geral a divisão do trabalho se dá entre sexo e idade. No caso em análise, os homens adultos têm a prioridade na obtenção de vagas. Soma-se a isso, o peso da experiência e da tradição na definição dos critérios para organização dos processos produtivos nos novos espaços agroindustriais, relativizando o poder da tecnologia que, apesar de incrementar processos de produção, não homogeneizam o comportamento dos diferentes atores que a utilizam.

Assim, condicionamentos culturais construídos no dia-a-dia da agricultura, como produtos de negociações entre gêneros e gerações, aí se reproduzem e desafiam a investigar a interconexão dos diferentes domínios da vida social.

4.2- Geração de ocupações no Platô: as novas tendências

Nas atividades produtivas da região, nas últimas três décadas, estiveram sempre presentes as relações de trabalho baseadas na prestação de serviços clandestinos temporários na cana-de-açúcar, na pecuária e nos estabelecimentos familiares. Na primeira, havia um sistema instituído de arregimentação de trabalhadores nos municípios vizinhos para a prestação de serviços na época do corte da cana. Nas duas outras, a contratação de serviços se dava segundo demandas precisas, mas sem nenhum sistema de arregimentação

⁴⁴ A este respeito, Mota e Besson (1997, p. 14-33) analisaram que no Gabão, país da África do Oeste, a agricultura tradicional de alimentos é uma atividade sob a responsabilidade das mulheres, inclusive o transporte manual dos produtos para consumo e venda por distâncias que chegam até a 5 km. Simonian (2001), constatou que as mulheres indígenas são responsáveis pela agricultura na Amazônia brasileira, estando ausentes apenas na atividade de derrubada das florestas.

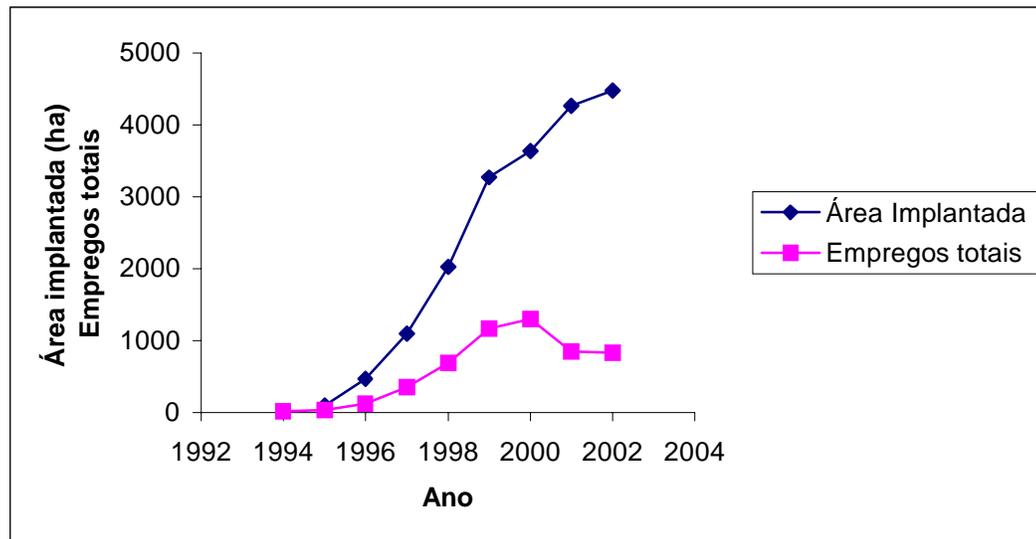
de trabalhadores, em face da baixa demanda de mão-de-obra, que era suprida por trabalhadores locais.

Com o funcionamento do Platô, o mercado local de trabalho se aquece, atraindo nativos que haviam migrado e também trabalhadores de outras regiões para aventurarem uma ocupação.

4.2.1- Ocupações no Platô de Neópolis

Em pesquisa sobre as tendências do mercado de trabalho no Platô de Neópolis, no período 1994/2000, constatei que, após a implantação do projeto, havia uma tendência geral de intensificação das relações de trabalho clandestinas por curtos períodos para implantação dos plantios e finalização de obras de engenharia civil no interior das empresas (Mota, 1998, p. 10). Já em pesquisa realizada em 2000/2002, constatei contra-tendências, que mostram uma importante diminuição de relações clandestinas e uma estabilidade do número de ocupações registradas, muito embora a superfície cultivada do projeto tenha aumentado. Essa estabilidade, no entanto, nega o argumento de que o funcionamento de todas as etapas traria um significativo aumento do número de empregos estáveis e permanentes, previstos em 5.600 por ocasião do planejamento do projeto no final da década de 80 (Padrão, 1996).

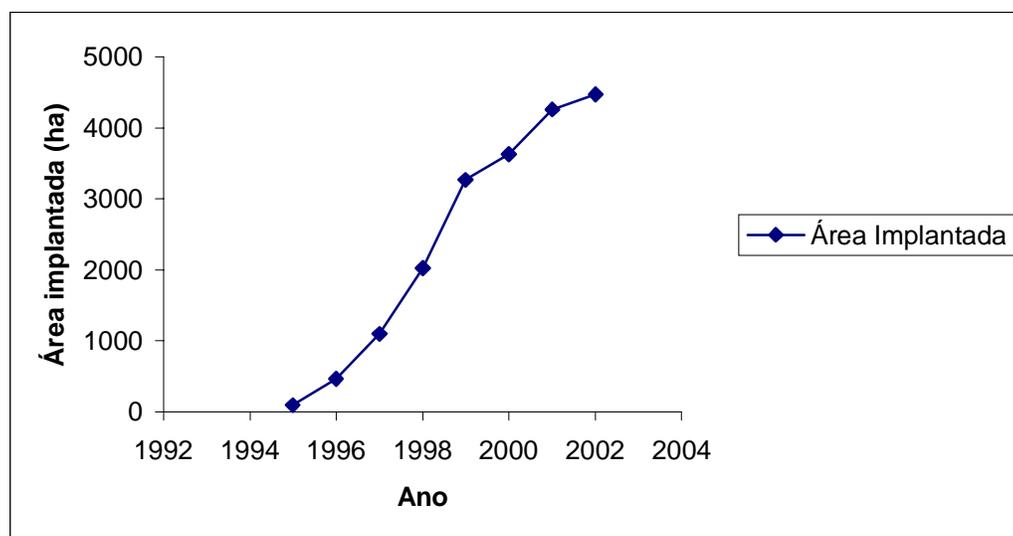
A relação entre a área cultivada e o número total de empregos pode ser observado na Figura 4.



Fonte: ASCONDIR.

Figura 4- Área implantada e total de empregos no Platô de Neópolis em 1992-2002.

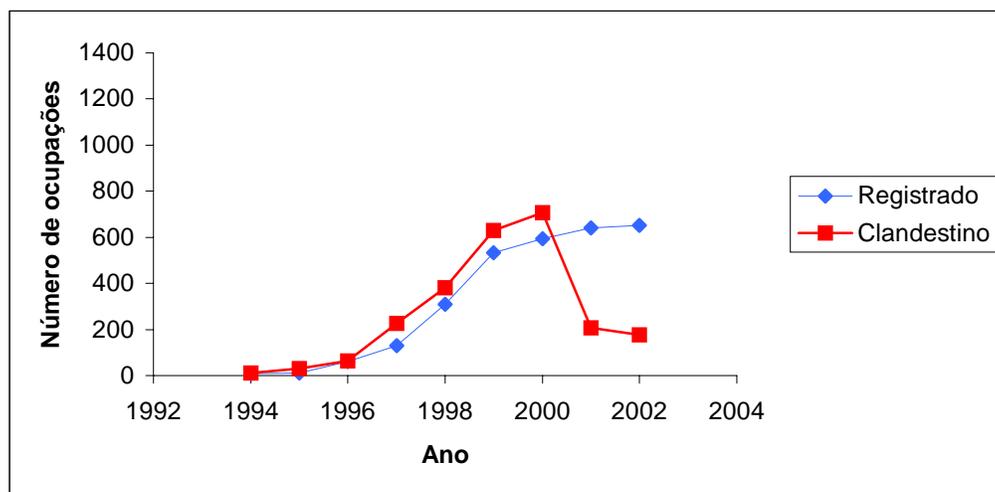
Além disso, a área cultivada aumenta lentamente, cerca de 560 hectares por ano, considerando que oito anos após a implantação do projeto ainda restam cerca de 2000 hectares a serem implantados (Figura 5).



Fonte: ASCONDIR.

Figura 5- Evolução da área implantada no Platô de Neópolis em 1995-2002.

Quanto ao trabalho, houve um aumento sucessivo do número de ocupações até o ano 2001. Depois diminuíram consideravelmente, mas com particularidades quanto aos tipos de vínculos como pode ser visto na Figura 6.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora, 1994-2004.

Figura 6- Número de ocupações registradas e clandestinas no Platô de Neópolis em 1994-2002.

Os dados mostram que o número de trabalhadores clandestinos foi crescente na fase de implantação do projeto e de formação dos pomares, mas decresceu 25% nos últimos dois anos. O número de trabalhadores registrados também aumentou na fase de implantação, sendo que a fase áurea foi de 1996 a 1999. De maneira geral, a tendência que se delineia é de estabelecimento de um contingente de registrados que têm entre si não apenas o fato de trabalhar na mesma empresa, mas uma relação que transcende os limites do trabalho, condicionada pelas relações preexistentes. Os mesmos grupos transitam entre o trabalho e o lazer com repercussões no controle social do primeiro, mas também na qualidade das interações que tendem a mesclar relações de parentesco e afinidade com aquelas profissionais.

Quanto ao número de hectare/trabalhador, a tendência é crescente. Se nos primeiros anos era cerca de 3 hectare/trabalhador, no último ano (2002) superou o índice 5, ou seja, o número de empregos diminuiu.

Em se tratando do projeto como um todo, ou seja, as 38 empresas, constata-se a tendência de estabilidade de um contingente de trabalhadores registrados. Essa constatação, contraposta a outros contextos de intensificação das ocupações clandestinas, pode ser denominada de uma contratendência. Isso chama a atenção para a dinâmica dos processos sociais nos novos espaços agroindustriais e para o perigo das generalizações, mesmo que se reconheça que mundialmente os processos de precarização engendrados no mundo do trabalho parecem intensificar-se. Demais, a elucidação de casos específicos traz grande contribuição quanto à compreensão da heterogeneidade dos processos agroindustriais que mesclam relações preexistentes e de trabalho na manipulação de tecnologias de ponta para a produção de frutas.

4.2.2- Dados gerais sobre ocupação nos estudos de caso

Em se tratando dos estudos de caso, os dados comparativos quanto aos diferentes tipos de ocupações geradas encontram-se no Quadro 4, particularmente no que se refere aos casos de coco e banana, alvos desta análise.

Quadro 4- Número de ocupações nos lotes de coco e banana no Platô de Neópolis em 1998/2002.

Empresa	Nº de hectares			Número de trabalhadores/ano								
	Implantados			1998			2000			2002		
	1998	2000	2002	Cland.	Regist.	Total	Cland.	Regist.	Total	Cland.	Regist.	Total
COCO												
Aroeira-da-Praia	50	49	49	03	-	03	01	03	04	3	3	6
Biriba	-	100	100	-	-	-	04	12	16	-	17	17
Craibeira	111	111	111	04	16	20	08	19	27	-	16	16
Guabiroba	250	242	242	06	04	10	02	45	47	11	37	48
Murta	118	118	118	06	03	09	16	15	31	-	25	25
Sub-total	529	620	620	19	23	42	31	94	125	14	95	109
BANANA												
Angico	70	64	64	68	48	116	-	15	15	-	15	15
Araribá	75	120	120	12	10	22	11	32	43	-	22	22
Sub-total	145	184	184	78	58	138	11	47	68	-	37	37
TOTAL GERAL	674	804	804	99	81	180	42	141	183	14	132	146

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora no período 1998/2002. O número de trabalhadores refere-se aos ocupados em atividade nos lotes nos dias em que a pesquisa foi realizada, cruzado com um acompanhamento mensal em cada lote.

Comparando os dados relativos à cultura do coco nos anos 1998 e 2002, observa-se uma redução do valor de 12,6 hectare/trabalhador para 5,7. Isto significa um aumento de postos de trabalho em decorrência de os pomares terem entrado em fase de produção, cuja etapa de colheita demanda um maior número de trabalhadores, considerando que a densidade de plantio utilizada no cultivo do coqueiro é de 205 plantas/ha. A produção média, por planta, varia entre 150 a 200 frutos/planta/ano, a partir do sexto ano de idade, quando o coqueiro alcança a estabilidade de produção e a colheita ocorre aproximadamente de 40 em 40 dias na mesma planta, com pequenas variações, segundo a preferência do mercado a que se destina. Mesmo assim, o coco é uma das culturas que demanda o menor contingente de mão-de-obra no sistema irrigado.

Os dados da cultura da banana mostram uma tendência contrária, tendo aumentado o número de hectares por trabalhador de 1,1 hectare/trabalhador, em 1998, para 5,0 hectare/trabalhador em 2002, significando menos postos de trabalho. A redução se deve ao fato de que o plantio da banana implica mais trabalho, pela quantidade de plantas/ha ser maior do que a de coco, ou seja, 2.000 plantas/ha, mas plantadas segundo uma escala em que apenas a nona parte entra em produção ao mesmo tempo, o que equivale a aproximadamente 220 plantas no mesmo hectare.

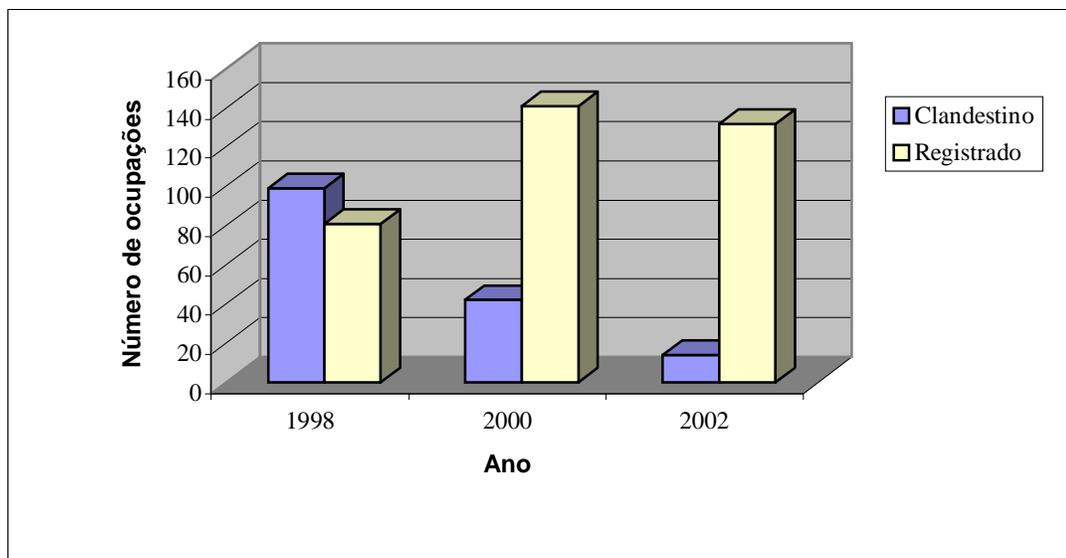
Quando comparada à cultura do coqueiro, no entanto, observa-se que a maior densidade de plantas/hectare demanda um maior número de trabalhadores na colheita, como também a altura da planta e a delicadeza do fruto. Enquanto a altura do coqueiro permite que apenas um trabalhador realize o corte dos cachos por planta, na banana são necessários três: um para cortar o caule, outro para aparar, e evitar que o cacho se danifique; e outro para cortar o cacho de banana e transportar para os corredores onde o trator passará recolhendo-os. A colheita ocorre com intervalo de 105 dias para uma mesma família de plantas (mãe, filho, neto).

Observando os dados relativos às duas culturas, constata-se, no geral, um pequeno aumento de hectares por trabalhador, quer dizer uma perda de postos de trabalho em 2002 (5,5 hectare/trabalhador) quando comparados com 1998 (3,7). Isto significa uma perda de postos de trabalho na ordem de 32,8% em relação à superfície. Na prática, nos dois tipos de sistemas de produção, houve discrepâncias em números absolutos. A quantidade de trabalhadores diminuiu de 180 em 1998 para 146 em 2002. Esta mudança se deu entre o ano de 2000 e 2002, sendo que a área permaneceu a mesma no período⁴⁵.

⁴⁵ Dados obtidos através do acompanhamento anual do número de ocupações.

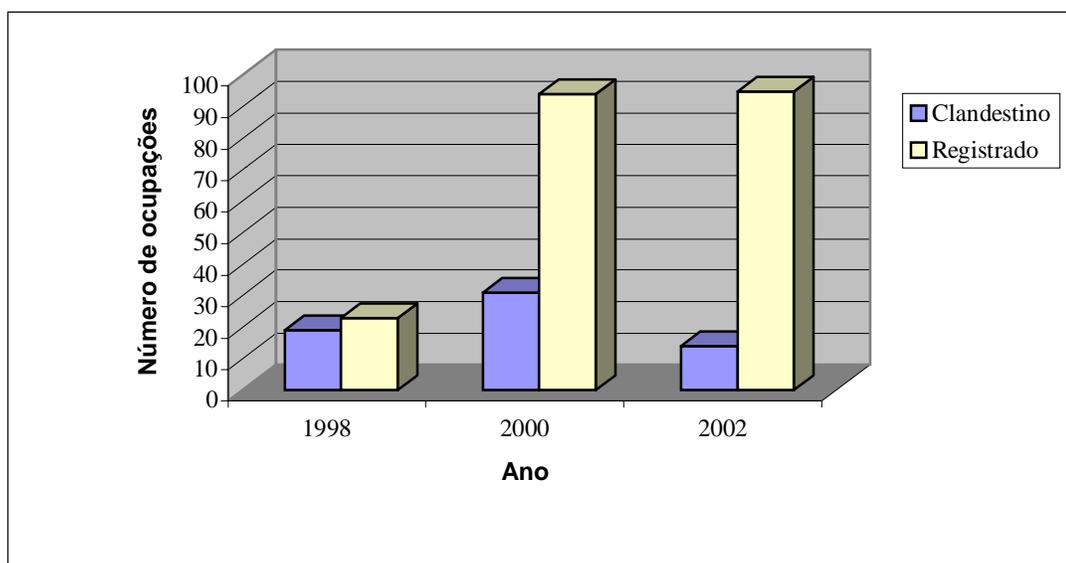
Os tipos de relações de trabalho em cada sistema estão demonstrados nas

Figuras 7 e 8:



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 7- Tipo de relação de trabalho no sistema de produção banana.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 8 - Tipo de relação de trabalho no sistema de produção coco.

A tendência geral que constatei é que o número de hectares cultivados permaneceu o mesmo nos últimos dois anos e o número de postos de trabalho diminuiu mais na banana do que no coco. No entanto nas duas culturas aumentou proporcionalmente o percentual dos trabalhadores registrados, correspondendo a 45% em 1998, 77,1% em 2000 e 90,4% em 2002.

A importante redução do trabalho clandestino se deu por motivos diversos, dentre os quais a superação das etapas da construção civil, anterior ao plantio das culturas, que demandam quantidades diferenciadas de serviços mais gerais, tanto pela heterogeneidade das etapas quanto pelos menores investimentos em capital, em empreendimentos que ainda estavam se estruturando. Depois do funcionamento de todas as etapas, os sindicatos e o Ministério do Trabalho intensificaram os trabalhos de supervisão e negociação para a diminuição do número de relações clandestinas. Além do mais, o funcionamento de todas as etapas de produção e a entrada da fase de colheita demandam serviços mais especializados, que não ponham em risco a qualidade dos frutos. Para isso, é importante que se componha um núcleo central da força de trabalho que irá dar suporte à qualidade dos produtos.

Como visto, os dados recentes alimentam questionamentos de muitos argumentos e constatações por mim efetuados na fase de implantação dos investimentos quando a tendência apontava para o crescimento do emprego clandestino em detrimento do registrado (Mota, 1998, p. 10). O que se constata no ano de 2002 não é o crescimento nem das ocupações registradas nem das clandestinas, mas certa estabilidade que também contradiz a tendência de crescimento do número de empregos em paralelo à ampliação da superfície.

No caso das mulheres, a literatura é fértil nas análises de uma inserção discriminada no trabalho agrícola, sob a ótica da (des)valorização das capacidades, que

repercute nos salários. A (des)valorização se dá pela associação entre o gênero e a leveza, simplicidade das tarefas, disfarçando o saber-fazer das mesmas. Nos casos em análise, está também explícito que o trabalho feminino é uma complementação do masculino, segundo a concepção de que o homem é o provedor.

No Platô, as mulheres estão quase fora do corpo de empregados permanentes das empresas pesquisadas, provavelmente pela exclusividade do coco e da banana, que, segundo os técnicos, são culturas cujas atividades exigem força física que só os homens a têm. Para serviços considerados “delicados” como o combate manual da barata-do-coqueiro e a adubação manual, as mulheres são contratadas temporariamente e de forma clandestina.

A exclusão das mulheres das atividades cotidianas das empresas de banana e coco remonta, principalmente no caso do coco, aos procedimentos adotados na agricultura tradicional que ocupavam exclusivamente o homem⁴⁶. Nas áreas irrigadas, no entanto, a altura dos coqueiros permite a colheita manual com a utilização de apenas um facão, mas as mulheres entrevistadas afirmam que esta não seria uma atividade adequada para elas em decorrência do peso.

Experiência e tradição contam na definição dos critérios que orientam a organização dos processos produtivos nos novos espaços agroindustriais, relativizando o poder da tecnologia como homogeneizadora de comportamentos. O fato de se utilizar tecnologia de ponta nos processos de produção não elimina condicionamentos sociais que dizem que trabalho de mulher tem que ser leve e delicado e que os homens

⁴⁶ Em decorrência de ser uma cultura com uma colheita manual que depende da subida em trancos de 15 a 20 metros, com utilização de um equipamento que demanda força. No caso do coco-verde, as plantas são mais baixas e a colheita ainda pode ser feita sem utilização de nenhum equipamento.

são os responsáveis pela manutenção da família, portanto preferidos para a ocupação de escassos postos de trabalho.

O alto nível tecnológico, a exploração das mesmas culturas e as estratégias de gestão dos empreendimentos são variáveis segundo critérios técnicos e também culturais. Ou seja, parte dos empresários locais produz predominantemente o coco e utiliza como mecanismo de controle do trabalho a supervisão de técnicos e cabos de turma originários da própria região. Em todos os casos, no entanto, há a reprodução do padrão de que as mulheres só trabalham em atividades leves.

A tendência quanto aos empregos é de diminuição dos clandestinos e estabilidade dos registrados, muito embora o número de hectares/trabalhador venha aumentando. No geral, os empregos diminuem mesmo quando a área cultivada aumenta, considerando que a maioria dos pomares já foi implantada e que essa é a fase que mais gera ocupação. A colheita tem ocupações temporárias, mas sem grandes contingentes dado o caráter de as frutas serem colhidas em cachos e não de uma em uma.

Com estas características, as vagas são ocupadas por trabalhadores que têm perfis específicos e que fazem parte de redes que facilitam as suas inserções, mas também influenciam na luta pelos direitos trabalhistas como analiso no próximo capítulo.

Capítulo 5

O SISTEMA DE INSERÇÃO DOS ATORES NO TRABALHO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

“É bem verdade que nem a juventude sabe o que pode, nem a velhice pode o que sabe” (Saramago, 2000).

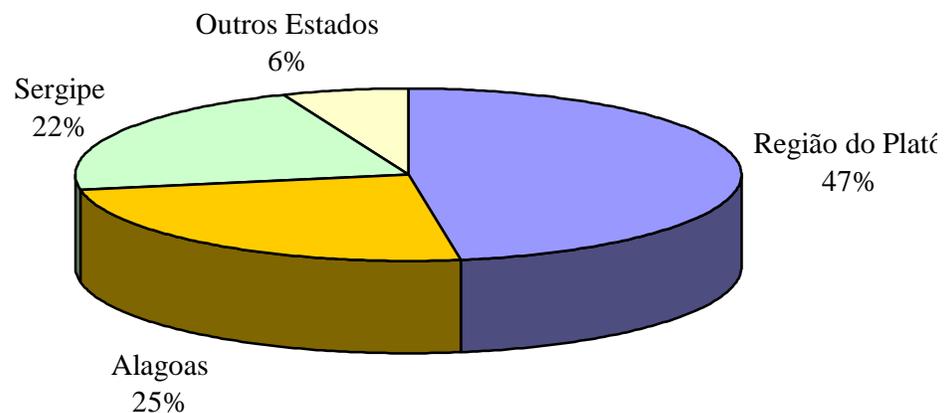
Neste capítulo reflito sobre a inserção dos atores no trabalho da agricultura irrigada, destacando o perfil dos trabalhadores, o caráter do trabalho e as estratégias individuais e coletivas de inserção nos novos espaços produtivos, assim como as identidades que se constituem num contexto de flexibilidade nas novas configurações do trabalho que influenciam no modo como espaço e tempo são remarcados. Três aspectos merecem ser analisados para compreendê-los.

5.1- Os perfis dos trabalhadores da agricultura moderna: homem, jovem, competente e pontual

Para se referirem aos perfis profissionais, os trabalhadores recorrem a dois perfis: um de referência e outro, reinventado, construído (Neves, 1997, p. 174). O primeiro, refere-se às suas origens como membros de uma família que pertence a uma tradição em determinado contexto (o povoado ou a sede municipal). A unidade menor de pertencimento é a família. São atributos aos quais eles não podem transformar, já nasceram pertencendo a um sistema social preexistente.

O segundo perfil que adotam é o da trajetória que percorreram, das carreiras e percursos que gostariam de seguir e dos que efetivamente seguiram. São os (des)encontros entre o querer e o ser. Apesar de terem as suas particularidades, as duas referências não se negam, pelo contrário, se afirmam pelas influências recíprocas. Não querer ou querer ser agricultor ou trabalhador da agricultura gestou-se nas próprias experiências acumuladas, vividas nos lugares de residência.

Os dados relativos ao perfil dos trabalhadores demonstram que a maioria deles é natural de regiões circunvizinhas ao Platô, como pode ser observado na Figura 9:

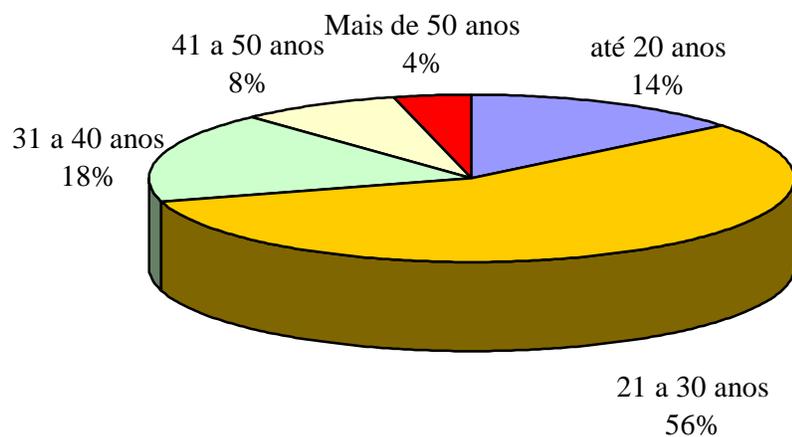


Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 9 - Origem dos trabalhadores do Platô de Neópolis.

Os municípios têm em comum o fato de serem todos situados próximos ao Platô, às margens do Rio São Francisco e serem característicos quanto à mescla de atividades econômicas (agricultura, pesca e artesanato) para garantia da sobrevivência, além de uma matriz comum quanto às principais atividades religiosas e de lazer.

Do total dos trabalhadores que não nasceram nos municípios alcançados pelo Projeto (52,5%), 31,1% afirmaram que mudaram de residência para aí trabalhar, o que demonstra que, não obstante o funcionamento ainda parcial do projeto, o Platô já se configura como um pólo de atração de trabalhadores em um momento em que outros investimentos agrícolas liberam mão-de-obra⁴⁷. A mudança de local de residência está associada à faixa de idade dos trabalhadores que são predominantemente jovens (Figura 10) e têm mais facilidade para transitarem em busca de melhores oportunidades de trabalho pelo fato de não terem família para sustentar.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 10- Idade dos trabalhadores do Platô de Neópolis.

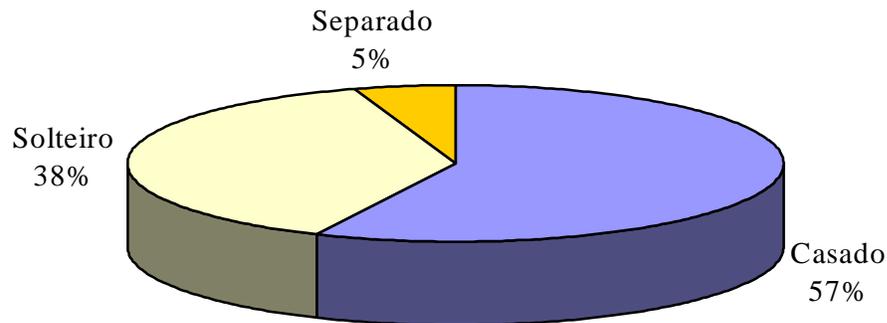
⁴⁷ Esta constatação, segundo Mattei (1998, p. 86), também se dá em outros pólos regionais, como o Vale do São Francisco (PE/BA) e o Vale do Açu (RN), que estão se especializando na produção de frutas e hortaliças. Assim, não é a agricultura da região que atrai, mas pólos de investimentos específicos. O mesmo, no entanto, não se pode afirmar para o número de empregadores, que apresentou uma tendência de crescimento no Nordeste na década de 80, mas nos anos 90 decresce ou se estabiliza em patamares bem baixos (Mattei, 1998, p. 72). No caso específico do Platô de Neópolis, havia 96 propriedades que foram desapropriadas para implantação do Projeto de Irrigação com 38 lotes.

A composição de uma força de trabalho tão jovem tem como princípio básico o aproveitamento do vigor físico, considerando que 63% da amostra total é de trabalhadores rurais, ocupação em que a força e capacidade físicas são pré-requisitos indispensáveis, utilizados também como meio de exclusão das mulheres, que correspondem a apenas 1,6% do total da amostra, assim mesmo em atividades burocráticas e de limpeza de escritórios.

Analisado sob o ponto de vista da faixa etária, a manutenção de um pequeno contingente de trabalhadores mais maduros tem efeito disciplinar e cognitivo, elementos culturais pertencentes à ordem social da agricultura familiar. O efeito disciplinar, pelos padrões de socialização em que os mais velhos são exemplos de comportamentos e guardiões de conhecimentos armazenados nas experiências pessoais e coletivas. O cognitivo, pelo acúmulo de conhecimentos na agricultura.

A gestão dos empreendimentos empresariais, por ser conduzida em sua maioria por técnicos oriundos da agricultura familiar, que conhecem as origens dos trabalhadores, recuperam esses padrões cognitivos e morais, sujeitando-os a uma ordem de poder constituída pela mediação entre a experiência e as modernas relações de trabalho. São diferentes mundos sociais sob influências recíprocas.

No entanto, há questionamento quanto ao papel dos mais velhos para a vida social local e os entrevistados afirmaram que a juventude, principalmente o homem solteiro, faz o que quer. Mas esse não é o estado civil predominante entre os trabalhadores do Platô como pode ser observado a seguir (Figura 11):



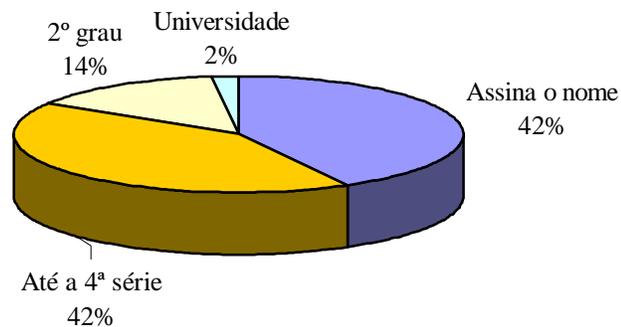
Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 11- Estado civil dos trabalhadores do Platô de Neópolis.

Dos trabalhadores casados, 65% têm filhos e as famílias não são numerosas, considerando que 56% têm até dois filhos e 19% têm de três a quatro. Os lugares de residência de 49% dessas famílias são os povoados circunvizinhos ao projeto (Tatu, Novo Horizonte, Mundéu da Onça e Saúde), enquanto 38% se distribuem entre uma das cinco sedes municipais próximas ao Platô (Penedo, Neópolis, Japoatã, Santana do São Francisco, Pacatuba). Os demais, habitam em povoados mais distantes da região.

Viver em um dos povoados circunvizinhos ao projeto é mais barato, tanto pela facilidade de acesso às residências, quanto ao fato de poder utilizar bicicletas para se deslocar, o que evita custos adicionais com transporte. É também importante a permanência nas comunidades em que nasceram e cresceram, com a manutenção dos convívios com parentes e vizinhos, tão importantes na sociabilidade das populações rurais.

O grau de escolaridade dos trabalhadores é muito baixo (Figura 12), principalmente porque na história da maioria deles o trabalho se sobrepunha aos estudos, segundo o poder aquisitivo da família.



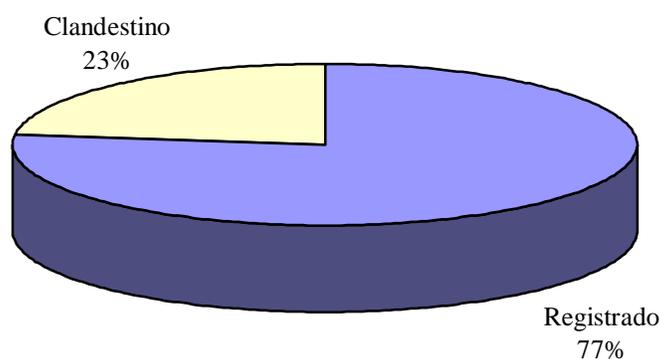
Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 12- Escolaridade dos trabalhadores do Platô de Neópolis.

Apesar das inserções profissionais dos trabalhadores em atividades que utilizam tecnologia de ponta, seus índices de escolaridade não diferem dos índices dos outros trabalhadores da região Nordeste, cujo porcentual de analfabetos é de 42% da população, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 1997). O baixo índice de escolarização não impede que os trabalhadores realizem atividades que utilizam tecnologia de ponta após rápidos treinamentos em serviço.

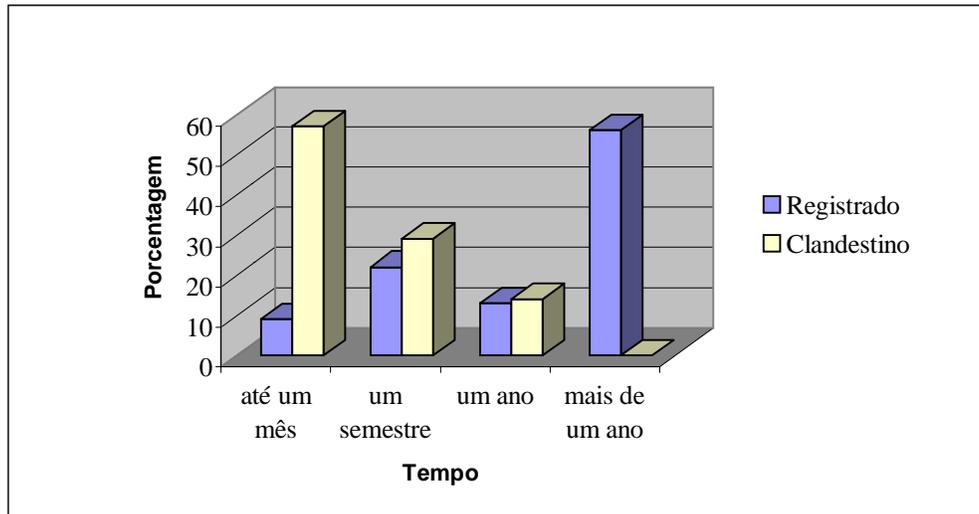
Na constatação, fica claro que uma das faces do trabalho rural é a coexistência de diferentes níveis de especialização na viabilização de um mesmo processo produtivo. Trabalhadores cujas capacitações se deram por diferentes vias (formal ou informal) se defrontam e se complementam nestes processos. No entanto, se opõem claramente na estrutura ocupacional e, conseqüentemente, salarial, considerando que

63% dos entrevistados estão classificados como trabalhadores rurais e assim se auto-reconhecem. Dentre estes, apenas uma minoria (5%) não se reconhece como tal, provavelmente por ter mais de uma profissão. A coincidência entre a profissão e a ocupação que têm mostra que a identidade do trabalhador rural está configurada pela autodenominação, possivelmente construída pelas experiências sucessivas de assalariamento nos recentes processo de reencaixe, a partir de diferentes vínculos (Figura 13) com tempo também variável (Figura 14).



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 13- Trabalhadores registrados e clandestinos no Platô de Neópolis.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 14- Tempo e vínculos de trabalho no Platô de Neópolis.

Questionados sobre quais são as maiores exigências em relação ao trabalho no Platô de Neópolis, 61% dos entrevistados responderam que é saber fazer o trabalho, 19% disseram que é ser pontual, 14% afirmaram que é ser obediente. Estas respostas não diferiram entre os clandestinos e os registrados.

Na opinião de um técnico, a polivalência e a assiduidade são os requisitos centrais que o trabalhador deve respeitar, como mostra o depoimento:

“O trabalhador ideal para trabalhar numa fazenda, numa atividade de fruticultura, que ele faça qualquer atividade dentro da fazenda. Outra coisa, mesmo que ele seja um trabalhador polivalente, mas que não falte. Você tem uma equipe preparada para tirar três ou quatro caminhões por dia, ai de repente faltam dois trabalhadores num dia, a engrenagem foi quebrada, então isso sobrecarrega os outros, o horário que ele trabalha vai aumentar mais duas horas de trabalho para suprir a falta daquele trabalhador. Então isso não é o ideal para uma fazenda, isso faz com que você tenha mais horas extras, os trabalhadores chegam no outro dia mais cansados” (S. A. R., 38 anos, agrônomo, registrado).

Confrontando as expectativas dos técnicos com as exigências apontadas pelos trabalhadores, há uma coincidência entre saber fazer o trabalho e a pontualidade, só que o primeiro aspecto refere-se a uma capacidade de realizar diferentes tarefas, ser

móvel dentro do lote, evitando as contratações temporárias e permitindo o mesmo ritmo de atividades todos os dias. A pontualidade, um dos maiores problemas enfrentados, na compreensão dos empresários e dos seus representantes, é um problema geral.

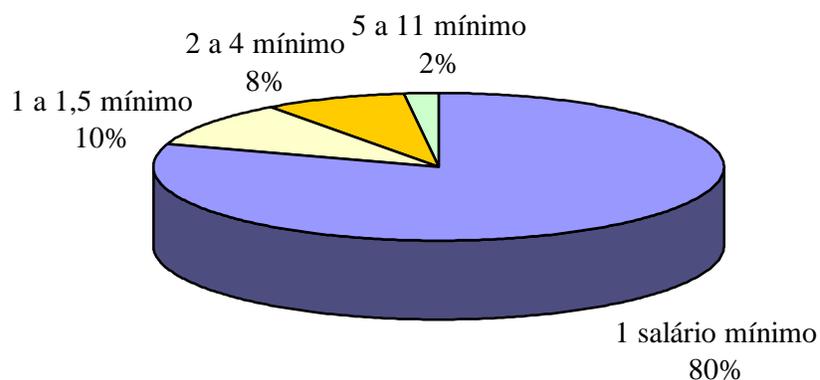
Nos universos de socialização desses trabalhadores, principalmente na agricultura familiar, há uma constância do trabalho, conforme já discutido, mas dentro de um grau de liberdade e de níveis de escolha do agricultor. A pontualidade não é um critério avaliado pela hora de entrada e de saída, mas pelo cumprimento de tarefas - uma quantidade de trabalho - definida e remunerada segundo as práticas locais.

Na agricultura assalariada, no entanto, o grau de liberdade individual submerge em processos organizados por terceiros, em virtude de demandas externas. As responsabilidades individuais são fundamentais para o cumprimento de prazos e a ausência de trabalhadores implica horas extras, não cumprimento de pedidos etc. Apesar da diferença das lógicas, os padrões de comportamento não são substituídos automaticamente e subsistem em confronto com determinações que não os admitem; a valorização da pontualidade se generaliza nos discursos e constitui um dos critérios para garantir o registro dos trabalhadores.

As formas de pagamento do trabalho têm poucas variações de empresa para empresa, sendo que os trabalhadores registrados e os clandestinos que trabalham por longos períodos recebem por quinzena. Os clandestinos que trabalham esporadicamente recebem por diária (em torno de R\$ 5,00 para as mulheres e R\$ 6,00 para os homens)⁴⁸.

⁴⁸ Cerca de U\$ 2,5 e U\$ 3,1, respectivamente, em dezembro de 2000.

Os salários, para a grande maioria dos trabalhadores, estão demonstrados na Figura 15:



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 15- Salários dos trabalhadores do Platô de Neópolis.

Estes salários, quando comparados aos de outras regiões de produção de frutas como o Vale do São Francisco, são considerados baixos.

Os perfis das ocupações dos trabalhadores do Platô de Neópolis podem ser observados no Quadro 5:

Quadro 5 - Tipos de ocupação no Platô de Neópolis em 2001.

Ocupação	Categoria	Atividades que executa	Pré-requisito
Trabalhador rural	Polivalente	- Plantio, limpa, desbaste, colheita e o que ocorrer	- Experiência com o trabalho agrícola e capacidade física integral
	Manutenção da irrigação	- Conserto e reposição de equipamentos de irrigação e o que ocorrer	- Experiência com o trabalho agrícola e capacidade física integral; - Treinamento de curta duração em serviço; - Capacidade de trabalho em equipe.
	Pós-colheita	- Corte, contagem, maquiagem e encaixotamento de produtos e o que ocorrer	
	Pulverizador	- Aplicação manual de produtos químicos e o que ocorrer	- Treinamento de curta duração em serviço; - obediências às normas
	Serviços gerais	- Limpeza de áreas de circulação, administração de portões, recados, serviços de água e café etc.	- Descrição e gentileza
	Vigilante	- ronda no lote no período noturno	- Atenção, vivacidade
Auxiliar de escritório	Auxiliar de escritório	- Elaboração de folha de pagamento, recebimento de pedido de compra de produtos, controle de frequência etc.	- 2º Grau, noções de informática e de contabilidade
Motorista	Motorista de caminhão; Motorista de trator	- Condução de veículo automotor no interior dos lotes durante a colheita e para transportar produtos para distintos mercados	- Carteira de habilitação pertinente ao tipo de veículo
Técnico agrícola	Técnico agrícola	- Coordenação e distribuição das atividades em campo, orientações técnicas, contratação e dispensa de pessoal	- Curso técnico em agropecuária
Gerente	Gerente geral	- Coordenação e distribuição das atividades, orientações técnicas, contratação e dispensa de pessoal, planejamento de atividades, compra e venda de produtos e equipamentos etc.	- Curso de agronomia
	Gerente de vendas	- Administrar processos de colheita, de pós-colheita e de venda de produtos	- Experiência de venda de produtos agrícolas, conhecimento de funcionamento de diferentes mercados
Consultor	Consultor	- Orientar procedimentos técnicos, capacitar pessoal, realizar experimentos	- Curso de 3º Grau, mestrado ou doutorado, experiência no ramo

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em 2000.

Observando o conteúdo dos perfis no quadro das ocupações do Platô de Neópolis, constato que igualmente ao que se passa nos processos industriais analisados por Benko (1999), a organização do trabalho posta em prática apela para a habilidade e a competência da mão-de-obra e para a sua aptidão de dominar diversos segmentos de um mesmo processo, facilitando as remoções de equipes e/ou trabalhadores para atividades emergenciais ou mesmo previsíveis, mas altamente dinâmicas e fluidas entre si.

O nível de qualificação e especialização dos trabalhadores clandestinos e registrados não difere, conforme pode-se constatar no trabalho de campo. Ambos estão aptos para diferentes ocupações, cujas habilidades exigidas são resultantes da experiência que acumularam na agricultura familiar e das recentemente adquiridas nos processos de produção de frutas irrigadas.

Para diferentes analistas (Cavalcanti e Silva, 1999; Bendini, 1997; e Gómez, 1999), a relação inversa entre a tecnologia de irrigação e a demanda por trabalho é destacada, assim como a aparente contradição que os diferentes tipos de trabalho apresentam. Os trabalhadores não se especializam, mas pelas características das suas atividades terminam ganhando uma visão geral do processo de produção e aprendendo a fazer de tudo um pouco.

Existe também trabalhadores ocasionais no Platô: o grupo de consultores, uma categoria nova na região. Estão presentes apenas ocasionalmente e têm qualificação mais elevada, sendo demandado apenas para serviços especializados.

5.2- Estratégias individuais e coletivas de inserção e regularização do trabalho

As condições de acesso ao trabalho no Platô são influenciadas por uma dinâmica rede de indicação de novos trabalhadores pelos que já estão contratados. Mesmo assim, as relações de trabalho são crescentemente individualizadas⁴⁹, através de negociações face a face realizadas entre empregadores e trabalhadores para a obtenção de uma ocupação, muito embora o salário da grande maioria dos trabalhadores seja o mesmo. Essas condições se particularizam, quando comparadas a outras áreas frutícolas, onde as reivindicações trabalhistas têm garantido conquistas que pouco a pouco se implementam, a exemplo do Vale do Açu (Gomes da Silva, 1999, p. 322) e do Vale do São Francisco (Cavalcanti, 1999a, p. 150).

5.2.1- Redes locais de inserção no trabalho

Questionados se já tinham conseguido ocupação para outra pessoa no Platô, 50% dos trabalhadores responderam que sim e 50% responderam que não. Dos que responderam sim, 65% afirmaram que acompanham o desempenho da pessoa para saber se está dando certo. Os demais, disseram que não se sentem com nenhuma responsabilidade em relação a quem foi indicado. Os porquês do acompanhamento, segundo os trabalhadores, se explicam pelo fato de que indicar uma pessoa que corresponde às expectativas é bom para ser reconhecido como alguém que tem responsabilidade e que seja chamado para indicar outros trabalhadores que sejam necessários. Ao contrário, indicar alguém que não corresponde às expectativas vai prejudicar a imagem de quem indicou e diminuir o seu poder de conseguir novas

⁴⁹ As relações individuais também vêm ocorrendo em outros contextos e atividades, como discute Graziano da Silva (1999, p. 251), para o caso dos industriais e produtores para fixação do preço e das condições de compra e venda da laranja em São Paulo.

ocupações. Por esses motivos, a seleção do trabalhador a ser indicado deve considerar, antes de tudo, a disposição e a disciplina do mesmo.

Aos olhos da comunidade a que pertencem, os trabalhadores que indicam ganham distinção. Erguem-se subsistemas de poder e essas pessoas passam a gozar de prestígio e reconhecimento social, ou seja, passam a ser credoras de favores e obrigações que poderão ser pagos em um futuro próximo e em outras esferas que transcendam àquela do trabalho. Mas podem também agir pelo simples fato de doar, de oferecer algo que vai fazer bem ao outro. Aos olhos dos empregadores vai aparecer como alguém que conhece o contexto em que vive, alguém em quem se pode confiar e, acima de tudo, alguém que pode monopolizar a função de arregimentador de trabalhadores, necessária em qualquer um dos empreendimentos que têm serviços temporários. Assim, conseguir ocupação para alguém tem o sentido de reforçar a própria permanência de quem a indicou.

A constatação de que esse sistema funciona é que, dos entrevistados, 56,8% obtiveram as suas ocupações por intermédio de um amigo ou parente, e 21,3% conseguiram através de um técnico. Este último representa outro sistema de poder e de controle. Os técnicos conhecem diferentes trabalhadores nas atividades temporárias. Conhecer significa saber do desempenho e do local de residência, pois quanto mais perto do lote o trabalhador morar, melhor, considerando-se que existem distâncias que demandam transporte. Os trabalhadores são também associados aos lotes em que mais freqüentemente prestam serviço.

Outra forma de obtenção de ocupação é pela procura solitária (19,7%) ou em pequenos grupos (2,2%), de lote em lote, ocasião em que se recorre a um técnico.

Observando os números, constato que na prática os vínculos familiares e de amizade são muito importantes nas indicações. Exemplo concreto é a quantidade de

pessoas pertencentes a uma mesma família que trabalha no Platô, considerando que 40% dos trabalhadores são parentes entre si, e destes, 63% são irmãos e os demais são filhos, pai e cunhados. Não se registram nem irmã, nem mãe, tal qual no sistema agrícola precedente, onde eram os homens que estavam nominados, apesar de as mulheres constituírem força de trabalho ativa.

A forma de obtenção de ocupação e as atividades agrícolas que desenvolvem como trabalhadores são as mesmas tanto para os registrados como para os clandestinos. Há unanimidade que as redes de interconhecimento são as principais vias de acesso a uma ocupação, num contexto em que as estratégias de recrutamento de pessoal reforçam o controle social da força de trabalho. Ninguém gostaria de indicar alguém para trabalhar que põe em risco a sua idoneidade.

Nas comunidades em que vivem os trabalhadores pesquisados e no mundo rural de maneira geral, as redes de interconhecimento funcionam como eficientes canais de informação de acontecimentos na vida das pessoas e na comunidade, seja nas esferas pública ou privada. É um conhecimento que se constitui e se deposita em uma memória coletiva que sofre contínuas atualizações. O quanto de conteúdo depositado na memória individual depende dos momentos históricos vivenciados, das experiências vividas e dos interesses e habilidades pessoais para se relacionar com temas diversificados. Em momentos específicos essa memória é acionada e, diante de um elenco de informações processadas socialmente, as pessoas são assessoradas a agir.

Quanto mais reduzido o universo social, mais detalhes da vida privada são acumulados na memória em decorrência da participação (voluntária ou involuntária) nos acontecimentos, do entrecruzamento de experiências. Verdadeiras tramas se entrelaçam pela partilha dos problemas do dia-a-dia e do lazer nos mesmos espaços. Trajetórias pessoais se entrecruzam, dando a impressão de que a vida social local gira

em torno de uma grande família. A memória, de livre acesso a cada um dos membros desse universo, é acionada a cada incerteza, a cada necessidade de tomar decisões.

Mesmo que as marcas do passado estejam tão presentes nas relações que os trabalhadores estabelecem na vida social local, principalmente no que concerne a inserção no trabalho, a reflexividade é acionada para avaliar como elementos de um sistema anterior se conectam com os atuais.

Registrando as memórias de Ioiô Pequeno, Casanova (1979, p. 44) rememora as histórias do seu avô e relembra um adágio que dizia: “Casa tua filha com o filho do teu vizinho”. Com esta compreensão partilhava a noção de que os que se conhecem administram melhor as divergências e não levantam expectativas falsas. A partir dessa máxima, defendia a continuação de uma sociedade a partir da reprodução de laços de que em si mesmo assegurariam os princípios de “continuação” da organização pelo trabalho, pelo parentesco e pela vizinhança. Reproduzir famílias de moradores entre si, pelo acesso conjugado à família e ao trabalho, era o mesmo que socializar sujeitos (e seus filhos) nas mesmas regras de filiação a um senhor e a um sistema social. Era a reprodução social do sistema que se garantia.

No passado, os interesses dos senhores e dos moradores ora convergiam, pela prioridade estabelecida pelos primeiros para recrutar trabalhadores no seio de um grupo já socializado em regras construídas no quadro de uma ideologia paternalista, em que o indicador era responsável pelo indicado; ora divergiam, pela busca de controle mínimo de uma organização social da qual faziam parte, não respeitando certos princípios e casando uma filha com alguém que não era conhecido localmente, nem pelo senhor.

No presente, os mecanismos de convocação dos trabalhadores na moderna agricultura do Platô reproduziram-se assim, reapropriando-se de parte do conteúdo

elaborado em outro sistema social. Os trabalhadores em cena, tanto aqueles que são responsáveis pela administração quanto os trabalhadores que foram socializados nessas regras, de uma forma ou de outra reproduzem alguns dos elementos do passado em um novo contexto.

Contratar trabalhadores segundo redes de interconhecimento é uma iniciativa econômica, mas também moral. Ao mesmo tempo em que dispensa investimentos na busca de trabalhadores, garante a convocação de pessoas que foram socializadas para não decepcionarem aqueles que as indicam, o que corresponde mais facilmente aos anseios dos empregadores pelo saber-fazer e pelo saber-ser.

A convocação de novos trabalhadores via os que já trabalham é a regra geral, principalmente após a fase de implantação dos empreendimentos em que a força de trabalho foi recrutada por outras vias, conforme atesta o depoimento de uma trabalhadora entrevistada ainda na época de implantação do projeto:

“De dia tem muitos lugares que tem homens, pessoas que não trabalham, e essas pessoas ficam na porta de casa, na porta do mercado, chega a juntar muita gente, e em algumas ocasiões já aconteceu de quem está precisando de trabalhador de avisar até pela difusora. Agora quando precisa muito eles também podem passar com o carro e as pessoas que estiverem na rua, elas vão saber mais rápido que os outros. A gente está aqui, aí passa um carro e avisa, pergunta se a gente quer e aí sai avisando para os outros, as pessoas que vai encontrando. É um auto-falante que anuncia, aí eu que estou aqui escutando saio dizendo a fulano que está precisando. Aí junta aquela turma e vai para ver o que é” (N. I. A., 33 anos, trabalhadora, clandestina).

Uma vez que prestou serviços temporários, o trabalhador passa a constituir um banco de reserva daquele lote, podendo, segundo o seu desempenho, ser chamado algum dia para uma contratação legal ou apenas esporadicamente para trabalhar na condição de clandestino em atividades temporárias. Assim, existe uma força de trabalho “flutuante”, que navega de lote em lote e que está reconhecida pelas capacidades que têm, pelas atividades que pode desenvolver e também pelos lugares

em que reside. Desta forma, já são evitados transtornos quanto ao não saber o trabalho e aos atrasos atribuídos à dificuldade de transporte.

De maneira informal, se constitui uma rede de informações que enquadra os trabalhadores de uma forma que o seu engajamento na dinâmica de produção se dá sem transtornos, mesmo que para atividades temporárias.

Se a rede de informação que alimenta a de interconhecimento funciona na esfera local entre os trabalhadores, ela também existe na esfera dos empregadores. Existem trabalhadores que são marcados pela qualidade dos serviços, mas também pelo questionamento dos direitos. Nesse caso, a estratégia é não contratá-lo. A circulação dessas informações se dá principalmente via técnicos e cabos de turma não apenas no sentido de enquadrar trabalhadores mas também de excluí-los.

Nas palavras de um agrônomo, os critérios são predominantemente técnicos, no interior dos quais se justifica também uma avaliação do comportamento:

“A gente pega um trabalhador na medida que vai aparecendo, hoje a gente já conhece porque já entrou e saiu, então a gente vai de acordo com o comportamento e interesse da pessoa, com a maneira de trabalho que se encaixa na empresa. Através dos outros trabalhadores, a gente diz que está precisando e vai aparecendo e se encaixando com o perfil de trabalho da gente, e ele vai conseguindo se conscientizar daquilo que eu falei” (S. A. R., 38 anos, agrônomo, registrado).

“Eu chamo um pessoal que mora aí que são do sertão, são pessoas conhecidas, minha família é de Nossa Senhora das Dores, então eles conhecem muito gente. Aí através de um funcionário mais velho que eu tenho aqui, eu mando chamar” (L. E. X., 23 anos, técnico agrícola, registrado).

5.2.2- Polivalência e desregulamentação viabilizando a inserção

Na atualidade existe um tipo de trabalhador que está se especializando nas atividades temporárias, sabendo quando, onde e com quem falar para conseguir trabalho. Esses trabalhadores se distribuem espacialmente, segundo a proximidade dos

lotes e das residências. No entanto, nos estudos de caso em que esta pesquisa se deteve (coco e banana), existe uma tendência em contratar cada vez menos esse tipo de trabalho pelo fato de serem culturas permanentes e o plantio (uma das atividades que mais ocupa mão-de-obra) já ter passado e as demais etapas (tratos culturais, colheita e pós-colheita) permitirem uma previsão da ocupação de mão-de-obra, além dos sistemas instituídos que apelam crescentemente para a flexibilidade qualitativa.

Existe uma tendência de os trabalhadores que correspondem às expectativas permanecerem por mais tempo no mesmo lote, apenas mudando de tarefas. São trabalhadores capazes de realizar diferentes atividades, podendo também alterná-las em uma mesma jornada de trabalho. Esse processo facilita para que os trabalhadores tenham uma visão geral do processo produtivo e sejam capazes de executar diferentes tarefas, ficando sempre na expectativa quanto ao surgimento de uma proposta de registro.

Teoricamente, a flexibilização pode ser uma estratégia de inserção/exclusão da força de trabalho no processo produtivo, segundo uma demanda precisa, exercitada tanto por empregadores quanto por trabalhadores, para potencializar uma condição de ganho. Em se tratando da atividade agrícola, essa estratégia é predominantemente utilizada pelos empregadores. Entre os trabalhadores, a possibilidade de escolha de inserção ou não nas atividades produtivas limita-se a um pequeno grupo (especializados⁵⁰ com mais de um vínculo), menos vulnerável economicamente. No entanto a grande maioria da força de trabalho depende das demandas do empregador, sujeitando-se a diferentes tipos de inserções, legalizadas e precárias⁵¹, ambas,

⁵⁰ Profissionais portadores de habilidades específicas, obtidas através da educação formal (consultores, contadores) ou de uma experiência particular (eletricistas, encanadores), não dominadas pela massa dos trabalhadores.

⁵¹ A precarização é entendida como sinônimo de desregulamentação que repercute para o trabalhador na obtenção de trabalho descontínuo, sem benefícios sociais, com baixo poder de negociação de salários e/ou outros direitos em face de negociações crescentemente individualizadas.

caracterizadas pelas negociações individuais em um contexto em que a relação entre agricultura e precarização é resultante da busca de ampliação das vantagens comparativas, que levam a níveis maiores de competitividade, situação também observada por Bendini (1999) e Bendini et al. (1999) na Argentina e Lara (1998) no México.

Em pesquisa realizada no Platô (Mota, 1999a), constatei que a flexibilização também pode ser uma estratégia usada em benefício do trabalhador e chamei a atenção para a dupla face desse processo: a manutenção de um contingente de trabalhadores polivalentes⁵² submersos na desregulamentação e outro, de trabalhadores especializados (consultores, contadores, eletricitistas, técnicos em equipamentos de irrigação), cuja contratação temporária é apropriada e vantajosa, pela manutenção de mais de um vínculo que pode se estender a Estados e regiões diferentes.

Em relação a este tema Castells (1999, p. 288) afirma: “Não são apenas as empresas que se beneficiam da flexibilidade. Muitos profissionais especializados acrescentam à ocupação principal serviços de consultoria (final-de-semana ou meio expediente), o que ajuda a melhorar sua renda e poder de barganha”.

Pode-se falar do processo de constituição de novos atores no mercado de trabalho de frutas frescas irrigadas. A dinâmica de adoção de novas tecnologias de produção e pós-colheita exige que continuamente novos conteúdos passem a constituir o referencial de atuação. A forma mais rápida de atualização é contar com profissionais *free-lance* que têm um pé na academia ou nas instituições de pesquisa (fóruns onde conhecimentos e tecnologias são gerados) e outro nos espaços de consultoria. Sair com demandas concretas e chegar com conhecimentos específicos são

⁵² Polivalente é a denominação para trabalhadores capazes de executar diferentes atividades aprendidas no fazer cotidiano.

processos que alimentam o padrão técnico de produção de frutas irrigadas. Esse tipo de atuação é limitado a profissionais altamente qualificados, que têm algo a mais, que é a visão do tipo de produto que o mercado exige, associado ao domínio de um conteúdo técnico específico. No entanto, por ocasião da pesquisa, apenas um consultor foi identificado.

Apesar de numericamente ser pouco representativo, a existência de profissionais desse tipo confirma o pressuposto de que a flexibilização favorece os profissionais mais qualificados. No entanto, chama a atenção para as características dos atores que se beneficiam da flexibilização: meia idade, experiência no ramo de consultoria, capazes de oferecer soluções técnicas imediatas para problemas técnicos que assolam os pomares e capazes de conviverem com situações de trabalho esporádico, ou seja, dispõem de economias ou de outros tipos de negócios e/ou vínculos. Pelas características gerais, conclui-se que são profissionais aposentados ou que vivem da venda pontual de consultorias ou ainda pesquisadores de universidade e instituições de pesquisa que conseguem compatibilizar atividades diversas, inclusive comprometendo o lazer.

Em relação aos consultores, um agrônomo, gerente-técnico de uma empresa, afirma:

“São consultores basicamente de outras universidades que atendem essa região, são pessoas da Universidade da Bahia e até de São Paulo. Por experiência que eles têm em maracujá, tem alguns colegas da parte de citros. Hoje a gente está procurando menos o pessoal, no caso tem consultor específico para cada empresa. O pessoal da EMBRAPA entra mais por causa do convênio que existe com a ASCONDIR. Então eles vêm dar uma palestra, tem muita gente de Cruz das Almas, da própria EMBRAPA, do CPATC⁵³, de Recife, de Aracaju” (T. O. N., 32 anos, agrônomo, registrado).

⁵³ Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros (CPATC).

Entretanto, do total das pessoas que pertencem a esta amostra e que estão ocupadas no Platô, 95% não têm uma segunda atividade. Os 5% restantes se dividem entre agricultura, pesca e pequeno comércio no período da noite e nos finais de semana. A baixa incidência da segunda atividade é explicada, em parte, pelo acesso limitado à terra (como proprietários) que esses trabalhadores tinham no passado e têm no presente e também pela falta de tempo, já que trabalham oito horas por dia, sem contar o tempo gasto para o deslocamento da residência ao trabalho.

A prática de combinar diferentes atividades é por demais observada em outros sistemas produtivos, a exemplo da agricultura familiar, onde as transformações observadas nos últimos anos impulsionaram o desenvolvimento de estratégias outras, que não apenas a agricultura. A esse respeito, Graziano da Silva e Del Grossi (2000, p. 165) se referem às famílias pluriativas que combinam atividades agrícolas com não-agrícolas, sem necessariamente estarem sujeitas a um processo de proletarização, mas como uma forma de otimizarem o potencial produtivo da família e ampliarem ganhos. Está em jogo o grau de autonomia que os agricultores têm como organizadores de processos produtivos, diferentemente dos assalariados que estão sob a coordenação de terceiros com margens de autonomia variáveis.

Analisando o processo geral de produção na agricultura do Platô, constato o mesmo que Lara (1998) observou na agricultura mexicana. A flexibilidade qualitativa é mais utilizada em decorrência de serem sistemas de produção de culturas perenes, cujas atividades se concentram na colheita diária e no processo de pós-colheita (banana), sendo mais produtivo a utilização de uma mesma mão-de-obra. Martin (1997, p 11) denomina esta estratégia como flexibilidade no conteúdo, que significa maior amplitude e variação na natureza do trabalho.

Com uma ou outra denominação, o conteúdo das qualificações dos trabalhadores oscila entre a polivalência e a qualificação, se aplicando no que é previsto, mas também estando capaz para executar atividades eventuais, programadas apenas esporadicamente. Passar de uma atividade para outra não é um problema para os diferentes trabalhadores. Exemplo disto é que em janeiro/2001 o lote Craibeiras suspendeu a colheita de coco e todos os trabalhadores desta atividade que tinham trabalhado todo o ano de 2000 só na colheita foram fazer plantio de sementeira e colher leguminosas juntamente com os responsáveis pela manutenção dos equipamentos de irrigação e da fertirrigação.

5.2.3- A luta pelos direitos dos trabalhadores ausentes da luta

No Platô as correlações de força que se estabelecem entre trabalhadores e empresários têm sido fragilizadas pela forte pressão por empregos, mas também pela dificuldade de diálogo entre os sindicatos locais e os seus afiliados para a construção de um lastro de atuação comum. Esta dificuldade tem raízes históricas em um contexto em que os assalariados eram e ainda são ausentes do movimento sindical, tanto pela mobilidade espacial a que estiveram sujeitos, quanto pelo medo de que as represálias patronais pesem sobre cada um, herança de experiências em que as relações pessoais atavam senhores e trabalhadores. Os medos e o desejo de preservarem uma ocupação têm levado os trabalhadores a estabelecerem pactos até mesmo para burlar as supervisões do Ministério do Trabalho.

Além do mais, a história político-sindical desses trabalhadores teve como alvo central nos últimos 30 anos o Estado, que, através dos governos estadual e federal, implantou políticas públicas que provocaram reações nos sindicatos locais e em setores organizados da sociedade civil. Três momentos se destacaram:

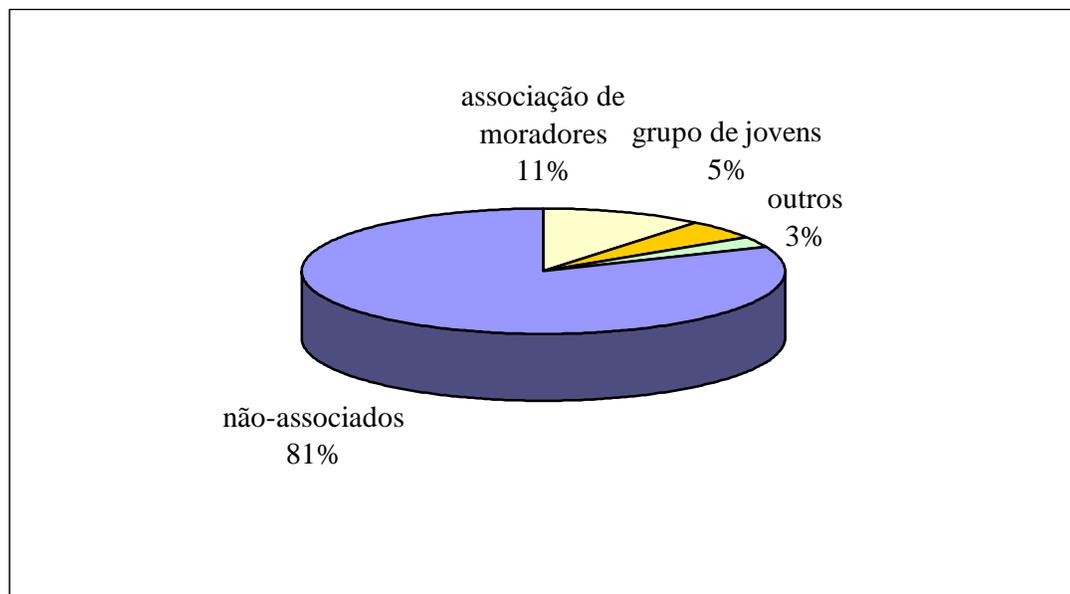
- Nos anos 70, a defesa da propriedade da terra e de um sistema de parceria secularmente instituído, frente às ações de implantação de projetos de irrigação pela CODEVASF, absorvendo menos de um terço da população desapropriada;

- Nos anos 80, as lutas se dividiram entre campanhas salariais para os trabalhadores da Usina Grande Vale, instalada nessa mesma época na região, e a reivindicação por condições de funcionamento dos projetos de irrigação da CODEVASF. O envolvimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) em campanhas salariais só ganhou impulso a partir da presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento de Educação de Base (MEB) e de um grupo de religiosos católicos. No entanto, com a falência da usina Grande Vale, os trabalhadores migraram em busca de novas alternativas e os STRs retornaram às suas práticas anteriores (aposentadorias e assistência médico-odontológica); e

- Nos anos 90, através das iniciativas de protesto de diferentes grupos da sociedade sergipana contra a implantação do Platô de Neópolis, projeto exclusivamente para empresários, constituiu-se um Fórum de Entidades para crítica em torno do projeto, estimulando também o surgimento da Comissão de Atingidos. As ações se concentraram em três eixos: frentes de trabalho e cestas básicas; cursos de capacitação e acompanhamento das ações reivindicativas; e resistência dos agricultores familiares atingidos. As conquistas obtidas e os resultados dessas experiências, que priorizavam o “aqui” e o “agora” assim como seu arrefecimento, estão analisados em Padrão (1996, p. 28).

No princípio do ano 2000, a tensão se intensificou desta vez entre os sindicatos e os empresários, visando a um acordo dos direitos trabalhistas de todos os trabalhadores do Platô de Neópolis. No entanto, dos trabalhadores entrevistados, nenhum é associado ao sindicato.

Como pode ser visto na Figura 16, um pequeno percentual dos mesmos é afiliado à associação de moradores dos povoados em que residem, ao grupo de jovens e a outros tipos de associação, e nenhuma destas associações tem qualquer tipo de relação com os sindicatos. A grande maioria dos trabalhadores não está filiada a qualquer tipo de associação.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 16- Participação associativa.

O problema central combatido pelos sindicatos locais é a desregulamentação das relações de trabalho e os baixos salários pagos num contexto em que o número de empregos gerados corresponde a cerca de 20% do total previsto (Mota, 1998, p. 10).

Apesar da mobilização dos sindicatos, um problema se impõe: o desconhecimento da situação e das aspirações dos trabalhadores, completamente ausentes das organizações sindicais locais, tanto pelas dificuldades que a mobilidade ocupacional impôs, como pelo medo de colocar em risco as ocupações obtidas, ou mesmo, de não conseguirem mais ocupações.

“Aqui está acontecendo uma coisa que eu acho que a justiça é que deveria tomar providência. Se eu trabalho aqui, estou achando que eles tão sacaneando comigo, aí eu vou lá e reclamo e eles pegam e me botam para fora. Aí daqui já telefona para outra firma quando sabe que estou trabalhando lá, aí eles chegam lá e dizem: fulano está trabalhando em lugar fulano. Mas sempre tem um puxa-saco que, de vez em quando, toma cachaça com gerente e gosta de farrá e eu não sou disso, aí eu acho que eles têm raiva de mim por causa disso. Aí pega e diz onde é que esse cara está trabalhando? Aí no outro dia eles telefonam para lá para firma e perguntam se fulano trabalha lá para a firma e diz que eu não sou de brincadeira, que tenho a língua muito grande e gosto de comentar coisas. Aí, quando o gerente sabe daquilo já fica quieto e alguns prestam atenção no jeito da pessoa trabalhar. E outros mandam o cara ir embora, alguns dão uma chance para gente” (S. I. O., 42 anos, trabalhador, clandestino).

É ilustrativo que de todos os trabalhadores entrevistados apenas um questionou os seus direitos e, coincidentemente, permanece desocupado longos períodos. Entre os trabalhadores existe um temor em recorrer à justiça para garantir direitos pelo fato de todos se conhecerem e novas inserções no trabalho serem dificultadas.

Segundo um líder sindical de um dos municípios da região do Platô, a pauta de reivindicações da convenção coletiva de trabalho do ano 2000 foi copiada literalmente do acordo dos trabalhadores do Vale do São Francisco, onde o movimento sindical e as relações de trabalho têm outras características. Essa pauta, no entanto, contou com a aprovação de cerca de 50 trabalhadores presentes na assembléia, para um universo de aproximadamente 1.300 naquele ano.

As discussões entre os sindicatos e os empresários para negociação da convenção coletiva de trabalho ocorreram em três reuniões sob a mediação da Delegacia Regional do Trabalho de Sergipe. Nas duas primeiras, os representantes dos empresários não estavam legalmente representados e, por isso, não tiveram poder de negociação. Somente na terceira reunião enviaram um representante com poderes legais.

A pauta de reivindicações dos trabalhadores contempla diferentes itens, mas as discussões se concentraram na questão da regularização dos vínculos empregatícios e do aumento de um para um e meio salário mínimo. Os empresários concordaram com a regularização dos vínculos, mas não com o aumento do salário. Sem chegar a um acordo, retiraram-se da mesa de negociação, argumentando que a questão central na atualidade é a garantia da ocupação, ficando claro que o ajuizamento da negociação era o único caminho a ser seguido.

Em abril/2000, técnicos da Delegacia Regional do Trabalho supervisionaram o projeto de irrigação e constataram que na maioria das situações não haviam sido regularizadas as relações trabalhistas. Uma dispensa em massa dos trabalhadores não regulamentados ocorreu. No entanto, pouco a pouco, os trabalhadores retornaram ao projeto e continuaram suas atividades.

O relato desse processo ilustra como as relações entre os representantes de trabalhadores e dos empresários se distanciam do que acontece no dia-a-dia do trabalho. Os trabalhadores clandestinos estabelecem pactos com os técnicos responsáveis para fugirem da supervisão do Ministério do Trabalho e, assim, garantirem a ocupação. Segundo os trabalhadores, os gerentes avisam que quando chegar um carro com fiscais do Ministério eles podem correr para casa que ninguém perderá a diária. Esses pactos são também reforçados pelas redes de indicação de trabalhadores para a ocupação de novas vagas. Os que indicam, praticamente são co-responsáveis pelas ações dos que entram, garantindo um sistema de controle gratuito ao empregador, ao tempo em que ganham confiança, um dos requisitos centrais para a manutenção da ocupação.

No processo de negociação trabalhista entre os sindicatos e os empresários, o “modelo” adotado para reivindicação dos direitos trabalhistas, implícito na pauta do

acordo coletivo, é um trabalhador com carteira assinada. As situações de campo, no entanto, atestam uma multiplicidade de formas de inserção, com repercussão nas remunerações, como: diarista, ganho por produtividade e “arista”⁵⁴. Paralelamente, ocorrem também inúmeras formas de ajuda mútua entre os trabalhadores, principalmente entre as mulheres nas atividades por empreita, quando os desempenhos individuais são diferentes e quem termina primeiro vai ajudar às demais.

Assim, o “modelo” de um trabalhador que desenvolve as suas atividades individualmente e sob uma mesma condição tem validade parcial. Visualizar os diferentes tipos de inserção é um dos caminhos para subsidiar a negociação entre trabalhadores e empresários.

5.3- Identidades e divisões sociais: o paradoxo de uma relação

Como indicam os dados de pesquisa, o trabalho clandestino faz parte da história dos trabalhadores do Platô, presente na cana-de-açúcar e nas unidades pecuaristas e familiares. Na primeira, havia um sistema instituído de arregimentação de trabalhadores nos municípios vizinhos para a prestação de serviços na época do corte da cana-de-açúcar. Nas segundas, os serviços clandestinos davam-se nos tratos culturais e na colheita, mas sem nenhum sistema de arregimentação, em face da baixa demanda de mão-de-obra, que era suprida pelo mercado local. Assim, já existia um fluxo migratório para a prestação de serviços clandestinos e uma divisão entre os trabalhadores nativos, ou de “dentro”, e os migrantes, ou de “fora”.

⁵⁴ Diarista: a remuneração independe de quanto trabalho foi realizado. Ganho por produtividade: a remuneração está vinculada diretamente à quantidade de trabalho, por exemplo, quantas plantas polinizou, quanto colheu; “arista”: responsabilidade sobre uma área fixa.

O que se diferencia após a implantação do Platô de Neópolis é a tendência de diminuição da clandestinidade em decorrência da necessidade de garantir o volume e a qualidade da produção para fazer frente aos novos custos que se instituem com a agricultura irrigada, principalmente para o coco, cultura que também é produzida em áreas litorâneas de sequeiro a custos mais baixos.

Para analisar a inserção dos atores no trabalho sob a ótica das divisões sociais, na área estudada, adoto dois recortes. Um deles privilegia a classificação mais genérica dos atores segundo um viés de classe, formando dois subgrupos:

- 1- Empresários ⇔ homens ⇔ origem local ou de fora ⇔ atividade agrícola ou diversificada.
- 2- Trabalhadores ⇔ homens ou mulheres ⇔ clandestinos ou registrados ⇔ consultores ou gerentes ⇔ origem local ou de fora.

Chamam a atenção no grupo dos trabalhadores o dos consultores, já mencionado, e o dos gerentes. Os consultores, por meio de contratos temporários, vendem serviços especializados nas áreas agrônômica, comercial e administrativa. É um grupo que passa a existir com a implantação e funcionamento do Projeto e que se diferencia dos demais por não ter vínculos com a sociedade local, por ter outras atividades e por possuir um poder de negociação que é resultante de um reconhecimento que goza nas áreas em que assessoria. Os gerentes constituem um subgrupo diversificado, cuja marca central é um maior nível de qualificação formal, contrato de trabalho e uma grande mobilidade dentro do projeto, ou seja, mudam facilmente de uma empresa para outra.

Genericamente, pode-se afirmar que a divisão – empresários e trabalhadores – se constitui no grande delineador, que demarca o lugar dos sujeitos na esfera da

produção. No entanto, o seu poder de explicação é limitado, uma vez que não indica a que condições e associações esses sujeitos estão submetidos. Assim, é que o segundo recorte que utilizo valoriza as novas associações e classificações que são feitas para diferenciar os atores entre si de acordo com suas inserções nas atividades produtivas.

Com esse objetivo, outros grupos são recriados a partir daqueles já enunciados, destacando-se como distintivos centrais a qualificação profissional (formação e experiência), procedência (origem) e gênero.

As evidências empíricas fazem crer que a condição da flexibilização qualitativa do trabalho na agricultura valoriza essas diferenças pela possibilidade de incorporação de trabalhadores em atividades diversas. Em um sistema de emprego convencional, o empregador iria dispor de um trabalhador que faz determinado tipo de serviço durante todos os dias úteis do ano e vai tentar ocupá-lo da forma mais produtiva e intensa possível.

Já em um sistema de trabalho cuja tônica central é a flexibilidade qualitativa, o empregador busca exatamente trabalhadores com múltiplas especializações, com qualidades diversas, requeridas também para atividades diversas a serem executadas a depender da etapa do itinerário técnico da cultura. Assim, ele ocupará um número preciso de trabalhadores, que constituirá o núcleo central da força de trabalho, em diferentes atividades que podem ser fixas ou móveis durante certo período do ano. Ocupará as mulheres apenas temporariamente para a adubação e combate a praga, dispensando-as em seguida. Contratará consultores apenas para problemas específicos durante o tempo necessário à sua resolução. Em um caso ou outro, é importante que a mão-de-obra esteja associada a este ou aquele serviço, o que vai influenciar na sua alocação nas atividades específicas, evitando a quebra da engrenagem.

Neste sentido as divisões sociais aqui consideradas são classificações que vão possibilitar associações rápidas com um conteúdo simbólico que diferencia os sujeitos. São mecanismos de informação sobre as suas trajetórias que vão influenciar nas diferentes formas de inserção no trabalho. Ser trabalhador proveniente da agricultura familiar ou mesmo assalariada significa a possibilidade de fazer com maior competência esta ou aquela tarefa. Significa também um tipo de comportamento específico e viver em um dos povoados circunvizinhos ao lote. Tudo isso influencia os tipos de relações que se tecem entre os trabalhadores e os gerentes dos processos produtivos⁵⁵, que apesar de pertencerem a uma mesma classe têm atribuições e senso de pertencimento diversos.

5.3.1- Origem e gênero como identidade e distintivos

A dinamização da agricultura no Platô atraiu para a região migrantes de diferentes procedências, tanto do Estado de Sergipe quanto de outros Estados, e categorias (empresários, consultores, trabalhadores, empreiteiros, técnicos agrícolas).

O que chama a atenção nos trabalhadores são as marcas que os identificam, especialmente a procedência, e que rapidamente ganharam poder distintivo entre os classificados em dois grupos. Os de “dentro”, originários da própria área do projeto e dos municípios situados às margens do Rio São Francisco; e os de “fora”, utilizado para os demais trabalhadores. Vale ressaltar que esta divisão é feita pelos organizadores dos processos produtivos e relativa apenas ao grupo dos trabalhadores rurais.

⁵⁵ Pessoas que têm poder de decisão na estrutura hierárquica, podendo ser um técnico agrícola, um agrônomo ou o próprio empresário.

Apesar de serem numericamente irrelevantes, os gerentes originários do Sul brasileiro não estabelecem distinção intra-regional para os trabalhadores e são unânimes em afirmar que os nordestinos não gostam de trabalhar. Vale lembrar que, segundo Leite e Silva (1994), estudos recentes vêm afirmando não só a permanência dos trabalhos desqualificados, mas também sua associação com os preconceitos sociais relacionados às diferenças de gênero, etnia, cor, nacionalidade e idade. Estes preconceitos encobrem a possibilidade da compreensão das diferenças culturais, gerando uma incapacidade de entender as estratégias do outro, a exemplo do que se passa no Platô de Neópolis, onde os trabalhadores que não estão enquadrados nas condições exigidas pelos gerentes dos lotes são taxados de preguiçosos.

Além de se diferenciarem na relação com o trabalho, os migrantes também se diferenciam na inserção na vida local. Inicialmente não moravam em locais que facilitassem as interações porque residiam dentro dos próprios lotes empresariais. Só mais recentemente se estabeleceram em povoados, prioritariamente localizados nas proximidades dos locais de trabalho e onde já residiam outros conterrâneos.

Conotação positiva é atribuída aos trabalhadores de “fora” apenas pelas pessoas que organizam os processos produtivos, sem no entanto serem estabelecidas diferenças pelos próprios trabalhadores para o trabalho de um ou de outro. Os gerentes foram unânimes em afirmar que os trabalhadores de “fora” são mais pontuais e produtivos. É provável que a pontualidade seja uma marca em decorrência da dedicação integral à agricultura nos seus contextos de origem, onde outras atividades estavam praticamente limitadas pela indisponibilidade dos recursos naturais. Além do mais, são regiões historicamente associadas a migrações temporárias dos agricultores para trabalharem na construção civil no Sudeste do Brasil e estão mais habituados à cultura da indústria, com tempos e ritmos calcados no relógio social.

Outra explicação para as diferenças é o limitado acesso dos migrantes aos recursos locais (pesca, por exemplo) em decorrência de não disporem de equipamentos e não pertencerem a grupos que já a praticam. Há também o compromisso de retornar para casa com o necessário à reprodução da família.

Todas as constatações elencadas fazem pensar nos elementos que diferenciam ou aproximam os trabalhadores e, conseqüentemente, nos tipos de identificações que se constituem. Se considero as duas vertentes – biológica e cultural - sugeridas por Brandão (1986, p. 46) para pensar as diferenças étnicas, constato que, do ponto de vista biológico, os trabalhadores são portadores das características gerais dos nordestinos brasileiros (cor da pele, tipo de olhos, estatura, tipos de cabelos etc.). Sob o viés das características culturais, as diferenças também não são marcantes, especialmente em se tratando de formas de organização do trabalho, regras de casamento e compadrio, alimentos consumidos, festejos, religiosidade etc.

Ou seja, os atributos que os poderiam classificar segundo diferenças étnicas não têm sustentação. Provavelmente, as diferentes condições em que se inseriram no trabalho, no passado, condicionam um comportamento específico, mas não suficientes para caracterizar um pertencimento a uma outra etnia.

Assim, acredita-se que um mesmo grupo (nordestinos) encontra-se inserido no mercado de trabalho e sujeito às pressões características do ser migrante (conseqüentemente, sem grandes possibilidades de alternar a atividade de venda da força de trabalho com outras atividades, em decorrência de encontrar-se fora do seu contexto de origem) ou do ser habitante local (inserido em outras relações locais). Estas duas condições, em oposição, terminam por realçar diferenças que são valorizadas e consideradas nos momentos de recrutamento de pessoal, além de contribuírem para a constituição de um tecido social complexo que tende a escamotear

as semelhanças na origem e, atualmente, a precariedade da inserção no mercado de trabalho, salários abaixo de outras regiões frutícolas e a valorizar as diferenças mais úteis ao incremento da produção.

Apesar de os entrevistados valorizarem o trabalho feminino, as mulheres representavam apenas 1,6% dos trabalhadores. Havia o reconhecimento do trabalho feminino como o mais adequado para as tarefas mais leves e também por serem as mulheres mais atenciosas, detalhistas, “obedientes” e limpas, por isso mesmo mais indicadas para a poda, plantio e adubação manual⁵⁶. Estas associações também foram constatadas por Cavalcanti et al. (1998) no Vale do São Francisco, onde as mulheres têm atribuições específicas na viticultura.

Concordo com Melo (1999, p. 15) que a preferência pelo trabalho feminino para tais atividades é muito mais pela produtividade do que pela leveza ou facilidade, mas a performance tende a ser escamoteada pela subordinação do gênero ditada pelo sistema patriarcal vigente.

“Porque o trabalho é pesado, então uma mulher trabalha numa área rural, ela não consegue dar uma produção que um homem dá. Hoje existe essas pragas normais, aí nós contratamos a mulher para fazer, pois elas são mais delicadas, por exemplo, na catação de falsa-barata, colher feijão-de-porco. Elas são mais delicadas, é da própria natureza delas, por exemplo, na catação de falsa-barata elas têm que enfiar o arame com cuidado para não atingir o olho do coqueiro. Com homem não dá certo. E o combate às pragas quimicamente é feito pelos homens, só quando não envolve produtos químicos é feito pelas mulheres” (L. E. X., 23 anos, técnico agrícola, registrado).

As mulheres estão praticamente excluídas da atividade agrícola em decorrência de três causas principais, dentre outras. A primeira, é a grande concorrência por vagas em sistemas de produção que são organizados pelos homens. A segunda é quanto ao

⁵⁶ Apesar das mulheres ocupadas (1,6%) estarem fazendo serviços burocráticos e de limpeza de prédios.

estádio de cultivo de muitas das culturas perenes que, em plena produção, demandam atividades que exigem força física, e só ocasionalmente, todavia, aparecem tarefas consideradas femininas. A concepção do que é trabalho pesado é também resultante de outras interferências culturais, que influenciam até nas próprias concepções que as mulheres têm do seu próprio trabalho.

A terceira e última é quanto à própria organização da família, em que, num contexto de poucas ocupações, as estratégias de sobrevivência usadas vão priorizar e determinar quais de seus membros devem se lançar no mercado e quais devem partir para outras atividades, como a pesca e o artesanato. Ou também quem vai ficar em casa para cuidar dos filhos e dos bens, atribuições estas predominantemente sob responsabilidade das mulheres.

Guardadas as particularidades construídas socialmente acerca do que é trabalho de mulher ou de homem, observa-se, com base nos relatos, a seguinte divisão no Platô (Quadro 6):

Quadro 6- Serviços de homem e mulher no cultivo de coco e banana no Platô de Neópolis em 2001.

Serviços de homem	Serviços de mulher
<ul style="list-style-type: none"> - Adubação química - Combate químico a pragas - Colheita - Pós-colheita - Fertirrigação - Manutenção dos equipamentos de irrigação - Plantio - Condução de veículos - Serviços gerais - Vigilância 	<ul style="list-style-type: none"> - Adubação manual - Combate manual a pragas - Plantio - Limpeza de prédios

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em 2001.

A alocação de papéis sociais, em que compete à mulher as atividades mais leves ou menos especializadas e aos homens as mais pesadas ou especializadas, frequentemente conduz à naturalização de papéis construídos socialmente, dificultando assim a sua contestação, o que poderia levar a uma menor rigidez na mobilidade ocupacional.

Mas também existem outras visões quanto ao trabalho das mulheres, mesmo que sejam somente no discurso:

“Contratar mulheres, além do serviço sair igualzinho ao dos homens, ainda é mais barato” (T. O. N., 32 anos, agrônomo, registrado).

“Ao homem a gente vai dar, vamos dizer no caso da tangerina vai dar dez cachos por diária. Se for dar aos homens vai pagar o salário e as mulheres é mais inferior e faz o mesmo serviço. Em um sentido sim. Porque a mulher é muito sensível para adubar fica bem correta, ela é muito cuidadosa, experiente e obediente. E o homem não, ele quer ser mais que um chefe” (C. O. S., 34 anos, gerente, registrado).

“Eu acho que tem, eu vou arriscar isso, tem que trabalhar muito a questão do gênero homem e mulher. Mas tem serviços que o homem inventou mais para ele: trabalhar de machado, por exemplo, é muito diferente um homem no machado de uma mulher. A mulher trabalha também, mas o machado foi feito, é que os invento também das ferramentas foi mais o homem que inventou a seu modo, seu jeito. Se a mulher fosse inventar ela podia colocar detalhes diferentes, adaptando-se à sua força física. Então essas coisas assim foram muito pensadas pelo homem e às vezes a mulher tem dificuldade de acompanhar porque as coisas foi feita assim mais pensando no seu corpo físico. Se a mulher fosse inventar determinadas ferramentas talvez tivesse detalhes que fossem diferentes” (N. H. O., 36 anos, líder sindical na área do Platô).

Mas as informações coletadas também indicam que o reconhecimento da responsabilidade das mulheres pelas tarefas domésticas e pelos filhos as tornam mais vulneráveis, dificultando a assiduidade, principalmente em se tratando de uma ocupação estável. Mesmo que a questão da produtividade do trabalho seja reconhecida, ausências e impontualidades passam a ser questionadas ao longo do tempo. Além de tudo, as conquistas trabalhistas específicas, a exemplo da licença maternidade, tornam

mais atrativas as contratações masculinas. Mas se analiso sob este último aspecto, o trabalho clandestino seria uma forma de dispor do trabalho feminino sem, no entanto, arcar com as responsabilidades trabalhistas. Mesmo assim, isso não acontece.

Todas as constatações negam, nessa área, a tendência de maior incorporação das mulheres ao trabalho, como constatado em outras partes do mundo, inclusive em setores não tradicionais, como discutido por Antunes (2000, p. 105) e Cavalcanti et al. (1998, p. 104).

Outro aspecto que chama a atenção é a inexistência de mulheres no grupo dos migrantes, constituído exclusivamente por homens. Essa prática traria dois tipos de dificuldades. A primeira, é a impossibilidade da dupla jornada se o local de trabalho situa-se em um município distante e que não permite o retorno diário. A segunda, é a própria tradição da migração nessas áreas, que prevê alojamentos e, conseqüentemente, serviços predominantemente para os homens. Isso em se tratando da atividade agrícola, porque a migração das mulheres solteiras para trabalhar como empregada doméstica é uma prática de longa data. Com isso, surge uma divisão social a ser considerada, que é entre mulheres solteiras e casadas, condicionando práticas específicas de inserção no mercado de trabalho.

Essas questões terminam por acarretar uma “exclusão” das mulheres dos processos de trabalho na área pesquisada pela questão da força física, pela dupla jornada que as fazem mais susceptíveis a faltas e pelas dificuldades que as mesmas têm de se deslocarem por muito tempo.

A responsabilidade pela contratação de trabalhadores em todos os lotes é uma atribuição de técnicos e gerentes, todos do sexo masculino, que, como tal, tendem a reproduzir o seu viés de gênero nas diferentes ocupações.

A tendência geral no mercado de trabalho do Platô é de preferência pelos trabalhadores originários da agricultura familiar, segundo critérios de classificação e preferência: homens, jovens e que atendem aos requisitos da empresa em termos de assiduidade e pontualidade, além de fazerem parte das redes sociais de indicação. Redes estas que preservam elementos essenciais do sistema social vivenciado anteriormente à generalização do assalariamento, como o interconhecimento, a lógica da reciprocidade e o respeito à hierarquia. Se estes elementos reforçam a inserção, dificultam a mobilização política para a defesa dos interesses trabalhistas, já que, diante da interconexão entre as relações pessoais e profissionais, os trabalhadores têm se mantido mais fiéis às primeiras.

Como visto, o reencaixe dos trabalhadores no Platô se deu ao longo de processos em que as trajetórias sociais são elementos centrais ao acesso a vagas em situações de trabalho que, ao mesmo tempo em que preservam, transformam muitas das características do passado, como analisado no próximo capítulo.

Capítulo 6

(RE)CONSTRUINDO AS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES DA FRUTICULTURA IRRIGADA

“Uma coisa é certa: aqueles que partem não são os mesmos que retornam. Algo se transforma, ou se perde, no caminho. Inevitavelmente, quer se queira, quer não” (Walter Salles, 2002).

A liberação dos trabalhadores de relações pessoais anteriores, alicerçadas em conteúdos como favores, obrigações e confiança, é conhecida na literatura como desencaixe, um dos conceitos propostos por Giddens (1991, p. 29) para interpretação da modernidade. O desencaixe é o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (Giddens, 1991, p. 58). A atividade social deixa de ser um processo localizado, produto exclusivo de interações face a face e passa a ser (re)organizada através de grandes distâncias tempo-espaciais. O tempo não é mais marcado pelas enchentes e vazantes ou pelas chuvas de março, antecedentes das atividades de plantio, mas tem outros marcadores, como o ciclo de maturação exato de um produto, o tempo de entrar e sair de uma jornada de trabalho, o tempo de enviar uma carga de frutas frescas para consumidores distantes três mil quilômetros, o tempo de espera de um trabalhador para sair de férias.

Para Giddens (1991, p 28), a separação entre tempo e espaço é crucial para o extremo dinamismo da modernidade por ser a condição principal de desencaixe, e, também, por ter proporcionado os mecanismos de engrenagem para a organização racionalizada. “As organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas” (Giddens, 1991, p. 28). No caso em análise, o quê plantar, quando, quanto, com que características e para quem não é mais uma decisão exclusiva dos atores locais, mas uma resposta a demandas e exigências de atores distantes, demonstrando a dinamicidade da relação local e global.

Mas este não é um evento novo na agricultura brasileira: o algodão e a cana-de-açúcar nos Séculos XVII e XVIII (Almeida 1991, p. 78-84) foram produzidos face a estímulos internacionais.

Teoricamente, com o processo de desencaixe, o trabalhador foi lançado em um mercado de trabalho regulado por outros códigos, onde as relações pessoais não balizam a sua ligação com um senhor. O seu reencaixe vai se dar em situações que demandam constantemente uma atitude reflexiva para a tomada de decisão, avaliação do que é melhor para si, que caminho seguir. Segundo Giddens, a reflexividade

“consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (Giddens, 1991, p. 45).

Dessa forma, cotidianamente as práticas são examinadas, reorientando as estratégias dos diferentes atores em face do novo elenco de ocupações, das mudanças na organização do trabalho e mercados e das diferenças entre a racionalidade dos técnicos e a dos trabalhadores.

Nesta análise, considero o reencaixe a partir da inserção dos trabalhadores no Projeto de Irrigação Platô de Neópolis, pelo fato de o mesmo significar uma intervenção precisa que reestruturou completamente os sistemas de produção em uso, assim como as relações entre os diferentes atores que têm sob suas responsabilidades a produção de frutas em tempo e qualidade não convencionais.

Os ascendentes dos atuais trabalhadores do Platô de Neópolis pertenciam a um sistema social de filiação a senhores proprietários de terra, no qual as relações econômicas eram visivelmente interconectadas com relações de subordinação política e social. Visitar o seu passado significa acompanhar a história e o percurso do rio correndo para o mar, testemunha de produções e relações que mesclavam trabalho e afetividade, obrigação e respeito, compadrio e amizade, mas também desavenças e ódios. É pelos significados explícitos e ocultos nessas relações que a área do Platô se presta como referência empírica para a compreensão das questões inerentes a este estudo, pelas particularidades que os processos sociais ali assumem, como fruto de vinculações entre parceiros díspares. Parceiros que originaram herdeiros, cujas histórias são vivenciadas e contadas pelos seus filhos.

O objetivo deste capítulo é analisar os elos de ligação entre a origem dos trabalhadores e um presente de assalariamento, assim como as rupturas e continuidades entre essas duas condições e destacar as novas características da reprodução da força de trabalho.

O foco de análise são 14 trabalhadores registrados e que ocupavam diferentes cargos na hierarquia ocupacional do Platô. O contato inicial com eles foi por ocasião da aplicação dos questionários e, posteriormente, pela realização de entrevistas semi-estruturadas, cujas informações forneceram os elementos para as reflexões aqui realizadas. Na verdade, esses elementos não surgiram espontaneamente mas

estimulados por questões que elaborei *a priori*, considerando que as recordações surgem motivadas por alguma associação (Halbwachs, 1994).

Com a construção dos elos entre a origem do trabalhador e o assalariamento, a partir de relatos orais, busquei confrontar versões já conhecidas sobre as trajetórias de trabalho do grupo de entrevistados, entendendo que valores e opiniões têm base coletivas, mas também individual (Queiroz, s.d., p. 154). A partir desta compreensão, as entrevistas foram analisadas e comparadas entre si para evidenciar o que têm de individual e de coletivo.

6.1- De agricultor a assalariado: desencaixes e reencaixes na agricultura

Dos 183 trabalhadores entrevistados, a maioria (73%) é de origem rural e são filhos de pais que tinham como atividade a agricultura, o comércio, a pesca e o artesanato. Os demais, são de origem urbana e 14% são filhos de pais que trabalhavam na cidade, principalmente em órgãos públicos ou pequenos negócios e 13% dedicavam-se a “bicos”⁵⁷.

Todos os entrevistados de origem rural nasceram em municípios situados nas margens alagoanas ou sergipanas do rio São Francisco, área de abrangência do Platô de Neópolis. Nessas mesmas margens, até os anos 70 do Século XX, existiam diferentes formas de produção nos campos de arroz, na pecuária e no artesanato de cerâmica em terras de grandes proprietários que, junto com o poder econômico, tinham o poder político sobre os seus agregados como uma proteção acima da polícia e da lei dos homens.

⁵⁷ Também conhecido como biscate, gancho, galho, viração. “Ganhos avulsos e/ou tarefa ocasional que os possibilita” (Ferreira, 1986, p. 255).

As evidências das relações entre os grandes proprietários e os diferentes atores residentes dentro e fora das propriedades no Baixo São Francisco estão registradas na história de vida contada por Casanova (1979) no seu livro sobre a vida de Ioiô Pequeno da Várzea Nova, um destes proprietários. No (Box 3) apresento uma síntese desta história.

Box 3- Ioiô Pequeno da Várzea Nova

Nasceu em 1880, filho de uma família tradicional, proprietária de terras produtoras de arroz e gado nas margens sergipanas do rio São Francisco. Tinha casa na fazenda, onde seu avô materno morava e na sede do município, Neópolis, onde sua família morava e onde o seu pai fora juiz. Ambas, lugares de atendimento a doentes, necessitados e pobres. Teve uma infância recheada de brincadeiras com filhos de moradores, parentes e amigos. Cada um pertencente a uma hierarquia completamente distinta em que a família era a unidade suprema. Estudou em um município vizinho e depois na capital. Frustradas as tentativas de ingressar nas escolas naval e militar, retornou para a fazenda do avô onde se transformou em vaqueiro-mor e aprendeu a lidar com homens, animais e terra. Era o único dos oito filhos que permaneceu na propriedade em um tempo em que se almoçava às nove horas, se jantava às duas horas e de noite tinham a ceia. Circulou por todos os povoados vizinhos, ganhou e impôs respeito e testemunhou a propriedade crescer, até para evitar que terra sem dono fosse lugar de baderna. Casou e teve filhos, mas os filhos partiram para estudar. Controlou o uso da terra, a lei e a colônia de pescadores, da qual foi presidente. Socorreu moradores, desacatou autoridades que faziram coisas com as quais não concordava, aconselhou casamentos, soltou presos e apartou brigas. Fez valer o que acredita ser correto e se guiou pela máxima “nunca tire de um pobre para dar a um rico”, muitas vezes repetida por sua mãe. Sentia-se responsável pelos moradores e outras pessoas que viviam sob sua dependência e por isso tomava a liberdade de aconselhá-los, sabendo que nenhuma pessoa já repudiá-lo por isso porque em todas as situações os defendia. Exerceu cargos públicos e se tornou de confiança de juízes e governadores. Assegurou os votos e ordem. Confessou que algumas vezes precisou pegar em arma porque era a única forma de fazer respeitar uma terra, um limite de uma propriedade. Segundo ele, não havia autoridade que providenciasse - nem delegado, nem soldado -, e então era obrigado a agir pelos próprios meios. Confessou que amava a terra em que viveu, mas a idade o obrigou a partir, com malas cheias de saudades, para morar com uma filha no Rio de Janeiro (Casanova, 1979).

São também frequentes os relatos dos entrevistados quanto às situações vivenciadas quando um senhor proprietário de terras assumia também o papel de juiz, além de compadre, amigo e protetor em um sistema que foi, teoricamente, desativado com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural nos anos 60 e a conseqüente

instituição dos direitos (Andrade, 1986; Sigaud, 1979), culminando com a expulsão da força de trabalho de dentro para fora das propriedades no Nordeste.

Na região do Platô, as marcas dessas relações perduram nos discursos, chamando a atenção para o padrão de organização social do contexto em análise que, apesar de estar no domínio da chamada modernidade⁵⁸, parece manter muitos dos elementos associados ao advento da modernidade e também de tempos anteriores.

Neste sentido, Domingues (1999) afirma que:

“A história do Brasil, de forma semelhante à de outras sociedades, conheceu até o advento da modernidade, padrões de organização social em que as pessoas e as coletividades tinham laços com locais específicos por meio dos quais as identidades pessoais e coletivas eram claramente determinadas. A identidade de membros de uma família extensa nucleada em torno da grande propriedade rural e sua casa-grande definia, para muitas gerações, o pertencimento às camadas dominantes da sociedade, enquanto, para os trabalhadores, laços de subordinação pessoal eram característicos. Isso se dava com frequência primeiramente mediante a escravidão (mesmo quando incorporados à casa-grande) ou, para outros, mediante formas de trabalho que implicavam liberdade relativa, mas subordinação de fato, ao longo das gerações, ao proprietário da terra - relações que posteriormente se generalizaram. A identidade e o destino pessoal e coletivo se articulavam, assim, à situação de trabalhador de um local e de um senhor de terras que exercia efetivo poder de vida e de morte sobre seus subordinados, com a contrapartida de aparecer amiúde como seu 'compadre'...” (Domingues, 1999, p. 23).

Semelhantemente, o imbricamento das relações de trabalho e subordinação por laços econômicos e pessoais foram efetivamente vividos entre proprietários e agricultores no Baixo São Francisco⁵⁹, desde o final do Século XIX, quando estes últimos se estabeleceram como rizicultores nas margens do rio. Essas relações perduraram até os primórdios dos anos 70 do mesmo século, quando as políticas

⁵⁸ Que para Giddens (1991, p. 11) se refere ao “costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do Século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Para Domingues (1999, p. 154), a modernidade é um processo que ainda está em expansão na superfície do planeta e cujas instituições se estabeleceram, de fato, apenas no Século XIX.

⁵⁹ Região onde se localiza o Platô.

públicas praticadas na região desestruturaram as relações tradicionais de produção, com a conseqüente redefinição das relações entre os diferentes atores, culminando com a implantação de dois projetos de irrigação pela CODEVASF, com o assentamento de aproximadamente 1.000 famílias em módulos de irrigação com cerca de 4 ha (Diniz, 1981, 1996; Mota et al., 1997; Santos, 1996)⁶⁰.

6.2- Trajetórias individuais: elos entre a agricultura familiar e o assalariamento

A análise das 14 trajetórias individuais revela um entrelaçamento de acontecimentos da vida pessoal e familiar com as histórias de trabalho que influenciam nas relações que cada um dos entrevistados tem com o trabalho.

Em geral, a migração ou a busca de uma atividade assalariada, mesmo que localmente, se constituíram em alternativas para um ou mais membros das famílias dos trabalhadores entrevistados.

As migrações se deram, inicialmente, para os municípios vizinhos⁶¹. No entanto, pouco a pouco, se tornaram freqüentes, dentro do próprio Estado de Sergipe. Essas passagens, tanto podiam se revelar como uma conseqüência dos escassos e vulneráveis recursos produtivos em absorverem mais mão-de-obra, como também de um desejo individual, em que a regularidade do salário atrai os mais jovens, principalmente frente aos novos padrões de consumo que se instalam, resultantes da

⁶⁰ Esta ação absorveu menos de um terço da população originalmente desapropriada e provocou desastrosos impactos sociais, econômicos e ambientais (Santos, 1996, p. 112). No final da década de 80, a emancipação dos perímetros provocou quase que o abandono dos mesmos, o que forçou a sua retomada pela CODEVASF nos anos 90, inclusive com a introdução de empresários como concessionários, onde anteriormente havia apenas agricultores familiares.

⁶¹ Do total dos entrevistados, 54% migraram, dos quais, 93% migraram ainda jovens para trabalhar, principalmente em outros municípios do Estado de Sergipe.

facilidade de idas e vindas de informações, pessoas e produtos entre lugares próximos ou distantes (Mota e Schmitz, 2002, p. 393).

Mas podiam ser frutos, também, de conflitos entre gerações motivados pelas diferentes visões quanto à forma de gerir uma atividade produtiva, o desejo de ser independente da família, o sonho de fazer algo novo e diferente e a falta de vontade de continuar morando sob a influência dos pais ou irmãos, acontecimentos frequentes no interior das células familiares. Sem contar o fato de que o trabalho agrícola é pesado e pouco remunerativo, além do convívio com as incertezas a que a atividade está sujeita (condições naturais, preços).

A maioria dos entrevistados nasceu em espaços rurais, migrou e depois retornou. No seu retorno, encontrou um espaço apropriado por outros grupos que produzem novos produtos e significados. O ir e vir desses trabalhadores influenciaram nas suas inserções profissionais e nas sociabilidades tecidas no interior das novas condições do trabalho assalariado no Platô de Neópolis, conforme pode se visto no agrupamento que faço, segundo pontos comuns das trajetórias de cada um.

6.2.1- Os filhos pródigos da agricultura

O primeiro grupo é formado por três entrevistados originários de famílias que viviam da agricultura, cujas condições de reprodução eram árduas, quer pela escassez de terras próprias ou dependência de terras de terceiros, quer pela instabilidade dos processos produtivos ou, ainda, em decorrência do baixo volume de capitais para enfrentar adversidades. São famílias em que o trabalho infantil, às vezes, em detrimento do estudo, se constituiu muito cedo em aporte importante à reprodução familiar em face da impossibilidade de pagar força de trabalho externa.

Qualquer que seja a motivação para sair da agricultura, as alternativas mais exercitadas foram a busca de outra profissão, mesmo que localmente, e a migração, que nesses casos aparece muito mais como uma estratégia individual do que familiar. No entanto os ganhos com a migração não possibilitaram nem a aquisição de terras nem o estabelecimento de um pequeno negócio quando do retorno, a exemplo do constatado por Gracia Jr. (1989) em uma região da Paraíba. Aliás, o autor também mostra que, passada a fase da expansão da industrialização brasileira, as migrações dominaram em decorrência da deterioração das condições de vida pela queda constante do poder de compra do salário mínimo.

Para os entrevistados, a migração é exclusivamente uma ação masculina, normalmente a partir de uma idade mínima de 18 anos. Os percursos foram predominantemente percorridos dentro do próprio Estado de Sergipe, e só, secundariamente, os entrevistados ultrapassaram o limite estadual e foram para municípios de outros Estados.

Permanecer no próprio Estado indica uma necessidade de ficar próximo ao contexto social de origem e à própria família, se ausentando parcialmente de uma situação, mas não por completo. Significa uma preferência por uma permanência próxima ao que já se conhece, ao que dá segurança.

Após migrações e sucessivas tentativas de permanência em outros contextos, todos os três trabalhadores retornaram e se engajaram nas atividades do Platô, apesar de reconhecerem que essa é uma possibilidade possível, mas não desejada, pois nem um dos três pretendia ter um trabalho na agricultura, seja porque é duro, seja porque se sentem sem condições físicas de corresponderem aos requisitos exigidos.

6.2.2- Os filhos da agricultura assalariada

O segundo grupo é formado por três trabalhadores originários de famílias cuja atividade principal era o assalariamento dos pais na agricultura local e dos municípios circunvizinhos. Têm como traço comum o fato de terem trabalhado nessa condição desde criança para aumentar a capacidade de produção da família, principalmente na cana-de-açúcar no município sergipano de Pacatuba e no Estado de Alagoas.

A condição para todos os entrevistados era o assalariamento clandestino, via empreiteiros, que pagavam por dia de trabalho ou produtividade. Os direitos trabalhistas não faziam parte dos ganhos destes trabalhadores, que estavam, conseqüentemente, ausentes do sistema de contribuição previdenciário.

Provavelmente por terem um passado associado à clandestinidade no assalariamento, esses trabalhadores se consideram privilegiados por terem um vínculo regular no Platô, que garante direitos e, segundo um deles, “dignidade”, mesmo que todos confessem que gostariam de sair da agricultura para um trabalho mais leve.

6.2.3- Os que preferem a agricultura

O terceiro grupo é formado por cinco trabalhadores que consideram a agricultura como a melhor opção porque gostam do que fazem, sabem fazer o trabalho e, em consequência, se sentem seguros. Todos pertencem a famílias que tinham acesso à terra e trabalharam desde criança, em detrimento da frequência à escola, que se deu sempre de forma inconstante.

Apesar de considerarem o trabalho pesado e pouco remunerativo os entrevistados expressam que o convívio com os colegas e o contato com a natureza compensam. Sem contar que preferem a vida nos povoados ou pequenas cidades onde

as suas famílias residem e todos se conhecem, em oposição às cidades grandes como Aracaju em que têm que viver afastados dos amigos e da família.

6.2.4- A agricultura como escolha

O quarto grupo é formado por quatro entrevistados. Diferentemente dos demais, eles têm a agricultura como uma escolha profissional, tendo direcionado os seus estudos para uma qualificação formal que possibilitasse exercer cargos técnicos, de gerência ou administração. No entanto, são unânimes em afirmar que o salário e as condições de trabalho são piores do que em outros setores da economia, principalmente porque os horários são irregulares e a pressão pela qualidade dos produtos é muito grande. Mesmo assim, são unânimes em afirmar que não gostariam mudar de profissão.

Esses entrevistados são filhos de proprietários de terra pertencentes a um estrato mais privilegiado, quando comparado àqueles que trabalhavam em terras de terceiros ou como assalariados. Nenhum deles trabalhou durante os estudos realizados em outros municípios que aqueles de origem.

Analisando os quatro diferentes grupos em que agreguei os trabalhadores entrevistados, observo que existem três traços que distinguem as trajetórias dos mesmos e que são condicionadores das diferentes inserções que se dão no trabalho.

O primeiro é que aqueles que nasceram de pais que se inseriam precariamente na atividade agrícola, seja pelo assalariamento clandestino, seja pelo plantio em terras de terceiros, têm nas suas trajetórias experiências de migração e outras tentativas de fuga da precariedade em que viviam. No entanto, os tipos de escolaridade que esses trabalhadores possuem e a experiência estrita no trabalho agrícola não facilitaram inserções profissionais que justificassem as suas permanências nos lugares a que se

dirigiram. A agricultura é o ponto de saída e de chegada dos mesmos, sendo que suas trajetórias conectam a agricultura familiar ao assalariamento pelos diferenciais aqui tratados.

O segundo traço é que para os trabalhadores originários de famílias proprietárias de terra que se dedicaram aos estudos técnicos, houve a profissionalização dos mesmos na agricultura e a ocupação de cargos hierarquicamente superiores em relação à maioria dos outros trabalhadores.

O terceiro e último traço é o dos trabalhadores socializados na agricultura, entre os quais há aqueles que gostariam de sair da atividade, mas que não têm muitas possibilidades porque carecem de outras qualificações. Há também àqueles que gostam do que fazem e não querem trabalhar em outra atividade.

Em todos os casos, independentemente das posições ocupadas e dos níveis de formação, os entrevistados pretendem que os seus filhos sigam outras carreiras.

6.3- Assalariamento na agricultura: rupturas e continuidades

A dependência do trabalho de terceiros não é um fenômeno recente em nenhuma das formas de organização do trabalho na agricultura do mundo moderno. Na agricultura familiar, muito embora o trabalho central seja realizado predominantemente pela mão-de-obra da família, existem múltiplas formas de incorporação do trabalho de terceiros, criadas e recriadas nos diferentes contextos históricos e calcadas em relações de parentesco, amizade e solidariedade (trabalho familiar, mutirão, empréstimos) ou em relações estritamente comerciais (assalariamento, arrendamento, parceria). O agricultor familiar pode comprar trabalho para suprir demandas ocasionais decorrentes da heterogeneidade das etapas e do limite da mão-de-obra familiar disponível no estabelecimento, mas pode também,

eventualmente, vender o seu trabalho. São diferentes arranjos de compra e venda de trabalho que vão variar enormemente segundo as diferentes estratégias, desenvolvidas em consonância com o capital disponível, a natureza da atividade e a quantidade/qualidade dos recursos naturais, dentre outros elementos.

Mesmo que seja reconhecida pela intimidade existente entre parentesco, produção e consumo, a agricultura familiar e a agricultura em geral são liberadoras de mão-de-obra para outros setores da economia, ou mesmo para o desemprego, pelo desencontro entre um *quantum* de trabalho e a demanda contínua de mão-de-obra, de modo que seja compensador para todos os membros permanecerem na unidade de produção (pela não coincidência entre os projetos do presente e do futuro de gerações diferentes; pela falta de possibilidade de adquirir outras unidades de produção; pela falta de desejo dos seus membros, e pela utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra), no contexto de acirrada competição e de busca crescente de vantagens comparativas.

Diferentemente da agricultura familiar, na agricultura empresarial os processos de produção se organizam exclusivamente na base do assalariamento temporário ou permanente. Os atores centrais desses processos são preferencialmente aqueles liberados/expulsos da agricultura familiar e, secundariamente, atores que para o mundo rural acorrem em busca de trabalho. Dentre estes últimos, o reencaixe parece dar-se com maior facilidade para aqueles profissionais cujos conhecimentos e informações necessários ao trabalho agrícola foram obtidos pela formação escolar.

As inserções de um ou de outro estão condicionadas pelas experiências que acumulam e que se revelam não apenas no saber-fazer cotidiano do trabalho, mas, também, no saber-ser. Ambos pré-requisitos mínimos à manutenção de uma ocupação, como discuto a seguir.

6.3.1- O saber-fazer

Na fruticultura irrigada do Platô de Neópolis as atividades de trabalho das diferentes ocupações são acompanhados pelos técnicos agrícolas e trabalhadores responsáveis por determinados serviços de campo. Cada atividade está associada a certas exigências de qualidade. A quantidade de trabalho, medida por unidades de tempo ou de produtos, o cuidado no manuseio dos frutos e das árvores, a manutenção dos equipamentos de trabalho, o relacionamento do trabalhador com os colegas e com os chefes imediatos, o cumprimento do horário e a assiduidade, são quesitos de avaliações objetivas e subjetivas nos novos tempos da agricultura.

De maneira geral, existe uma compreensão entre trabalhadores e responsáveis pelos processos de produção de que a pessoa originária de famílias que lidam com a agricultura está mais capacitada para realizar o trabalho porque sabe manejar diferentes instrumentos, observar os fenômenos naturais, discernir espécies vegetais e animais e, também, porque é capaz de oferecer sugestões ao manejo de diferentes culturas e à solução de problemas do dia-a-dia. Em outras palavras, é um sujeito que acumula um conhecimento adquirido no dia-a-dia, conhecimento este demandado a cada minuto nos modernos sistemas de produção irrigada, como afirma um técnico:

“É diferente, porque quem não vem da agricultura não tem aquela noção de fazer aquele trabalho, você tem que quebrar muito a cabeça ensinando a eles, perde tempo, e tempo é dinheiro” (R. T. O., 43 anos, gerente, registrado).

As interpretações dos diferentes atores quanto às características particulares dos trabalhadores originários da agricultura se concentram também na questão da adaptação dos corpos ao trabalho a céu aberto. O trabalho é realizado “quer chova quer faça sol”. Roupas e corpos molhados, suor escorrendo pelos rosto e corpo, são manifestações físicas do contato do homem com a natureza, diariamente, neste tipo de

serviço. Movimentos de levantar, abaixar, mover braços e pernas, ter contato com o solo, com as plantas daninhas, com pequenos insetos (mosquitos, moscas) que pousam insistentemente nos corpos, tudo isso também são diários.

Apesar da predominância dos informantes que acreditam na diferente qualificação dos trabalhadores originários da agricultura, uma minoria⁶² afirma que trabalhadores de diferentes trajetórias sociais se comportam igualmente frente ao trabalho, porque na agricultura irrigada os procedimentos são muito diferentes dos da agricultura de sequeiro. No entanto, reconhecem que os trabalhadores que já foram agricultores se adaptam muito mais rápido aos novos requerimentos. A propalada igualdade de capacidades para o trabalho agrícola vem da própria ampliação que este termo sofre na agricultura irrigada. Atividades como encanador, eletricista e almoxarife foram todas incorporadas à ossatura do trabalho agrícola. Visto assim, é plausível que determinadas atividades apareçam mais identificadas a uns que a outros trabalhadores.

Experiências já são acumuladas pela contratação de trabalhadores de origem urbana para trabalhos tradicionalmente agrícolas (plantio, colheita, por exemplo), sem bons resultados pela falta de uma habilidade, mesmo que os trabalhadores sujeitos a esta associação sejam provenientes de diferentes experiências. O julgamento do saber-fazer ou não uma atividade é feito com a rapidez dos que dispõem de uma força de trabalho abundante e diversificada e que, por isso mesmo, não têm tempo para ensinar. Assim, é mais racional, economicamente falando, dispor de um trabalhador que tanto tem mais conhecimento e habilidade para fazer o trabalho, pela capacitação do saber-

⁶² Um técnico agrícola.

fazer nas suas unidades de origem, como está mais habituado a enfrentar as intempéries. O costume imprime suas marcas nos corpos.

Na classificação ocupacional que elaboram mentalmente, e na prática, os trabalhadores de origem urbana são considerados como tendo mais capacidade para os serviços burocráticos, daí, a predominância dos mesmos neste tipo de serviço. Além disso, estão mais atualizados com outros assuntos, que não aqueles específicos do trabalho agrícola.

Contrapõem-se a estas interpretações e classificações, no entanto, os interesses pessoais, que questionam todas estas idéias acerca das diferentes capacidades. Assim, ser da zona urbana pode ser apenas um distintivo, mas que não impede de apreender e fazer um bom trabalho, principalmente em um contexto em que a velocidade da mudança tecnológica exige continuamente novas habilidades e conhecimentos. Mesmo assim, para adquirir novas habilidades é necessário tempo, e entre um trabalhador que já acumula saberes no campo agrícola e um que não sabe, o primeiro é preferido, em decorrência do saber-fazer e do saber-ser que discuto nos próximos pontos deste capítulo.

Entretanto, para uma atividade completamente automatizada como a fertirrigação, em que a capacidade requerida é principalmente saber calcular a dosagem de fertilizantes e regular os equipamentos em determinada unidade de tempo, a origem do trabalhador é indiferente frente a uma qualificação pessoal que pode ser rapidamente adquirida.

Para uma ou outra atividade, os entrevistados afirmam que os trabalhadores provenientes da agricultura estão mais acostumados ao trabalho quando comparados com os de origem urbana ou com os pescadores, não apenas pelo saber-fazer, mas principalmente pelo saber-ser.

“O pessoal de pesca é um pessoal um pouco mais relaxado, eles não estão habituados a carteira assinada, a horário de trabalho e quando falta ou por algum motivo eles saem da fazenda, eles têm esse meio de convivência que é a pesca. Então eles são menos dependentes. Por isto, a opção para oferecer um trabalho vai ser sempre para alguém que é proveniente da agricultura” (S. O. N., 32 anos, técnico agrícola, registrado).

6.3.2- O saber-ser

A análise dos dados revela que dentre os trabalhadores ocupados no Platô, apenas 5,5% são pertencentes a famílias cuja atividade principal era a pesca. Nenhum desses trabalhadores se declara como pescador e nenhum dos que têm outra atividade, além do assalariamento, é pescador. A explicação para essas constatações pode seguir três raciocínios: o primeiro é que a pesca não é considerada como trabalho e sim como um lazer; a segunda é que não é mais uma atividade importante na região e que, portanto, não mais existem pescadores. A terceira é que ser pescador ou manter algum tipo de relação com esta atividade é, por si só, um critério de exclusão dos candidatos às atividades do Platô de Neópolis, por todas as conotações que a pesca tem, mas principalmente por estar associada a um trabalho cujos horários e ritmos têm íntima relação com a natureza (lua, maré, recursos fluviais), muito embora a alternância entre a agricultura e a pesca seja uma prática comum em diferentes partes do mundo (Maldonado, 1993, p. 29). Há apenas que diferenciar a questão do controle dos meios de produção. Logicamente que nas mãos da família a autonomia na organização do trabalho é maior, diferentemente do que ocorre no assalariamento, em que os controles são externos à família.

Os comportamentos dos trabalhadores gestados sob as condições de um contexto que mesclava a agricultura de culturas alimentares, a pesca e o artesanato estão sujeitos a um sistema de classificação que os divide, principalmente, pela origem. Ser originário de uma família cuja atividade central era a agricultura ou a

pesca é o primeiro critério de classificação, estabelecido em relação às diferenças de comportamento no dia-a-dia do trabalho e no jeito de ser.

“No grupo de trabalhadores daqui você tem pessoas que, além desse serviço, eles tem outra atividade fora, pescam e por isso dependem menos do assalariamento” (S. O. N., 32 anos, técnico agrícola, registrado).

Depender menos do assalariamento significa ser menos obediente, ou se sujeitar menos às regras impostas. Demais, ter trabalho diariamente, como acontece na agricultura ou ter trabalho em dias descontínuos ou mesmo durante a noite, mais ou menos intensivo segundo a maré, como acontece na pesca, imprime diferenças nos comportamentos de rotina de agricultores e pescadores, tanto em relação ao trabalho como a outras esferas da vida cotidiana.

As atividades que são desenvolvidas com base no extrativismo têm como alvo um recurso natural (mais ou menos escasso, porém) que está disponível no momento em que o trabalhador for coletar e com a certeza de que vai obtê-lo em maior ou menor quantidade. Isso, de alguma forma, o desobriga de uma rígida rotina diária, mas o sobrecarrega nos momentos de atividade, daí também a necessidade de interregnos. Na agricultura, sob condições ambientais específicas, a colheita depende de um *quantum* de trabalho investido, em ciclos que têm uma relação com as estações climáticas. Escolher o dia para ir trabalhar, segundo chova ou faça sol, pode significar a perda por inteiro de uma produção acometida por uma praga ou doença inesperada. O produto vegetal exige atenção e acompanhamento para que saia em condições minimamente aceitas para a alimentação ou pelo mercado para o qual dele depende.

Por tais condições objetivas e subjetivas existe o pressuposto de que o trabalho agrícola condiciona o sujeito a uma dedicação rotineira que é muito diferente da pesca e do artesanato feito localmente, mesmo que ambos possam ser muito pesados.

Segundo um agrônomo, para um trabalhador proveniente da agricultura:

“(...) a agricultura é o seu elo, então para mim é aquele que vai se dedicar. Eu mesmo na seleção que faço de técnico agrícola, eu dou prioridade muito mais para aqueles que têm vínculo com a agricultura. É outro sistema que os outros não têm. É o costume, é o jeito de ser, é outra coisa completamente diferente, não adianta nem pensar” (S. A. R., 38 anos, agrônomo, registrado).

Mas exatamente pelas características apontadas acima, os trabalhadores provenientes da agricultura têm particularidades, como demonstra a constatação de Lara (1998):

“A las incertidumbres propias del sector agrícola se añade el hecho de que la fuerza laboral a menudo se encuentra vinculada, o forma parte, de sociedades campesinas que constituyen mundos de vida distintos a los de las empresas (aunque en ciertos niveles compartidos) sustentados en un entramado de relaciones sociales, acciones y percepciones que abarcan distintos niveles: sociales, culturales y políticos. De esta manera, la fuerza de trabajo no se comporta como cualquier otra mercancía ni es un recurso del que se pueda disponer arbitrariamente para ser utilizado al ritmo que requieren los procesos productivos, y en las condiciones que generan las incertidumbres naturales y del mercado. Por esta razón, el gran problema en este sector, más que en cualquier otro, es el de su control” (Lara, 1998, p. 121).

Há que relativizar de qual mão-de-obra se fala, principalmente porque os trabalhadores do Platô são originários da agricultura familiar, mas não são agricultores familiares. Como tal, é uma mão-de-obra da qual se pode dispor durante todo o ano, diferentemente daqueles que se alternam entre a propriedade e o assalariamento e que não se evidenciaram no universo pesquisado.

Os trabalhadores da agricultura, quando comparados com os da pesca, estão sujeitos a um controle diferente no tempo e no espaço porque deles dependem para cultivar produtos que necessitam de tratamentos culturais continuados para aumentar a produção e evitar perdas. No entanto, quando se trata do trabalho assalariado, a questão do controle no momento mesmo de trabalho é que vai ganhar especificidades e

exigir condições de acompanhamento não apenas por alguém que tenha autoridade e que esteja designado para aquela atividade, mas que tenha conhecimento técnico para se fazer respeitar por trabalhadores que têm vivência na agricultura. De fato, o acompanhamento dos trabalhadores originários da agricultura se dá pelos técnicos, que têm conhecimento e autoridade hierárquica.

Outro sistema de classificação dos trabalhadores é entre os originários da zona rural e urbana. Aí o elemento principal de diferenciação é o nível de informação, que faz com que um questione muito mais do que o outro os seus direitos e as ordens do dia-a-dia. Os trabalhadores provenientes da agricultura familiar se sujeitam mais às condições que lhes são impostas (hora extra sem remuneração, por exemplo), talvez por estarem habituados a trabalhar de acordo com os requerimentos de culturas das quais dependia a reprodução da família.

A obediência também está associada diferentemente aos dois atores:

“Os trabalhadores que vêm da agricultura são mais obedientes, talvez por falta de conhecimento de lei. Mas são pessoas melhor de lidar do que o pessoal da cidade, tanto em suportar o trabalho como em relação a saber que precisa trabalhar. Por exemplo, cortar coco era uma coisa que eles não tinham costume de fazer, mas aprenderam. E é isso que nos preocupa muito, essas mudanças quando você treina uma equipe e de repente tem que tirar uns dois, é uma engrenagem que influi muito no rendimento” (S. A. R., 38 anos, agrônomo, registrado).

Mas o sistema classificatório não se limita aos elementos da ordem objetiva. Na esfera subjetiva existe a concepção de que a “ordem moral” constituída pelos agricultores é alicerçada em valores como a verdade, honra, palavra, consideração, fidelidade. Segundo os entrevistados, no entanto, para os pescadores a verdade parece ser um valor sempre em questão, pelas histórias contadas, pela memória social construída, talvez para valorizar as árduas condições em que o trabalho se desenvolve.

Apesar das diferenças no sistema de classificação, os entrevistados que são responsáveis pela gestão dos empreendimentos são unânimes em afirmar que os trabalhadores de origem local, mesmo aqueles provenientes da agricultura, são pouco adaptados ao trabalho assalariado:

“É um trabalhador pouco habituado ao regime assalariado, querendo preservar os dias de feira como dias de não-trabalho. Para botar no regime, exige muito do administrador” (C. O. S., 34 anos, gerente, registrado).

Esses comportamentos, por parte da população local, recuperam práticas pertinentes ao sistema social constituído anteriormente, que mesclava morada e arrendamento com atividades de pesca e artesanato, onde as obrigações com o senhor existiam, mas dentro de uma organização em que atividades de interesse particular também eram realizadas conjuntamente com as atividades da fazenda. A marcação do dia para o trabalho não era quantificada por um número de horas, mas pelo cumprimento de tarefas acordadas previamente. Esta relação muda completamente com o assalariamento, em que um número de horas trabalhadas corresponde a certa quantia em dinheiro a ser paga, segundo uma legislação que não fazia parte do dia-a-dia desses trabalhadores e que muitas vezes não é conhecida por eles.

A reflexividade é constantemente exercitada para contornar a oposição das diferentes racionalidades dos técnicos e dos trabalhadores quanto ao exercício do trabalho, alimentando estratégias que buscam fazer valer os interesses de cada um.

Apesar de todas as exigências e medidas de controle que se estabelecem para o cumprimento de uma agenda, o lugar e o ambiente de trabalho no Platô de Neópolis não são hostis, mas agradáveis e alegres. Questionado sobre a incidência deste tipo de clima, um trabalhador respondeu:

“É sempre assim, é bom porque é um divertimento, a gente fica oito horas no trabalho, não pode ser de outro jeito, já é pesado, então pelo menos se brinca porque as horas passam” (T. O. N., 25 anos, trabalhador rural, registrado).

Observações no *packing house* de banana confirmou a citação acima. O trabalho não pára, mas a conversa também não, são piadas, gracejos, comentários e brincadeiras. Um sempre ressaltava os defeitos do outro ou algumas situações de constrangimento que alguém viveu, como ser dispensado pela namorada, ter sido roubado em uma festa. São situações em que a esperteza não foi suficiente para evitar um prejuízo financeiro ou emocional. Questionado sobre as conseqüências desse tipo de ambiente no trabalho, o responsável afirmou que já trabalhou em diferentes lugares e em São Paulo havia a proibição de conversar, mas no Platô a conversa não atrapalha a produção, pois é uma equipe jovem e bem treinada. Considera até positivo que as pessoas gostem e divirtam-se nos seus lugares de trabalho. Avalio que nas atividades em que o agrupamento é intenso, as conversas quase que fazem parte do trabalho. O mesmo não se observa na colheita de coco, onde cada um trabalha sozinho ou a pequena distância do outro, situação na qual a conversa limitaria ritmos que são diferentes.

Essas diversidades de formas de interação observadas no interior dos processos de trabalho também são exercitadas nos lugares de residência, com mais intensidade para aqueles que ali vivem e menos para os que residem no interior das empresas, como será discutido a seguir.

6.4- Morador porém assalariado: isolamento social e garantia de ocupação

A utilização da categoria morada é uma alusão a uma condição tradicional de trabalho na agricultura nordestina, magistralmente analisada por Andrade (1986, p. 139-140) e Palmeira (1977), que consistia em uma teia de relações, tecidas pela habitação de uma família no domínio de uma grande propriedade, condicionada a usar, segundo a diretriz do proprietário, uma área para fazer roça e outra para estabelecer uma residência. Esses usos estavam sujeitos à prestação de serviços pela família ao senhor, prestação esta negociada segundo as diferentes conjunturas. A morada implicava um imbricamento entre trabalho, afetividade, obrigações, proteção e disputas. Ao mesmo tempo que o senhor era patrão, era compadre, juiz, tutor. No entanto, inexistia uma formalização do vínculo.

Para Palmeira (1977, p. 101):

“A mobilização política, a expulsão em massa dos trabalhadores dos engenhos, uma nova legislação, em uma palavra, o desenvolvimento da luta de classes na região açucareira do Nordeste, a partir de meados dos anos 50, fizeram com que morador signifique hoje pouco mais que uma denominação local para proletários rurais”.

No caso específico da região desta pesquisa, no passado, a morada estava subdividida segundo três diferentes tipos de trabalhadores: meeiros de arroz, vaqueiros e prestadores de serviços. O que existia em comum entre os três era uma relação com o senhor, que mesclava aspectos econômicos (um quanto de produto ou trabalho) e pessoais (amizade, obediência, fidelidade, proteção), que não estavam ausentes de conflitos que podiam culminar com a expulsão do morador e, muito raramente, com o questionamento dos seus direitos na justiça.

Os **meeiros** de arroz utilizavam uma área para o plantio no sistema de enchentes e vazantes. Quando o rio enchia eram feitas barragens para represar a água e

peixes. Quando o rio secava, algumas lagoas permaneciam com peixes e outras eram utilizadas para o plantio de arroz na “lama”. O sustento da família estava assegurado pelo peixe represado e por adiantamentos semanais de dinheiro, pelo senhor, para a compra do que não se produzia. Outras culturas alimentares também eram plantadas, mas apenas para consumo dessas famílias e, em outras áreas, previamente autorizadas pelo senhor. O pagamento pelo uso da terra, no entanto, se dava apenas para a cultura comercial, o arroz. Metade do total do arroz produzido era entregue ao dono das terras e da outra metade eram deduzidos os adiantamentos em dinheiro.

Os **vaqueiros**, também moradores e agricultores, eram responsáveis pelos cuidados de certa quantidade de gado. De dois em dois anos, o senhor reunia todos os vaqueiros com os respectivos animais e procedia a um sorteio de todas as crias daqueles dois anos. Para cada três animais nascidos, um era do vaqueiro, a conhecida “terça”. Nessa ocasião, todos os vaqueiros da vizinhança vinham ajudar e, em recompensa, o senhor promovia uma festa (Casanova, 1979).

Os **prestadores de serviços** esporádicos podiam residir ou não na fazenda, mas utilizavam suas terras para plantar culturas alimentares, comprometendo-se a pagar em serviços quando fosse demandado. Podiam ser também trabalhadores que dependiam de diária, mas que tinham algum vínculo de amizade ou proteção com o proprietário. A disponibilidade dos trabalhadores para as horas de necessidade do senhor era a base da relação, tanto para um quanto para o outro.

No decorrer de mais de três décadas, essas relações se extinguíram, criando uma crise em termos de ocupação e uma inserção limitada dos seus remanescentes no assalariamento da cana-de-açúcar na própria região. Outros, buscaram ocupações diferentes, e até fora dos seus lugares de origem e em atividades como a construção civil em áreas de barragens.

Nos anos 90, o estabelecimento de modernas áreas irrigadas parecem ressuscitar alguns elementos das antigas formas de trabalho, como a morada na propriedade e a obtenção de vagas via relações de parentesco, amizade e camaradagem. Os moradores de agora são amparados legalmente e incluem trabalhadores com diferentes níveis de formação profissional.

Nessas novas condições o lote é o domínio de um proprietário e o lugar de residência de alguns trabalhadores contratados legalmente. Esta é uma forma de ter pessoas presentes na empresa durante todo o dia, considerando que os trabalhadores residem com suas famílias. Por meio de um salário se usa de forma indireta o trabalho de uma família, quer seja pela vigilância, quer seja por pequenos serviços gerais (abertura de portão, recados etc.). Morando no lote, o trabalhador também se vê requisitado em horas que extrapolam o expediente. Cria-se uma relação de “obrigação” (recriação de um vínculo moral) com quem concede a residência, condição esta propícia à exploração.

Em seis das sete empresas pesquisadas constatou-se a residência de trabalhadores em número que varia de um a quatro por empresa, e dentre eles há sempre um empregado que tem lugar de destaque na hierarquia da empresa (técnico agrícola ou agrônomo).

Os “novos moradores” divergem quanto ao significado de viver dentro do empreendimento. Existem aqueles que gostam, que percebem quase como um prestígio ser escolhido por ser uma pessoa de confiança da empresa e se propõem a continuar merecendo esta confiança. Vêm também como uma possibilidade de economizar, por não pagar aluguel. Outra possibilidade é a de conseguir postos de trabalho para mais de um membro da família e por desenvolver uma relação com os responsáveis que vai além do assalariamento, isto é, uma relação também de confiança.

Outros, no entanto, reconhecem nisso uma espécie de escravidão porque, apesar de não ter sido estabelecido ou acertado formalmente, eles são cobrados a vigiar, jamais deixar a casa sozinha, principalmente porque as mesmas estão sempre em lugares estratégicos próximos a depósitos e casa de bombas. Isso, conforme afirmam, implica que a família jamais vai poder sair junta para alguma viagem ou lazer. As residências estão no interior dos lotes, afastadas dos povoados, não permitindo uma integração social com a vida local. É um isolamento que só é rompido pela chegada dos outros trabalhadores no horário determinado de trabalho. Mesmo assim, o contato se dá apenas entre os homens (em um único caso existe uma mulher que trabalha, mesmo assim, no escritório).

Há também o aspecto de morar no que é do outro, não poder fazer reformas, mandar e desmandar. Morar no lote rompe uma rotina de sair e chegar do trabalho, importante para o restabelecimento das energias necessárias à jornada seguinte.

Segundo um dos entrevistados esta é uma estratégia utilizada também nos projetos de irrigação de Petrolina, no Vale do São Francisco, porque:

“O dono do lote se sente mais seguro. Ele quer uma pessoa que esteja lá 24 horas para qualquer coisa que acontecer, qualquer eventualidade. No nosso caso aqui, existem compradores que só chegam aqui à noite, só têm tempo de chegar aqui onze horas, meia noite para carregar, e aí você tem que estar perto, não adianta você chegar e entregar na mão do pessoal e ir embora. Tem o lado ruim, porque você fica muito preso aqui, você fica meio fora do mundo, só se dedica ao trabalho. É, fica difícil você sair no fim-de-semana, até num caso como o meu, você não tem como sair, porque não tem vigia, agora eu revezo. Hoje eu já consigo driblar esse tipo de coisa porque eu tenho dois moradores aqui, e a gente pode revezar muito bem, um pessoal que tem interesse em responsabilizar pela coisa, levar a sério, é um pessoal de confiança que foi escolhido por nós aqui” (R. G. E., 29 anos, técnico agrícola, registrado).

Apesar de os trabalhadores terem informação acerca dos seus direitos, os empresários não desconhecem as suas vulnerabilidades pela acirrada concorrência no mercado de trabalho e, assim, impõem condições que são aceitas, mesmo que sejam criticadas e reconhecidas como além das obrigações que cada um tem, como é o caso da recepção de compradores a qualquer hora ou de não poder sair no fim de semana.

Existem diferentes percepções dos técnicos quanto à residência no lote, mas a maioria acha que é bom para o funcionamento do empreendimento e para o atendimento de compradores em qualquer horário, fonte também de acréscimos nos seus salários⁶³.

A disponibilidade de residências é precisamente para uma quantidade de pessoas suficiente para manter a representação da presença do empregador nos domínios da empresa. Morar em uma dessas residências só mediante uma relação empregatícia e o gozo da confiança da administração. O acesso à casa, nas condições da agricultura irrigada em que cada área de terra é preciosa, extinguiu a possibilidade de acesso a um terreiro para a criação de animais de pequeno porte; de um quintal para cultivos de árvores frutíferas e hortas; e de espaço para a condução de uma pequena roça e criação de um pequeno rebanho de gado. Residir no interior do lote é apenas dispor de uma residência sujeita a todas as dificuldades de viver em relativo isolamento social, mas sem as vantagens da vida no campo, que seria dispor de espaço para criar e plantar, aspecto destacado pelos entrevistados.

Assim, os moradores dependem completamente da compra de produtos alimentares e têm mais dificuldades para as crianças estudarem porque necessitam de transporte constantemente. Além de tudo, as condições do “trabalhador morador”,

⁶³ Os técnicos ganham um pequeno percentual sobre as vendas dos produtos.

quando comparadas aos demais, é de maior responsabilidade, justo pela dupla função de trabalhador e vigia, com toda a sua família.

Em quase todos os lotes que têm moradores, as residências estão situadas junto à administração (escritório, garagens, depósitos etc.). Apenas em um caso, estão espalhadas segundo a localização espacial das casas de bombas. O morador tem assim o seu local de trabalho próximo à casa, facilitando atividades noturnas e a observação constante do funcionamento da fertirrigação, que não pode parar sob pena de comprometer o desempenho das culturas. A importância dessa atividade termina por subjugar todos os membros da família à observação constante para evitar transtornos, caso contrário significaria uma quebra de confiança ou risco de perda do cargo, mesmo que não seja tão favorável viver em isolamento.

O fato de serem tão poucos os trabalhadores residentes nos lotes, os coloca em uma situação muito particular, quando comparada aos demais: estão sob a condição de ter trabalho, independentemente do horário, incluindo os finais de semana; estão sob o olhar permanente de um representante da administração, que é vizinho (agrônomo ou técnico agrícola, mas sob a condição de gerente); e são considerados pelos colegas de trabalho como representantes diretos dos empresários pela confiança que gozam em dispor de uma residência.

Todas essas condições constroem um sistema de inserção no trabalho em que, apesar da lei ser o dispositivo legal, as relações pessoais têm um peso que determinam em boa medida o “saber-ser” desses trabalhadores porque ele é alguém que lida diretamente com o patrão e se relaciona diretamente com os gerentes na condição de trabalhador e de vizinho.

Tal forma de agregação ora faz convergir os interesses de trabalhadores e empresa, ora não. Por um lado, a empresa se apóia para atividades específicas no

trabalho de uma família. Por outro, os trabalhadores agem em um cenário em que família e relações de trabalho se mesclam, mas o resultado é a exploração intensa do trabalho. A esta condição, os trabalhadores moradores reagem ampliando o contingente empregado da família ou usufruindo de certa “proteção”, não completamente distante de um passado recente no interior das grandes fazendas, objetivamente efetivado por um socorro em uma doença, acesso a uma política pública ou até mesmo a uma proteção policial.

6.5- Aspectos da reprodução social da força de trabalho

Como analisado, a impossibilidade ou diminuição do acesso à terra e a outros meios de produção impulsionaram a saída do campo da maioria dos entrevistados para as sedes municipais ou povoados do Baixo São Francisco Sergipano onde residem. As mudanças obrigaram as famílias a reorganizarem a sua reprodução familiar, incluindo novos e mais elevados custos para viver na cidade, como: água, luz, aluguel e alimentos. Essa dinâmica demográfica foi registrada no país no decorrer dos anos 60 e 70, pelas razões já expostas e discutidas por Cavalcanti e Mota (2002). Porém o que chama a atenção no grupo estudado é o fato de, a partir dos anos 80, haver um rápido retorno dos filhos que migraram após curtos períodos fora.

Os motivos para o retorno são vários, mas em nenhum caso foi a dificuldade de obtenção de emprego, e sim, o alto custo de vida (aluguéis) e a dificuldade de adaptação à vida fora dos lugares de origem. Neste particular, a vida local é sinônimo de tranquilidade e segurança, além de estar constituída pelo entrelaçamento de relações sociais de parentesco e de vizinhança, pelas práticas de lazer e da vida religiosa (Wanderley, 2000a, p. 2).

Quando do retorno os entrevistados passaram a ter maior aproximação com as famílias das esposas. A existência de crianças e a necessidade de as mulheres trabalharem estabelecem certas redes de ajuda entre as gerações, competindo às avós a guarda das crianças em caso de necessidade da saída rotineira ou eventual da mãe. Esta ajuda, no entanto, pode não se efetivar se a avó trabalha, e neste caso apela-se para uma das irmãs. A retribuição para tais ajudas pode vir na forma de resolução de questões administrativas em banco, do acompanhamento da mãe ao médico ou da ajuda em tarefas domésticas nos fins de semana. A reciprocidade entre gerações se reforça, principalmente em torno das pessoas mais velhas, podendo chegar à formação de famílias extensas.

Apesar de os trabalhadores terem rompido a trajetória familiar de habitar no campo ou ter acesso a meios de produção na agricultura, com a opção de viverem na cidade, concordo com Wanderley (2000a) no sentido de considerar que viver numa pequena cidade

“(...) nem sempre significa o acesso a uma efetiva e profunda experiência urbana, que se diferencie ou mesmo se oponha ao seu modo de vida rural, mas pode significar, simplesmente, a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária, que, por sinal, nem toda pequena cidade brasileira consegue assegurar a seus moradores, urbanos ou rurais” (Wanderley, 2000a, p. 6).

Os trabalhadores participam de comunidades que envolvem aqueles que residem nos povoados circunvizinhos ao Platô, e os eventos freqüentados são praticamente os mesmos: o espaço da rua e das calçadas como lugar de encontro dos homens durante a semana pela noite; e do rio no fim de semana. As grandes festas religiosas e o carnaval permanecem como os grandes eventos, atraindo até os que moram fora deste espaço e a ele retornam por estas ocasiões.

Dentre os depoimentos dos entrevistados, não se percebe a oposição entre rural/urbano, que tem fundamentado discussões teóricas. A oposição é entre a capital e o interior. Este último parece representar uma síntese entre o campo e a pequena cidade, em oposição à capital. O interior é tido como lugar pequeno, mais tranquilo, onde todo mundo se conhece pela família e pela própria pessoa que é.

Na abordagem que fazem sobre a reprodução da força de trabalho, De Oliveira e Salles (2000, p. 629) destacam dois pontos centrais: a manutenção e a reposição do trabalhador. O primeiro, se relaciona com a renovação diária da capacidade do trabalhador mediante a satisfação das suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, habitação, transporte, saúde e outros). O segundo, é a reposição do próprio trabalhador ao se retirar da população ativa.

Em relação à renovação diária da capacidade de trabalho, a saída da população do campo pela expropriação da terra ou, em menor proporção, pela preferência em viver na sede urbana e desenvolver outra atividade, gerou uma ruptura entre produzir e consumir, condicionando a compra do alimento à dependência do assalariamento ou de outras atividades remuneratórias, provocando uma mudança na dieta básica, agora formada por alimentos produzidos por outros.

No imaginário desse grupo, o passado, quando os trabalhadores tinham acesso à terra, significava tempo de fartura, com grande disponibilidade de alimentos para a família e até para enviar para parentes que vivessem na cidade. Mesmo que não fosse proprietário de terras, o acesso a elas era suficiente para produzir a maior parte do que se consumia. Entretanto, a literatura registra as pressões a que esses agricultores estavam sujeitos com a diminuição crescente das áreas a cada ano e a cessão das piores terras por parte dos proprietários para os moradores (Andrade, 1986, p. 141).

Independentemente do desencontro entre o discurso idealizado do passado e a literatura, constato a completa ruptura entre a produção e o consumo para os trabalhadores entrevistados e suas famílias.

No passado, o arroz, o feijão e a mandioca produzidos em pequenas áreas cedidas nas grandes propriedades consistiam a base da alimentação, associados ao peixe pescado nas águas represadas durante as enchentes do rio. No presente, os alimentos são comprados e predominam os derivados da farinha de trigo (pão e macarrão), arroz, farinha de mandioca, frango e mortadela. Comparando a composição alimentar do passado com a do presente, se observa a diminuição da diversificação, especialmente pelo menor consumo de feijão, considerado caro e demorado para preparar.

A ruptura entre produção e consumo também traz mudanças na configuração ocupacional familiar, redefinindo os lugares de cada um segundo os novos papéis, que têm íntima relação com a dieta que se estabelece no momento da reprodução da família. A adaptação a um trabalho fora da agricultura traz como mudança não apenas no quê comer, mas quando e como comer. A relação entre o tempo e o consumo de determinados alimentos também se desestrutura como no caso do milho e dos legumes plantados em março e colhidos por ocasião das festas de São João, época de casamentos, batizados e demais festas (Andrade, 1986, p. 141).

Se no passado o tempo das refeições estava condicionado ao ritmo de trabalho no campo, agora é decidido externamente pelo expediente de trabalho. São feitas em grupos de trabalhadores segundo suas afinidades, em espaços determinados pela empresa em que trabalham. Uma refeição com os mesmos itens que compõem o almoço é feita cerca de 6 horas da manhã. Uma segunda refeição é feita às 12 horas. Normalmente, apenas uma marmita acondiciona os alimentos das duas refeições,

administrada pelo trabalhador de forma a dividir as quantidades destinadas ao café e ao almoço.

Entre as refeições e no decorrer do expediente de trabalho, apenas água é ingerida em grandes quantidades. Além de refrescar, fornece também uma sensação passageira de saciedade (Abramovay, 1985, p. 131).

Em relação à reposição do trabalhador, segundo ponto apontado por De Oliveira e Salles (2000, p. 629), tanto a questão demográfica quanto a diversidade de utilização da força de trabalho, no contexto de heterogeneidade da agricultura na sociedade brasileira, devem ser pontos de análise.

Além dos aspectos demográficos, que têm colocado a região do Platô de Neópolis como uma região atrativa para trabalhadores, outro aspecto importante quanto à questão populacional é o índice de natalidade. A média atual na região do Platô é de dois filhos por casal, e todos os entrevistados têm um número de filhos menor do que os seus pais. Contrariamente ao observado na agricultura familiar, em que as crianças são envolvidas na produção, entre os assalariados a separação entre produção e consumo extinguiu essa possibilidade. Assim, todos os custos relativos à sobrevivência da família dependem do salário. Ter uma família menor é uma das estratégias utilizadas pelos trabalhadores para, com o salário que ganham, cobrir, pelo menos, parte das necessidades essenciais.

Se por uma lado, a taxa de menor crescimento demográfico vai repercutir em um menor crescimento da força de trabalho a longo prazo, por outro, a incorporação crescente das mulheres, dos menores, a ampliação de jornadas de trabalho e o aumento da exploração pelo trabalho a domicílio significam a ampliação da utilização do trabalho dos que estão na ativa ou prestes a entrar. Sem contar que na fruticultura as inovações e mudanças tecnológicas também interferem na disponibilidade de vagas e

têm apontado no sentido de incorporação cada vez menor de trabalhadores em todas as etapas de produção, com exceção da colheita.

Assim mesmo, os grupos sociais “administram” a pressão por vagas, traçando estratégias que buscam equilibrar oferta e demanda, a exemplo da incorporação das mulheres apenas em tarefas específicas e temporárias no Platô. Com essa estratégia, os homens são mais freqüentemente incorporados e as mulheres se revezam entre tarefas domésticas e eventuais inserções. A explicação também é válida para deslocamentos espaciais como migração ou qualquer trabalho que implique ficar dias fora de casa. As mulheres solteiras se deslocam para trabalhar, mas na condição de empregadas domésticas. No caso das casadas, trabalhando na agricultura, podem sair de casa às 4 horas da manhã e retornar à noite, contanto que não deixem de realizar as tarefas domésticas que estão sob as suas responsabilidades, como a preparação dos alimentos e a lavagem de roupa.

A reprodução desses trabalhadores se transforma pela modernização dos processos. Basta observar o surgimento de funções antes inexistentes, como bombeiro, almoxarife, aplicador de defensivos etc. Assim, as qualificações tão valorizadas para a obtenção de uma vaga no presente tendem a se diluir no universo das especializações.

A análise das características que assumem os processos de produção na agricultura e em outros setores da economia são indispensáveis para entender a maneira como a força de trabalho se reproduz. Neste sentido, as qualificações têm sido valorizadas pelo tipo de socialização que esses trabalhadores tiveram. Assim, a maior valorização incide sobre aqueles que, provenientes da agricultura, são considerados mais qualificados em relação ao exercício das diferentes funções a céu aberto que os processos demandam, são mais obedientes e respeitosos em relação à hierarquia, são mais adaptados ao trabalho eventual e, muitas vezes, sem amparo legal.

No entanto, dadas as trajetórias sociais desses sujeitos e de suas famílias, uma geração de trabalhadores com estas qualificações provavelmente se tornará mais rara nas próximas gerações, pois apesar de os mesmos serem “filhos da agricultura familiar” (pais e avós), os filhos destes já não o serão e, conseqüentemente, terão formas de socialização diversas. Para a geração futura, a separação entre consumo e produção não guardará nem os vestígios que tornaram os seus pais trabalhadores preferenciais do Platô.

As reflexões engendradas permitem concluir que a expulsão da força de trabalho de dentro para fora das grandes propriedades não se deu paralelamente com o desvencilhamento dos símbolos das relações de dependência e de subordinação pessoal aos grandes proprietários que, historicamente, caracterizaram esse grupo. Mesmo que diferentes estratégias de sobrevivência tenham sido exercitadas para enfrentar a expropriação, a identidade desses trabalhadores foi e são construídas com base nas influências da socialização dos seus pais e avós no interior das grandes propriedades.

Além disso, os mesmos traços que os subordinavam, como o exercício da agricultura de provisionamento⁶⁴ em terras de terceiros, a obediência ao senhor e a interação mais intensa entre a família e vizinhos, são hoje distintivos positivos no assalariamento na agricultura moderna quando esses trabalhadores são comparados com aqueles oriundos das cidades ou de outras atividades, considerados questionadores das ordens hierárquica e dos direitos.

Mas as rupturas entre um sistema de organização social e outro não se fazem sentir apenas nas formas de acesso ao trabalho, mas também nas transformações da relação produção e consumo, hoje completamente dependente da compra e não mais de

⁶⁴ Utilizada aqui no sentido de que a produção é organizada principalmente pelas e para as famílias (Sahlins, 1983, p. 119).

um elenco de produtos resultantes do trabalho da família. Por tudo isso, concluo que a reprodução desta força de trabalho, nos seus mais diferentes aspectos (identitário e físico), transformou-se e sofre, mais do que nunca, as conseqüências de escolhas pessoais e decisões que são tomadas fora da agricultura.

Como visto, a passagem da condição de agricultor para a de assalariado agrícola repercutiu na vida cotidiana, dentre as quais: a substituição dos contatos interclasses pela quase exclusividade dos intraclasses, a dependência completa da compra dos alimentos e a quase exclusão das mulheres do assalariamento, o que tem reforçado as atribuições tradicionais femininas.

Apesar dessas conseqüências negativas, os trabalhadores que têm uma experiência na agricultura, seja como membro de uma família proprietária ou que plantava em terras de terceiros, são preferidos para o assalariamento pelos saberes que dominam e pelos comportamentos interativos. Paradoxalmente, este conhecimento que o diferencia positivamente tende a entrar em declínio pela falta de exercício na totalidade do processo agrícola. As novas funções requisitam atribuições específicas e repetitivas que, dificilmente, o capacitarão para compreender o todo.

As diferentes trajetórias demonstram que trabalhar na agricultura pode ser uma opção ou a última alternativa, independentemente do cargo e do lugar na hierarquia da empresa.

Os cargos ocupados não dependem exclusivamente do nível de educação formal, mas de um conjunto de elementos que influenciam para que pessoas que têm o mesmo nível de formação ocupem posições hierarquicamente diferentes. A dedicação exclusiva aos estudos, o valor atribuído pela família à educação formal e as suas possibilidades concretas de exercício deste valor, o tipo de escola freqüentada (escolas

técnicas) e os universos de socialização são alguns dos elementos que têm relação direta com a ocupação dos postos de trabalho.

Como analisado, diferentes elos ligam o passado dos entrevistados ao presente de assalariamento no Platô, segundo estratégias articuladas pelas famílias e por eles mesmos. Os arranjos familiares e individuais que influenciam em histórias de trabalho diversas são tratados a seguir.

Capítulo 7

HISTÓRIAS DE TRABALHADORES E DE TRABALHO

“Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data” (Guimarães Rosa, 1986).

No universo da reestruturação produtiva a diversidade de relações entre as pessoas e o trabalho é decorrente de estratégias individuais e familiares sob influências estruturais diversas. Neste capítulo, busco analisar essa premissa pelo estudo em profundidade de dez trajetórias de trabalhadores que mantinham ou mantiveram algum tipo de inserção profissional no Platô de Neópolis e que vivem na região do Baixo São Francisco sergipano.

O grupo analisado é constituído por trabalhadores registrados, clandestinos, autônomos e desocupados. Com eles, foram realizados questionários, histórias de vida, acompanhamento mensal e observação. A diversidade de procedimentos de pesquisa é decorrente da necessidade de apreender a grande dinâmica resultante das entradas e saídas desses trabalhadores nos setores formais e informais do mercado de trabalho⁶⁵.e que influenciam na forma como objetiva e subjetivamente eles vêem o assalariamento

⁶⁵ Só para exemplificar, por ocasião do início do acompanhamento um dos trabalhadores era registrado e no último mês havia migrado para plantar uma roça de mandioca em terras de terceiros em Alagoas. Outro estava ajudando a tia na mercearia e ao final do acompanhamento havia migrado para buscar trabalho em outro Estado.

e fazem as leituras das suas histórias próprias e das familiares. Neste sentido, concordo com Halbwachs (1994) que a memória coletiva envolve recordações individuais, mas não se confunde com elas.

7.1- Por que as pessoas se assalariam?

Não é novidade que nas análises das sociedades modernas a economia seja enfocada como “uma esfera central e socialmente diferenciada da vida social” (Sorj, Bila, 2000), como atestam estudos clássicos da sociologia sobre o trabalho.

Se para Durkheim (1984a), o trabalho representava a possibilidade de compatibilização da ordem social com a autonomia individual, para Marx (1984a, 1984b, 1985) era a única alternativa de garantia da reprodução física individual, mas também social, não obstante os conflitos gerados em torno da exploração da força de trabalho, mola propulsora das transformações das forças produtivas.

Em que pese a grande contribuição das análises destes teóricos e, particularmente, a grande influência do pensamento de Marx na consolidação da sociologia do trabalho⁶⁶, as novas tendências no mundo do trabalho ensejam que outros caminhos sejam trilhados na compreensão de como e por que os trabalhadores se inserem no trabalho.

Face a diversidade de formas de relações entre estes e o trabalho, busco saber como eles refletem sobre as suas inserções e do sentido que tem trabalhar em um contexto em que um sem-número de arranjos se configuram, dificultando o estabelecimento de fronteiras entre o trabalho e o não-trabalho com repercussões nas representações dos trabalhadores sobre a importância do mesmo para cada um.

⁶⁶ Visível pela priorização do trabalho remunerado nas suas pesquisas.

Segundo o discurso dos dez trabalhadores acompanhados, independentemente do tipo de relação que têm com o trabalho, o assalariamento é considerado um ideal, especialmente aquele fora da agricultura e seduz como fonte de segurança. No entanto, esta mesma condição tolhe a liberdade do ir e vir, de dispor do próprio tempo, valor por demais apreciado no contexto. Se o trabalho assalariado está verbalizado como um ideal, ele é questionado como uma das principais formas de aprisionamento do trabalhador e nem sempre as representações acerca da segurança do assalariamento são compatíveis com as práticas diárias, como ilustram os discursos:

“Eu até gostava de trabalhar lá, ter o certo todo dia é melhor do que o duvidoso, mas também aquele negócio de não poder faltar nem um dia, de não poder pescar um camarão, resolver um negócio em Neópolis, isso é ruim demais, melhor dar um tempo e depois voltar” (I. N. O, 44 anos, autônomo).

“A preferência do trabalhador aqui é que não exista expediente de trabalho, jamais permanecer oito horas no recinto de trabalho, se ele pudesse permanecer duas horas e ir embora. A preferência é essa, mas eu não diria assim que a mão-de-obra é desqualificada, pelo contrário” (S. A. R., 38 anos, agrônomo, registrado).

No discurso, o trabalho registrado está valorizado pelos benefícios legais. Tem também o aspecto do reconhecimento da ocupação e de certa tranquilidade em ter um salário por um período mais longo, o que permite se programar financeiramente. É a celebração de que o trabalhador está aprovado profissional e socialmente pelos vínculos exercitados no trabalho, além de ser um testemunho escrito da trajetória do mesmo que pode ser utilizado como diferencial em relação a outros trabalhadores.

Apesar de todos os argumentos quanto às vantagens do assalariamento registrado, é consenso entre os trabalhadores e os empresários que, na prática, a importância do trabalho é relativa, podendo um trabalhador se desvincular de uma

ocupação registrada para aproveitar melhor uma festa, fazer um “bico”, acompanhar um familiar numa viagem ou mesmo para dar “um tempo”.

Em oito, dos dez trabalhadores acompanhados⁶⁷, a principal razão para eles trabalharem é a necessidade de manutenção da família. Ou seja, *a priori*, o trabalho estaria circunscrito ao “reino da necessidade” (Albornoz, 1994, p. 71).

No interior dos discursos a manutenção da família é responsabilidade do homem e está associada mais insistentemente a uma noção moral do que econômica. Todos os entrevistados afirmam que o afastamento do trabalho não acarretaria maiores danos familiares porque as redes de solidariedade, nesse contexto, são muito fortes, assim como os arranjos que se instituem entre os diferentes membros da família e amigos através da pesca e do artesanato.

A ajuda familiar, no entanto, acarreta certo questionamento do cumprimento do papel de “pai de família”. Assim, avalio que para esses trabalhadores a noção de trabalho está colocada em oposição à preguiça e à vagabundagem. O lado positivo é dignidade, coragem e disposição. Os que nunca trabalham estão condenados à discriminação, principalmente porque a noção de trabalho está também pensada em oposição ao roubo, se apropriar do que não é seu.

“Porque o homem que não trabalho, só se for para roubar, né? Tem que trabalhar, a gente que é pobre precisa trabalhar para adquirir o pão, né? Se você vê dois homens: um trabalha e outro não, o que é que vai pensar? Roubar, é o que a gente vê” (W. S. M., homem, 29 anos, trabalhador, registrado).

Esta oposição, no entanto, não é válida para os que se revezam entre diferentes empregos ou ficam algum tempo sem trabalhar. Da mesma forma que para os ricos é compreensível que não se trabalhe.

⁶⁷ Todos do sexo masculino.

Para os outros dois entrevistados (um homem e uma mulher), o prazer que o trabalho proporciona estaria no primeiro plano. Paradoxalmente, os homens trabalham para manter a família e as mulheres para se verem relativamente “livres” deste sustento, como demonstra o depoimento de uma trabalhadora:

“Eu trabalho porque gosto, não ia agüentar ficar em casa, ia ser tão abusada e impaciente que ninguém ia agüentar... Também gosto do que é meu, quero comprar uma coisinha ali, outra aqui, sem ter que pedir a ninguém, sem ter que está pedindo toda hora. Só ajudo meu marido numa precisão, mas se não tiver é todo [o dinheiro] para mim. Coisa boa é chegar numa loja e poder comprar uma roupinha, uma coisa, né?” (E. R. A., 52 anos, trabalhadora, registrada).

Todos os trabalhadores acompanhados explicitaram que o peso do trabalho agrícola é uma desvantagem, muito embora as interações no ambiente de trabalho sejam extremamente cordiais, cooperativas e descontraídas, provavelmente por serem extensões de relações vivenciadas nos lugares de residência e de lazer, crivadas pelo parentesco, amizade ou camaradagem. Também são unânimes em afirmar que se tivessem dinheiro jamais trabalhariam para outras pessoas e nem estariam na agricultura, mas no comércio, atividade pensada em oposição ao trabalho, por ser considerada mais leve e lucrativa, que permite maior autonomia e liberdade para trabalhar mais ou menos intensamente.

As visões que os trabalhadores têm do trabalho agrícola, seja pelas suas próprias experiências profissionais, intercaladas ou não, entre diferentes ramos, seja pela vivência com outros trabalhadores, são também influenciadas pelas condições objetivas de trabalho, com salários mais baixos do que em outros setores, atividades a céu aberto e menor respeito à legislação trabalhista no campo, além da precariedade dos meios de transporte e da infra-estrutura nos locais de trabalho (sanitários, espaços para refeições).

Essas representações não deixam de ser influenciadas pelo tumultuado e longo processo de consolidação do trabalho livre na agricultura, que forjou o estigma de que o trabalhador proveniente da agricultura de aprovisionamento era pouco adaptado ao trabalho assalariado na grande exploração e, menos ainda, na indústria. O estigma de que eram trabalhadores, principalmente, capazes de garantirem apenas o aprovisionamento, ainda hoje se faz presente na pauta de discussões sobre a agricultura familiar.

Não é sem razão que essas visões se materializam, especialmente diante da dificuldade para implementação de leis trabalhistas no espaço rural e a constante existência de trabalho temporário pelas próprias características da atividade, mas também pelas estratégias utilizadas pelos empregadores no sentido de ampliarem as suas vantagens comparativas, como afirma um agrônomo:

“Vai ter ambição para que? Que ambição ele vai ter sabendo que ele vai trabalhar, hoje ele já sabe disso, só que daqui a dez anos vai estar fazendo a mesma coisa, opinião minha. Eu estou dizendo tudo isso é eu quero contestar essa informação de que o trabalhador daqui é desanimado e tem que ser! Ele não recebe por produção, valor de produção, as pessoas dão produção no dia e chega no final do dia recebe o salário mínimo. Não é como no café [Minas Gerais] que quanto mais ele produzia, mais ele ganhava. Ele não tem que ter ambição se ele trabalha o dia todo, todo dia ele vai ganhar a mesma coisa, aí o pessoal da produção veio naquele dia e falou bem assim: vai colher tudo isso rápido porque tem que enviar para tal lugar. Ele vai, mas quanto vai ganhar no final do mês? Um salário (...). Ele não vê dinheiro. O mundo gira em função de que? De dinheiro, né! A gente não vê uma atitude dos empregadores daqui da região, não vi ainda, pode ser que exista, mas eu não vi, ninguém quer melhorar o trabalhador rural” (S. A. R., 38 anos, agrônomo, registrado).

A comparação entre o trabalho agrícola e o não-agrícola também é feita tendo-se em conta o percurso campo-cidade, percorrido por parte das famílias dos entrevistados, sinônimo, num dado momento histórico, de saída de uma situação de dependência pessoal (situação de irregularidade) para a de regularidade, direitos, vivências de outras relações mais despersonalizadas. Esse percurso foi feito ao longo de gerações, daí que, para alguns entrevistados, retornar ao campo é um retrocesso, particularmente para os que têm nível de formação escolar compatível com atividades burocráticas.

Muitas vezes, a comparação entre o trabalho agrícola e o não-agrícola é feita trazendo de forma implícita a noção de que a saída do campo representaria a possibilidade de uma ocupação registrada na indústria.

Além do mais, em uma sociedade de bases agrárias escravocratas como a brasileira, a oposição entre os que fazem e os que pensam também contribui para a desvalorização da atividade dos trabalhadores da agricultura, que dependem do trabalho físico no manuseio dos recursos naturais normalmente em condições ambientais. Segundo Holanda (1988), a depreciação das atividades que requerem algum esforço físico em oposição ao “trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo” foi revalorizada quando do declínio da velha lavoura e a quase concomitante ascensão dos centros urbanos⁶⁸, quando senhores rurais e adjacentes monopolizaram as ocupações na política, burocracia e profissões liberais.

“Não parece absurdo relacionar a tal circunstância um traço constante de nossa vida social: a posição suprema que nela detêm, de ordinário, certas qualidades de imaginação e 'inteligência', em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo” (Holanda, 1988, p. 50).

⁶⁸ Segundo Holanda (1988, p. 50), esta ascensão foi precipitada pela vinda da Corte Portuguesa em 1808 e depois pela independência.

Este traço persiste, não mais com a pureza original, conforme chama a atenção Souza (2000, p. 205-207), mas como fruto da incidência histórica da precarização das relações de trabalho na agricultura e da dificuldade de acesso a serviços por parte dos trabalhadores, fatores que contribuem enormemente para que os mesmos sejam reconhecidos como os mais desfavorecidos.

Paradoxalmente, todos os argumentos, contrapostos aos impactos da reestruturação produtiva na agricultura, evidenciam a constituição de atores em situações heterogêneas de trabalho em que valores constituídos na agricultura familiar são valorizados na agricultura empresarial, pela possibilidade de apropriação de uma força de trabalho e de uma organização social (Meillassoux, 1997, p. 18). As rupturas e continuidades entre um passado de “autonomia” e um presente de assalariamento, questionam análises centradas nos processos produtivos e na polarização das classes, revalorizando as teses quanto à coexistência de diferentes formas produtivas na agricultura e chamando a atenção para as novas associações entre trabalho, parentesco e trajetórias sociais.

Por estas e outras evidências, o trabalho na agricultura é um fenômeno que foi abordado fartamente na literatura brasileira pelo estudo da escravidão (Ianni, 1995); da morada, parceria e assalariamento nas grandes fazendas (Andrade, 1986; Palmeira, 1997); do colonato do café (Stolcke, 1982); dos bóias-frias da cana-de-açúcar (D'Incao e Mello, 1976); dos trabalhadores da borracha (Furtado, 1987); e das transformações nas relações de trabalho (Garcia Júnior., 1975; Heredia, 1979; Sigaud, 1979; Sales, 1982; Neves, 1997).

Todas as análises fazem referência às conseqüências das transformações dos processos e relações de trabalho na estrutura das famílias rurais, evidenciando que a perda de controle dos meios de produção pelos agricultores, a migração de parte dos

seus membros, a luta pelo acesso à terra, os conflitos pela herança e as mudanças nas aspirações e compreensões dos seus membros influenciaram na conformação das estratégias individuais e coletivas, assim como na composição das famílias.

Em que pesem a relevância dos estudos realizados, as reflexões sobre o trabalho na agricultura praticamente desapareceram das pautas de discussão nos anos 90, retornando mais recentemente através de análises pontuais e localizadas em países da América Latina, como o México (Lara, 1998; Lara e Grammont, 1998), o Chile (Falabella, 1999; Gómez, 1999), a Argentina (Aparicio e Benencia, 1999; Bendini, 1999; Bendini et al. 1999), o Uruguai (Piñero, 1999) e o Brasil (Cavalcanti, 1999a; Cavalcanti e Silva, 1999; Graziano da Silva, 1999; Carneiro, 1998; Mota, 1998). Os debates têm detalhado as novas configurações do trabalho, mas, também, questionado o lugar das atividades agrícolas no meio rural brasileiro.

Independentemente da orientação do debate, são inegáveis as transformações nos modos de inserção e exclusão de trabalhadores nos novos espaços produtivos. O trabalho (registrado ou clandestino, agrícola ou não-agrícola, manual ou intelectual), como analisado neste estudo, ocupa lugar central na constituição das identidades dos trabalhadores. É importante elemento de integração social, mas não o único, por viabilizar o enriquecimento do círculo de interações, possibilitar independência financeira, estimular o respeito da família e dos vizinhos, possibilitar a aplicação do conhecimento e da criatividade, alimentar a auto-estima e facilitar novas inserções no mercado de trabalho pelas redes de indicação que se estabelecem⁶⁹.

Mas a relação entre trabalho e integração social não é automática, como pode parecer. Fazer um trabalho de que não se gosta, trabalhar com pessoas com as quais

⁶⁹ Todas estas adjetivações, no entanto, são relativizadas para o trabalho doméstico, por inúmeras razões históricas, culturais e de gênero, conforme trata a literatura (Stolcke, 1982; Segalen, 1999).

não se quer, ou não se pode interagir, estar em desvio de função, ou ganhar insuficientemente, podem ser condições em que a opção pelo desemprego ou pelo trabalho autônomo se torna mais atraente.

7.2- Trabalhos e trajetórias dos trabalhadores

As origens sociais dos dez trabalhadores, cujas trajetórias são aqui destacadas, podem ser analisadas sob focos diversos. Para isso, privilegiei as histórias de trabalho da família através de três gerações (primeira: avós; segunda: pais; e terceira: filhos, que são os trabalhadores entrevistados) e os percursos feitos por estes últimos.

O conceito adotado para geração, neste caso, é de “um conjunto de pessoas classificadas segundo uma relação de filiação” (Segalen, 1999, p. 221). Isto não significa excluir as possibilidades de partilha de experiências, mas marcar os processos de socialização e das relações entre esses processos e as trajetórias ocupacionais.

As questões por mim efetuadas a este grupo de trabalhadores foram apelos constantes às suas memórias para reconstruir as trajetórias individuais e familiares de trabalho. Aliás, para Halbwachs (1994, p. vi),

“(...) o mais comum é nós apelarmos para a nossa memória para responder às questões que os outros nos fazem ou que nós supomos que eles nos fazem e, além do mais, para respondê-las nós nos colocamos no lugar do outro, no seu ponto de vista e assim nos vemos fazendo parte do mesmo grupo ou dos mesmos grupos que eles” [tradução da autora].

Para o autor, a maior parte das nossas lembranças nos chegam por meio dos nossos pais, amigos e de outras pessoas que nos relembram, mesmo em acontecimentos em que só nós estivemos envolvidos. As recordações existem em relação com todo o conjunto de recordações das outras pessoas. O indivíduo recorda se posicionando no ponto de vista do grupo e a memória do grupo se realiza e se manifesta nas memórias individuais (Halbwachs, 1994).

A partir destes pressupostos e das semelhanças e diferenças entre as trajetórias identificadas, agrupei os trabalhadores em três tipos centrais denominados: da indústria para a agricultura, da agricultura de provisionamento para o assalariamento e “um serviço aqui, outro acolá”.

7.2.1- Da indústria para a agricultura

As trajetórias demonstram que dos dez trabalhadores acompanhados, quatro tiveram várias experiências profissionais antes de trabalharem na agricultura:

1

W.S.M., homem, 25 anos

O entrevistado é natural de Neópolis. Concluiu o 2º grau, é casado com uma dona-de-casa e tem um filho. Filho de tecelão e doméstica. Os avós maternos eram funcionário municipal e agricultora, os paternos eram doméstica e vigia. A iniciação ao trabalho foi por intermédio do pai. Não gosta do trabalho na agricultura, mas não encontrou outra ocupação.

Trabalho registrado na indústria têxtil e cerâmica → trabalho clandestino no Platô → trabalho clandestino no Platô → trabalho clandestino na agricultura → **trabalho registrado no serviço de irrigação no Platô**⁷⁰.

2

A.L.S., homem, 37 anos

O entrevistado é natural do Estado de Sergipe. Concluiu o 1º grau, é casado como uma dona-de-casa e tem três filhos. O pai era pescador e a mãe tecelã. Os avós maternos eram doméstica e pescador, os paternos eram doméstica e comerciante. A iniciação ao trabalho foi por intermédio da mãe. Não gosta do trabalho na agricultura porque é pesado e no sol quente. Também não se sente com capacidade física para carregar peso.

Trabalho registrado na indústria têxtil → trabalho clandestino na construção civil → trabalho clandestino na indústria de cerâmica → trabalho clandestino no Platô → trabalho autônomo (músico, pedreiro, pintor, comércio) → trabalho clandestino no Platô → trabalho autônomo como músico, pedreiro, pintor.

3

V.C.S., homem, 39 anos

Nasceu em um dos municípios vizinhos ao Platô. Concluiu o 2º grau, é casado com uma tecelã e não tem filhos. A mãe era costureira e o pai era da marinha. Os avós maternos eram agricultora e pescador, os paternos eram comerciante e secretário do tabelião. O trabalho na agricultura é a última opção porque é pesado e ganha pouco.

Trabalho clandestino na cerâmica → trabalho clandestino na construção civil → cursos profissionalizantes em informática e serviços de pessoal → trabalho registrado no escritório de uma empresa do Platô.

⁷⁰ No elenco das diferentes inserções no trabalho que detalho nas trajetórias individuais, a condição atual do trabalhador é a última e está destacada em negrito.

4

I.A.N., homem, 25 anos

Nasceu em Neópolis. Tem 1º grau completo, é casado com uma dona-de-casa e tem três filhos. Filho de mãe tecelã e pai pescador. Os avós paternos eram doméstica e pescador. Não conheceu os avós maternos. Não gosta do trabalho na agricultura e se pudesse ficaria apenas no próprio negócio.

Trabalho registrado na indústria têxtil → trabalho clandestino na construção civil → trabalho clandestino no Platô → trabalho autônomo (pedreiro, pintor, comércio) → trabalho clandestino no Platô ⇔ trabalho autônomo como comerciante.

Como visto, as primeiras atividades dos quatro trabalhadores foram na indústria (têxtil e cerâmica), obtidas por intermédio de familiares, inicialmente na condição de aprendiz, já que nenhum dos entrevistados havia passado por qualquer tipo de qualificação. Aliás, essa prática também foi constatada por Leite Lopes (1978, p. 155) no seu estudo sobre o trabalho dos operários do açúcar em Pernambuco. No entanto, a desproporcionalidade entre o crescimento da força de trabalho e as vagas oferecidas logo minimizaram esse tipo de estratégia.

A passagem do trabalho da indústria para a agricultura não foi uma opção de nenhum dos trabalhadores, mas decorrente da falta de outras ocupações localmente. Em todos os casos se deu por intermédio de familiares e de amigos. No caso dos pais dos entrevistados, são as mulheres que predominam no grupo dos assalariados na indústria como tecelãs, atividade associada ao gênero pela delicadeza exigida para tecer e pelos horários de trabalho que não implicavam em turnos noturnos, como também observou Alvim em Pernambuco (1997, p. 126). O requisito da delicadeza, segundo o viés de gênero, é mantido na contratação das mulheres para a adubação e polinização na agricultura do Platô. Quer seja na indústria têxtil, quer na agricultura moderna, as qualificações das mulheres são relegadas em função do atributo natural, o

que implica menores ganhos já que as mesmas não são consideradas pelos empregadores como especializadas, mas apenas como executoras de habilidades natas.

Analisando as evidências da primeira geração (dos avós paternos e maternos dos entrevistados), constatei que há uma distribuição dos mesmos nas atividades domésticas, pesca e assalariamento não-agrícola, agricultura e comércio. A atividade ocupacional, no entanto, não coincide em nenhum caso para o casal, revelando uma multiplicidade de arranjos que demonstra que a combinação de diferentes atividades é um padrão de reprodução social marcante nesta geração e na dos pais dos entrevistados. Aliás, este padrão é quebrado apenas na última geração (trabalhadores), pela predominância do assalariamento dos homens.

Comparando a geração dos avós com a dos pais dos entrevistados, observei que, na primeira, a ocorrência do trabalho assalariado é bem menor, sendo clara a predominância de ocupações em atividades autônomas, particularmente a pesca no Rio São Francisco, atividade que não dependia de acesso a recursos naturais controlados por terceiros, como é o caso da terra, que estava sob controle dos pecuaristas e grandes produtores de arroz.

Os arranjos familiares da segunda geração (pais) em relação à primeira (avós) demonstram a ruptura com o trabalho no comércio e na agricultura, mas não com a pesca, pela razão acima exposta. Essa ruptura se deu na década de 70 e representou um marco quanto à expulsão de força de trabalho das grandes propriedades para os centros

urbanos do país, pela via da modernização agrícola⁷¹. Representou também o momento de interrupção de uma tradição de transmissão de ocupações de pai para filhos, principalmente pela migração dos filhos que buscam o trabalho assalariado na indústria Peixoto Gonçalves⁷², reconfigurando estratégias de sobrevivência.

Todos os membros da terceira geração viveram suas infâncias no município de Neópolis, ponto de atração da força de trabalho e lugar de socialização dos mesmos, principalmente na escola e nas ruas em que habitavam. No entanto, as incertezas marcadas pela instabilidade dos empregos dos pais influenciaram no estímulo na frequência à escola. A estratégia era dotar o filho de um conhecimento mínimo que permitisse a sua entrada como operário na indústria têxtil.

As relações de parentesco são extremamente importantes nos processos de entrada dos jovens no mercado de trabalho, sobretudo para um primeiro emprego: “As relações de parentesco constituem em primeiro lugar uma rede de informação sobre empregos, proporcionando certa imagem das condições de trabalho nas empresas” (Segalen, 1999, p. 115). As imagens que formam do meio profissional são alimentadas pelas informações dos pais, parentes ou amigos, como também pelas relações que se estabelecem com pessoas desse meio, pelos encontros em diversos momentos (festas, quando leva uma comida, recados).

⁷¹No repertório das análises sobre a agricultura brasileira, Martine (1987) argumenta que a modernização agrícola intensificada a partir de 1960 transformou a base tecnológica da agricultura e os níveis de exploração do trabalhador, modificando o espaço e as condições de vida da população que habitava o campo. Dadas as características do processo de modernização foram transformadas as bases da produção e as relações de trabalho no campo. Uma das principais conseqüências dessa transformação foi o êxodo rural inter e intra-regional. De um total de 41 milhões de pessoas, segundo contagem do censo demográfico de 1970, a população rural passou a 38,6 milhões em 1980.

⁷² Indústria têxtil em funcionamento desde 1907 (Diniz, 1981). Produzia tecidos crus, tintos e branqueados. Foi uma das principais atividades econômicas da região, chegando a contar com 580 trabalhadores nas primeiras décadas do século passado, sendo 390 mulheres e 190 homens (IEL, 1986, p. 83). Continua em funcionamento com 460 operários (Cinform, 2002).

Com a escassez de empregos e redução de quadros na indústria têxtil no final dos anos 90, o trabalho na agricultura irrigada é uma das poucas alternativas, mas as dificuldades de adaptação ao trabalho encurtam a permanência, e as entradas e saídas passam a fazer parte do dia-a-dia dos trabalhadores.

Dois trabalhadores obtiveram ocupações registradas, um dos quais em serviços burocráticos e o outro na supervisão da irrigação, serviço considerado leve, após sucessivas tentativas no desempenho de diferentes atividades (plantio, pós-colheita). O primeiro deles, investiu na própria capacitação paralelamente ao trabalho clandestino em outros setores da economia. O segundo, investiu na sua própria qualificação na agricultura. Após sucessivas entradas e saídas⁷³ como clandestino, percebeu a dificuldade de obtenção de vaga em outros setores e decidiu galgar posição na própria agricultura, mesmo detestando o que fazia. Segundo suas palavras: “Fui no capricho, na hora certa, fazia mais do que mandavam e vem dando certo”. Não demorou para obter uma vaga registrada em um serviço mais leve, mas que exige responsabilidade e estrito cumprimento às normas da empresa, em decorrência do manuseio de equipamentos sofisticados de irrigação.

Entretanto, no caso dos dois trabalhadores que têm ocupações registradas, estas, não se dão essencialmente no campo. É claro que para as atividades agrícolas consideradas mais intensivas em termos de trabalho físico, eles parecem não ser os preferidos e vice-versa. Para os outros dois, a mescla de experiências em diferentes setores possibilita a alternância.

⁷³ Possíveis apenas porque a esposa tem uma ocupação na indústria têxtil, o que permitiu afastamentos temporários do trabalho.

Os outros dois trabalhadores, declaradamente, vêm na agricultura a última opção de trabalho, pela penosidade das atividades, pelos baixos salários e pelo prazer que têm em outros tipos de atividades (particularmente a música e o comércio).

Comparando as trajetórias desses trabalhadores às das gerações dos pais e dos avós, observa-se que o trabalho temporário e irregular se intensificou e que, mesmo o trabalho autônomo, não é um projeto de futuro. A pretensão de cada um deles é um trabalho assalariado, regular, e de preferência fora da agricultura.

O que os identifica: todos têm pelo menos o 1º grau completo e começaram a trabalhar em torno dos 15 anos, nas mesmas atividades dos pais (indústria) e têm dificuldades objetivas e subjetivas para se adaptarem continuamente ao trabalho agrícola. As vantagens que os mesmos têm advogam para a obtenção de ocupações mais especializadas, mas que existem apenas em pequena proporção. Além do mais, são trabalhadores que transitam por diferentes mercados de trabalho, seja agricultura, indústria ou prestação de serviços, mas que preservam uma característica comum aos três grupos que analiso aqui: os filhos desenvolvem as mesmas atividades de um dos pais, no caso, o assalariamento.

Diferentemente dos pais, que não trabalharam com a agricultura, os quatro trabalhadores aqui analisados tiveram e têm contato com esse setor. Aliás, esta parece ser a atividade que ainda oferece alguma possibilidade de ocupação. Posso afirmar que esses trabalhadores fizeram o caminho inverso da grande maioria dos trabalhadores do Platô, ou seja, originários do meio urbano, atualmente dependem de algum tipo de vínculo com a agricultura após sucessivas experiências negativas.

É nesse grupo que se concentra o maior número de trabalhadores registrados. Para o trabalhador, o aspecto fundamental do registro é a estabilidade da ocupação, que está intimamente associada aos direitos legais, diferentemente do clandestino que,

apesar de ser um assalariado, não está de forma negociada e clara protegido pela legislação (Machado et al., 1978, p. 41). Um se define em oposição ao outro, inclusive segundo a dimensão tempo, que, no primeiro caso, é sempre mais duradouro, sendo também chamado de “permanente” em oposição a “temporário”, para os clandestinos.

O trabalho registrado representa também a possibilidade de hora extra, décimo terceiro salário, férias e indenizações em caso de demissão. Estas condições refletem no estabelecimento das condições de vida do trabalhador. Permite prover econômica e culturalmente a vida da família, principalmente se não impõem o deslocamento do trabalhador para lugares mais distantes e separados da família, o que implica maiores despesas com manutenção.

7.2.2- Da agricultura de provisionamento para o assalariamento

Dos dez trabalhadores acompanhados, dois tiveram a iniciação ao trabalho na agricultura familiar, conforme detalham as trajetórias:

5

I.R.O., homem, 31 anos

Natural de um dos municípios vizinhos ao Platô. É casado com uma dona-de-casa e tem três filhos. Estudou até a 5ª série. Os pais e todos os avós eram agricultores em uma pequena propriedade que foi vendida, e o dinheiro foi dividido entre os herdeiros. Alterna-se entre a agricultura e outras atividades porque precisa garantir a sobrevivência, mas prefere a agricultura porque gosta do tipo de trabalho.

Trabalho com a família no plantio de arroz em terras de terceiros → trabalho clandestino em uma casa de farinha → assalariamento clandestino em uma fazenda → trabalho registrado na construção civil → pesca de camarão como autônomo e plantio em terras de terceiros → trabalho registrado no Platô → pesca de camarão como autônomo e plantio em terras de terceiros → trabalho clandestino no Platô → trabalho clandestino no Platô → inicialmente como clandestino e depois registrado → trabalho clandestino no Platô → trabalho clandestino no Platô → **pesca de camarão como autônomo e plantio em terras de terceiros.**

6

N.I.A., mulher, 33 anos

Natural de um dos municípios vizinhos ao Platô. Estudou até a 3ª série, é casada com um trabalhador registrado do Platô e tem uma filha que também trabalha na agricultura como clandestina. A mãe era agricultora e não sabe nada sobre o pai. Todos os avós eram agricultores em terras de terceiros. Gosta de trabalhar na agricultura porque é o que sabe fazer, mas também porque é divertido conviver com as colegas de trabalho.

Trabalho com a família em terras de terceiros → trabalho infantil na cana-de-açúcar em Alagoas → trabalho clandestino na cana-de-açúcar em Sergipe → trabalho clandestino na cana-de-açúcar em Sergipe → trabalho clandestino no Platô → trabalho clandestino no Platô → trabalho clandestino no Platô → ficou sem trabalhar porque adoeceu → **trabalho clandestino no Platô.**

Esses dois trabalhadores são provenientes de famílias cujas trajetórias eram exclusivamente vinculadas à agricultura de provisão em terras de grandes proprietários, via parceria, mas residindo na sede do município de Santana do São Francisco e não na propriedade onde plantavam. A pesca era uma atividade secundária mas com objetivo estritamente de consumo.

Apesar do acesso à terra pelos avós e pais dos entrevistados, a geração de agricultores como atividade central, nestas duas famílias, foi aí interrompida pela crescente dificuldade de acesso a áreas próximas de onde residem, dificuldade esta que forçou o assalariamento dos filhos na cana-de-açúcar, em propriedades pecuaristas e na construção civil.

Comparando as três gerações, apesar da atividade agrícola ter sido central para a primeira e segunda gerações, inclusive com acesso à terra, essa relação muda pela concretização da proletarização para a terceira geração. Apesar disto, os laços sociais em torno da vizinhança e da comunidade a que pertencem continuam firmes. Os locais de residência e lazer são os mesmos.

A transição dos dois entrevistados entre o trabalho infantil em terras de terceiros e a agricultura no Platô de Neópolis se deu em um longo e diversificado

percurso em que as atividades agrícolas ofereciam maiores possibilidades de ocupação. Ambos tiveram o trabalho como elemento central de sua socialização ainda na agricultura familiar, em detrimento da escola, que freqüentaram o tempo suficiente apenas para ler e assinar o nome, durante a adolescência. Assim, a socialização desses entrevistados foi predominantemente com o grupo doméstico com o qual trabalhava, prática limitada quando comparada a crianças que se alternaram entre a escola e a rua.

O primeiro, I. R. O. (homem, 31 anos), iniciou o assalariamento na agricultura quando tinha 14 anos, através de diferentes inserções na condição de clandestino e três vezes como registrado (duas na agricultura e uma na construção civil). Quando comparado aos demais trabalhadores, é um dos poucos que não abandonou por completo a atividade de agricultor em terras de terceiros. Ocasionalmente alterna esta atividade com assalariamentos e pesca. É um dos trabalhadores que mais consegue encontrar ocupação assalariada em diferentes empresas. Provavelmente, essa facilidade está associada à qualificação obtida na agricultura familiar mas também ao comportamento, vez que ele é considerado pelos técnicos como um bom profissional.

No Platô se assalaria temporariamente, especialmente para o plantio, adubação e poda de diferentes culturas, atividades socialmente reconhecidas como pertencentes ao domínio feminino, mas também exercida por homens considerados cuidadosos. Segundo práticas locais, a mulher prepara o terreno para receber uma semente que é plantada segundo cuidados especiais. Depois, poda e aduba. Estando a planta brotando, os homens a assumem e realizam os tratos culturais, irrigação e colheita.

As atribuições de mulheres e homens, assim vistas, parecem reproduzir papéis tradicionais da unidade familiar em que à mulher competia cuidar da esfera doméstica e ao homem, da relação com o mundo externo, a rua. Assim, são eles que fazem as tarefas que dependem de equipamentos que são produzidos externamente, além de

prepararem os produtos para que sejam lançados no mercado. A força da tradição se reflete na composição das representações de ambos, que, em nível de discurso, validam estas divisões como ideais e adequadas às características físicas de um e de outro.

Comparando as formas de transição para o trabalho na agricultura, I. R. O. trabalhou na condição de registrado e com vínculos mais duradouros do que a mulher, até mesmo em uma atividade não-agrícola. A mulher, pelo contrário, trabalhou exclusivamente em atividades agrícolas, descontínuas e clandestinas.

Para os dois casos, no entanto, o trânsito entre o mercado de trabalho agrícola e não-agrícola não é uma prática comum, pois nenhum dos dois nunca mudou de residência para trabalhar, além de preferirem o trabalho agrícola, sujeitando-se, às vezes, a percorrer longas distâncias diariamente.

Para N. I. A. (mulher, 33 anos), o assalariamento na agricultura começou quando ela tinha 10 anos através de inúmeros vínculos clandestinos na cana-de-açúcar, segundo a demanda, em atrelamento com empreiteiros locais e de Alagoas. A socialização de N. I. A. foi predominantemente com a mãe, vez que ela é filha única, o pai se ausentou muito cedo do convívio familiar e a mãe a levou desde bebê para a roça onde aprendeu a trabalhar. Este padrão de reprodução social foi exatamente revivido pela entrevistada, que teve apenas uma filha a quem também levou muito cedo para o trabalho na cana-de-açúcar. “Existe pois uma hereditariedade dos modelos de trabalho, tal como existe uma hereditariedade dos modelos de fecundidade” (Segalen, 1999, p. 226). No entanto, o papel tradicional da mulher do campo, como responsável pela casa, filhos e algumas atividades produtivas, neste caso, está completamente transformado, a começar pela dissociação entre consumo e produção e pela dupla responsabilidade pela casa e pelo trabalho na agricultura.

A trajetória desta entrevistada é marcada por uma sucessão de ocupações clandestinas e descontínuas em tarefas específicas, realizadas por mulheres. No entanto, durante o acompanhamento teve um problema de saúde e se manteve afastada do trabalho durante dois meses, passando a depender de arranjos familiares para sobreviver. No entanto, retornou ao trabalho após três meses sem trabalhar.

Uma vez na ativa, ela prefere trabalhar por produção, situação em que a remuneração depende da quantidade de trabalho realizada e do esforço pessoal em alongar a jornada de trabalho ou intensificar o ritmo de trabalho. Esteja trabalhando ou não, é responsável pelas tarefas domésticas, mesmo quando trabalhava na mesma empresa em que o marido e saíam e chegavam no mesmo horário.

Existem tarefas na esfera doméstica que são de responsabilidade dos homens, mas estão mais concentradas nos pequenos consertos hidráulicos, elétricos e na área da construção. Entretanto, fazer a comida, lavar e passar roupas são exclusividades femininas. “Se as mulheres, mesmo as que se consideram mais igualitárias, ficam a braços dados com esta tarefa, é porque estes gestos vêm de um longo passado incorporado” (Segalen, 1999, p. 268).

Aliás, no que concerne à rotineira atividade de preparação dos alimentos, a autora constata que é um evento que se repete como um dos atributos essencialmente feminino, “pois a imagem da esposa e da mãe dispensadora dos alimentos continua a ser muito forte e integrada pelas mulheres, ainda que a publicidade difunda uma imagem bem diferente da mulher” (Segalen, 1999, p. 268). Há que relativizar que, nas camadas médias, a atividade continua sob controle feminino, muito embora os discursos continuem a afirmar que há uma melhor distribuição das tarefas domésticas entre os gêneros.

No caso em análise, no entanto, devido à ausência do homem, ficaram completamente sob a responsabilidade da mulher, provavelmente pelo domínio de um saber intergeracional, pelo equilíbrio do orçamento limitado e pelo exercício de um poder que, conferido pela atribuição de papéis, autoriza a selecionar o quê e quando fazer. Por estes motivos, as mulheres também reivindicam essa tarefa, pertinente ao seu papel.

Essa divisão está fortemente apoiada em conteúdo simbólico e econômico, pois assumir a preparação de alimentos é ter parte na reprodução física e social dos membros da família pelo fornecimento do alimento necessário à reposição de energias, mas também pela administração do jogo de preferências, pela seleção do que vai agradar mais aos diferentes membros, sem comprometer o limitado orçamento. Além do mais, preparar alimentos é resultado de saberes repassados pela mãe, mas também é produto de ensaios-e-erros, grafados pelas características individuais que fazem com que a mesma receita tenha sabores diferentes quando preparada por pessoas distintas.

Segundo os informantes, a mulher que está mais habilitada para essa função vai evitar desperdícios, vai ser mais rápida e vai garantir o cotidiano da família. As divisões de papéis se reproduzem e se reforçam pela força da tradição e do menor gasto de tempo e de produtos, com os homens, em geral, sendo deixados à margem da experiência. Isto não significa desconhecer que há mulheres que não gostam dessa atividade, muito embora o prazer às vezes seja subsumido pela força da divisão do trabalho e pela coerção social.

Apesar da constatação do aumento da participação das mulheres casadas e com filhos no mercado de trabalho, particularmente naquelas funções que representam quase uma extensão do serviço doméstico (De Oliveira e Ariza, 2000, p. 647), na agricultura do Platô de Neópolis tem se dado o inverso, ou seja, a ampliação das

oportunidades para os homens Este fato é uma ruptura em relação ao passado quando a proximidade da unidade de produção e consumo influenciava em uma divisão do trabalho em que a mulher tinha um papel determinado nas tarefas domésticas e na produção. Mesmo que os serviços de pós-colheita incorporem mais as mulheres, essa incorporação não será tão significativa já que as culturas predominantes no Platô não demandam este tipo de trabalho.

Outro aspecto a considerar é em relação aos direitos trabalhistas ausentes nas experiências anteriores e atuais no Platô. A passagem do emprego na cana-de-açúcar ou na agricultura de provisionamento para o atual não representa nenhuma mudança no sentido de terem garantias trabalhistas. Assim, a remuneração de trabalho ocasional deve ser suficiente para garantir os tempos em que não têm trabalho, recorrendo a arranjos familiares e comunitários. No entanto, o projeto futuro desses dois entrevistados é de emprego regular e registrado na agricultura, seja porque gostam, seja porque estão completamente desiludidos quanto à possibilidade de acesso à terra.

Apesar das condições adversas a que estão submetidos, os dois trabalhadores admitem que o trabalho agrícola é melhor do que outros trabalhos. No caso do homem, a preferência é decorrente do saber-fazer e gostar do trabalho, como também de ter um ganho previsível. No caso da mulher, se dá principalmente pela autonomia que tem no trabalho da adubação, em que recebe por produtividade e fica livre para comandar o ritmo. Além destas qualidades, acrescenta-se aquela de estar sempre próxima a pessoas que conhece e das quais gosta, podendo conversar temas diversos, se distrair dos problemas do dia-a-dia e se “cansar até o ponto de à noite cair na cama e desmaiar”.

7.2.3- -“Um serviço aqui, outro acolá”

Dos entrevistados, quatro combinam diferentes atividades, conforme demonstram as trajetórias:

7

A.M.S., homem, 35 anos

O entrevistado é natural de Aracaju. É casado com uma dona-de-casa, tem três filhos e só sabe assinar o nome. Filho de mãe tecelã e de pai mecânico. Os avós maternos eram doméstica e ferreiro, os paternos eram doméstica e camioneiro. Prefere trabalhar com artesanato. A agricultura é a última alternativa.

Trabalho infantil no artesanato de barro → Comercialização de artesanato em Recife e em Salvador → clandestino na confecção de artesanato → clandestino no Platô do Platô → clandestino no Platô do Platô → registrado no Platô do Platô → **Serviços ocasionais de pedreiro, servente etc.**

8

A.C.S., homem, 27 anos

O entrevistado é natural de Aracaju. É casado com uma dona-de-casa, tem três filhos e estudou o 2º grau completo. O pai é comerciante e a mãe doméstica. Os avós maternos eram doméstica e marchante, os paternos eram agricultores. A iniciação ao trabalho foi por intermédio de um tio. Não pretendia trabalhar na agricultura, mas não encontrou outra ocupação.

Abate de animais por conta própria → trabalho assalariado registrado no Platô do Platô → ajuda na mercearia da tia → ajuda na oficina do irmão → **migra para outro Estado para buscar trabalho.**

9

E.S.S., homem, 25 anos

Natural de um dos municípios vizinhos ao Platô. Estudou até a 6ª série, é casado com uma dona-de-casa e tem um filho. Filho de mãe doméstica e pai agricultor. Os avós maternos eram agricultores e os paternos eram agricultor e comerciante. Temporariamente trabalha na agricultura, mas não gosta porque o trabalho é duro e ganha pouco.

Vendedor clandestino em uma auto-peças → motorista clandestino do taxi de um colega → assalariado clandestino e depois registrado no Platô do Platô → motorista clandestino de um caminhão → **desocupado.**

10

I.E.S.V., homem, 31 anos

Natural de Neópolis. É casado com uma dona-de-casa, tem quatro filhos e estudou até a 6ª série. Filho de mãe agricultora e pai artesão. Não sabe a ocupação dos avós, com exceção do avô paterno que era marceneiro. Temporariamente trabalha na agricultura, mas não gosta porque o trabalho é duro, incerto e ganha pouco. Gosta de ter o próprio negócio, mas não rende suficiente.

Trabalho infantil na agricultura → Trabalho infantil no artesanato de barro → servente → vigilante → proprietário de um bar → trabalho registrado no Platô → **proprietário de um bar.**

Não é novidade para esses trabalhadores a combinação de atividade com diferentes arranjos, principalmente entre a agricultura e o comércio na primeira geração (os avós dos entrevistados), mas que foram diversificando as atividades ao

ponto de a agricultura se extinguir como atividade central no caso da terceira geração (entrevistados).

Os arranjos familiares quanto às ocupações para todas as gerações analisadas nesse grupo superam os dois precedentes, pela diversidade de atividades no tempo e no espaço. O trabalho autônomo era a atividade principal em todas as famílias.

Na geração dos avós, a combinação entre atividades domésticas e agricultura era predominante, entendendo que nesses casos a associação da mulher a atividades domésticas significa também participação nas atividades agrícolas, tema bastante analisado na literatura pela discussão da invisibilidade do trabalho feminino (Melo, 1999).

A característica de combinação de diferentes atividades se mantém para os entrevistados, pois a diversidade de ocupações de cada um é o traço predominante, aparecendo o assalariamento na agricultura como uma das atividades mais raras.

As atividades ocupacionais são um misto entre o trabalho agrícola, o artesanato, o comércio e o trabalho assalariado na cidade. Em nenhum caso a socialização está vinculada à atividade agrícola. Aliás, a agricultura aparece com maior incidência apenas para um entrevistado que trabalhou duas vezes, mas que acumula experiência na confecção e venda de artesanato e atualmente faz “bico”.

Assim, talvez seja mais apropriado pensar que a diversidade de atividades que cada um desenvolve ao longo de certo período os tornem trabalhadores particulares no contexto. Estão em um sistema que alterna artesanato, construção civil, abate de animais para venda da carne e marcenaria. Provavelmente, por toda esta diversidade, os trabalhadores encontrem menos possibilidades de trabalho na agricultura por estarem reconhecidos como trabalhadores urbanos, pouco adaptados ao trabalho a céu aberto.

No conjunto diversificado de atividades, que fazem ocasionalmente, a agricultura aparece como aquela que além de demandar trabalho temporário e irregular, mantém um nível de remuneração baixo e penoso. Como constatado por Giuliani, (1985, p. 127):

“(...) a pluriatividade não é característica exclusiva dos assalariados rurais. Mesmo com modalidades distintas, a reprodução dos operários urbanos vem se viabilizando pela sobreposição de relações de trabalho assalariado e não assalariado”.

A inserção descontínua empurra os trabalhadores para a informalidade, exacerbando as diferenças entre um e outro. Estas diferenças são tão importante para os trabalhadores da agricultura que, na maioria das vezes, o trabalho ocasional, por conta-própria, também chamado de “bico”, é pensado em oposição à própria noção de trabalho, de profissão (Machado et al., 1978, p. 43). É apenas considerado uma estratégia eventual, que normalmente se passa fora da agricultura e em pequenos espaços de tempo, poucos dias ou horas. A repetição, no entanto, não o caracteriza diferentemente. No entanto, a noção não se aplica ao interior das atividades agrícolas. O “bico” se dá fora da agricultura, é o serviço de ajudante de pedreiro, de pedreiro, de vendedor de artesanato, de pintor, de ajudante de marceneiro, mas não de trabalhador rural.

As explicações para a diferenciação parecem residir na própria noção do trabalho agrícola que os trabalhadores têm como sinônimo de trabalhar a terra, a céu aberto, que exige suor, esforço físico, certa duração para visualizar os frutos do trabalho. A chave não parece estar no tempo trabalhado nem nos salários pagos (porque há muitas semelhanças entre os dois tipos de atividade), mas na própria essência da atividade, polêmica já constatada por Leite Lopes (1978, p. 163) no seu estudo sobre o trabalho dos operários do açúcar.

Pela diversidade de ocupações que os trabalhadores inseridos nesta categoria desenvolvem, pode-se concluir que, em muitos casos, os conhecimentos que os mesmos possuem são rudimentares “seja em razão da diversidade das atividades executadas como 'ajudante' de outros profissionais, seja porque o tipo de serviço requer tarefas variadas” (Machado et al., 1978, p. 62). Essas tarefas variadas culminam por exigir do trabalhador um pouco de cada profissão, mas sem muita repetição em nenhuma, reduzindo os níveis de especialização.

As formas usuais de obtenção de ocupação nos casos desses trabalhadores são, principalmente, através do interconhecimento, ou seja, das redes de relações pessoais das quais fazem parte, influenciadas pelo reconhecimento: do “saber-fazer” o trabalho; da habilidade na negociação do preço, de forma que a clientela não se considere lesada; e da sua flexibilidade no sentido de atender as exigências dos clientes. Normalmente os clientes buscam um equilíbrio entre a qualidade do serviço e o preço.

Esses trabalhadores vivem constantemente sob o julgamento de que, se não forem positivos, podem comprometer completamente novas obtenções de ocupação, vez que as informações sobre o desempenho deles circulam rapidamente. Entre os técnicos e cabos de turma das empresas do Platô de Neópolis existe uma rede de informação oral que alimenta as avaliações quanto ao desempenho dos trabalhadores.

Machado et al. (1978, p. 71) discutem com muita propriedade a questão da administração do tempo de trabalho para os “biscateiros”, cuja lógica é particular, diferente do emprego regular, e que provém do fato de, em geral, poderem decidir quanto à menor duração do tempo de serviço, a fim de aumentar a sua remuneração e de também liberar-se rapidamente para outros compromissos. O tempo livre é dedicado ao estabelecimento de contatos para solidificar relações pessoais, localizar serviços, descobrir novos equipamentos etc. Ainda, segundo o autor, a divisão da

semana em dias úteis também não faz sentido para os trabalhadores que administram o seu próprio tempo de trabalho, diferentemente dos assalariados, que têm um expediente a cumprir e fins de semana como dias de descanso. Aliás, o trabalho noturno e os descansos semanais estão mais associados ao quanto de estabilidade esses trabalhadores têm e à opção religiosa.

É claro que os trabalhadores vivem tensões entre o dispor ou não de uma ocupação cujos rendimentos garantam a reprodução da família, a necessidade de descanso físico e também de uma participação mínima na vida social, principalmente à noite e nos fins de semana quando os amigos se reúnem para um banho de rio, para jogar ou para beber. Não é sem razão que uma parcela mínima dos trabalhadores registrados têm uma segunda atividade.

Os trabalhadores pertinentes ao grupo “Um serviço aqui, outro acolá” têm mais dificuldade de acesso a uma ocupação regular no Platô de Neópolis pelas dificuldades a que estão sujeitos os demais trabalhadores (número reduzido de vagas, atividades temporárias). Mas também pelo fato de a maioria ter vivenciado outras experiências ocupacionais e considerar o trabalho agrícola como um rebaixamento social e, assim, só recorrerem a esta alternativa no último caso. Junta-se a isso um critério elástico de avaliação da importância do trabalho, que varia do compromisso moral ao desejo de trabalhar pouco e para si mesmo, questionando-se a premissa de que as pessoas trabalham exclusivamente porque têm que sobreviver.

Neste capítulo, analisei que houve uma transformação do padrão de reprodução para as três gerações em foco, com a intensificação da combinação de atividades, explicitada pela dificuldade de inserção regular no trabalho e as sucessivas tentativas para garantir a sobrevivência em diferentes espaços e tempos. Comparando as três gerações, constato que as dificuldades de reprodução social também se agravaram pela

quase exclusão das mulheres do assalariamento em decorrência de uma divisão sexual do trabalho que as desqualifica para a maior parte das atividades na agricultura empresarial irrigada, tendência completamente oposta ao constatado no Vale do São Francisco, onde as mulheres têm encontrado na fruticultura novas oportunidades de trabalho (Cavalcanti e Silva, 1999, 1998) e em outros setores da economia.

Interpreto a desqualificação das mulheres para o trabalho agrícola como parte de uma estratégia empresarial de menores custos com encargos sociais, pois os homens não têm licença maternidade e não são responsáveis diretos pelo cuidado com as crianças, mas também como reprodução de um padrão em que, tradicionalmente, as mulheres não manejavam tecnologias de ponta (irrigação) ou como parte de uma estratégia de garantia de ocupação aos homens, considerados os provedores da família.

Além de tudo, o recrutamento de trabalhadores e a organização dos processos produtivos estão monopolizados pelos homens. Em consequência, as mulheres têm se dedicado exclusivamente aos serviços domésticos nos lugares de residência e, ocasionalmente, a uma atividade clandestina de adubação ou poda, consideradas atividades delicadas e femininas.

Para interpretar estas situações, Abramo (1998, p. 39-41) propõe um olhar de gênero para visibilizar as mulheres nas distintas realidades e possibilidades na diversidade e complexidade existente no interior da classe trabalhadora. A autora reconhece que os processos de precarização nas cadeias produtivas estão fortemente marcados pela variável gênero. Apesar da abrangência da proposição, na sua análise específica da precarização nas cadeias produtivas, tem como pressuposto a inserção das mulheres no mercado de trabalho, herança das abordagens clássicas da sociologia do trabalho.

No caso do Platô, a quase completa exclusão das mulheres dos processos de trabalho chama a atenção para a necessidade de outros referenciais para sua visibilização, como as estratégias de convivência com o desemprego e interações que desenvolvem na esfera doméstica. Interações específicas, no entanto, não são particularidades das mulheres na região do Platô, mas também dos homens, para lidar com a procura de vagas e com o desemprego, cujas consequências são a (re)significação da utilização da casa e da rua para cada um, como analiso no capítulo seguinte.

Capítulo 8

TRABALHO E SOCIABILIDADE: TEMPOS, LUGARES E PERTENCIMENTOS

“Meus livros mais recentes são todos sobre o que as pessoas querem umas das outras, ou porque devem permanecer juntas, vivendo, conversando, transando e comendo juntas. O ponto a que sempre chego, acredito, e que apenas essas coisas é que realmente existem” (Hanif Kureishi, 2002).

A região objeto de análise foi radicalmente transformada nas últimas décadas pela extinção do sistema agrícola de produção de arroz⁷⁴, pela falência da Usina Grande Vale e pela implantação do Platô de Neópolis, esta com leve conseqüência na estrutura fundiária⁷⁵ e nas relações sociais.

As políticas públicas para a modernização da agricultura e a intensificação da integração da sociedade local à economia de mercado provocaram uma reestruturação social, cultural e econômica que influenciou na mutação desse espaço e na vida cotidiana da população. No entanto, o papel paternalista das instituições públicas atuantes, o pequeno número de beneficiários nas ações modernizadoras e a tímida

⁷⁴ Na dependência das enchentes e vazantes do rio São Francisco. O represamento das águas do rio para a produção de energia, no final dos anos 60, impôs uma regularidade ao seu curso, e, conseqüentemente, a adoção de políticas públicas, que pretendiam diminuir os seus impactos e oferecer uma solução local, culminando com a implantação de projetos de irrigação que absorveram apenas um terço da população atingida.

⁷⁵ Para a implantação do Platô foram desapropriadas 96 propriedades. Dessas, 73% tinham menos de 100 hectares e detinham apenas 14% da área. É importante observar a existência de duas ou mais propriedades nas mãos de um mesmo dono, situação esta existente para oito proprietários que detinham 25 propriedades, com uma área total de 4.364 hectares, ou seja, quase 50% do total.

reestruturação fundiária não foram suficientes para gerar uma situação de inclusão social muito embora essas ações tenham provocado profundas mudanças nas relações entre os donos da terra e aqueles que deles dependiam para ter acesso à mesma.

Neste capítulo, trato da incidência e da intensidade das interações tecidas no dia-a-dia do trabalho e na vida local destacando os grandes marcadores das sociabilidades dos trabalhadores do Platô no passado e no presente.

8.1- Da sociabilidade dos moradores à dos assalariados

A vida social nas grandes propriedades circunscrevia-se a um universo de relações entre senhor e moradores, mediada pela produção e obrigações econômicas e morais compondo um tipo de sociabilidade ampla (D'Incao, 1992) que não impunha a separação espacial entre corpos de origem social diferentes. Moradores e senhores transitavam e residiam nos mesmos lugares, para o caso em análise.

As referências sobre esse tipo de sociabilidade ampla na região do Platô foram registradas por Casanova (1979) e por um grande proprietário entrevistado, onde ambos relataram, segundo o olhar senhorial, acontecimentos que mostram redes de sociabilidade para a prestação de algum serviço, em rezas e em atividades que mesclavam lazer e trabalho, como nos mutirões:

“Sinhazinha [esposa do senhor] matou galinha, cozinhou peixe, feijão, arroz e o diabo a quatro. Fez umas paneladas e chamou uma porção de gente, mulheres e homens, para cortar arroz” (Casanova, 1979, p. 236).

“Tinha festa no batimento de arroz, eles chamavam o sanfoneiro e ficava a noite toda dançando. Tanto donos da fazenda, como os meeiros. O batimento que não tinha máquina, então era de cassete de noite, e de manhã ia cessar o arroz. Em toda safra, quando cortava aquelas pilhas de arroz, eles iam tudo de cassete, cantando, dançando e comendo e bebendo. Agora tem máquina para cortar, plantar. Tocavam violão, tomavam vinho” (L. D. O., 78 anos, grande proprietário de terras onde os moradores e parceiros plantavam arroz).

Conhecidos também como “batalhões”, os mutirões reuniam as pessoas com o intuito de realizar uma grande tarefa em determinado tempo e espaço. Davam-se no corte e beneficiamento do arroz e na partilha do gado. Esses eventos criavam situações que favoreciam o encontro de pessoas que habitavam em diferentes áreas, constituindo instâncias de comunicação, permitindo e favorecendo a troca de informações e o reforço de laços de obrigação dos moradores em relação aos senhores. A oferta de bebidas, comidas e música nessas ocasiões era estímulo instituído para agradecer os serviços prestados.

A visão de um ex-morador acerca do mesmo evento realça a oposição entre o sentido estrito de festa atribuído pelos senhores e o de controle do produto e do trabalho:

“A gente era de Zeca Pereira. Tinha assim aqueles batimento do arroz, mas cada um tinha que prestar atenção ao seu e entregar certo. Se reunia tudo parecia até uma festa, mas era trabalho que só o diabo, de virar a noite” (N. I. O., 59 anos, antigo morador).

Membros da família dos senhores também participavam de festas de casamento, batizados e festejos religiosos nesses momentos históricos em que a vida girava em torno dos povoados e das grandes propriedades que, segundo os entrevistados, abrigavam mais de 100 famílias, além daqueles que residiam fora, nos povoados situados nas margens do rio São Francisco.

Outros acontecimentos que reuniam cotidianamente atores de diferentes origens sociais eram as brincadeiras dos filhos de moradores e proprietários nas margens dos rios, no período das férias e em qualquer dia da semana, as que envolviam os pequenos, pois as famílias, na sua maioria, residiam na fazenda. O mesmo lugar de residência e as brincadeiras partilhadas permitiam a igualdade no lazer e o reconhecimento do outro como par, capaz do mesmo fazer, pela existência do contato

sem segregação. Esses contatos, se intensos na infância, rareavam para os adolescentes e inexistiam para os adultos que geralmente iniciavam a vida profissional nos centros urbanos.

A quebra da socialização entre diferentes e a inserção em grupos de classe com práticas sociais particulares e distanciadas do mundo rural exacerbavam as diferenças, escamoteadas pelo prazer da infância. Profissões, linguagens, hábitos e compreensões construídos pós-infância na fazenda segregavam estes corpos, que passavam a pertencer a outros grupos e a assumir o papel e o *status* equivalentes.

Se a propriedade era *locus* da sociabilidade ampla, a sede municipal era *locus* de segregação em que o espaço da feira era acessível a todos, mas a 2ª casa do senhor era de frequência estrita a autoridades ou a outros senhores.

A extinção do sistema de produção de arroz nos anos 60 foi consequência da desapropriação das áreas para implantação de projetos da CODEVASF, que absorveu uma pequena parte dos ex-moradores; os demais recorreram à migração para municípios vizinhos ou outros estados. Os que optaram por residir nos povoados da região se dedicaram ao que “ocorrer”, como o artesanato de barro, pequenos comércios, a agricultura em terras de terceiros e o assalariamento temporário na cana-de-açúcar em usinas de Sergipe ou de Alagoas.

Para a última atividade, instituíram-se sistemas de empreitas nos quais os arregimentadores formavam grupos e se responsabilizavam pelo transporte de adultos e de crianças. Famílias inteiras se inseriram nestes esquemas, saindo às vezes de casa para o trabalho às 4 horas da manhã com as crianças ainda dormindo e protegidas por lençóis, conforme as palavras de uma trabalhadora:

“Eu não gostava, era muito longe e sacrificoso, ia porque precisava, era o jeito. A gente saía daqui pra Santana 4 da madrugada, tudo dormindo em cima de um caminhão, chegava lá 6 e 30, saía de lá 7 ou 8 horas da noite e chegava aqui quase de madrugada” (N. I. A., 33 anos, trabalhadora rural, clandestina).

A desestruturação do sistema da morada provocou a necessidade de reordenamento das estratégias de trabalho de cada um, influenciando em uma revisão das próprias identidades, forjadas em uma vida social cujo centro era a propriedade em que viviam e as relações com os outros moradores, não obstante à sujeição ao senhor. Sair da propriedade significou deixar de ter uma atividade fixa, romper com a relação tempo-espço, deixar de ter uma proteção social, ser excluído de um sistema econômico e até festivo. Foi, portanto, uma ruptura com um sistema social em que essas pessoas tinham sido socializadas para reproduzi-lo e, apesar das desvantagens da sujeição e da exploração, os trabalhadores o idealizam como um passado em que a inconstância do ter ou não trabalho não fazia parte das suas preocupações.

No presente, a reflexividade, ou seja, as práticas sociais são constantemente revistas para redefinir as ações diante das novas situações de pressão externa e enfrentar os custos de reprodução, resultando num sentimento de nostalgia e de idealização da vida no interior das grandes propriedades, principalmente quanto à disponibilidade de alimentos e residência.

Para Halbwachs (1994, p. 105-106), todos os homens não julgam imparcialmente o passado; os aspectos mais dolorosos da sociedade anterior são esquecidos porque as dificuldades são sentidas apenas quando elas são enfrentadas. Assim, uma dificuldade passada que parou de se impor tende a ser escamoteada pelas boas recordações. O fato de idealizar o passado tem a ver mais com a situação de dificuldade do presente do que com as qualidades da sociedade anterior.

A passagem da morada para o assalariamento repercutiu na constituição de novas identidades, intermediárias entre agricultor e assalariado. As dificuldades de acesso à terra, para garantia da reprodução social da família, terminam por impulsionar os seus membros para diferentes atividades, tanto agrícolas como não-agrícolas, em diferentes lugares, provocando o crescimento dos povoados sem, no entanto, revitalizar as atividades econômicas dos mesmos, já que os seus moradores daí se deslocavam para trabalhar em municípios vizinhos e quando ali retornavam era apenas para dormir ou nos finais de semana. Mesmo assim, a constituição de novas ruas com a construção de casas em terrenos agregados às casas de parentes, pelos que chegavam, deu maior dinâmica aos povoados pela circulação de pessoas e informações e, principalmente, pela ativação do comércio.

A ruptura entre produção e consumo para as famílias influenciou para que as ruas dos povoados fossem dotadas de uma estrutura comercial mínima para aquisição de alimentos, tornando-se lugar de compras mas também de encontros, num contexto em que o assalariamento predomina.

Sair das propriedades, no entanto, não significou o abandono de *habitus* anteriores, em que uma autonomia mínima caracterizava a organização do trabalho, característica daqueles que têm acesso à terra. Exemplo disso, na atualidade, é que os trabalhadores reivindicam “liberdades” como a rotina de ir para a feira independentemente do dia em que ela seja, assim como a flexibilidade do horário de trabalho. Os empresários, mesmo que priorizem os trabalhadores originários da agricultura, reclamam da falta de profissionalização dos mesmos e administram as pressões pela via do controle social das redes de indicação e da utilização de pessoal de origem local em funções estratégicas vez que, nos povoados e lugares de residência, estas pessoas pertencem ao mesmo círculo de amigos, se conhecem de longa data e a

relação se baseia em amizade, reciprocidade e favores. Entram em jogo outros sentimentos que não aqueles estritamente técnicos e profissionais.

No entanto, a pressão por vagas e a dificuldade de obtenção de ocupação em outros setores econômicos pressionam os trabalhadores a se adequarem ao sistema recentemente instituído. A legalização da relação, ou mesmo os acordos tácitos, também impõem limites aos desejos de uns e de outros. Mesmo assim, a rotatividade (entradas e saídas) por iniciativa dos trabalhadores nas empresas é um dado destacado por todos os empresários e gerentes entrevistados, quando comparado com outras experiências:

“Aqui não há uma preocupação da pessoa manter o emprego, eles vêm trabalhar todo dia, hoje mesmo nós fizemos um levantamento. De 80 funcionários temos uma média de quatro faltas por dia. Isso não existe lá [em Minas Gerais], faltou desse jeito lá perdeu o emprego, se ele perder o emprego, como ele tem que manter aquele padrão de vida, se ele perde o emprego não tem onde ir. Então o emprego lá é mais valorizado, aqui eles saem, passam dez, quinze dias, pegam um dinheiro de rescisão, a hora que acabar aquele dinheiro ele sai para outra, então tanto faz. Agora se eu falar que vou fazer um rescisão não fica um funcionário aqui dentro” (S. A. R., 38 anos, agrônomo, registrado).

Mesmo que as iniciativas em dispor do próprio tempo sejam tidas como um problema pelas empresas, a competência e a obediência desses trabalhadores minimizam a ação incisiva das primeiras. Isso mostra que as empresas também se adaptam e convivem com as estratégias dos trabalhadores. Na realidade, persiste entre os trabalhadores uma máxima de conduta de respeito à autoridade e à hierarquia, por ter sido esta uma condição imprescindível ao acesso à terra e ao pertencimento a um sistema social preexistente calcado em relações pessoais.

8.2- Cooperação e satisfação: base da sociabilidade no trabalho

Passados os tempos em que o lugar de residência e de trabalho era o mesmo e as famílias pertenciam a uma rede de relações sociais no interior de uma grande propriedade, nos tempos atuais de assalariamento as interações são mais diversificadas e imprevisíveis.

Diferentemente do que pode ocorrer em outras esferas da vida cotidiana, no trabalho assalariado, grosso modo, o indivíduo faz parte de um grupo maior e dificilmente pode se isolar, permanecer invisível. A equipe de trabalho tem sob a sua responsabilidade tarefas segundo padrões especificados previamente, mas para que estes padrões se viabilizem os trabalhadores devem atuar conjuntamente. Mesmo para trabalhadores e técnicos, que têm poder de decisão no interior das empresas, a possibilidade de trabalhar isoladamente é mínima. Em consequência, as redes de interconhecimento para preenchimento de vagas têm um papel fundamental porque facilita a escolha dos colegas com os quais o sentido lúdico da interação vai ser vivenciado no dia-a-dia do trabalho.

A base do trabalho na produção de frutas é a interação entre pequenos grupos, o que não significa afirmar que todos os trabalhadores interagem com a mesma intensidade. Há que diferenciar entre as obrigações e as escolhas que se instituem nesta esfera. A forma de interação pode ser de amizade dentro e fora do trabalho, amizade no trabalho, colegas de trabalho ou uma relação que pode variar da indiferença à rejeição (Argyle, 1991).

Em se tratando das interações que se estabelecem no trabalho sem possibilidade de escolha, concordo com Argyle que a cooperação é a base da sociabilidade⁷⁶, seja

⁷⁶ Compreendo que a sociabilidade também pode ser a base da cooperação.

porque é a única forma de viabilizar a produção de determinados bens, seja porque as pessoas necessitam do sentimento de interação em que, no sentido apontado por Simmel (1967), o importante é o prazer do sentimento de interação.

A cooperação no trabalho é necessária pelas seguintes razões: *i)* algumas tarefas são demasiadamente grandes para uma só pessoa; *ii)* algumas tarefas requerem divisão do trabalho entre indivíduos especializados para diferentes partes do trabalho; *iii)* trabalhando em grupo significa que as pessoas podem aprender e ensinar umas às outras; e *iv)* prover companhia, isto é, satisfação social, os benefícios da cooperação no trabalho não se limitam a respostas materiais (Argyle, 1991, p. 115).

Na realização do trabalho as motivações para que as tarefas sejam bem realizadas se cruzam com o desejo de satisfação das pessoas em fazerem coisas juntas, desejo este influenciado pelos tipos de interação que são mais ou menos desejáveis. É curioso observar que nem sempre uma profunda relação de amizade implica desejo de realizar tarefas conjuntamente, como pode ser observado em situações de campo em que grandes amigos nos finais de semana preferiam trabalhar separado para evitar possíveis discordâncias. No entanto, sentimentos de rejeição são categoricamente apresentados como um impeditivo à realização satisfatória de uma tarefa conjunta.

Nos estudos de caso aqui destacados, constatei duas formas principais nas quais a cooperação se evidencia como base da sociabilidade: no domínio da organização do trabalho pelos responsáveis pelas empresas e pela iniciativa dos próprios trabalhadores.

As equipes são constituídas segundo os interesses dos técnicos responsáveis pelos processos e aí as interações se dão, *a priori*, por “obrigação”, ou seja, para a realização das tarefas no sentido da racionalidade econômica, conforme os dois primeiros aspectos da cooperação apontados por Argyle (1991). No entanto, a essa

racionalidade são agregados critérios subjetivos decorrentes das sucessivas observações dos comportamentos individuais e coletivos, mas também das relações preexistentes entre os trabalhadores, que se tornam eficientes mecanismos de controle.

Sob o ponto de vista dos representantes das empresas, os perfis mais satisfatórios de interação são deduzidos da eficiência no trabalho, que conjuga a questão da experiência com a qualificação e a satisfação que os seus membros têm em atuarem conjuntamente. Coincidentemente, os trabalhadores apontaram estas duas condições, mas a satisfação da atuação figura em primeiro lugar, provavelmente pelos seus ganhos não terem relação direta com a produtividade.

As decisões quanto à composição das equipes, apesar de serem predominantemente tomadas pelos técnicos, não são impermeáveis às estratégias dos trabalhadores, que sugerem e explicitam com quem ou onde gostariam de trabalhar:

“Foi porque diminuíram as pessoas porque esse tempo as bananas não estão muito boa, sabe, aí diminuiu o quadro de funcionários naquele setor e eu pedi para sair, aproveitei que ia tirar um pessoal, ia tirar os que não tinha muita experiência, mas aproveitei porque já estava que não agüentava ali, porque ali o serviço era meio pesado, embora eu só fazia selecionar mas quando faltava uma pessoa eu tinha que bater caixa para caminhão esses negócios eu já estava que não agüentava, aí eu pedi para sair. Aproveitei que ia entrar uma turma legal na irrigação e eu pedi para ir para irrigação” (T. O. N., 25 anos, trabalhador rural, registrado).

No entanto, existem casos, mesmo raros, em que por motivo de discordância com um técnico ou colega, um trabalhador solicita a sua saída da equipe e até mesmo pede demissão diante da impossibilidade de mudança. Além disso, registram-se também equipes que funcionam como verdadeiros grupos de amigos, ultrapassando até o ambiente de trabalho, principalmente entre os mais jovens e solteiros. Uma multiplicidade de relações permeia os grupos, variando de amigos até pessoas que não se escolheriam voluntariamente para trabalhar juntas.

Quanto à dinâmica interna das equipes, observei que raramente existem oposições no seu interior, provavelmente pela igualdade de salário, pela semelhança das atividades e pelos vínculos preexistentes entre as pessoas. No caso de desentendimento, é motivado normalmente pelos jogos instituídos no próprio trabalho. Forte oposição pode ser observada entre equipes de campo e de pós-colheita que, apesar de ter o mesmo salário, trabalham no galpão coberto, condição considerada um privilégio.

A coincidência dos lugares de residência e o pertencimento à mesma equipe com convivência diária, contribui para a formação de pequenos grupos de trabalhadores em que conversam sobre os problemas do trabalho, do povoado e deles próprios principalmente, ridicularizando uns aos outros. Aliás, essas condições são determinantes nos agrupamentos que se dão no horário de intervalo para almoço, o que implica pequenas escolhas de pertencimento, seja com quem fazer uma refeição ou com quem se agrupar para conversar enquanto aguardam o pagamento ou o horário de começar a trabalhar.

Existem formas de cooperação que se dão por iniciativa dos trabalhadores e se evidenciam na ajuda mútua para a realização de tarefas. É muito comum entre as mulheres que trabalham clandestinamente por produtividade na adubação, competindo a cada uma atingir certo número de plantas ou uma área específica. Se no final do dia alguém não terminou o trabalho por diferentes motivos, há um esforço no sentido de finalizar a tarefa pelos demais membros do grupo, principalmente porque o deslocamento de volta para casa é feito conjuntamente. No entanto, se as mulheres percebem que algum membro está se aproveitando para trabalhar menos, a tendência é a sua exclusão.

Como essa é uma atividade demasiadamente grande para uma pessoa, pois os tratos culturais devem ser feitos em momentos determinados sob pena de prejuízos na produtividade, são contratados grupos de trabalhadores mas com pagamentos diferenciados.

Para isso, as trabalhadoras se organizam voluntariamente em pequenos grupos cuja constituição é vinculada às relações preexistentes. Segundo as entrevistadas, ocasionalmente se registram conflitos decorrentes de comportamentos considerados amorais, principalmente envolvimento amoroso com homens casados ou pouca disposição para o trabalho. Neste caso, reagrupamentos se verificam com alternância dos membros. No entanto constatei agrupamentos de mulheres em funcionamento há mais de 20 anos na região.

Essas práticas se dão apenas em condições nas quais as pessoas dispõem de tempo para estruturá-las e formalizarem acordos. Isto exige certo tempo de contato entre os que pertencem a uma mesma equipe. Normalmente as relações estão estruturadas entre amigos, parentes e conhecidos, mas sob o critério das escolhas pessoais e só muito raramente sob a condição de obrigatoriedade⁷⁷. Isso não significa dizer que novos membros não possam ser incorporados, mas sob a condição de apresentação por um membro mais antigo e sob determinadas condições de atendimento mínimo às exigências do grupo. No caso das mulheres, uma das exigências é que seja alguém que não esteja envolvida amorosamente com chefes de turma ou com técnicos⁷⁸.

⁷⁷ Quando o trabalhador está há muito tempo sem nenhum tipo de vínculo ele fica mais vulnerável a aceitar proposições de trabalho mesmo que seja junto com quem ele não escolheria em uma situação de menor vulnerabilidade.

⁷⁸ As razões apresentadas pelas entrevistadas é que todas elas são casadas e não ficaria bem se acompanhar com alguém de moral "duvidosa", além do que o envolvimento traria algum tipo de prestígio para apenas um membro do grupo, até em detrimento das demais.

Outra forma de interação é a instituição de grupos de idas e vindas para o trabalho, que são formados por aqueles que têm um vínculo. São muito frequentes entre as mulheres que trabalham na mesma empresa, mas nem sempre na mesma equipe. As distâncias são percorridas a pé ou em carros alugados e pagos quinzenalmente. Entre os homens são comuns grupos que utilizam bicicletas. Nos dois casos, os critérios de formação do grupo são, principalmente, a afinidade entre os seus membros, o lugar de trabalho e de residência. O tempo de convivência cria a condição para o grupo se estabelecer dentre os que têm afinidades, definida como simpatia, compreensão, companheirismo e confiança.

O tempo gasto nos percursos ou na espera do carro é reconhecido e valorizado como momentos de conversas leves, brincadeiras e de descontração. Muitos dos pertinentes a esse grupo não se conheciam antes de trabalharem na mesma empresa, como demonstra o depoimento de uma trabalhadora que se viu forçada a trabalhar porque o marido adoeceu:

“Porque quem tem filho tem muita coisa e meu marido tava parado e ainda hoje está, então o jeito que teve foi trabalhar. Mas o pior que eu não trabalhava pra ninguém, e pra não ver ninguém falando dele foi que eu fui trabalhar, pra poder ajudar. Eu falei com uma mulher que mora ali, eu trabalhava numa casa de família, mas só queria pagar 50 reais por mês, mas o dinheiro não dava. Eu cozinhava, passava e ainda tomava conta de um menino, aí eu disse que não queria e fiquei quatro meses ainda. Aí eu falei com a menina que disse que tinha vaga aí eu fui trabalhar lá” (I. T. A. 35 anos, trabalhadora rural, registrada)⁷⁹.

Em relação às interações de gênero é consenso que homens e mulheres desenvolvem sociabilidades diferentes na esfera do trabalho porque as tarefas que executam são diferentes, mas também porque ambos têm inserções particulares na vida

⁷⁹ Um ano depois da entrevista, retornei à casa de I. T. A. e nesta ocasião o marido já estava bem e ela havia pedido demissão, mas já estava providenciando um novo retorno porque tinha feito amizade no trabalho, cujas amigas visitamos juntamente para que eu pudesse conhecê-las.

social. Segalen (1999) afirma que em pesquisa realizada sobre as práticas não-profissionais durante o tempo nos locais de trabalho na França, constataram-se comportamentos completamente diferentes entre homens e mulheres, até certo ponto influenciados pelos postos ocupados, mas suficientemente característicos, a ponto de se poder falar de uma cultura feminina do trabalho. Segundo a pesquisa, os assuntos discutidos pelos homens e pelas mulheres são muito diferentes:

“É evidente que as questões domésticas, trate-se de culinária ou de tudo o que diga respeito aos filhos, são muito mais freqüentemente mencionadas pelas mulheres do que pelos homens. A identidade das mulheres no trabalho não se constrói sem integrar a existência de uma responsabilidade específica, permanente e problemática. Inversamente, raros são os homens que, nas conversas de trabalho acordam um lugar importante aos problemas familiares e domésticos; esta abstenção, particularmente nítida entre os quadros, ilustra perfeitamente a muito fraca pressão das exigências domésticas sobre a vida profissional dos homens” (Segalen, 1999, p. 273).

A autora também observa que mais facilmente do que os homens, as mulheres festejam no seu local de trabalho acontecimentos familiares como casamentos, batizados, nascimentos etc. Para os homens, os acontecimentos são mais freqüentemente festejados na casa ou com os amigos nos bares da cidade, na maioria das vezes sem a presença das mulheres.

Para as mulheres, a influência da esfera doméstica invade a sociabilidade no trabalho e é também por ela invadida. Mais freqüentemente as mulheres que trabalham juntas se visitam e apresentam os filhos, falam do que se passa no trabalho em casa e, muitas vezes, podem até levar um filho maior para ajudar e já começar a se socializar.

No Platô, os depoimentos das entrevistadas são claros quanto à preferência por um trabalho juntamente com outras mulheres que partilhem experiências e que por isso mesmo possuam uma “linguagem comum” (Segalen, 1999) que circula entre a esfera doméstica e o trabalho. Contrariamente, o trabalho de doméstica para terceiros retira

essa possibilidade e, por isso, é extremamente rejeitado entre essas mulheres, conforme o depoimento:

“Eu acostumada a receber uma tarefa no começo do dia na cana, lá era por produtividade, e continuar trabalhando sem o controle de ninguém, não agüento um trabalho em que a patroa o tempo todo olha ou interrompe para que eu vá fazer um mandado. Me sinto uma criança, humilhada, fazendo um trabalho sem valor andando na rua para resolver coisas dos outros. Também não suporto começar um trabalho e não concluir” (N. I. A., 33 anos, trabalhadora, clandestina).

A sociabilidade no trabalho repousa mais sobre grupos constituídos do que sobre os espaços, como ocorre nos lugares de residência, onde as definições identitárias se constroem a partir dos espaços onde se vive. O trabalho é certamente um campo de definição social mais forte, mais estruturante e a cooperação ocupa lugar central. Em um bairro ou povoado, essa estruturação social está menos impregnada, menos estabelecida, *a priori*, e os espaços ganham maior importância dentro das definições dos modos de sociabilidades (Bidart, 1988, p. 638).

Nos dois tipos de empresas investigadas, constatei manifestações diferenciadas de sociabilidade. Na produção de banana há uma equipe em que as relações interindividuais são mais fortes em decorrência dos trabalhadores permanecerem no mesmo lugar de trabalho mesmo que em diferentes atividades. A proximidade física para a realização das atividades de despumar e lavar as bananas permite conversações, sem, no entanto, comprometer a qualidade do serviço, segundo o depoimento do técnico responsável.

Na produção de coco, a predominância de equipes engajadas em atividades que exigem o deslocamento espacial contínuo e a ausência de atividades de pós-colheita, dificultam a interação. Na atividade de manutenção dos equipamentos de irrigação o trabalho é realizado pelos trabalhadores caminhando individualmente pelos coqueirais

e aí as conversas e jogos acontecem. Na colheita, os trabalhadores se aproximam fisicamente uns dos outros, mas o ritmo é dado pela velocidade do caminhão, e uma conversa pode significar o comprometimento da equipe. Assim, os trabalhadores conversam mais intensamente no horário do almoço ou quando há uma interrupção da atividade.

Em que pesem as diferenças entre os trabalhadores que têm ocupação, o trabalho tem sido um importante espaço de interação entre os pares, principalmente porque as conversas não são coibidas e os jogos e brincadeiras descontraídas. Predominantemente entre pessoas que já se conheciam nos povoados (64%), isso é uma constante. A inclusão de trabalhadores que não têm origem local, no entanto, não tem se revelado um problema, pois 33% afirmam que fizeram amigos no trabalho. Assim, a sociabilidade no trabalho repousa sobre grupos constituídos.

Outra forma de interação voluntária se dá através dos pequenos grupos que se formam para perambular de lote em lote em busca de ocupação. A estratégia é utilizada apenas por uma minoria (2,2%), pois se constitui sempre num risco. A saída do povoado ou da casa lhes impede de fabricar instrumentos de pesca ou artesanato, é desgastante fisicamente e também pode ser a perda da chance de ser convocado em pontos estratégicos. A decisão dessa iniciativa se dá em períodos de pouca oferta de trabalho. Se um lote precisa de um ou dois trabalhadores, não vale a pena deslocar um veículo e um técnico para recrutá-lo. Normalmente são usadas as redes de interconhecimento ou a contratação de alguém que passa oferecendo o seu trabalho.

Nesses casos, os trabalhadores se juntam em pequenos grupos, cujo critério de formação é a afinidade e certo acordo ético em respeitar um revezamento, exceto no caso de alguém que é portador de qualificação específica. Quem teve trabalho

recentemente, fica no último lugar na ordem de prioridade, no caso de uma oferta menor do que o número de componentes do grupo.

Há significativas interações entre os que, sem ocupação contínua, preferem permanecer na rua. A rotina dos trabalhadores é marcada por passeios por pontos estratégicos do povoado, sempre a pé. Uma oferta de ocupação pode surgir cedo e aí se passa em casa para buscar uma roupa de trabalho. No caso de propostas para o dia seguinte ou não, sempre se “dá um tempo” nesses pontos estratégicos. Aí, a conversa é o elemento que alimenta a interação de pequenos grupos. Temas genéricos, como futebol, política nacional, música, acontecimentos locais etc. alimentam o estar juntos à espera de algo mais. Não há um tempo previsto para a duração desse encontro, dependendo do quanto seja agradável a conversa, do número de pessoas ou da chegada de uma proposta de trabalho.

Caminhar pelas ruas é característico dos homens, enquanto as mulheres preferem ficar sentadas na calçada da casa para a confecção de um instrumento de pesca ou de um utensílio de cerâmica ou palha, aí se revezando entre a calçada e a cozinha, característica da sociabilidade feminina neste contexto, que as tornam menos vulneráveis ao desemprego do que os homens, seja pela facilidade de construção de redes sociais de ajuda mútua, seja pela ocupação nas tarefas domésticas. Mas se essas redes ajudam a enfrentar o desemprego, não favorecem a obtenção de um novo pela ausência de interação com quem trabalha.

O encontro entre trabalhadores sem ocupação, apesar de ser um momento de interação, afasta-se do sentido estritamente lúdico da socialização conforme discutido por Simmel (1983). Não é só o prazer que os reúne, mas a necessidade de buscar um trabalho, de atender um interesse imediato. Isso não significa que o encontro será desagradável, pelo contrário, as pessoas buscam conversar sobre temas atraentes, mas

é um tipo de encontro que só ocorre porque as pessoas estão sem trabalho naquele momento.

Nos lugares em que vivem, diferentemente dos espaços onde trabalham, os trabalhadores podem reduzir substancialmente as suas interações ou mesmo optar com quem se relacionar para uma ou outra atividade, em momentos diferentes, ou pertencer sistematicamente a um grupo de moradores ou de jovens. Quaisquer que sejam as suas opções, ocorrerão conseqüências na obtenção de trabalho, dificultando àqueles que se mantêm isolados e facilitando aos que pertencem a diferentes redes de interconhecimento. Os lugares de residência são *locus* privilegiados de arregimentação dos trabalhadores. A principal forma de convocação, como já dito, é via redes de interconhecimentos, num contexto em que as estratégias de recrutamento de pessoal reforçam o controle social da força de trabalho. Ninguém gostaria de indicar alguém para trabalhar que ponha em risco a sua idoneidade. Isso significa indicar um tipo de trabalhador que, pelo modo de ser e de fazer, corresponda mais aos interesses dos empregadores e dos recrutadores. Essa prática intensifica a sociabilidade entre pessoas que carregam traços comuns e que estão valorizados no contexto. Assim, laços de gratidão e de convívio vão ser reforçados, estabelecendo pactos silenciosos de retribuição do bem recebido.

O recrutamento de trabalhadores provenientes do campo não é um fenômeno novo e nem exclusivo da agricultura, como registra a literatura em relação à indústria têxtil em Pernambuco (Alvim, 1997). Em ambos os casos, o alvo são trabalhadores mais obedientes e que não contestem as relações trabalhistas. No caso do Platô, acrescenta-se o saber-fazer adquirido na agricultura familiar e o pertencimento a redes de interconhecimento preexistentes.

É inquestionável que as estratégias de solidariedade amenizam as dificuldades atuais de reprodução social, mas também há o lado perverso de alimentação da dependência e da cobrança de fidelidade a um favor prestado.

Nessa lógica de inserção/exclusão em relação ao mercado de trabalho, formas de sociabilidade se multiplicam naquele grupo de trabalhadores que têm origem local, que residem próximo e que são provenientes da agricultura familiar, seja porque eles tiveram em comum a socialização ou porque são alvos preferenciais para o assalariamento e aí também depuram os vínculos pela convivência diária.

No dia-a-dia do trabalho, diferentes grupos se formam, marcados pelo lugar que os sujeitos ocupam na hierarquia, pelas atividades que desenvolvem e pelo *habitus* de classe, condicionadores de sociabilidades específicas. Os técnicos, apesar de passarem mais tempo dentro da empresa, que é ao mesmo tempo lugar de trabalho e de habitação, mantêm um distanciamento dos demais trabalhadores para que não sejam confundidos os aspectos profissionais e pessoais destas relações, e, assim, evitar uma intimidade que interfira no andamento das atividades. Até nas atividades que se dão no mesmo espaço e tempo, como as refeições, os subgrupos ocupacionais se subdividem segundo afinidades que extrapolam as equipes de trabalho.

Simbolicamente, as divisões representam a separação entre os diferentes poderes constituídos, entre os que decidem e os que fazem. O contato lúdico entre esse grupo se limita às comemorações oficiais inevitáveis como São João e Natal:

“Nós temos aqui também uma relação muito boa com trabalhador, por exemplo, todo final de semana a gente se reunia, batia um papo, tomava uma cervejinha, antigamente, hoje a atividade mudou porque é muita gente, e nós procuramos, às vezes duas vezes no ano a gente faz um churrasco” (R. T. O., 43 anos, gerente, registrado).

As relações entre os técnicos são vividas dentro de um pequeno grupo na esfera do trabalho. Para o lazer eles se deslocam, predominantemente, aos municípios de origem ou aonde os familiares e amigos habitam. “Sua sociabilidade é eletiva e não associada a um lugar ou meio” (Bidart, 1988, p. 628), diferentemente dos trabalhadores, cujas trajetórias individuais demonstram que o retorno para o lugar e meio de origem foi a melhor ou a única opção.

Os trabalhadores que têm equipes sob as suas responsabilidades (cabo de turma) vivem uma situação ambígua: são superiores na hierarquia, mas compartilham todas as relações efetivamente vividas pelos trabalhadores no interior e no exterior das empresas. Habitam nos mesmos povoados de origem de muitos dos trabalhadores, almoçam e vivenciam atividades de lazer conjuntamente. Segundo os depoimentos, os trabalhadores fazem uma distinção entre os chefes que são executivos e aqueles que apenas têm a responsabilidade de supervisionar os colegas de trabalho. Apesar dessa compreensão, os trabalhadores e estes profissionais vivem a contraditória situação de aproximação-distanciamento, segundo o que ocorre no campo. Um cabo de turma diz como age em situação de repreensão a um trabalhador:

“Se não tá bom, eu peço para ele dar mais uma forcinha, se ele continuar tudo bem, se não a gente chama ele para fazer um acordo. Porque os daqui eu não sei se é porque já têm conhecimento, mas muitos daqui eu mando fazer uma coisa aí eles ficam e os de fora você diz faça isso e ele faz. E os daqui acha que é amigo e pensa que nós não bota para fora” (I. M. O. 34 anos, cabo de turma, registrado).

Comparados aos técnicos, os cabos de turma desenvolvem maior interação com os colegas de trabalho, ou seja, as suas sociabilidades estão vinculadas a um lugar e a um meio. Provavelmente, o fato de terem nascido e se socializado juntamente com os outros trabalhadores mas ocuparem cargos de controle, os qualifica como mediadores.

Já entre os trabalhadores chefes de turmas e técnicos agrícolas, constateei freqüentes discussões pela discordância quanto aos procedimentos de trabalho e à condução das equipes e pela compreensão de que alguns trabalhadores são beneficiados com melhores serviços. No entanto, as relações entre os colegas de trabalho e os vínculos de amizade são avaliados positivamente. Questionado acerca dos porquês, as respostas variaram da simplicidade da atividade à igualdade dos trabalhadores, conforme as palavras de um entrevistado: “todo mundo é pobre, é tudo igual”.

As interações interpessoais, intra e intergrupos influenciam em como os trabalhadores se vêem e como vêem os outros, assim como a que grupos pensam que pertencem. Essas impressões, por sua vez, interferem nas relações que estabelecem com os outros. Segundo Bidart (1988, p. 626), os lugares de referência em que as pessoas se encaixam são importantes pólos de identidades coletivas e sinalizam para as fronteiras da sociabilidade.

Diferentes referências dividem os trabalhadores entrevistados. Fora do trabalho, se denominam e distinguem pelos lugares em que nasceram ou em que vivem. Dois marcadores gerais se estabelecem: os que são de “fora” e aqueles que são de “dentro”. Ser de “fora” significa ter nascido em outros municípios que não aqueles pertinentes administrativamente à região do projeto de irrigação. Significa também habitar em um povoado específico, pelas redes de recepção que se instalaram para acolher os que chegam, na maioria das vezes, indicados por colegas.

Ser de “dentro” é para os que nasceram em um dos municípios circunvizinhos ao projeto e nele habitam, mesmo que após uma ou sucessivas migrações. Entre os de “dentro” existe a divisão por povoado, geralmente indicador, também, do lugar de trabalho. A prioridade por trabalhadores que habitem próximo das empresas é

reforçada pelas redes de indicação de ocupantes a novas vagas. Com isto, tende-se a assegurar maior controle do horário de chegada, tanto pela proximidade como pelas redes de ida e vinda para o trabalho.

As identidades se constroem sob jogos que também distinguem, no contexto geral, os trabalhadores e os responsáveis pela condução dos processos. As sociabilidades derivadas desses jogos tendem a ser fortes entre os que pertencem à mesma equipe, independentemente de serem de “fora” ou de “dentro”, ou para aqueles que não pertencem à mesma equipe mas que já se conheciam no lugar de residência e se deslocam juntos para o trabalho, assim como para outras atividades de lazer. São fracas para os que têm em comum apenas o pertencimento a uma mesma empresa.

No lugar de trabalho os trabalhadores se autodividem pelo tipo de vínculo (registrado ou clandestino) e pelas equipes a que pertencem. Em nenhum dos casos registrou-se a existência significativa de uma associação de lazer ou política (Figura 16), como o sindicato. Muito embora os trabalhadores saibam da existência dos órgãos competentes para questionar seus direitos, temem represálias que impossibilitem novas ocupações, como mostra o depoimento:

“Aí continuei trabalhando uns 90 dias. Aí completou os seis meses e eu disse ao homem que se ele visse que eu merecia alguma coisa ele dava, se não a gente ficava amigo do mesmo jeito. Aí ele disse que ia me dar 170 reais para eu sair, pois já vi gente sair sem nada. Eu nunca falei sobre os meus direitos porque depois é mais difícil (U. E. L., 29 anos, trabalhador, clandestino).

A mescla entre laços afetivos e trabalho perpassa os diferentes sistemas de produção postos em prática no passado e no presente. Como consequência, tem dificultado a mobilização política para defesa dos interesses pelos vínculos afetivos e morais entre quem usufrui da confiança da empresa e quem é indicado. Da mesma forma que no passado, não é socialmente aceito colocar o empregador em juízo, por

configurar, segundo eles, quebra de confiança. Assim, fica claro que as regras de manutenção de um contingente de trabalhadores clandestinos são co-partilhadas entre empresas e trabalhadores na ânsia de manter o vínculo. É claro também que as iniciativas pontuais do Estado⁸⁰ coíbem práticas desta natureza.

8.3- Interações cotidianas nos lugares de residência

A forma de ocupação do espaço e as dinâmicas cotidianas de interação são referências importantes para a construção da sociabilidade local e permitem estabelecer relações entre os lugares de residência e tipos e pontos de encontros, variáveis segundo os diferentes interesses dos moradores. Os espaços aqui analisados como lugares privilegiados de interação são as ruas, praças, calçadas e casas onde se atualizam as relações de parentesco, vizinhança e amizade que dão sustentação a uma sociedade local constituída predominantemente a partir do interconhecimento. São relações primordiais que têm ajudado os trabalhadores a conviverem com as incertezas de uma época em que a referência identitária não é mais o assalariamento permanente.

Grosso modo, a ocupação do espaço nos lugares de pesquisa permite diferenciar econômica e socialmente os moradores pela localização das residências, fornecendo uma idéia da ordem de chegada dos mesmos e/ou dos seus remanescentes, já que as residências mais antigas estão no centro das aglomerações e as mais recentes nos arredores. É também um indicativo de quem se relaciona com quem, mais intensamente, considerando que os povoados se notabilizam como lugares de uma população predominantemente de trabalhadores da agricultura, vez que os técnicos,

⁸⁰ A coibição dos vínculos clandestinos é uma das raras interferências do poder público na qualidade das relações locais de trabalho, no contexto de menor intervenção estatal na economia que tem caracterizado o neoliberalismo no Brasil.

gerentes e profissionais liberais habitam em outros espaços. A exceção existente no que se refere à presença de diferentes classes nos mesmos espaços é apenas para os momentos de festa, a exemplo do carnaval.

O mapa das interações cotidianas na esfera local está desenhado por uma população que tende a aumentar em decorrência das novas oportunidades de ocupação criadas com a implantação do Platô, e a conseqüente dinamização da economia local. Aos moradores mais antigos, juntam-se os seus descendentes e mais alguns parentes atraídos pelo reaquecimento do mercado de trabalho. Na realidade, moradores pobres aí se aglomeraram por vínculos familiares, maior proximidade do projeto, menores preços de aluguéis e serviços e a possibilidade da pesca no rio São Francisco.

Todas as sedes municipais na área do Platô têm uma praça principal com prédios destinados a serviços públicos, igrejas e casas das famílias residentes mais antigas. Nos povoados, a igreja católica é o indicativo da área central, cercada por poucas ruas, construídas segundo as conveniências dos moradores e o respeito à demarcação de caminhos que facilitem o acesso a rodovias ou estradas estaduais. A rua é um dos espaços centrais da sociabilidade, seja nas sedes dos municípios ou dos povoados. É lugar de passagem obrigatória para resolver problemas, conversar, encontrar pessoas e se divertir. É o espaço de concretização de relações pessoais, de tomada de conhecimento da vida local e outras manifestações religiosas, cívicas, políticas ou desportivas. Tais evidências, perceptíveis nos povoados e sedes municipais do Platô, distinguem-se do que D'Incao (1992) afirma para as grandes metrópoles brasileiras, onde a rua é um espaço que perdeu importância como *locus* de interação.

Em que pesem os argumentos apresentados por D'Incao (1992), considero que a importância da rua como lugar de interações pode ser proporcional ao quanto de segurança, tempo e tradição de socializar-se na rua, os indivíduos dispõem. Sentar à

porta da casa para conversar é um evento raro em uma metrópole, mas plenamente normal e seguro em Neópolis ou em seus povoados, espaços sociais em que o interconhecimento é a base das relações sociais e, seguramente, funciona como um poder coercitivo aos excessos comportamentais, considerados nesse contexto as brigas, a bebida em excesso e o desacato aos mais velhos, dentre outros⁸¹.

Ainda para D'Incao (1992, p. 96) o papel da rua como lugar de encontros não mais existe nas metrópoles brasileiras, onde os bares, cafés e *shopping centers*, pouco a pouco, ocupam o lugar de uma sociabilidade interindividual, segregada. Em contrapartida, Costa (1999, p. 73-83) descreve como a rua é utilizada pela população nos domingos de festa em Belém do Pará, onde a pessoalidade e a informalidade são as marcas registradas no exercício da sociabilidade.

Confrontando os exemplos, não resta dúvida de que a importância da rua na vida social da população é diferente em uma metrópole brasileira ou em uma pequena cidade ou povoado do Baixo São Francisco sergipano. Nas metrópoles, a segregação se visibiliza pelo relacionamento entre pessoas da mesma classe social e nos mesmos espaços, mas num contexto de coexistência com outras classes. Nos povoados circunvizinhos ao Platô a interação se dá exclusivamente entre pessoas da mesma classe e a estratificação social aí é mínima.

Aliás, a análise do espaço relativo à rua foi objeto de diferentes estudiosos da realidade brasileira (Brandão, 1989 e DaMatta, 1997, dentre outros), que incorporaram os seus diferentes significados nas suas reflexões. O cenário das suas observações foram uma pequena cidade do interior mineiro e a cidade do Rio de Janeiro, respectivamente.

⁸¹ Não são raros os casos em que um jovem bebe demasiadamente ou se envolve em uma briga e os vizinhos ou amigos vão avisar aos pais dele para que eles o levem para casa.

Para Brandão (1989), há uma interação permanente entre a casa e a rua, e os códigos da casa como a personalidade e o interconhecimento estão presentes nas relações cotidianas observadas na rua, evidências facilmente constatáveis nos espaços em análise. Diferentemente, para DaMatta (1997) a rua é pensada em oposição a casa, espaços sociais sobre os quais é difícil pensar separadamente –, fortemente demarcados pelas atitudes, gestos, roupas, assuntos, dentre outros códigos. “Por tudo isso, não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma de grave confusão ou até mesmo de conflito” (DaMatta, 1997, p. 50). Para o autor, a rua é o lugar de individualização, de luta e de malandragem, lugar onde cada um toma conta da própria vida, terra pertencente ao governo ou ao povo, sempre repleta de fluidez e movimento.

Mas a rua tem outros significados, relacionais, e a casa também, mas gerados em contextos diversificados daquele em que DaMatta se debruça. Isso não implica negar os traços acima elencados, mas entender os seus limites como suportes para compreensão de realidades onde o uso dos espaços são diferenciados.

Nas grandes cidades as calçadas são lugares de circulação de pedestres e os usos da rua são condicionados pelo horário e localização das mesmas, mas também pela passagem de pessoas em automóveis, cujo distanciamento dos pedestres dificulta a interação. Os agrupamentos se dão, em boa medida, pelos recortes etnicidade, trabalho e outras associações. Demais, o grande número de residências para pessoas solitárias mostra que as famílias extensas estão em declínio. Em oposição, a efervescência dos encontros entre as pessoas na região do Platô – cujo recorte central de agrupamento é o pertencimento a um grupo ligado a um território – e as relações daí decorrentes conformam sociabilidades particulares pelo prazer da interação mas

também pelas redes de reciprocidade que se intensificam. Para os dois espaços, no entanto, tem se constatado o crescimento das redes de voluntariado e doação, fenômeno presente nas pautas de discussão das ciências sociais na mudança desse século.

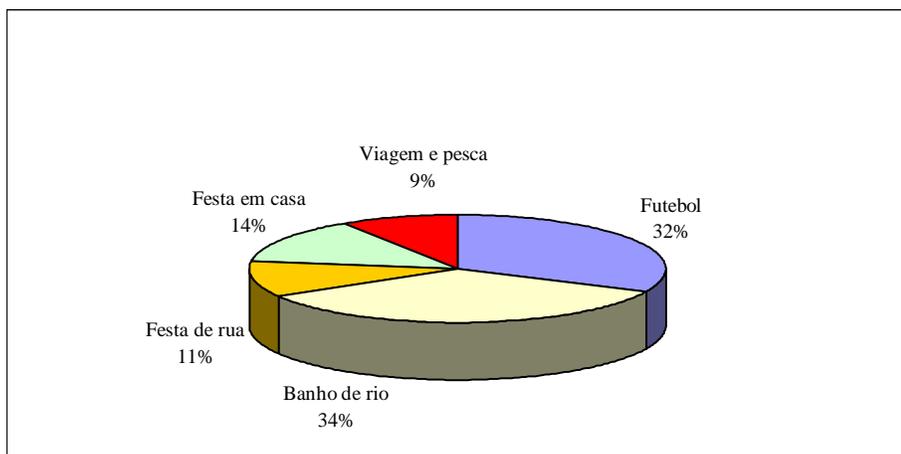
Em se tratando do espaço de habitação na região do Platô, as casas são predominantemente geminadas, de alvenaria e na maioria delas as calçadas são os pontos preferidos de encontro em qualquer dia da semana, havendo sempre grupos, predominantemente, de mulheres que ali sentam para conversar. A depender da posição do sol, existe maior concentração de um lado ou outro da rua, sempre valorizando a sombra e buscando driblar o calor. São agrupamentos que se alternam pelas saídas e chegadas de pessoas que equilibram os seus afazeres e a convivência na rua, ou mesmo dedicam um tempo importante a este tipo de contato.

As calçadas também são pontos privilegiados para confecção de artesanato de palha ou de barro, com ajuda de um ou outro que chega para trocar idéias, novidades. São lugares também para dormir, podendo-se observar pessoas enroladas em lençóis “tirando um primeiro sono”. No período da noite, muitas das calçadas estão ocupadas pelos habitantes das casas ou por grupo de jovens, segundo o sexo.

Como em muitas cidades brasileiras, as calçadas são extensões da casa que se lançam sobre a rua, tendo cada uma delas um formato próprio, segundo a preferência do dono da residência. Diferentemente das grandes cidades, não são lugares para as pessoas circularem e se protegerem do trânsito, pois são completamente irregulares, forçando os moradores a transitarem na rua, o que não acarreta grandes problemas, já que o trânsito é mínimo. Assim, as calçadas são lugares de permanência e de encontros, são um símbolo do imbricamento entre a casa e a rua, espaço central na efetivação da sociabilidade nestes domínios.

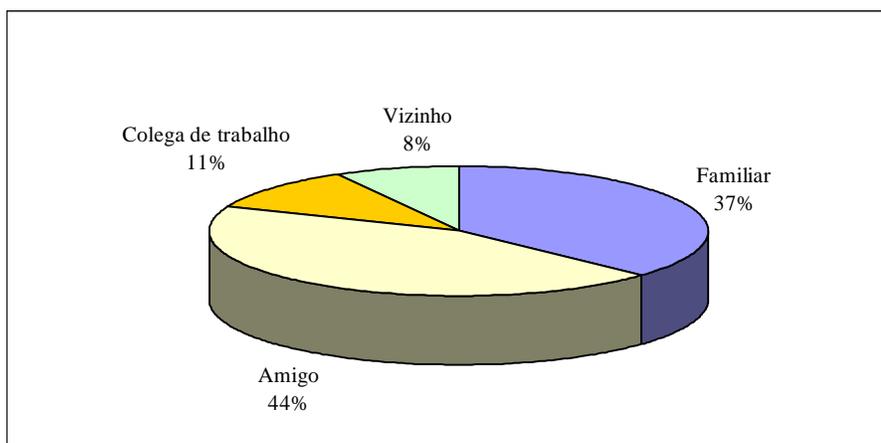
Nos diferentes espaços de interação as relações afetivas são a base de sustentação do tecido social e se impõem de uma forma pela qual quase todos que trabalham no Platô têm vínculos entre si, pelo parentesco, pela vizinhança ou pelo pertencimento às mesmas comunidades no passado. Muito timidamente, as relações firmadas exclusivamente no ambiente de trabalho aparecem como centrais para os trabalhadores, principalmente para aqueles que não são naturais da região e que buscam estabelecer laços locais pela via da amizade.

A Figura 17 demonstra que os divertimentos preferidos dos trabalhadores são atividades que sejam realizadas em conjunto com outras pessoas, e estas podem ser amigos, colegas ou familiares como exposto na Figura 18.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 17- Divertimentos preferidos.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora.

Figura 18 - Companhias preferidas para o divertimento.

As redes de reciprocidade entre iguais foi e continua a ser uma prática cotidiana característica da sociabilidade vivenciada pelos grupos. Apesar da preferência pelos amigos para o divertimento, no caso de uma ajuda financeira ou favor, a maioria (58%) recorre a familiares. 33% recorrem aos amigos e 7% aos colegas de trabalho. Os demais se dividem entre políticos e outros.

Apesar da desvinculação entre consumo e produção e da dependência completa da compra de alimentos não se nega uma xícara de açúcar a uma vizinha, como também pequenos serviços para aqueles que não sabem fazer (elétricos, hidráulicos etc.), assim como cuidar de uma criança, de um doente ou de um velho. Não obstante as novas condições de reprodução social, essas estratégias preservam elementos da sociabilidade, revelados no fortalecimento de redes de ajuda mútua e laços de solidariedade que contribuem para enfrentar o desemprego ou as situações de dificuldade.

CONCLUSÕES

Ao longo desta tese analisei a relação entre trabalho e sociabilidade, num dos novos espaços agroindustriais de produção irrigada de frutas no Nordeste brasileiro.

O referencial teórico foi construído considerando a importância das contribuições de Marx, Weber e Durkheim para a análise da sociedade industrial e do trabalho, não obstante o reconhecimento da insuficiência das suas teorias para a compreensão da multiplicidade de configurações do trabalho no contexto da reestruturação produtiva e da globalização dos alimentos. Assim, considero que o trabalho é uma categoria fundamental de análise na sociedade contemporânea como discutido na literatura recente (Dejours, 1998; Castel, 1998a, De la Garza, 2000; Abramo e Montero, 2000; Sorj, Bila, 2000, dentre outros) muito embora o assalariamento já não seja a referência central para as análises das situações empíricas, instigando abordagens que articulem o trabalho com outras esferas da vida cotidiana.

Pela análise da relação entre trabalho e sociabilidade, ficou evidenciado que no Platô de Neópolis, os trabalhadores vivenciam mudanças, recriações e continuidades de relações que mesclam trabalho com as redes de sociabilidade, principalmente as de parentesco, vizinhança e amizade. O conceito de sociabilidade de Simmel (1983) foi utilizado para compreender as interações individuais e coletivas que foram colocadas em prática nos diferentes espaços de convivência como redes de ajuda mútua e de reforço dos laços sociais, cujo sentido é, não só minimizar as dificuldades de reprodução social, mas também viver o sentimento de satisfação que essas interações propiciam. Para além da proposição do autor, que aborda a sociabilidade pela ótica exclusiva do prazer que a socialização produz, amplio o uso do conceito para todas as situações em que interações ocorrem, lúdicas ou não.

Assim, com a contribuição da abordagem qualitativa da pesquisa social e com o cruzamento de diferentes procedimentos e técnicas construi um quadro analítico, confirmando a hipótese de que a sociabilidade influencia nos processos de trabalho de produção de frutas, pela evidência de muitas das suas características como redes de indicação de vagas formadas com base nas relações de parentesco, vizinhança e amizade; assim como, pela noção de pertencimento local e uma vida social organizada em torno da agricultura, que se reflete nas tradições culturais e nas formas de interação objetivadas.

De maneira geral, constatei que os processos de produção de frutas no Platô de Neópolis estão estruturados em sistemas modernos de produção que se viabilizam com base nas relações que mesclam elementos da estrutura anterior - trabalhadores de origem local, provenientes da agricultura familiar e participantes de redes de interconhecimento preexistentes -, mais facilmente controlados pelo poder da hierarquia e da obediência, característico do elenco de comportamentos decorrentes da condição de acesso à terra no sistema de morada a que estiveram sujeitos no passado.

Com isso, concluo que, contrariamente à existência de um proletariado volante a exemplo dos bóias-frias no Brasil e dos trabalhadores “en negro” na Argentina, as estratégias das empresas e dos trabalhadores influenciam na permanência dos mesmos na esfera local. O processo de recrutamento da força de trabalho no Platô de Neópolis se apresenta como uma contra-tendência pela priorização de ocupação para os que residem localmente, sendo ilustrativo da diversidade de situações existentes nos novos espaços de produção de frutas.

O recrutamento de trabalhadores de origem rural para o assalariamento não é um fenômeno novo e nem exclusivo da agricultura, como registra a literatura em relação à indústria têxtil em Pernambuco (Alvim, 1997). Em ambos os casos, se procuram trabalhadores mais obedientes, que contestem menos as relações trabalhistas e que por isso sejam mais facilmente controlados. A particularidade no caso do Platô é que o recrutamento se dá através de redes de parentesco, amizade e camaradagem,

estando também associado ao saber-fazer dos recrutados, adquirido na agricultura familiar. O controle que se institui com a arregimentação de trabalhadores participantes de redes preexistentes baseadas nas relações pessoais, garante ao mesmo tempo, qualidade do trabalho e obediência as normas da empresa.

As estratégias de controle social da força de trabalho são co-partilhadas, interiorizadas e reinterpretadas “pelas disposições culturais, pelo *habitus*” (Alvim, 1977, p. 13) dos trabalhadores provenientes da agricultura. “Há, portanto, neste processo, elementos de continuidade entre a nova e a situação de dominação anterior” (Alvim, 1977, p. 13) como é o caso da obediência entre quem conseguiu uma vaga e quem arranhou.

Em se tratando dessas obrigações entre grupos e pessoas, no entanto, considero de grande valia a reflexão de Mauss (2001, p. 269-271) no seu ensaio sobre o dom, em que o autor afirma que de nenhuma maneira a dádiva é desinteressada. Dar, para ele, significa demonstrar a superioridade e aceitar sem retribuir significa subordinar-se, tornar-se cliente. Nesses termos, na região do Platô, o entrelaçamento entre as relações pessoais e de dependência (entre trabalhadores e senhores) caracterizaram o passado recente em que os primeiros estavam em grande medida na dependência do senhor para se reproduzirem. No presente, entretanto, essas relações reconfiguraram-se evidenciando redes de indicação de pretendentes a vagas entre os trabalhadores, o que significa uma mudança nas relações de poder na esfera local. As consequências dessa transformação se constituem em instigante objeto de investigação, mas extrapolariam o objetivo desta tese.

As estratégias produtivas adotadas no Platô privilegiam a redução do trabalho humano e, em relação aos que permanecem, são seletivas porque requerem qualificações específicas, assim como, comportamentos relacionais e interativos que não constituam ameaça à estabilidade dos investimentos. Aliás, este é um dos pré-requisitos das corporações para se instalarem em qualquer país do mundo. A heterogeneidade das etapas da produção agrícola também influencia na contratação de

um trabalhador “múltiplo”, capaz de realizar diferentes atividades e assim, ser remanejado de uma para outra função ao longo dos ciclos de produção e pós-colheita.

As empresas estudadas distinguem-se pelo tipo de gestão administrativa, organização dos processos de produção e controle dos trabalhadores, sendo que quase todas elas têm em seus quadros pessoal de origem local com posição de supervisão. Isto mostra que as empresas não ignoram que o conhecimento dos comportamentos interativos e relacionais são importantes instrumentos de controle dos trabalhadores.

Em relação ao número e à qualidade das ocupações confirmei a tendência mundial de diminuição das mesmas em decorrência também do decrescente ritmo de implantação do projeto, e a contra-tendência de quase exclusão das mulheres nesse tipo de empreendimento. As ocupações registradas permaneceram estáveis, enquanto as clandestinas decresceram por causa dos tipos de cultivos que requerem um núcleo central de trabalhadores sem demandar grandes contingentes para a pós-colheita. Outra contra-tendência é a predominância de relações de trabalho registradas, influenciando na diminuição da mobilidade dos trabalhadores e na reativação de redes de sociabilidade dentro e fora do trabalho que minimizam as dificuldades do dia-a-dia. Dentre essas redes, fora do trabalho, a das mulheres é uma das mais significativas principalmente porque as tornam menos vulneráveis ao desemprego seja pelas formas de ajuda mútua ou pela ocupação nas tarefas domésticas. Paradoxalmente, ao tempo em que essas redes ajudam a conviver com o desemprego, afastam-nas cada vez mais do mercado de trabalho, pela ausência de interação com quem trabalha e tem conhecimento das vagas, considerando que a informação oral é a base da comunicação nesse grupo. Além do mais, a maior parte do trabalho depende de força física, qualidade atribuída aos homens na construção social das diferenças entre os gêneros. Existe também uma noção de que ocupação assalariada num contexto de grande pressão por vagas deve ser, predominantemente dos homens, provedores da família. Aliás, esta é uma concepção partilhada inclusive pelas mulheres cuja socialização se

deu em bases patriarcais, seja na célula familiar, seja nos domínios de um senhor grande proprietário.

Com a diminuta participação das mulheres no trabalho agroindustrial, concluo que valores da divisão sexual do trabalho (distinguindo entre leve e pesado, por exemplo) influenciam sobremaneira na organização dos processos de trabalho nos espaços agroindustriais do Platô de Neópolis, relativizando o poder da tecnologia como homogeneizadora de comportamentos.

As diferentes inserções de homens e mulheres no trabalho implicam na (re)significação dos espaços privados e públicos. No passado, a rua era o lugar de encontros, realização de compras e de resolução de problemas. No presente, são mantidas essas funções, mas ela é também lugar de exposição dos homens que buscam uma ocupação. Assim, a rua é, predominantemente, um lugar de exibição dos homens. Em relação à casa, foi reforçado o seu papel de lugar feminino pela mais constante permanência das mulheres naquele espaço, o qual se estende às calçadas e cuja função é simultaneamente de realização de algumas tarefas e de comunicação, especialmente com as vizinhas. Em outros termos, a calçada não é espaço de negociação de trabalho, função exclusivamente exercitada em pontos específicos da rua, requerendo uma circulação dos interessados.

Como outras regiões de fruticultura do Nordeste brasileiro, o Platô é exemplo, ao mesmo tempo, de sucesso e de exclusão social, reflexo de políticas para os diferentes tipos de atores, cujas conseqüências se revelam num campo de forças em que desigualdades são reforçadas quanto ao acesso aos recursos: terra, informação, tecnologia, conhecimento e mercado. Apesar disto, algumas categorias sociais se beneficiam das possibilidades virtuosas, a exemplo dos consultores, intermediários vendedores dos produtos, pequenos empresários do ramo de serviços (restaurantes, oficinas, bares, farmácias etc.), empresas de assistência técnica, dentre outros.

Em relação aos consultores e a outros profissionais *free-lance*, constatei que nem sempre a flexibilização das relações de trabalho é negativa. Pelo contrário, para este grupo particular é mais uma possibilidade de acesso à renda.

Apesar da utilização de modernas tecnologias no Platô, uma das faces do trabalho rural é a coexistência de diferentes níveis de especialização na viabilização de um mesmo processo produtivo. Trabalhadores, cujas capacitações se deram por diferentes vias (formal ou informalmente) defrontam-se e complementam-se nesses processos. No entanto, na estrutura ocupacional do Platô, a predominância é de trabalhadores rurais que transitam entre técnicos, agrônomos e consultores, cada um com grau de autonomia e dependência completamente diferente na condução dos processos, mas diretamente relacionado ao nível técnico de educação formal. Assim, há uma complementaridade entre experiências e formações distintas, comprovando a tendência de coexistência das mesmas na produção de frutas.

O nível de qualificação e especialização dos trabalhadores clandestinos e registrados não difere, segundo informações coletadas e observações de campo. Ambos estão aptos a executarem diferentes tarefas, cujas habilidades exigidas são resultantes da experiência que acumularam na agricultura familiar e nos processos de produção de frutas irrigadas. Paradoxalmente, apesar da valorização dos conhecimentos preexistentes na agricultura, esses conhecimentos tendem a ser suplantados em decorrência da multiplicidade de atividades que eles realizam na agricultura irrigada.

Os trabalhadores do Platô são predominantemente homens, jovens, naturais da região ou de municípios vizinhos, membros das redes de interconhecimento locais e portadores de experiência prévia na agricultura. Esta última característica está associada a duas outras: uma relação específica com a natureza como fonte de produção que exige cuidados para sua preservação, além da compreensão das consequências do que pode acarretar dos maus tratos culturais; e um maior respeito à

hierarquia, resquício de um sistema anterior em que a obediência era um requisito ao uso da terra e disponibilidade de residência.

Este perfil é resultante das exigências das empresas, mas também de alguns trabalhadores que atuam informalmente como recrutadores de pessoal que têm responsabilidade na indicação para continuar merecendo a confiança. Se para a empresa é importante que o trabalhador tenha disposição física e responsabilidade, essas características só serão possíveis de serem atendidas se o recrutador conhece o pretendente previamente e aprova o seu comportamento para não correr risco de ser decepcionado.

Assim, os critérios prevaletentes são compatíveis entre recrutadores e empresas. Duas racionalidades dialogam com resultados distintos. Uma, predominantemente econômica e, outra, predominantemente cultural, já que indicar uma pessoa não implica ganho econômico direto, mas prestígio, poder e respeito nos espaços de residência e de trabalho. Isso mostra que as racionalidades se constroem em permanente diálogo, mesmo que objetivem diferentes fins.

A mescla de laços afetivos e trabalho perpassa os diferentes sistemas de produção postos em prática no passado e no presente. Como consequência, tem dificultado a mobilização política para defesa dos interesses, pelos vínculos afetivos e morais entre quem usufrui da confiança da empresa e quem é indicado. Da mesma forma que no passado, não é socialmente aceito colocar o empregador em juízo, é sinônimo de quebra de confiança. Assim, fica claro que as regras de manutenção de um contingente de trabalhadores clandestinos são co-partilhadas entre empresas e trabalhadores que na ânsia de manter o vínculo submetem-se até a mergulhar nos canais de irrigação por ocasião da supervisão dos fiscais do Ministério do Trabalho. Mesmo assim, o Estado, através desse Ministério, tem coibido a clandestinidade e estimulado a manutenção de um contingente de trabalhadores registrados. Este resultado é fruto de uma intensa ação tanto do ministério como também da estratégia

dos empresários para atrair os trabalhadores e assim, manter compromissos e contratos.

As trajetórias individuais são reveladoras das formas de inserção e diferenciação dos trabalhadores. Todos aqueles que ocupam posições técnicas pertencem a famílias que investiram exclusivamente na educação dos filhos sem interrelação desta atividade com o trabalho. Já para a grande maioria dos trabalhadores rurais, a escola foi preterida em nome do trabalho, embora haja um pequeno grupo que, apesar de ter freqüentado a escola até o 2º grau desenvolveu esta atividade paralelamente ao trabalho e as suas inserções não se diferenciam dos trabalhadores em geral. Com isso, concluo que para o grupo de trabalhadores do Platô, a educação formal só representou uma possibilidade de ascensão social para aqueles que se dedicaram integralmente a ela, inclusive com a mudança de domicílio para estudar.

A comparação entre o trabalho agrícola e outros trabalhos é feita tendo-se presente o percurso campo-cidade, percorrido por parte dos entrevistados e de suas famílias, sinônimo, num dado momento histórico, de saída de uma situação de dependência pessoal (situação de irregularidade) para a de regularidade, direitos, vivências de outras relações mais despersonalizadas, inclusive, a de trabalhador registrado na indústria têxtil. Este percurso foi feito ao longo de gerações, daí que para alguns entrevistados, retornar ao campo é um retrocesso, particularmente, para os que têm nível de formação escolar compatível com atividades outras que não a de trabalhador rural e se vêem, algumas vezes, sem capacidade física para realizar o trabalho.

Diante deste quadro, se estabelecer como um trabalhador rural tem um peso simbólico negativo. No entanto, estas interpretações se contrapõem ao fechamento das fronteiras do trabalho, à compreensão de que a pressão por vagas é crescente, inclusive, com profissionais com diferentes qualificações e que migrar não resolve o problema, sendo melhor permanecer nos seus municípios de origem onde as redes de solidariedade ajudam a enfrentar a crise, além do custo de vida ser mais acessível.

No entanto, o peso simbólico negativo diminui pelas interferências relacionais ao tipo de vínculo (registrado ou clandestino), da ocupação (no campo, no escritório, no controle de equipamentos etc.) e das relações sociais no ambiente de trabalho. Mas esta apreciação é extremamente variável de trabalhador para trabalhador, a depender da trajetória ocupacional, da adaptação física ao trabalho e do ciclo de vida. Neste último caso, os trabalhadores casados envidam maiores esforços para obterem ocupações registradas. A adaptação do corpo ao trabalho também varia de pessoa para pessoa, mas em dois casos inviabilizou a permanência numa vaga registrada em decorrência de problemas de saúde. A qualidade das relações sociais, ou seja, a camaradagem e coleguismo, o tratamento dos superiores e o próprio ambiente físico também têm peso na apreciação que fazem do trabalho na agricultura, reconhecendo que as amizades são mais férteis neste setor, mas o tratamento dos superiores hierárquicos e a estrutura física deixam sempre a desejar, quando comparados com outros lugares.

A diversidade de *know-how* influencia também nos tipos de interação que as pessoas estabelecem no trabalho e com a sociedade local. Gerentes, agrônomos e técnicos têm interações seletivas, restritas ao trabalho e, predominantemente, entre eles. Os trabalhadores transitam entre estas duas esferas mas estão circunscritos ao universo dos próprios trabalhadores. Tal segmentação tem referência na concepção simmeliana, para quem a sociabilidade entre classes diferentes é dolorosa. É também reflexo do exercício de uma ética em que trabalho não se confunde com amizade entre quem tem posições diferentes hierarquicamente. O capital cultural e o acesso a bens também dividem cada vez mais estes trabalhadores, além da distância histórica entre os que mandam e os que fazem, tão valorizada nas sociedades com base escravocrata como a brasileira.

Nessa flagrante diferença de círculos de interação dos trabalhadores e dos outros profissionais fica demonstrado que as relações sociais e de trabalho não andaram no mesmo ritmo que as transformações econômicas e tecnológicas. Se é

possível observar uma empresa em que a tecnologia é usada por todos para a obtenção de um produto com certas especificações, fora do trabalho este acesso está completamente segmentado tanto pelas escolhas pessoais como pela seletividade dos que podem pagar para usar a tecnologia, a exemplo do telefone celular, do computador e da internet. Tudo isso configura uma sociedade em que as diferenças se exacerbam até entre os que frequentam o mesmo ambiente de trabalho.

Apesar dessas diferenças entre estratos de classe, para os trabalhadores rurais os locais de residência e os grupos de pertencimentos são praticamente os mesmos do passado, com práticas de convivência social muito similares que se reforçam nas novas condições. As redes de reciprocidade entre iguais foi e continua a ser uma prática cotidiana. Apesar da desvinculação entre consumo e produção decorrente da dependência completa da compra de alimentos provocada pela falta de acesso à produção de culturas alimentares, estas pessoas dão, recebem e retribuem. Essa não é uma prática exclusiva das populações rurais, apesar de ser mais freqüente nesse espaço e utilizada no mais largo senso como na doação ou troca de sementes, empréstimos de equipamentos, animais ou mesmo trabalho.

Aliás, no denominado contexto de produção de frutas no Platô as estratégias locais dos trabalhadores têm sido construídas no sentido de minorar as condições de precariedade. Godelier (1999) reconhece que a inserção econômica é a condição que viabiliza a existência material e psíquica em uma sociedade que não consegue fazer parar de crescer as fraturas sociais, visualizando que cada vez mais a sociedade é solicitada a doar para resolver os problemas sociais. Essas doações reedificam as relações e podem se revelar em importantes formas de estabelecimento de vínculos sem a noção de obrigatoriedade, de retribuição. É claro que a reflexão de Godelier refere-se a um fenômeno geral das sociedades contemporâneas.

A permanência dos trabalhadores na esfera local facilita a (re)ativação de muitas das formas de ajuda mútua constituídas em torno do interconhecimento e da valorização dos vínculos familiares. Essas ajudas são essenciais à convivência com

situações de dificuldades no contexto da reestruturação produtiva. Comparar essas situações ao vivido pelos trabalhadores e suas famílias em outras regiões do Nordeste ou do Brasil ou mesmo de alguns dos países do Norte onde a família tem outro papel nos grupos sociais, seria uma interessante contribuição à compreensão das conseqüências da reestruturação produtiva nas estratégias individuais e coletivas dentro e fora do trabalho, no início do atual milênio.

As práticas dos trabalhadores que têm ocupação encurtam as distâncias entre a esfera do trabalho e da vida nos lugares de residência. O fato de pessoas que trabalham nas mesmas empresas terem convivência nos lugares onde vivem influencia na intensificação da interação no trabalho, seja nas refeições conjuntas, nos caminhos de ida e volta e na partilha de problemas ou alegrias. Apesar de as estratégias de gestão serem determinadas em esferas alheias aos trabalhadores.

Nestes termos, a sociabilidade no trabalho repousa sobre grupos constituídos enquanto nos lugares de residência se dá a partir de outras relações influenciadas pelo espaço e pertencimento. Em se tratando de um universo em que as relações de trabalho estão entrelaçadas com aquelas de parentesco, camaradagem e vizinhança, concluo que as sociabilidades locais têm singularidades e extrapolam o sentido lúdico proposto por Simmel. Os atributos propostos pelo autor para definição da mesma como impessoalidade, a importância do sucesso do momento e a coibição dos interesses pessoais em nome do prazer da sociação aí não têm realidade pelo fato das interações estarem tecidas no diálogo entre os interesses das pessoas nas diferentes esferas da vida cotidiana, afetando, inclusive, a sobrevivência. No entanto, a conversação, a amabilidade nos contatos e o controle dos traços de caráter mais genuínos são alguns dos elementos que alimentam o sentido agradável e lúdico da sociabilidade.

O desencaixe dos trabalhadores de sistemas tradicionais de produção que mesclavam vínculos pessoais e econômicos de sujeição e o reencaixe dos mesmos no Platô, se deu ao longo do tempo através da configuração de estratégias individuais e familiares em que a reflexividade foi mais intensamente acionada dada a novidade das

situações enfrentadas e a necessidade de reequilibrar as estratégias para garantir a sobrevivência.

Assim, observando a geração dos avós, dos pais e dos próprios entrevistados constato que há continuidades e transformações no padrão de reprodução de geração para geração. Os diferentes arranjos como a alternância entre atividades e a migração quando jovens é peculiar a todas as gerações. No entanto, a exclusão das mulheres do assalariamento e a desvinculação dos filhos das profissões dos pais, se mostram como tendências com repercussões na reprodução das famílias, em consequência da perda de importância do papel das mesmas na profissionalização dos filhos. Tendencialmente, a escola passa a ter papel central na socialização dos mesmos. Porém não os prepara para o trabalho. Para famílias pobres e que dependem da contribuição de cada um dos seus membros isso repercute na qualidade de vida, não obstante as políticas públicas compensatórias que mais recentemente foram instauradas para estimular a frequência à escola.

Pelas histórias contadas e observação realizada é possível identificar um “proletariado livre como os pássaros”, para utilizar uma expressão ainda muito atual de Marx (1984a, p. 275), que tem na venda da força de trabalho a sua principal possibilidade de engajamento no mercado, mas que está sujeito a outros condicionamentos sociais que não aqueles estritamente econômicos, como por exemplo, a reação à adaptação, à disciplina das novas condições de assalariamento, aspecto também ressaltado por Marx (1984a, p. 275), mas pela ótica da falta de adaptação do trabalhador à manufatura, que julgara influenciar nas concepções que os mesmos tinham a cerca do trabalho.

Independente do tipo de atividade, o trabalho ocupa um lugar que concorre com outras esferas da vida cotidiana. Fazer uma viagem, acompanhar um familiar numa dificuldade ou querer usufruir melhor uma festa podem ser motivos suficientes, inclusive, para pedir demissão e depois tentar um retorno. Prática semelhante ao que ocorre com membros da agricultura familiar que têm acesso aos meios de produção e

que por isso podem organizar o tempo de trabalho segundo arranjos múltiplos. Em ambos os casos, a racionalidade dos trabalhadores equaliza diferentes esferas da vida cotidiana, contrariando a estrita lógica produtivista que se reflete nos comportamentos nos lugares de trabalho.

Mas é inegável que ter trabalho regular influencia no consumo, nas relações entre os membros da família e da vizinhança, na constituição da auto-imagem e na organização das estratégias de reprodução individual ou coletiva. Apesar desta influência e do aumento da pressão por vagas, não verifiquei entre estes trabalhadores um exacerbado grau de competitividade e individualismo. Pelo contrário, as redes de solidariedade são frequentemente acionadas ao ponto dos trabalhadores serem unânimes em afirmar que no caso do desemprego recorrem à família e aos amigos e são prontamente atendidos.

Assim, o jogo que se forma entre as sociabilidades do passado e do presente influenciam nas representações que estes trabalhadores constroem quanto aos significados do trabalho para as suas vidas familiares e pessoais, com reflexos nas estratégias que desenvolvem.

De maneira geral, os trabalhadores afirmam que trabalham porque precisam sobreviver, mas também para não serem taxados de preguiçosos e serem rechaçados socialmente. Isso mexe com verdades sedimentadas de que as pessoas trabalham porque têm que sobreviver. O lugar do trabalho não é circunscrito estritamente à reprodução, nem tampouco à uma ética religiosa ou ideal de vida. É muito mais como o exercício de uma moral concernente ao desempenho de um papel.

Além do mais, como revelam os seus discursos, não trabalham porque gostam, e se dependesse de cada um ninguém trabalharia, mas negociaria pelo fato de ter autonomia e de poder usar o tempo da forma que mais lhes convém. A autonomia está pensada fora da agricultura.

Mas se a impossibilidade de ter o próprio negócio condiciona trabalhar para terceiros, aí o trabalho registrado está verbalizado como um ideal, principalmente se

for na burocracia, para o governo e fora da agricultura. Oposto a tal condição é o trabalho clandestino agrícola, pelo fato de não oferecer as garantias legais como o salário, para o caso de uma doença e a aposentadoria, dentre outros. Assim, a agricultura aparece como o possível e não como um ideal, apesar das pessoas reconhecerem que é nesse setor que se dão as melhores relações entre os trabalhadores, seja porque todos pertencem ao mesmo universo, seja pela descontração nos ambientes, que facilita até o esquecimento dos problemas de casa.

Mesmo que as iniciativas de dispor do próprio tempo sejam consideradas como um problema pelas empresas, as qualidades relacionadas ao comportamento destes trabalhadores minimizam a ação incisiva das mesmas, quanto à obediência e à hierarquia no dia-a-dia do trabalho. Isso mostra que as empresas também se adaptam às demandas e estratégias dos trabalhadores. Na realidade, persiste entre os trabalhadores uma máxima de conduta de respeito à autoridade e à hierarquia, provavelmente, remanescências de um sistema social preexistente, calcado em relações pessoais de sujeição.

Com a evidência da relação entre o trabalho e a sociabilidade nos novos contextos de produção de frutas, constatei que, não obstante os condicionantes do passado nos novos processos, a utilização das categorias trabalho e sociabilidade foram (re)significadas para que fossem utilizadas como suportes de análise das relações que se processam num espaço social específico, na mudança de século. A configuração de arranjos múltiplos para garantir a sobrevivência se dá entre as esferas de produção de frutas e os lugares de residência, visibilizando as novas estratégias de reprodução dos trabalhadores e a (re)criação de redes de sociabilidade, apontando para situações em que a reflexividade é um ingrediente de cada segundo vivido pelas distintos sujeitos envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. (1998), “Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo da cadeia produtiva”, in L. Abramo e A. R. de P. Abreu (orgs.), *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*, São Paulo / Rio de Janeiro, ALAST.

ABRAMO, Laís e MONTERO, Cecilia. (2000), “Origen y evolución de la sociología del trabajo en América Latina”, in E. de la Garza (org.), *Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo*, México, Fondo de Cultura Económica.

ABRAMOVAY, Ricardo. (1985), “Fome e assalariados rurais”, in M. C. de S. Minayo (org.), *Raízes da fome*, Rio de Janeiro / Petrópolis, Editora Vozes / FASE.

AGULHON, Maurice. (1977), *Le cercle dans la France bourgeoise 1810-1848*. Paris, Editora Librairie Armand Colin.

ALBORNOZ, Suzana. (1994), *O que é o trabalho*. 6ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. (1999), *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife / São Paulo, Editora Massangana / Editora Cortez.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. (1991), “Atividades produtivas”, in D. M. Diniz (org.), *Textos para a história de Sergipe*, Aracaju, UFS / BANESE.

ALONSO, Sara. (2001), “Os Tembê e a relação pesquisador-pesquisado”. *História Oral*, 4, 4: 121-146.

ALVES, E.J., DANTAS, J.L.L., SOARES FILHO, W. dos SANTOS, SILVA, S. de O. e SILVA., OLIVEIRA, M de A ., SOUZA, L. da S., CINTRA, F. L. D., BORGES, A. L., OLIVEIRA, A. M. G., OLIVEIRA, S. L. de, FRANCELLI, M., CORDEIRO, Z. J. M. e SOUZA, J. da S. (1995), *Banana para exportação: aspectos técnicos da produção*. Brasília, EMBRAPA-SPI.

ALVIM, Rosilene. (1997), *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro, Graphia.

AMADEO, Edward. (1999), “Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho”, in A. C. Posthuma (org.), *Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*, São Paulo / Brasília, Editora 34 /OIT e TEM.

ANDRADE, Manuel Correia de. (1986), *A terra e o homem no Nordeste*. 5ª edição, São Paulo, Atlas.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. (2000), *Etnografia da prática escolar*. 5ª edição, Campinas, Papirus.

ANTUNES, Ricardo. (1999), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. 6ª edição, Campinas / São Paulo, Editora da UNICAMP / Cortez Editora.

ANTUNES, Ricardo. (2000), *Os sentidos do trabalho*. 3ª edição, São Paulo, Boitempo Editorial.

APARICIO, Susana e BENENCIA, Roberto. (1999), “Empleo rural en la Argentina. Viejos y nuevos actores sociales en el mercado de trabajo”, in S. Aparicio e R. Benencia (orgs.), *Empleo rural en tiempos de flexibilidad*, Buenos Aires, Editorial La Colmena.

ARCE, Alberto e MARSDEN, Terry K. (1993), “The social construction of international food: a new research agenda”. *Economic Geography*, 69, 3: 293-311.

ARCE, Alberto. (1997), “Globalization and food objects”. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 6: 77-109.

ARGYLE, Michael. (1991), *Cooperation, the basis of sociability*. London, Routledge.

BAECHLER, Jean. (1995), “Grupos e sociabilidade”, in R. Boudon (org.), *Tratado de sociologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

BENDINI, Mónica, RADONICH, Martha Mabel e STEIMBREGER, Norma Graciela. (1999), “Historia de la vulnerabilidad social de los ‘golondrinas’ en la cuenca frutícola del río Negro”, in M. I. Bendini e M. M. Radonich (orgs.), *De golondrinas y otros migrantes*. Buenos Aires, Editorial La Colmena.

BENDINI, Mónica. (1997), “La globalización y los trabajadores agrarios en Argentina. Nuevos y viejos actores”. *Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia (ALAST)*, 4, 1997, São Paulo. Anais. São Paulo, ALAST.

BENDINI, Mónica. (1999), “Entre maçãs e pêras: globalização, competitividade e trabalho”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

BENKO, Georges. (1999), *Economia, espaço e globalização na aurora do Século XXI*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2ª edição, São Paulo, Editora Hucitec.

BIDART, Claire. (1988), “Sociabilités: quelques variables”. *Revue Française de Sociologie*, 24, 4: 621-648.

BONANNO, Alessandro e ANTONIO, J. Robert. (1996), “Post-fordism in the United States: the poverty of market-centered democracy”. *Current Perspectives in Social Theory*, 16: 3-32.

BONANNO, Alessandro e CONSTANCE, Douglas H. (2001), “Globalization, fordism, and post-fordism in agriculture and food: a critical review of the literature”. *Culture & Agriculture*, 23, 2: 1-18.

BONANNO, Alessandro e CONSTANCE, Douglas H. (1995), *Caught in the net: the global tuna industry, environmentalism, & the state*. Lawrence, University Press of Kansas.

BONANNO, Alessandro. (1999), “A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

BONANNO, Alessandro. (2003), *O novo capitalismo global: do fordismo à globalização*. Huntsville, SHSU, mimeo.

BOTTOMORE, Tom B. (1987), *Introdução à sociologia*. 9ª edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

BOURDIEU, Pierre. (1992), *A economia das trocas simbólicas*. 3ª edição, São Paulo, Editora Perspectiva S. A.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1986), *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo, Editora Brasiliense.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1989), *A cultura da rua*. Campinas, Papirus.

BRASIL. (1995), *Relatório especial para o desenvolvimento do Vale do São Francisco*. Brasília, Senado Federal, mimeo.

CAILLÉ, Alain. (1998), “Nem holismo nem individualismo: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13, 38: 5-37.

CARNEIRO, Maria José. (1998), *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria e Editora.

CASANOVA, Mário Leônidas. (1979), *Ioiô pequeno da Várzea Nova*. São Paulo, Editora Clube do Livro.

CASTEL, Robert. (1998a), “Centralité du travail et cohésion sociale”, in J. Kergoat, J. Boutet, H. Jacot e D. Linhart (orgs.), *Le monde du travail*, Paris, La Découverte.

CASTEL, Robert. (1998b), *As metamorfoses do mundo do trabalho*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Editora Vozes.

CASTELLANET, Christian. (1997), *A pesquisa-desenvolvimento agrícola*. Belém, NEAF/CAP/UFGA, mimeo.

CASTELLS, Manuel. (1999), *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venancio Majer. 2ª edição, São Paulo, Paz e Terra.

CASTILLO, Juan José. (2000), “La sociologia del trabajo hoy: la genealogia de un paradigma”, in E. de la Garza (org.), *Tratado latinoamericano de sociologia del trabajo*, México, Fondo de Cultura Económica.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e FERREIRA IRMÃO, José (1994), “Globalização, integração regional e seus impactos sobre a produção familiar: um estudo sobre os sistemas de produção do Vale do São Francisco-NE-Brasil”. *Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura*, 17, 1994, Porto Alegre. Anais, Vol. 2. Porto Alegre / Brasília, UFRGS / CNPq.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e MARSDEN, Terry K. (2001), “Globalisation, sustainability and the new agrarian regions: food, labour and environmental values”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 18: 39-68.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e MOTA, Dalva Maria da. (2002), “Trabalhadores rurais no Brasil no fim do milênio”. *Caderno de Estudos Sociais*, 18, 2: 155-170.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e SILVA, Ana Cristina Belo da. (1997), “Trabalho, inovações tecnológicas e competitividade na fruticultura de exportação”. *Encontro de Ciências Sociais Norte / Nordeste*, 7, Fortaleza, mimeo.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa e SILVA, Ana Cristina Belo da. (1999), “Estratégias produtivas de homens e mulheres na fruticultura de exportação: o caso do Vale do São Francisco”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa, RAMOS, Juliana Vilar Ramalho e SILVA, Ana Cristina Belo da. (1998), “O trabalho feminino na agricultura de exportação. As trabalhadoras na viticultura”, in L. Abramo e A. R. de P. Abreu (orgs.), *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*, São Paulo / Rio de Janeiro, ALAST.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1995), “Globalização e agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas”. *Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPE*, 1, 2: 105-118.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1997), “Frutas para o mercado global”. *Estudos Avançados USP*, 29: 79-93.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1999a), “Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1999b). “Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 5, 9: 155-171.

CINFORM. (2002), *História dos municípios*. Aracaju, Cinform.

COSTA, Antônio Maurício Dias da. (1999), “Domingos de festa: a sociabilidade nas ruas de lazer”, in M. A. D’Incao (org.), *Sociabilidade, espaço e sociedades*, São Paulo, Grupo Editores.

DaMATTA, Roberto. (1997), *A casa e a rua*. 5ª edição, Rio de Janeiro, Rocco.

DE LA GARZA, Enrique. (2000), “El papel del concepto de trabajo en la teoría social del siglo XX”, in E. de la Garza (org.), *Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo*, México, Fondo de Cultura Económica.

DE OLIVEIRA, Orlandina e ARIZA, Marina. (2000), “Trabajo femenino en América Latina: un recuento de los principales enfoques analíticos”, in E. de la Garza (org.), *Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo*, México, Fondo de Cultura Económica.

DE OLIVEIRA, Orlandina e SALLES, Vania. (2000), “Reflexiones teóricas para el estudio de la reproducción de la fuerza de trabajo”, in E. de la Garza (org.), *Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo*, México, Fondo de Cultura Económica.

DEJOURS, Christophe. (1998), “Centralité ou déclin du travail?”, in J. Kergoat, J. Boutet, H. Jacot e D. Linhart (orgs.), *Le monde du travail*, Paris, La Découverte.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo e GRAZIANO DA SILVA, José (1998), “A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 1, 2: 26-52.

D'INCAO E MELLO, Maria Conceição. (1976), *O bóia-fria. Acumulação e miséria*. Petrópolis, Editora Vozes.

D'INCAO, Maria Ângela. (1992), “Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana”. *Tempo Social*, 4, 1-2: 95-109.

D'INCAO, Maria Ângela. (1999), “Sociabilidade: espaço e sociedade”, in M. Â. D'Incao (org.), *Sociabilidade: espaço e sociedade*, São Paulo, Grupo Editores.

DINIZ, José Alexandre Felizola. (1981), *Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste meridional*. Recife, Sudene.

DINIZ, José Alexandre Felizola. (1996), *A condição camponesa em Sergipe: desigualdade e persistência da agricultura familiar*. Aracaju, NPGeo - UFS.

DOMINGUES, José Maurício. (1999), *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DOMINGUES, José Maurício. (2001), *Teorias sociológicas no Século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DURKHEIM, Émile. (1984a), “Émile Durkheim”, in J. A. Rodrigues (org.), *Émile Durkheim*, São Paulo, Editora Ática.

DURKHEIM, Émile. (1984b), *A divisão social do trabalho, Volume I*. Tradução de Eduardo Freitas e Maria Inês Mansinho. 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença.

- DURKHEIM, Émile. (1984c), *A divisão social do trabalho, volume II*. Tradução de Eduardo Freitas e Maria Inês Mansinho. 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença.
- ELIAS, Norbert. (1998), *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- ELIZALDE, Maria Laura, KLIMSZA, Cristina e POK, Cynthia. (1999), “La medición del empleo rural: viejos y nuevos interrogantes”, in S. Aparicio e R. Benencia (orgs), *Empleo rural en tiempos de flexibilidad*, Buenos Aires, Editorial La Colmena.
- FALABELLA, Gonzallo. (1999), “Flexibilización e empleo rural en Chile”, in S. Aparicio e R. Benencia (orgs.), *Empleo rural en Tiempos de Flexibilidad*, Buenos Aires, Editorial La Colmena.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1986), *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FORSÉ, Michel (1981), “La sociabilité”. *Economie et Statistique*, 132: 39-48.
- FREHSE, Fraya. (1996), “‘Classiline’: diversão ou solução?”. *Sociabilidades - Revista do Laboratório de Análises de Sociabilidade Contemporânea - LASC*. FFLCH-USP, 105-130.
- FRIDMAN, Luís Carlos. (2000), *Trabalho, especialização flexível e reflexividade desanimada*. Petrópolis, GT Trabalho e Sociedade da ANPOCS, mimeo.
- FRIEDLAND, William H. (1994), “The new globalization: the case of fresh produce”, in A. Bonanno, L. Busch, W. Friedland, L. Gouveia e M. Henzo (orgs.), *From Columbus to Conagra*, Lawrence, University Press of Kansas.
- FRIEDLAND, William H. (1997), “Commentary on part III: creating space for food and agro-industrial just in time”, in D. Goodman e M. Watts, *Globalising Food*, London, Routledge.
- FRIEDMANN, Georges. (1972), *O trabalho em migalhas*. 1ª edição, São Paulo, Perspectiva.
- FURTADO, Celso. (1987), *Formação econômica do Brasil*. 22ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio. (1975), *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. 1ª edição, São Paulo / Brasília, Marco Zero / Editora Universidade de Brasília.

GIDDENS, Anthony. (1991), *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. 5ª edição, São Paulo, Editora UNESP.

GIULIANI, Paola Cappellin. (1985), “Reflexões sobre o projeto de reprodução entre assalariados”. *Raízes*, 4, 4-5: 123-140.

GODELIER, Maurice. (1999), *The enigma of the gift*. Tradução de Nora Scott. Cambridge, Polity Press.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. (1999), “Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

GÓMEZ, Sérgio. (1999), “Exportação de frutas chilenas: reflexões sociológicas sobre uma experiência (madura)?”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

GORZ, André. (1998), “Le travail fantôme”, in J. Kergoat, J. Boutet, H. Jacot e D. Linhart (orgs.), *Le monde du travail*, Paris, La Découverte.

GRAZIANO DA SILVA, José. (1997), “O novo rural brasileiro”. *Nova Economia*, 7, 1: 43-81.

GRAZIANO DA SILVA, José (1999), “Agroindústria e globalização: o caso da laranja do Estado de São Paulo”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

GRAZIANO DA SILVA, José e DEL GROSSI, Mauro Eduardo. (2000), “O novo rural brasileiro”, *ORNAs in IAPAR* (org.), *Ocupações Rurais Não-Agrícolas. Anais da Oficina de Atualização Temática*. Londrina.

GRAZIANO DA SILVA, José. (1981), *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Editora Hucitec.

HALBWACHS, Maurice. (1994), *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Albin Michel.

HELLER, Agnes. (1985), *O cotidiano e a história*. Tradução de Leandro Konder, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- HÉLAN, François (1988), “La sociabilité, une pratique culturelle”. *Economie et Statistique*, 216: 3-22.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. (1979), *A morada da vida*. 1ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1988), *Raízes do Brasil*. 20ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- IANNI, Octávio. (1995), “A sociologia no horizonte do Século XXI”. *Humanas*, 18, 1-2: 47-56.
- IBGE. (1997), *Contagem da população 1996*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IEL. (1986), *Memória histórica da indústria sergipana*. Rio de Janeiro, Instituto Euvaldo Lodi /SENAI-DN.
- LARA, Sara Maria e GRAMMONT, Hubert Carton. (1998), “Nuevas tendencias en las empresas y en el mercado de trabajo rural mexicano”, in N. A. Castro e C.S. Dedecca (orgs.), *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo / Rio de Janeiro, ALAST, Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho.
- LARA, Sara Maria. (1998), *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana*. México, Juan Pablos Editor.
- LARAIA, Roque de Barros. (1997), *Cultura: um conceito antropológico*. 11ª edição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- LARANGEIRA, Sônia Maria Guimarães. (1999), “A realidade do trabalho em tempo de globalização: precarização, exclusão e desagregação social”, in J. V. T. Santos (org.), *Violência em tempo de globalização*, São Paulo, Editora Hucitec.
- LASH, Scott e URRY, John. (1996), *Economies of Signs and Space*. London, Sage Publications.
- LEITE LOPES, José Sérgio. (1978), *O vapor do diabo*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEITE, Márcia Paula de e SILVA, Roque Aparecido da. (1994), “A sociologia do trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica”. Caxambu, GT Trabalho e Sociedade da ANPOCS, mimeo.

LIEDKE, Elida Rubini. (2000), “Trabalho”, in A. D. Cattani (org.), *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*, Petrópolis, Editora Vozes / Editora da Universidade.

MACHADO, Luiz Antônio, FIGUEIREDO, Ademir, CHINELLI, Filippina, COPELO Laretta e NASCIMENTO, Nizete do. (1978), *Estratos ocupacionais de baixa renda*. Recife, SUDENE-DRH.

MAFFESOLI, Michel. (1998), *O tempo das tribos*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

MALDONADO, Simone Carneiro. (1993), *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. 2ª edição, São Paulo, Annablume.

MARSDEN, Terry K. (1999), “Globalização e sustentabilidade: criando espaço para alimentos e natureza”, in J. S. B. Cavalcanti (org.), *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*, Recife, Editora Universitária da UFPE.

MARSDEN, Terry K., CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa e FERREIRA IRMÃO, José. (1996), “Globalization, regionalisation and quality: the socio-economic reconstitution of food in the San Francisco Valley, Brazil”. *International Journal of Sociology and Food*, 5: 85-114.

MARTIN, Scott B. (1997), “Redes sociais e flexibilidade do trabalho: uma análise comparativa”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 6, 6: 9-38.

MARTINE, George. (1987), “Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil”, in G. Martine e R. C. Garcia (orgs.), *Os impactos sociais da modernização agrícola*, São Paulo, Caetés.

MARTINS, José de Souza. (2000), *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Editora Hucitec.

MARX, Karl. (1984a), *O capital: crítica da economia política. Volume 1. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 2*. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Abril Cultural.

MARX, Karl. (1984b), “Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana”, in F. Fernandes (org.), *Karl Marx, F. Engels: historia*, 2ª edição, São Paulo, Editora Ática.

MARX, Karl. (1985), *Capítulo VI inédito de o capital*. São Paulo, Moraes.

MARX, Karl. (1986), *A ideologia alemã (Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5ª edição, São Paulo, Editora Hucitec.

MATTEI, Lauro. (1998), “A evolução do emprego agrícola no Brasil”, in C. S. Dedecca (org.), *Mercado de Trabalho*, São Paulo, ABET.

MAUSS, Marcel. (2001), *Sociologie et anthropologie*. 9ª edição, Paris, Quadrige / Presses Universitaires de France.

McMICHAEL, Philip. (1994), *The global restructuring of agro-food systems*. Ithaca, Cornell University Press.

McMICHAEL, Philip. (1996), “Globalization: myths and realities”. *Rural Sociology*, 61, 1: 25-55.

MEILLASSOUX, Claude. (1997), *L'économie de la vie*. Lousanne / Paris, Editions Page Deux.

MELO, Lígia Albuquerque de. (1999), *A questão de gênero no mundo rural*. Recife, UFPE, mimeo.

MENDRAS, Henri. (1984), *La fin des paysans*. Paris, Librairie Armand Colin.

MIRIZOLA FILHO, Luiz Ângelo. (2000), Produção de coco aumenta 25% em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 nov. 2000. Agrofólia, p. F3.

MONTEIRO, Carlos Augusto, MONDINI, Lenise e COSTA, Renata B. L. (2000), “Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996)”. *Revista de Saúde Pública*, 34, 3: 251-258.

MOTA, Dalva Maria da e BESSON, Nathalie. (1997). “Agricultores em tempo parcial no Oeste Africano: o caso da província do Estuário no Gabão”. *Raízes*.14: 33-46.

MOTA, Dalva Maria da e SCHMITZ, Heribert. (2002), “Sobre a pertinência da categoria rural para análise do social”. *Ciência e Agrotecnologia*, 26, 2: 392-399.

MOTA, Dalva Maria da, FONTES, Humberto Rollemberg e SIQUEIRA, Luís Alberto. (1995), *O coqueiro (Cocos nucifera L.) em Sergipe: da agricultura de subsistência à coordenação nacional de pesquisa*. Aracaju, EMBRAPA-CPATC.

MOTA, Dalva Maria da, TAVARES, Edson Diogo, FONTES, Humberto Rollemberg, FERREIRA, Joana Maria Santos e CARON, Patrick. (1997), “Zoneamento agrossocioeconômico dos tabuleiros costeiros e baixada litorânea de Sergipe”. *Agrotrópica*, 9, 1: 1-12.

MOTA, Dalva Maria da. (1998), *O projeto de irrigação Platô de Neópolis e a geração de empregos: 1994/2000. Relatório de Pesquisa*. Aracaju, EMBRAPA-CPATC, mimeo.

MOTA, Dalva Maria da. (1999a), “O trabalho flexível na fruticultura irrigada do Nordeste: o Platô de Neópolis-SE”, *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 38, 1999, Foz do Iguaçu. Anais. Foz do Iguaçu, SOBER. (CD).

MOTA, Dalva Maria da. (1999b), “Trabalho permanente e temporário na fruticultura irrigada nordestina: o Platô de Neópolis/SE”. *Raízes*, 20: 63-75.

MOTA, Dalva Maria da. (2001), “O trabalho temporário no projeto de irrigação Platô de Neópolis, SE”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 18: 113-134.

NEVES, Delma Pessanha (1997). *Reforma Agrária em Migalhas*. Niterói, Editora EdUFF.

NEVES, Magda de Almeida e LEITE, Márcia Paula. (1998), “Qualificação e formação profissional: um novo desafio”, in M. P. Leite e M. A. Neves (orgs.), *Trabalho, qualificação e formação profissional*, São Paulo / Rio de Janeiro, ALAST, Série II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho.

NEVES, Marcos Fava, LAZZARINI, Sérgio Giovanetti e MACHADO FILHO, Cláudio A. Pinheiro. (1997), “Cenários e perspectivas para o agribusiness brasileiro”. *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 35, 1997, Natal. Anais. Natal, SOBER.

NOVAES, Elizabete David. (1999), “Mulheres: sociabilidade e solidariedade nas redes sociais”, in M. A. D’Incao (org.), *Sociabilidade, espaço e sociedades*, São Paulo, Grupo Editores.

OFFE, Claus. (1998), “Trabalho: a categoria-chave da sociologia?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4, 10: 5-20.

PADRÃO, Luciano Nunes. (1996), *Levantamento de informações sobre o Projeto Platô de Neópolis*. Aracaju, Centro de Assessoria e Serviços aos Trabalhadores da Terra D. José Brandão de Castro, mimeo.

PAIVA, Vanilda, POTENGY, Gisélia e GUARANÁ, Elisa. (1998), “Qualificação, consumo e estilos de vida”, in M. P. Leite e M. A. Neves (orgs.), *Trabalho, qualificação e formação profissional*, São Paulo / Rio de Janeiro. ALAST, Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho.

PALMEIRA, Moacir. (1997), “Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional”. *Contraponto*, 2, 2: 103-114.

PARADEISE, Catherine. (1980), “Sociabilité et culture de classe”. *Revue Française de Sociologie*, 21: 571-597.

PARSONS, Talcott. (1976), “Os componentes do sistema social”, in F. H. Cardoso e O. Ianni (orgs.), *Homem e Sociedade*, São Paulo, Editora Nacional.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. (2000), *Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo, Annablume.

PINÇON, Michel. (1986), “Autoproduction, sociabilité et identité dans une petite ville ouvrière”. *Revue Française de Sociologie*, 27: 629-653.

PIÑERO, Diego E. (1999), “Trabajadores rurales y flexibilización laboral. El caso del Uruguay”, in S. Aparicio e R. Benencia (orgs), *Empleo rural en tiempos de flexibilidad*, Buenos Aires, Editorial La Comena.

PNAD. (1997), *Síntese dos indicadores econômicos*. Rio de Janeiro, IBGE.

POTENGY, Gisélia, PAIVA, Vanilda e CASTRO, Elisa Guaraná. (1999), “Produzindo novas identidades: fragmentação do trabalho e do consumo e novos estilos de vida na sociedade contemporânea”. *Contemporaneidade e Educação*, 6: 73-98.

PRADO JÚNIOR, Caio. (1963), *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (s.d.), *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor.

RIFKIN, Jeremy. (1995), *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo, Makron Books.

RUSSELL, Helen. (1999), “Friends in low places: gender, unemployment and sociability”. *Work, Employment and Society*, 13, 2: 205-224.

SAHLINS, Marshall D. (1983), *Sociedades tribais*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

SALES, Teresa. (1982), *Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. 1ª edição, Rio de Janeiro / São Paulo, Paz e Terra / Editora Brasileira de Ciências.

SALTALAMACCHIA, Homero R. (1992), *História de vida*. Porto Rico, Ediciones CIJUP.

SANTOS, Anselmo L. dos e POCHMANN, Márcio. (1999). “Encargos sociais no Brasil: debate e propostas recentes de flexibilização”, in A. C. Posthuma (org.), *Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*, São Paulo / Brasília, Editora 34 / OIT e TEM.

SANTOS, Boaventura Souza. (1995), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento.

SANTOS, Célia Regina Batista dos. (1996), *Reorganização do espaço agrário e (des)territorialização das relações tradicionais*. Tese de mestrado. Universidade Federal de Sergipe, mimeo.

SEGALEN, Martine. (1999), *Sociologia da família*. Tradução de Ana Santos Silva. Lisboa, Terramar.

SENNETT, Richard. (2000), *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução de Marcos Santarrita. 4ª edição, Rio de Janeiro, Record.

SETTON, Maria da Graça J. (1996), “A sociabilidade nos clubes Rotary”. *Sociabilidades*, 1, 1: 131-145.

SIGAUD, Lygia. (1979), *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (1999), *Errantes do fim do século*. São Paulo, Editora da UNESP.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. (2001), *Articulação dos interesses públicos e privados no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, mimeo.

SIMMEL, Georg. (1967), “A metrópole e a vida mental”, in O. G. Velho (org.), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

SIMMEL, Georg. (1983), “Sociabilidade - um exemplo de sociologia pura ou formal”, in E. de M. Filho (org.), *Simmel*, São Paulo, Editora Ática, Coleção os Grandes Cientistas Sociais.

SIMONIAN, Lígia, T. L. (2001), *Mulheres na Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. Belém, UFPA/NAEA.

SORJ, Bernardo. (2000), *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

SORJ, Bila. (2000), “Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15, 43: 25-34.

SOUZA, Jessé. (1998), “Introdução”, in J. Souza e B. Oëlze (orgs.), *Simmel e a modernidade*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

SOUZA, Jessé. (2000), *A modernização seletiva*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

STOLCKE, Verena. (1982), “A família que não é sagrada”, in M. S. K. de Almeida et al. (orgs.), *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense.

SZMRECSÁNYI, Tamás. (1998), *Pequena história da agricultura no Brasil*. 4ª edição, São Paulo, Contexto.

THOMPSON, Edward. (1981), *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

VEIGA, José Eli da. (2002), *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula*. Campinas, Editora Autores Associados.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel e LOURENÇO, Fernando Antônio. (1994), “O agricultor familiar e a sociabilidade no espaço local. Notas sobre um estudo comparativo internacional”. *Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura*, 17, 1994, Porto Alegre. Anais, Vol. 2. Porto Alegre / Brasília, UFRGS / CNPq.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. (1997), “Raízes históricas do campesinato brasileiro”, in D. M. da Mota, E. D. Tavares e W. M. P. de M. Ivo (orgs.), *Agricultura familiar em debate*, Aracaju, EMBRAPA-CPATC.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. (2000a), “A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil”. *World Congress of Rural Sociology*, 10, 2000, Rio de Janeiro. IRSA, SOBER, Rio de Janeiro. (CD).

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. (2000b), “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o 'rural' como espaço singular e ator coletivo”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15: 69-129.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. (2001), “Regards sur le rural brésilien”, in M. Zanoni e H. Lamarche (orgs.), *Agriculture et ruralité au Brésil*, Paris, Karthala,

WEBER, Max. (1976), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira.

WEBER, Max. (1994), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3ª edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta e ANTUNES, Rogéria. (1999), “A mulher e o espaço político formal: o caso do legislativo”, in M. Â. D'Incao (org.), *Sociabilidade, espaço e sociedades*, São Paulo, Grupo Editores.